

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Doutorado em Ciências Sociais

Graziella Reis de Sant’Ana

HISTÓRIA, ESPAÇOS, AÇÕES E SÍMBOLOS DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS TERENA

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. John Manuel Monteiro.

Campinas
2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

Sant'Ana, Graziella Reis de
Sa59h História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas
Terena / Graziella Reis de Sant'Ana. -- Campinas, SP : [s. n.],
2009.

Orientador: John Manuel Monteiro.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Índios Terena - História. 2. Movimentos sociais. 3. Identidade étnica. 4. Política e cultura. 5. Organizações não-governamentais. I. Monteiro, John Monteiro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: History, spaces, actions and symbols of the Terena indigenous associations

Palavras chaves em inglês (keywords) : Terena Indians - History
Social movements
Ethnic identity
Politics and culture
Non-government organization

Área de Concentração: Antropologia

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: John Manuel Monteiro, Sidnei Clemente Peres, Geraldo Luciano Andrello, Sérgio Augusto Domingues, Maria Beatriz Rocha Ferreira

Data da defesa: 28-01-2010

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

CJ
R197

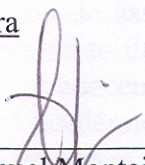
GRAZIELLA REIS DE SANT'ANA

HISTÓRIA, ESPAÇOS, AÇÕES E SÍMBOLOS DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS TERENA

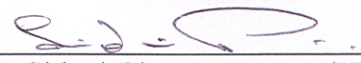
Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. John Manuel Monteiro.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/01/2010.

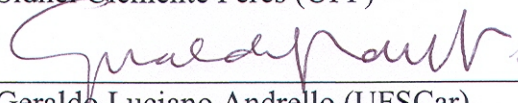
Comissão Julgadora



Prof. Dr. John Manuel Monteiro (presidente)



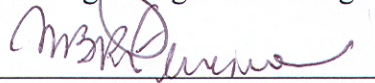
Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres (UFF)



Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello (UFSCar)



Prof. Dr. Sérgio Augusto Domingues (UNESP/FFC)



Profa. Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira (UNICAMP/FEF)

Suplentes:

Prof. Dr. Levi Marques Pereira (UFGD)

Profa. Dra Noêmia dos Santos Pereira Moura (UFGD).

Profa. Dra. Grazielle Açcolini (UNESP - FFC)

RESUMO

HISTÓRIA, ESPAÇOS, AÇÕES E SÍMBOLOS DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS TERENA

Esta tese versa sobre a etnopolítica Terena no campo das suas inúmeras associações, criadas nas últimas duas décadas e nos mais diversos “espaços” – territoriais, simbólicos, entre outros. O associativismo étnico é um fenômeno bastante recente na história das mobilizações e inserções políticas indígenas, tendo despontado em meio aos processos de luta pela redemocratização do país e, especificamente, no campo do embate/aliança com o poder tutelar e a busca por cidadania. As associações indígenas, hoje, são importantes executoras ou co-gestoras de políticas antes geridas pelo Estado e realizam essas atividades através do gerenciamento de recursos sob a forma de projetos (convênios, financiamentos, acordos), desenvolvidos nas mais diversas áreas (cultura, educação, gestão ambiental) e em meio, também, a toda uma estrutura burocrática. Falar das associações Terena, dentro desse conjunto, é falar também das incorporações e ressignificações nativas a partir das especificidades dadas pela cultura, história, morfologia social, territorialidade e relações com o Estado, especificamente, será problematizar sobre as ações das associações nas Terras Indígenas e nas cidades, sobre a importância dos *naati* (lideranças) nas mobilizações políticas locais e nacionais, sobre a participação recente no campo dos debates das políticas etnoambientais, ou mesmo sobre os novos espaços políticos ocupados pelas mulheres. A partir desses amplos aspectos, a etnografia de algumas associações Terena permite constatar que podem existir diversas formas de associativismo realizados por um mesmo grupo indígena. Além do mais, demonstra uma parte da realidade vivida pelo associativismo indígena fora da Amazônia Legal, região de maior concentração de associações indígenas, recursos financeiros, técnicos e da produção intelectual acadêmica sobre a temática. Enfim, as associações Terena, em suas mais variadas formas, representam importantes instrumentos de reflexão/ação, que estão possibilitando novos espaços de aprendizados e conquistas.

ABSTRACT

HISTORY, SPACES, ACTIONS AND SYMBOLS OF THE TERENA INDIGENOUS ASSOCIATIONS

This thesis deals with the Terena ethnopolitics on the field of its many associations created in the last two decades and in several "spaces" - territorial, symbolic, and others. The ethnic association is a fairly recent phenomenon in the history of the mobilizations and indigenous political insertions, being raised among the processes of struggle for the democratization of the country and specifically in the field of collision/alliance with the supervisory powers and the quest for citizenship. The indigenous associations today are major executors or co-managers of policy that were run by the Government and carry out these activities through the management of resources in the form of projects (concordat, financial support, agreements) developed in several areas (culture, education, environmental management), and also in the middle of the bureaucratic structure. To speak about Terena associations within this set, is also to talk of the incorporations and native resignifications from the specificity given by the culture, history, social morphology, territoriality and relations with the Government, specifically, it will problemize actions of organizations on indigenous lands and in cities, about the importance of *naati* (leaderships) in the local and national political mobilization, on recent participation in the field of the political ethno-environmental debates, or even on the new political spaces occupied by women. From these broad aspects, the ethnographies of some Terena associations permit us to conclude that there may be various forms of associations performed by the same indigenous group. In addition, shows a part of the reality lived by the indigenous associations outside the Legal Amazon, region of highest concentration of indigenous associations, financial resources, technical and academic intellectual production on the subject. Finally, the Terena associations, in its various forms, represent important tools for reflection/action, which are providing new spaces for learning and achievement.

DEDICATÓRIA

*Aos Terena que contribuíram para a construção desta tese.
Os meus mais sinceros agradecimentos.
Aínapo Yákoe!*

SUMÁRIO

Agradecimentos	11
Lista de Siglas	15
Lista de Imagens	17
INTRODUÇÃO	19
Associações Indígenas: Reflexões Iniciais	
Associações Terena: Alguns Apontamentos	
Divisão dos Capítulos da Tese	
CAPÍTULO I – OS TERENA: HISTÓRIA, TERRITORIALIZAÇÃO E ETNOPOLÍTICA	33
Ressignificando Campo Grande e os Movimentos de Afirmação Étnica	
Apontamentos Gerais e Atuais da Configuração/Organização Territorial e Cultural das TIs Terena	
Terras Indígenas Habitadas pelos Terena	
Morfologia Social	
Breves Apontamentos sobre os Terena em Campo Grande	
A aldeia urbana Marçal de Souza: uma das formas de ser e estar Terena na cidade	
<i>“Para Entender os Terena é Preciso Entender os Naati”</i>	
CAPÍTULO II – ESTADO, MOVIMENTO E ASSOCIATIVISMO ÉTNICOS.....	87
No Campo das Relações com o Estado	
Da Colônia à República: Aliados, Inimigos e Menores	
Protestos, Fatos e Alianças: o CIMI e os Antropólogos nas Mobilizações Pró-Índio pós 1970	
UNIND/UNI: Porta-vozes de suas Demandas	
Jogos Políticos, Tramas do Futebol: a criação da UNIND e da UNI	
O <i>Boom</i> das Associações Indígenas Pós Constituinte	
Entre o Ambiental e o Étnico: Novos Tempos/Temas para as Associações Indígenas	
CAPÍTULO III –ASSOCIAÇÕES NA CIDADE: O GRUPO TE E A AAIMS	119
O Grupo Te	
A Trajetória de Eliseu e a História da Associação Grupo Te	
Estrutura e Ações	
Prêmio Culturas Indígenas: o Reconhecimento do Trabalho, o Financiamento de um Projeto	
Associação dos Acadêmicos Indígenas do MS – AAIMS	
Quem, Quantos e Onde Estão os Acadêmicos Indígenas no MS (Dados 2005):	
o Contexto Propício para o Surgimento da AAIMS	
Dados Complementares, e as Propostas Elaboradas pela AER/Campo Grande em conjunto com os Acadêmicos	
Reuniões e Articulações para a Formação da AAIMS	
Embates e Articulações no Dia da Fundação	

Alianças, Ações e a Paralisação das Atividades

CAPÍTULO IV - ASSOCIAÇÕES NAS TIs: AAIT, AIAT E ATITI 173

Associação dos Agricultores Indígenas de Taunay – AAIT
União para a Autonomia Econômica: a Mobilização por uma Cooperativa Regional
e a Posterior Fundação de uma Associação Local
Relações e Conexões na Aldeia Água Branca
Estrutura da AAIT
Tocando Projetos: a Horta Comunitária do Programa Vigisus
Associação Indígena dos Apicultores Terena – AIAT
Do Mel às Frutas: o Projeto das Polpas
Associação dos Trabalhadores Indígenas Terena do Iriri – ATITI
Trajetórias, Reivindicações, Associativismo e a Conquista
de uma Nova Terra
A Construção de uma Nova Associação: a ATITI e seus Projetos

**CAPÍTULO V – ENTRE TIs E CIDADES: O ASSOCIATIVISMO
DAS MULHERES TERENA E A ARPIPAN 233**

Incorporando o “Componente Mulher:” o Associativismo das Mulheres Terena
Alguns Apontamentos sobre as Mulheres Terena
Associações das Mulheres Terena
A Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande – AFIC
A Associação dos Artesãos Indígenas – AAI
Entre Mistérios, Temores e Novidades
“*Somos Todos Parentes*”: a Construção da ARPIPAN
Acontecimentos, Atores e Instituições: Construindo uma Nova Aliança Regional/Nacional
O Projeto GEF Indígena
Atores e Associações: a Base Idealizadora e Articuladora da ARPIPAN
O Falecimento de Jorge Terena
A Oficialização e a Estrutura Burocrática da ARPIPAN
Fechando Alianças e Construindo os Projetos/Ações da ARPIPAN na Consulta Regional
do GEF Indígena
Etnografia da Consulta Regional
Fechando o Debate da ARPIPAN: Transformações para Além das Associações Terena

CONSIDERAÇÕES FINAIS 309

REFERÊNCIAS 313

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Orientador do Doutorado Prof. Dr. John Manuel Monteiro, pelo apoio à pesquisa, pelos temas debatidos, pelas críticas, por indicar caminhos e por me fazer questionar. Admiro o seu trabalho John e a sua produção e contribuição para o campo dos debates sobre as sociedades indígenas no Brasil. Obrigada por aceitar fazer parte desse momento importante na minha vida.

Ao Prof. Dr. Robin Wright por ter iniciado a orientação desta tese, contribuindo com importantes debates e discussões, e por ter acreditado na pesquisa desde o início, muito obrigada.

À Maria Rita, secretária do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, pela atenção e dedicação despendida ao longo do tempo em que passei no Programa.

Agradeço também ao apoio financeiro do CNPq sem o qual a realização dessa pesquisa seria inviável.

Aos Terena:

À primeira família que me recepcionou na aldeia Água Branca: a família da grande anciã e guardiã das tradições Terena, dona Leda Mamede, juntamente com seus filhos, filhas, netos e netas. Obrigada Dona Leda pela recepção sempre calorosa, por sempre esperar a nossa visita, por me emocionar tantas vezes. Grata Estevinho e Zenaide pela recepção todos esses anos, pelo apoio e amizade. Norma e Elizabeth, sempre tão atenciosas em tudo, obrigada sempre. Edson, Duli e “Índio”, obrigada também pelos momentos de diversão e muita risada na aldeia, vocês são a nossa família também. Meus queridos meninos e meninas: Neemias, Zuleika, Rosiane, Regiane, Raiane, Elisheife, Eloraine, Gurizinho, como é bom vê-los crescer, tão crianças e agora nas universidades, nas cidades... obrigada, meus queridos, por estarem sempre comigo, ensinando-me tantas coisas. Florêncio, obrigada por sempre nos receber tão bem, abraços nos meninos.

Aos demais Terena da Água Branca: Lindomar Lili, grande mulher, professora e agora colega de profissão... minha amiga, sucesso nessa sua nova trajetória, obrigada pelo apoio durante todos esses anos. Esmael, meu amigo, como estou feliz com a sua conquista na Cátedra, continues assim. Antenor, agradeço imensamente pela recepção desde as minhas primeiras viagens à Água Branca, admiro a sua atuação junto aos seus, a sua dedicação na questão fundiária, e a sua atuação enquanto cacique e à frente da AAIT. Maurílio Pacheco, Waldomiro Francisco e sua esposa, parabéns pelo trabalho que desempenham e obrigada também pela abertura proporcionada durante esses anos todos, serei eternamente grata. José Francisco e demais membros da AAIT, muito obrigada pelo espaço proporcionado na relação com vocês.

À família dos Lili, em especial Lisio e Eliseu. Ter conhecido vocês, acompanhado o trabalho de vocês, as histórias, as lutas, as superações, as vitórias, foi, sem dúvida, uma das experiências mais ricas que tive. Agradeço pela disponibilidade que tiveram em participar desta pesquisa, pela atenção e tempo que sempre dispensaram, por abrirem as portas para que eu pudesse entrar no universo do movimento indígena engendrado pelos Terena. Admiro a história que vocês construíram, admiro o caminho que ambos vêm trilhando.

Ao Marcos Terena, grande líder, grande orador e partícipe da história do movimento indígena no Brasil. Marcos, sempre admirei você, o seu trabalho, a sua trajetória e importância na configuração das inserções indígenas na política nacional e internacional. Obrigada pela abertura que me destes nesses últimos anos, pelas conversas, depoimentos, entrevistas, pela companhia e convites para encontros, eventos e por me dar acesso a uma parte do seu mundo também. Espero poder continuar acompanhando a sua trajetória, o seu trabalho.

Aos acadêmicos indígenas da AAIMS, em especial aos estudantes: Eder Alcântara, José Claudir, Amauri Dias, Jonivaldo, Genildo, Sander e Anaize Canale. Ter estado com vocês em 2005, 2006 foi um aprendizado e tanto, assim como a amizade que construímos. Apesar da distância, estarei sempre torcendo pela carreira e vida de todos vocês, grandes guerreiros!

Aos Terena do MT e suas duas grandes linhagens: os Rondon e os Reginaldo. Conhecer essa nova realidade territorial e histórica foi muito importante para a construção desse trabalho,

obrigada pela abertura e pela recepção na aldeia. Aos Terena: Antônio Jorge, Capitão Leonardo, Alvanei, Vairton, Mateus Rondon, Eliel Rondon, Samuel e Beth, obrigada por serem sempre tão gentis comigo e pelos diálogos sempre tão construtivos e agradáveis. Em especial agradeço a Cirênio Reginaldo e sua esposa Cícera... meus amigos, nossa casa sempre estará aberta para vocês, beijos na Rundara e Sinauí.

Aos indígenas das aldeias urbanas Água Bonita, Darcy Ribeiro e Marçal de Souza, em especial aos líderes Vânio, Nito Nelson, Ênio e Enir.

Às mulheres da Feira Indígena e às mulheres da AAI, grandes protagonistas das mobilizações em Campo Grande. Um grande abraço Elida!

Aos demais Terena das TIs e cidades com os quais me relacionei durante todos esses anos.

Aos amigos, família:

À minha mãe pelo infinito apoio, amor e orações, minha sustentação nesses anos todos; amo você mãe, minha inspiração na vida. Aos meus irmãos amados Jean e Alessandra, por estarem sempre presentes em minha vida.

Ao meu amigo Sérgio Domingues, meu primeiro orientador na Graduação, um grande antropólogo, amigo, pessoa fundamental para a minha imersão no universo complexo e rico das relações com as sociedades indígenas. Tchoy, grata por tudo, tudo mesmo, pela amizade, pelo incentivo ao longo dos anos, pelo carinho, por tantas coisas compartilhadas, pela suas aulas, seus ensinamentos e pelo caminho que me ajudou a construir, na antropologia e na vida.

Ao meu grande amigo, antropólogo, Aloir Pacini. Grata por tudo meu querido, sua amizade em Cuiabá, o carinho que sempre teve para conosco, eu e o Aislan, foram tão importantes, assim como os trabalhos que desenvolvemos juntos nas perícias, nos eventos, no Museu Rondon, caminhos novos e fundamentais para mim. Continuaremos juntos, como uma grande equipe.

Ao mais recente “membro da equipe” Sérgio Lobato. Meu amigo, foram tão poucos os meses que passamos juntos em Cuiabá, mas tão cheios de vida e aprendizados. Admiro você, a sua dedicação, seu trabalho. Sucesso em sua nova jornada na Amazônia, ainda vamos trabalhar juntos novamente, “bora” tocar aquele filme!

Aos amigos, funcionários e professores ligados ao Museu Rondon/UFMT, agradeço a abertura proporcionada por vocês: Antonio João, Vitor Peruare, estagiários e as professoras e antropólogas Carmen Lúcia e Juliana Dias, grata pela recepção proporcionada e pelos momentos de aprendizado e carinho.

Aos meus amigos distantes, mas sempre presentes comigo: Claudio, Mariângela, Anderson, Alexandro, André, Patrícia, Leonardo, Sueli... recordo sempre com muitas saudades dos nossos saudosos anos de Graduação em Marília, vocês sempre estarão comigo, mesmo que em pensamento. Em especial agradeço a Heline, minha amiga linda, obrigada pela força, amizade e pelo carinho e compreensão nesse tempo todo, que os anos que estão por vir sejam de muitas alegrias e que a nossa amizade atravessasse o tempo e a distância, sempre.

Por fim, o meu amigo, amor, confidente, companheiro no campo, nas perícias, na vida. Aislan, você continua sendo meu porto seguro em meio à tantas tempestades nessa vida, assim como ainda é a primeira pessoa que penso quando vejo algo bom, que me faz feliz. Admiro o que és, o trabalho que faz, a paixão pela Antropologia. Agradeço por estar comigo nesses 11 anos, compartilhando todas as dificuldades, alegrias e surpresas no campo entre os Terena. Obrigada por acreditar sempre, essa tese também é para você! Te amo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI – Associação dos Artesãos Indígenas
AAIT – Associação dos Agricultores Terena de Taunay
AAIMS – Associação dos Acadêmicos Indígenas de MS
ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ACIRK – Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu
AER-FUNAI – Administração Executiva Regional da Fundação Nacional do Índio
AFIC – Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande
AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
AITECA – Associação Indígena Terena de Cachoeirinha
AIAT – Associação Indígena dos Apicultores Terena
AIX – Associação Indígena Xerente
AMARN – Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
AMINTU – Associação de Mulheres Indígenas Terena Urbana
AMITRUT – Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracua, rio Aupés e Tiquié
ANAI – Associações Nacionais de Apoio ao Índio
APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APIC – Associação dos Produtores Indígenas da Campina
APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ARPINSUDESTE – Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste
ARPINSUL – Articulação dos Povos Indígenas do Sul
ARPIPAN – Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal
ATITI – Associação dos Trabalhadores Terena do Iriri
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEDI – Centro Ecumênico de Informação e Documentação
CEDIN – Conselho Estadual dos Direitos Indígenas
CEPACE (Centro de Pesquisas, Assessoria e Consultoria Econômicas
CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CGPIMA/FUNAI – Coordenação Geral do Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da FUNAI
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
COI-MS – Coordenação das Organizações Indígenas de MS
COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAMI – Conselho Nacional das Mulheres Indígenas
COP 8 – Oitava Convenção das Partes (referente à CDB)
CPI – Comissão Pró-Índio
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
ECO-92 – Conferência das Nações Unidas para o meio Ambiente e Desenvolvimento/1992
EOA – Ecologia e Ação
EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
FAT – Fundo de Atendimento ao Trabalhador
FEPI – Fundação Estadual dos Povos Indígenas/AM

FNMA: Fundo Nacional de Meio Ambiente
 FUNAI – Fundação Nacional do Índio
 FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
 FUNLEC – Fundação Lowtons de Educação
 GEF – Global Environment Facility
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
 IES – Instituições de Ensino Superior
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 ISA – Instituto Socioambiental
 ISAMU – Island South American Mission Union
 ITC – Comitê Inter-tribal
 IWGIA – Internacional Work Group for Indigenous Affairs
 KAGUATECA – Kadiwéu, Guarani, Terena e Caiuá
 MEC – Ministério da Educação
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MOPIC – Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
 NORAD – Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento
 OEA – Organização dos Estados Americanos
 OIT – Organização Internacional do Trabalho
 ONU – Organização das Nações Unidas
 PDPI – Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
 PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
 PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
 PROÍNDI – Programa de Inclusão Indígena
 SETAS – Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social de MS
 SIGATI - Sistema Integrado de Gestão Ambiental de Terras Indígenas da FUNAI
 SPI – Serviço de Proteção aos Índios
 SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
 TNC – The Nature Conservancy
 UCs – Unidades de Conservação
 UNI/UNIND – União das Nações Indígenas
 UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
 UNIEDAS – União das Igrejas Evangélicas da América do Sul
 WWF – World Wildlife Fund Network

LISTA DE IMAGENS

1. Gravura retratando índios Guaná (Fonte: Ladeira & Bittencourt, 2000, p. 43)
2. Índios Terena, aldeia Ipegue, durante o processo a medição de suas terras (1903/1906?). (Fonte: CD-ROM. Comissão Rondon (E)\Índios do Sul de Mato Grosso\pages\536.I.B. v.I, p. 314 - Terêna durante a medição de suas terras.htm (Foto publicada em: RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção ao Índio, 1946, v. I, p. 314.))
- 3 e 4. Propaganda da Prefeitura Municipal de Campo Grande, gestão André Puccinelli (1997-2004), atual governador do MS
5. Casas da aldeia Água Branca – TI Taunay/Ipegue. Foto da autora.
6. *Kohixoti Kipaé* na Água Branca. Foto da autora.
7. Casas da Marçal de Souza. Foto da autora.
8. Escola da Marçal de Souza. Foto da autora.
9. Memorial da Cultura Indígena da Marçal de Souza (Fonte: folder da prefeitura Municipal de Campo Grande, gestão André Puccinelli)
10. Interior do Memorial da Cultura Indígena da Marçal de Souza. Foto da autora.
11. Casas da Darcy Ribeiro. Foto da autora.
12. Índios participando da Constituinte (Fonte: CEDI, 87/90, p. 27)
13. Aliança dos Povos da Floresta (Fonte: CEDI, 87/90)
14. Marcos Terena e Rodolfo Stavenhagen, em uma das reuniões da ONU em 2007 (Fonte: arquivo pessoal de Marcos Terena).
15. Apresentação do Grupo Te na Praça Oshiro Takimori (1988/89). Eliseu Lili de camisa no canto direito (Fonte: arquivo pessoal de Eliseu Lili)
16. Vovó Dionízia (Fonte: arquivo pessoal de Eliseu Lili)
- 17 e 18 Apresentação do Grupo Te em 2005 (Fonte: Eliseu Lili)
19. Uma das reuniões com os membros da AAIMS. Foto da autora.
20. Membros da diretoria da AAIMS (da esquerda para a direita: Eder, Neemias, Sander, Anaize, Eliseu, Marcela, José Claudir e Amauri). Foto da autora.
21. José Claudir discursando no Fórum Social Indígena do Pantanal. Foto da autora.
22. Mapa da TI Taunay/Ipegue (Azanha, 2004?)
23. Da esquerda para a direita: Estevinho Tiago, Teófilo, Florêncio, José Francisco, membros da AAIT, conversando com a pesquisadora sobre o projeto Vigisus/FUNASA na Água Branca. Foto da autora.
24. Reunião em Campo Grande com membros da AAIT para formulação do projeto enviado ao Vigisus. Foto da autora.
25. Projeto Horta Comunitária – Vigisus/FUNASA. Foto da autora.
26. Foto 16: Antenor (sentado e de camiseta branca e azul), logo após ter exposto o projeto das polpas de frutas no espaço da escola. Foto da autora.

- 27 Desenho do movimento de protestos nas BRs realizado pelos Terena do MT (Fonte: Povos Terena em um pouco de sua história. SEDUC/MT, s.d. (Vários autores))
28. Mapa da TI Terena Gleba Iriri.
29. Homens limpando campo de futebol na Kopenoty. Foto da autora.
30. Escola Elio Turi Rondon na Kopenoty. Foto da autora.
31. Granja da ATITI na Kopenoty. Foto da autora.
32. Interior da granja da ATITI. Foto da autora.
- 33: Apresentação da *Kohixoti Kipaé* pelos Terena do MT, em uma das cidades da região
34. Desenho sobre a mulher Terena elaborado por uma criança Terena
35. Lindomar Lili discursando ao lado do Cacique no pátio da escola. Foto autora.
36. Quiosques da Feira Indígena em Campo Grande. Foto da autora.
37. Interior de um dos quiosques da Feira Indígena. Foto da autora.
38. Núcleo de Produção de Cerâmica Terena, hoje espaço da AAI. Foto da autora.
39. Interior da AAI. Foto da autora.
40. Posse de Enir como cacique da Marçal de Souza (fonte; <http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?em=3&n=422653&p=2>)
41. Reunião COP 8. Foto da autora.
42. Indígenas na plenária da COP 8, entre eles Marcos Terena de camiseta branca. Foto da autora.
43. Mapa dos Biomas presentes no Mato Grosso do Sul
44. Lisio Lili discursando em evento no Paraná (Fonte: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/xccgal/displayimage.php?pid=39554&album=8082&pos=0>)
45. Homenagem à Jorge Terena (Fonte: arquivo Marcos Terena)
46. Ramão Vieira, coordenador da ARPIPAN, na consulta regional do GEF Indígena em Campo Grande/MS. Foto da autora.
- 47 e 48. Grupos debatendo tópicos do projeto a ser enviado ao GEF. Foto da autora.

INTRODUÇÃO

Esta tese versa sobre a etnopolítica Terena no campo das suas inúmeras associações criadas nas últimas duas décadas nos mais diversos “espaços” – territoriais, simbólicos, entre outros. O associativismo étnico é um fenômeno bastante recente na história das mobilizações e inserções políticas indígenas, tendo despontado em meio aos processos de luta pela redemocratização do país e, especificamente, no campo do embate/aliança com o poder tutelar e a busca por cidadania. É um fenômeno repleto de diferenciações, formas de atuação e impacto, características e objetivos, representado pelas mais variadas formas associativas dos grupos que as direcionam, a despeito de compartilharem elementos em comum. As associações indígenas, hoje, são importantes executoras ou co-gestoras de políticas antes geridas pelo Estado e realizam essas atividades através do gerenciamento de recursos sob a forma de projetos (convênios, financiamentos, acordos), desenvolvidos nas mais diversas áreas (cultura, educação, gestão ambiental) e em meio a toda uma estrutura burocrática. As associações, também, atuam como instrumentos nas reivindicações relacionadas às demarcações territoriais, à aplicação de direitos adquiridos e às afirmações étnicas, bem como são utilizadas como mecanismos de busca por influência e prestígio entre os grupos.

Falar de associações indígenas é falar das novas incorporações e ressignificações nativas a partir das especificidades de cada sociedade, ou seja, da cultura, história, morfologia social, territorialidade e relações com o Estado, assim como a conexão destas particularidades com os debates sobre cidadania e meio-ambiente. Especificamente para essa tese, falar de associativismo será problematizar sobre as ações das associações Terena nas Terras Indígenas (TIs) e nas cidades, sobre a importância dos *naati* (lideranças) nas mobilizações políticas locais e nacionais, sobre os novos espaços políticos ocupados pelas mulheres, sobre a busca por poder, ou das alianças/embates com o Estado ao longo da história. Enfim, vários elementos, que vão além das atividades ou estruturas das associações Terena, estarão presentes nesta tese, compondo um rol de dados importantes para a compreensão e reflexão sobre o associativismo étnico no Brasil.

Ressalto, ainda, o ineditismo da tese ao abordar, especificamente, e de forma ampla, as diversas faces das associações Terena. Em geral, os estudos que versam sobre a política Terena procuram inserir, de alguma forma, as associações por eles criadas, contudo, não desenvolvem um quadro amplo de comparações, assim como analisam as mesmas apenas sob o prisma da

reprodução/reflexo de formas políticas “tradicionais” já existentes, ou apenas como instrumentos de “resistência” ao Estado. As associações Terena trazem esses elementos, mas também levantam vários outros, fundamentais para a problematização desses processos/fenômeno ainda pouco estudados pela literatura etnográfica.

Associações Indígenas: Reflexões Iniciais

O crescimento de associações indígenas é um processo que vem ocorrendo no país desde o final da década de 70, ganhando um *boom* de crescimento nos anos que se seguiram, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que abriu a possibilidade para os indígenas se constituírem como pessoas jurídicas; esse crescimento se fez sentir, sobretudo, na região Norte do país. As mudanças constitucionais de 88 só foram possíveis com o embate/debate do movimento indígena que ecoou no Brasil (e em toda a América Latina) nos idos dos anos 70, momento em que outros movimentos sociais se empenhavam na luta pela redemocratização do país. As mobilizações indígenas, nesse período, ganharam espaço, legitimidade e visibilidade, na medida em que se tornavam uma espécie de “válvula de escape” (Matos, 1997) para os descontentes com o regime de governo. Diante desse quadro, os indígenas foram conquistando apoio de vários setores e categorias como missionários, antropólogos, jornalistas e artistas, todos empenhados em protestar contra a opressão através da luta pelos direitos dos indígenas à saúde, educação, autodeterminação e território. O movimento indígena é um fenômeno que abarca uma multiplicidade de ações, envolvimento, articulações, objetivos e direcionamentos, locais, nacionais e internacionais, dados, também, pelas especificidades de cada etnia, pelas relações particulares destas com o Estado, com as agências de apoio, pela inserção maior ou menor no contexto da sociedade nacional, entre tantas outras particularidades. Não deve ser pensado como algo uníssono ou linear, mas sim como movimentos repletos de fluxos e refluxos, cujos contextos vivenciados influenciam nos impactos e resultados diferenciados.¹

Os debates e as discussões nacionais e regionais que envolveram o movimento indígena no Brasil proporcionaram: a ampliação das relações entre indígenas e apoiadores; a recuperação do termo “índio” que “passa a ser usado para expressar uma nova categoria, (positiva), forjada

¹ Pontuo que, quando fizer referência ao contexto mais regional, vou utilizar o termo movimento indígena no Mato Grosso do Sul, ou movimento indígena Terena, ou movimento indígena no MT, mas, lembrando, que esses movimentos estão, também, de diversas formas, articulados ou respaldados (simbólica, histórica, econômica ou politicamente) com o movimento indígena a nível nacional ou internacional.

agora pela prática de uma política indígena” (Cardoso de Oliveira, 1988: 20); o conhecimento dos problemas comuns enfrentados pelas sociedades indígenas e a busca por soluções específicas. De posse, portanto, de novos conhecimentos e da valorização e auto-afirmação étnicas, os indígenas conquistaram espaços importantes de participação política no quadro nacional (no que tange às possibilidades de reivindicações, articulações, parcerias e discussões); o que, de certa forma, ampliou e facilitou a movimentação sociocultural, como também abriu novas possibilidades de representação e de vivências étnicas e sociais, como se pode observar com relação às inúmeras associações indígenas existentes no país e que surgiram como resultado de todos esses processos.

Apesar da importância crescente que as associações vêm adquirindo e o que elas representam para a história das inserções políticas indígenas, ainda existem poucas pesquisas que aprofundem nessa temática. Carlos Alberto Ricardo (2004: 124) destaca que apesar da dimensão que o fenômeno vem apresentando e das implicações e transformações que ele vem determinando, há “pouquíssimos estudos de caso que tomem como epicentro as etnopolíticas em jogo vis a vis a essas mudanças de contexto (por ex. Pozzobon, 1998; Schroder, 2003)”. O autor propõe, portanto, que:

Além da identificação e eventual exercício de categorização, não se poderá compreender o significado para os povos indígenas das iniciativas contemporâneas relacionadas [por exemplo] ao mercado sem ampliar o marco de referência para examiná-los considerando as estratégias etnopolíticas de cada povo em relação aos contextos regional, nacional e internacional. Isso exige pesquisa de campo demorada e combinada com análise de fontes secundárias dispersas e pouco disponíveis (Ricardo, 2004: 124).

Dominique Gallois (2000) também aponta a necessidade de um maior número de pesquisas que tomem como foco as associações indígenas, – que para a autora representam mais uma dentre as formas de representação apropriada pelas sociedades indígenas, apropriação essa que tem, na sua gênese, a influência de alguns setores da Igreja Católica e de movimentos sociais vinculados às ONGs, ambos participando da construção de uma concepção do associativismo étnico como sendo resultado de comunidades “unidas e coesas”. A autora ressalta que devemos fugir das explicações simplistas e diretas que tomam as associações indígenas como meras reprodutoras da “organização tradicional”, para tanto é preciso observar, nesse processo, a *agency* indígena no gerenciamento de novas ações e projetos, explicitando que não se trata de pesquisar a “resistência indígena, mas as produções e ações no campo da etno-política que conecta discursos locais, globais ou de glocalização” (Gallois, 2000: 7).

Realizando um histórico do fenômeno no Brasil, Bruce Albert (2000) observa que os primeiros passos das associações indígenas foram dados no terreno das ações políticas reivindicatórias defendidas pelo movimento indígena e que, na virada dos anos 80/90, houve uma modificação com relação a essas organizações: de reivindicadoras das questões territoriais e assistenciais, a “etnicidade política”, as associações passaram a buscar – com a diminuição do diálogo/embate com o Estado, devido ao seu esvaziamento – parcerias com os órgãos internacionais e nacionais para a viabilização de projetos; esta seria a “etnicidade de resultados”.

A importância do período destacado pelo autor (para o crescimento e transformação do associativismo étnico pelo país), que vai do final dos anos 80 ao início dos 90 (e aos anos que se seguiram), deve-se, também, à valorização dos discursos, políticas e movimentos que passaram a focar a proteção da biodiversidade, aliada à valorização da diversidade cultural como valores amplos e universais (Peres, 2003). Nesse momento, e em meio ao fortalecimento dos movimentos ambientais, os indígenas passaram de símbolos do “atraso” a “protetores” e “defensores naturais” do meio-ambiente.

Os próprios indígenas se apropriaram dessas concepções ambientalistas – germinadas nesses espaços de interlocuções locais/globais e novas criações simbólicas – e as instrumentalizaram nos jogos políticos que disputam (demandas, poder e gestão). Como bem aponta John Monteiro (1999: 240): “Frequentemente se atribui aos índios certos valores supostamente intrínsecos que, na verdade, são apreendidos e instrumentalizados pelas lideranças com a finalidade de abrir espaços de diálogo com interlocutores externos”.

Esse cenário impulsionou o crescimento das associações indígenas (principalmente no cenário amazônico) juntamente com o apoio de inúmeras instituições governamentais e não-governamentais, que passaram a ser parceiras de intervenções no campo da política indigenista, promovendo ações culturais, ambientais e sociais, entoando em conjunto: “cultura, política e natureza” (Peres, 2003: 30).

Luís Roberto de Paula (2008) discute a inserção das associações indígenas no que ele chama de “mercado de projetos”, uma gama variada de financiamentos, convênios e editais, advindos das iniciativas governamentais, do terceiro setor, de bancos e igrejas, compondo uma rede de cooperação que se estende dentro e fora do país. O autor pontua, também, que os dados disponíveis sobre esses projetos são muito dispersos, quando não quase impossíveis de serem acessados, principalmente aqueles financiados e acompanhados pela cooperação internacional;

recentemente o ISA (Instituto Socioambiental) vem catalogando e analisando cerca de 1.200 projetos, distribuídos em mais de 370 associações indígenas, mas tem se deparado com inúmeras dificuldades de acesso ou falta de dados para poder analisar a fundo esses projetos (Roberto de Paula, 2008).

As associações indígenas – principalmente pós 88 –, sem dúvida, representam, também, um desdobramento das mobilizações indígenas desencadeadas a partir da década de 70 e no campo das reivindicações e afirmações étnicas. No entanto – e apesar dos estudos atuais sobre o associativismo, nos variados contextos do país, procurarem focar as estratégias políticas próprias de cada grupo no gerenciamento de suas associações –, grande parte do referencial teórico e metodológico no Brasil provém das discussões relativas ao cenário amazônico². Além disso, esse mesmo referencial tem sido hoje utilizado pelos indígenas no Mato Grosso do Sul como uma idealização, ou seja, uma projeção do que querem para as suas associações.

É preciso atentar para o fato de que nem todas as associações participam, por exemplo, do “mercado de projetos”. No caso de muitas associações Terena, a “agenda dos projetos” não é, necessariamente, regra ou mola propulsora para o surgimento ou continuidade de suas associações; o que não significa que essa pauta (a dos projetos financiados) esteja excluída dos discursos e desejos, assim como não as descredencia no campo da etnopolítica.

Outro ponto também a ser destacado é que, em termos da legislação vigente³, as associações (também conhecidas como ONG, organização não-governamental) “são obrigadas a ter uma personalidade jurídica para ter representatividade junto aos órgãos governamentais e junto às agências financiadoras. Só assim podem receber e gerir (administrar) recursos financeiros” (Andrade, Barros e Silva, Kahn, 2002: 9), isso significa, que é necessário (para a aprovação de muitos projetos, convênios e financiamentos) que as associações cumpram com algumas formalidades como: elaborar estatuto, ter uma diretoria, fazer registro em cartório, realizar prestação de contas, tirar alvará de localização e funcionamento, ter um CNPJ (cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) junto à Receita Federal, realizar assembléias, fazer atas, etc. Entretanto, em meio às dificuldades de lidar com a burocracia, ou mesmo como forma própria de

² A região Norte concentra o maior número de associações indígenas (mais de 103, segundo fontes do ISA), numa região de altos investimentos por órgãos nacionais e internacionais, com o indígena sendo visto como a alternativa viável para o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental.

³ “Código Civil Brasileiro: nos artigos de 18 a 30; No Decreto-Lei 9085 de 25/3/1946; Na Lei 6015 de 31/12/1973” (ISA, 2002: 10)

desenvolver suas ações, muitas das associações Terena hoje existentes e com plena atuação, importância e legitimidade junto aos seus grupos, não, necessariamente, desenvolvem suas atividades ou projetos a partir da estrutura burocrática imposta, o que de certa forma vai de encontro com o que rege a Convenção nº 169 da OIT, quando ressalta a importância e a legitimidade dos indígenas se organizarem, e serem reconhecidos pelo Estado, a partir de suas formas organizativas. É, importante, então, observarmos como tem se dado o caminhar, os dribles e os desafios das associações em meio às estruturas e normas presentes.

Enfim, e atentando para as particularidades que envolvem o associativismo étnico, podemos levantar algumas questões: o que representa as associações para os Terena? Qual a dinâmica de funcionamento, articulação e impacto das associações sobre os mesmos? De que forma as associações articulam os discursos engendrados pela etnicidade, cosmologia e organização próprias da sociedade Terena? Quais as especificidades das associações dadas pelos diferentes territórios/histórias? Quais são as redes e relações estabelecidas via associações com o Estado?

A partir da temática “associativismo Terena” abordo, nesta tese, não só as formas da política Terena – entendida aqui como um campo (Bourdieu, 1974) de relações, permeado por diferentes atores e significados, num processo que se manifesta e se apresenta não só como uma forma de afirmação étnica, mas, também, como um campo que envolve negociações, trocas, transformações e apreensões do “Outro” –, mas também a articulação destes com a territorialidade⁴ (Little, 2002), com a história e o modo de ser Terena, além da conexão com o movimento indígena local/nacional/internacional. Dentro dessa perspectiva e como desdobramento dos objetivos da tese, aponto, metodologicamente (a partir das articulações entre história, organização social e etnicidade): 1) de que forma os fatos históricos se tornam compreensíveis, ou seja, de que forma são traduzidos para a consciência mítica (Wright, 2002) e, 2) de que maneira os Terena participam da dinâmica da política da identidade, o que é percebido através de uma “reinterpretação abrangente dos processos históricos que *envolvem* essas populações. Mais do que isso, [aponto que] é preciso também reavaliar como os diferentes atores *criam e constroem* um espaço político pautado na rearticulação de identidades, contemplando

⁴ Territorialidade aqui entendida na acepção de Paul Little (2002: 3, 4), como o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou *homeland* [...] Território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi definido e/ou reafirmado.”

evidentemente não apenas as formas pré-coloniais de viver e de proceder, como também e, especialmente, a sua inserção – ou não – nas estruturas envolventes que passaram a cercar cada vez mais a suas margens de manobra” (Monteiro, 1999).

Creio que a tese contribuirá, mesmo que de uma perspectiva particular, para o debate sobre a temática das associações indígenas no Brasil. E, para os Terena, espero poder com essa tese contribuir como um registro de memória sobre suas articulações políticas nesse campo, bem como sobre o trânsito realizado em diferentes tempos/espacos, além de destacar a participação e importância que tiveram, e têm, para a história do movimento indígena no país.

Associações Terena: Alguns Apontamentos

Existem, atualmente, entre 40 a 50⁵ associações de índios Terena nas TIs e nas cidades dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Um número que vem crescendo a cada ano sendo difícil catalogá-las no mesmo ritmo, visto que muitas dessas associações não possuem registros burocráticos (CNPJ na Receita Federal, registro em Cartório de Protestos e Títulos do município, etc.) – o que não retira, ressaltando, a legitimidade simbólica e política das mesmas. Como já pontuei, as associações indígenas no Brasil possuem, entre outras, uma importância significativa no que se refere, por exemplo, às articulações políticas indígenas e à aplicação de políticas públicas que hoje chegam até os indígenas, haja vista que tem sido, também, pelo espaço das associações que o diálogo – aqui entendido em sentido amplo de discussão de demandas, repasse de financiamentos e construção de iniciativas econômicas, ambientais, entre outras – tem se dado. De uma forma geral, parte significativa das TIs no Brasil já possui suas próprias associações⁶ (entre elas a quase totalidade das aldeias Terena), com uma multiplicidade de referenciais (históricos, geográficos, simbólicos, políticos), o que proporciona uma variedade no estilo, gerenciamento e ações, representados na forma de associações locais, regionais ou nacionais, associações com a presença de um presidente ou de uma comissão, e áreas de atuação que variam entre a educação, a saúde, o desenvolvimento econômico/sustentável, dentre outras.

⁵ As fontes para essas informações provem do ISA e de outras fontes como da Fundação Biótica, FUNAI e Prefeituras. O número, contudo, é bem maior, pois muitas associações não estão cadastradas nessas instituições. Ressalto que existem índios Terena participando de outras associações indígenas não necessariamente nesses Estados e/ou só da etnia Terena.

⁶ Segundo o site do ISA, existem cerca de 326 associações indígenas no Brasil, lembrando que o número tende a ser bem maior. (ver: <http://www.socioambiental.org>).

Diante dessa importante realidade e da necessidade de problematizar contextos particulares para a compreensão das formas associativas de forma mais ampla – e dando continuidade à pesquisa desenvolvida no Mestrado quando, então, problematizei a dinâmica das associações Terena na cidade de Campo Grande – abordarei, nesta tese, as associações Terena em diferentes contextos, espaciais e históricos, além de suas diferentes demandas e ações. Ampliar a análise que fiz no Mestrado para outros contextos, como os das TIs, por exemplo, pareceu-me relevante, pois, apesar da fluidez e dinamicidade que existem no processo dos fluxos migratórios Terena – que transformam TIs e cidades numa complexa rede de interconexões –, ambos os territórios se configuram, também, como particularidades simbólicas, espaciais e históricas, sendo, portanto, momentos distintos na vida do Terena, ou seja, momentos que demandam diferentes concepções/ações sobre o espaço e as ligações deste com as relações de parentesco, com as relações políticas/econômicas e na forma como as associações são concebidas e/ou gerenciadas.

É importante frisar que as especificidades que destaco entre os espaços não implicam numa diferença étnica entre os grupos (os nas TI e os na cidade), pois a etnicidade não se define somente pelo local ou pela existência de elementos de uma “cultura original”, mas, sim, pelos reconhecimentos, negações, reformulações dos significados, fronteiras e relações (Marcus, 1991; Novaes, 1993) numa arena de politização da cultura (Turner, 1991), cultura essa que é construída, interpretada, defrontada e transformada com e pela história (Sahlins, 1991).

Além dos aspectos que envolvem os diferentes espaços, existem outros que influenciam e particularizam as associações Terena como, por exemplo, se a associação é composta por mulheres ou homens, jovens ou adultos, se têm acesso a algum tipo de financiamento, se está participando de uma rede mais ampla de debates nacionais e internacionais e o contexto político e ambiental em que está inserida.

Com relação às associações na cidade de Campo Grande/MS – onde residem mais de 3.000 indígenas, sendo 80% da etnia Terena –, é possível constatar um número cada vez mais crescente, sendo as mesmas um dos principais canais articuladores dos processos ligados à expressividade étnica no espaço urbano. Nesse contexto, as associações buscam não só garantir a possibilidade de manifestação pública da diferença – a autodeterminação garantida pela Constituição Federal de 1988 –, mas o acesso a melhores condições nas áreas da saúde, educação e geração de renda. Além disso, elas representam espaços potenciais de poder – poder aqui

entendido como a capacidade de um líder, grupo, ou mesmo um “espaço”, de produzir/gerir prestígios, influências e controle sobre os recursos (“socialmente valorizados”), sejam eles “humanos, materiais e/ou normativos” (Roberto de Paula, 2000: 14).

A Associação dos Acadêmicos Indígenas do Mato Grosso do Sul (AAIMS), por exemplo, foi um espaço criado em Campo Grande, no ano de 2005, para se pensar: os novos caminhos e conhecimentos que estavam sendo adquiridos pelos acadêmicos indígenas nas Universidades do MS; um espaço de apoio para os estudantes vindos das TIs; a parceria dos acadêmicos com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e com outras associações indígenas; uma forma de mostrar a presença ativa e positiva dos indígenas nas cidades e nas Universidades; e um espaço, também, de disputa para a posição de liderança da Associação, dada a visibilidade da mesma.

Pontuo que as lideranças Terena, *naati*, *nâtihiho*, representam: os caciques (eleitos nas aldeias de quatro em quatro anos); as pessoas de grande influência e prestígio (dados pela linhagem familiar ou função religiosa: pastor ou xamã); e aqueles que se destacam no movimento indígena, bem como no espaço das associações. Às vezes, é necessário, para a legitimidade de uma pessoa como liderança, a junção de mais de um dos elementos apontados acima. No campo do movimento indígena, por exemplo, o alcance da posição de líder é frágil e difícil de ser conquistada, sendo necessário um somatório de feitos, alianças, parentesco, linhagem (se é ou não de famílias historicamente de lideranças, se pertence à família de grandes xamãs), formação educacional, etc. Descrever quem são os *naati* e a atuação dos mesmos no campo das associações serão, também, objetivos desta tese, haja vista que eles são um dos principais atores nesses processos políticos.

Com relação ao campo dos projetos, como já ressaltai, muitas associações Terena não conseguem tê-los aprovados por alguma instituição, ou até mesmo nem chegam a construir algum tipo de proposta para disputar algum edital ou fechar algum convênio, ou seja, não estão de forma ampla no “mercado de projetos”, ou na “etnicidade de resultados”, o interesse existe, mas as restrições burocráticas ou as poucas parcerias têm restringido esse campo de possibilidades. Não obstante, as associações Terena não devem ser percebidas, ou medidas, apenas pelo viés da elaboração, execução ou gestão de projetos, pois para eles (os Terena) elas também estão para além das relações com os financiamentos. Destaco que as possibilidades de financiamentos e parcerias (governamentais, ONGs, movimentos sociais) para as associações indígenas na cidade, têm sido mais restritas que aquelas que têm como foco as ações nas TIs.

Os Terena que não participam ou que não estão filiados a qualquer associação, de uma forma ou de outra, obtêm notícias das ações desenvolvidas por algumas associações em Campo Grande, principalmente quando as ações estão articuladas com as reivindicações públicas ligadas às demandas dos bairros com alta concentração de famílias indígenas ou as aldeias urbanas. De uma forma geral, os Terena reconhecem a importância das associações, vendo nelas novos espaços onde podem discutir as possibilidades e os rumos de suas demandas, além de as perceberem como canais de afirmação étnica. Por outro lado, existe uma série de críticas e desconfianças a essas associações, principalmente àquelas que conseguem uma maior visibilidade, críticas essas ligadas, sobretudo, à possibilidade dos líderes estarem conseguindo recursos (simbólicos, financeiros, políticos) apenas em benefício próprio ou de seu grupo político.

Ressalto que a cidade é vista por alguns (principalmente por aqueles nascidos nas TIs) como a terra dos “*purutuye*”, os brancos, o que não significa que essa concepção os coloque como forasteiros em terras de outrem, visto que consideram a cidade também “domesticada” por eles: seja pelas casas que possuem, pelo comércio que realizam, pelas idas constantes, pela história secular que possuem com as cidades, enfim, também sentem que colonizaram as regiões citadinas sul-matogrossenses. No entanto, devido às pressões vivenciadas na cidade – com as dificuldades econômicas e as discriminações –, muitos reconhecem a hegemonia e domínio dos *purutuye* sobre o espaço urbano, sabem que os “regulamentos”, os “papéis”, as leis saem e emanam dos espaços de poder vindos da cidade, espaços esses que estão sob a direção dos “líderes *purutuye*”. Todo esse conjunto de compreensões sobre a cidade, bem como a forma de inserção na mesma, influenciam na dinâmica das associações Terena.

Por outro lado, estar na cidade, agir sobre ela, a partir também de associações, não implica num corte de contatos com as aldeias nas TIs, pelo contrário, a ida para as cidades representa uma extensão e potencialização das relações nas TIs e, nesse sentido, as associações, mesmo quando atuam mais especificamente em “um espaço”, o farão sempre em conexão com os demais, mesmo que de forma simbólica. Portanto, essa tese irá pesquisar as associações *nas* aldeias e *nas* cidades, e não *das* aldeias ou *das* cidades, visto que são múltiplas as conexões e relações.

Nas TIs, observa-se um número expressivo de associações, tal qual na cidade. Em geral, nas TIs, as associações estão vinculadas a três grandes demandas: produção agrícola (hortas familiares, plantações mais “conjuntas”), espaço escolar (como associação de professores ou pais

e mestres) e, em menor número, às atividades das mulheres (associação de ceramistas, artesãs). Por conta da proximidade física entre as pessoas, constata-se que o número de associados regulares e que participam das atividades das associações é bem maior se comparado com o número de associados na cidade. Já no campo dos projetos, é possível constatar que as associações também enfrentam dificuldades ligadas aos trâmites burocráticos, estando, inclusive, mais distantes dos centros de informação e formação técnica disponíveis nos espaços urbanos e que são importantes para as associações. Contudo, em termos de canais abertos (leia-se editais, linhas de financiamentos específicos e parcerias), as TIs gozam de um campo mais favorável, o que não traduz, necessariamente, em um maior número de projetos ou ações.

Para além das dinâmicas espaciais, as associações Terena são influenciadas, de uma forma geral, pelos debates que envolvem o movimento e o associativismo indígenas dentro e fora do país, haja vista que os Terena foram e são grandes protagonistas nesse campo. Essa participação ou influência se faz sentir, por exemplo, na incorporação da mulher em espaços antes exclusivos aos homens, dado os debates nos últimos anos sobre a importância da mulher no campo das políticas decisórias, além da exigência crescente dos financiadores para que as mulheres também participem dos projetos e da direção de associações. Além disso, temos os crescentes debates dentro das associações Terena sobre as questões ambientais e direitos humanos, questões estas trazidas pelas conexões com outras associações indígenas, com os movimentos ecológicos ou debates na esfera governamental.

Esses são apenas alguns pequenos apontamentos iniciais sobre as associações Terena, outros tantos também irão compor o quadro de análises desse fenômeno, que vêm demandando, a cada dia, novas traduções e interpretações, não só para os diretamente envolvidos, mas, também, para os pesquisadores que trilham o campo da etnografia e/ou da atuação junto às associações ou mobilizações indígenas.

Finalizo, ressaltando, que o meu envolvimento no campo da pesquisa entre os Terena completou 10 anos em 2009, tendo se iniciado com as pesquisas acerca dos fluxos e trânsitos das famílias Terena nas TIs para as cidades, escolhendo como territórios a aldeia Água Branca, TI Taunay/Ipegue no MS e a cidade de Campo Grande. Para a presente pesquisa de Doutorado, e já ampliando a atuação das associações, estendi meu campo de análise para a aldeia Kopenoty na TI Terena Gleba Iriri, no Mato Grosso. Durante todos esses anos de pesquisa atuei, também, como assessora voluntária em várias associações, muitas das quais não estão descritas nesta tese, mas

que foram importantes para a construção e reflexão do objeto de pesquisa. Ao total foram etnografadas, principalmente nos últimos 5 anos, cerca de 16 associações Terena, das quais 8 estarão descritas e analisadas nesta tese⁷.

Divisão dos Capítulos da Tese

Focando a história, cultura, territorialidade, trânsito, relações com o Estado e a sociedade nacional, no capítulo I apresento os Terena: morfologia social, localização das aldeias, dados estatísticos e os fluxos e redes entre as TIs e as cidades. Além desses aspectos, descrevo e analiso quem são os *naati*, os conhecidos líderes, atores fundamentais no campo da etnopolítica Terena.

A construção histórica do movimento indígena no país e o posterior surgimento das associações indígenas é o foco do capítulo II, onde aponto os encadeamentos, atores, fatos importantes, instituições-chaves e debates teóricos ligados aos temas, articulando, dentro desse quadro amplo de análise, a participação ativa dos Terena. Também, um destaque especial é dado às relações entre indígenas e o Estado ao longo da história, como forma de compreensão das inserções e mobilizações indígenas no campo da política nacional, entre embates e alianças com os poderes governamentais.

O quadro sobre a etnopolítica Terena no campo das associações, em diferentes espaços/tempo, temas e objetivos, será desenvolvido nos capítulos III, IV e V, através da etnografia de algumas associações Terena, aliando as questões que envolvem a organização sociopolítica Terena, a história de cada associação, os projetos desenvolvidos ou não, a existência ou ausência de estruturas burocráticas, as especificidades dadas pela configuração territorial/ambiental, pela questão do gênero feminino, os conflitos entre os atores envolvidos, as alianças feitas, a atuação dos *naati*, as conexões com o movimento indígena e as políticas de identidade, enfim, vários elementos irão compor o quadro de compreensão sobre as associações Terena, bem como servir de parâmetro para comparações futuras com outras realidades étnicas.

⁷ Trabalho de Campo no Doutorado:

2004: Viagens a campo nos meses de Julho, Agosto e Dezembro, etnografando as associações em Campo Grande e na aldeia Água Branca.

2005: Mudança para a cidade de Campo Grande, onde acompanhei o cotidiano de algumas associações em Campo Grande, bem como continuei o campo entre as associações na aldeia

2006: Mudança para a cidade de Cuiabá, primeiros contatos com os Terena do MT em Cuiabá e na aldeia Kopenoty no mês de agosto. Continuação das viagens para Campo Grande durante o ano.

2007: Viagens para Campo Grande e aldeia Água Branca durante o ano, e viagem para Kopenoty no mês de maio.

2008: Viagens a campo durante o ano para Campo Grande e Brasília.

Metodologicamente, divido os capítulos a respeito da etnografia das associações Terena da seguinte forma: no capítulo III, estarão duas associações com atuações nas cidades, Grupo Te e AAIMS; no capítulo IV, as associações com foco de atuação nas TIs, AAIT, AIAT, ATITI; e, no capítulo V, trago a discussão sobre associações no campo do gênero feminino, através da AFIC e da AAI, e a discussão de uma associação que articula, de forma mais ampla, ações e atores entre TIs e cidades. Ressalto que essa divisão não implica em uma desconexão dessas associações com outros espaços ou temas, apenas que cada grupo de associações tem um foco maior para tal tema ou em tal espaço/território.

As associações etnografadas são:

Capítulo III:

Associação Grupo TE: Associação fundada em 1988, com o objetivo de divulgar a cultura Terena dentro da cidade de Campo Grande, participando ativamente dos movimentos afirmativos.

Associação dos Acadêmicos Indígenas do Mato Grosso do Sul – AAIMS: Associação com sede em Campo Grande/MS. Fundada em 2005, com uma existência efêmera, reunia acadêmicos indígenas das mais diversas TIs estudando em Universidades privadas na capital. Entre as metas da Associação estava a construção de um local de apoio para os que saíam das TIs para estudar em Campo Grande.

Capítulo IV:

Associação dos Agricultores Indígenas de Taunay – AAITT: Associação com sede na aldeia Água Branca, Terra Indígena Taunay/Ipegue, Estado do MS, desenvolvem atividades voltadas à agricultura familiar e à capacitação profissional. Cerca de 100 homens estão associados.

Associação Indígena dos Apicultores Terena – AIAT: Associação voltada para a produção e comercialização dos produtos derivados do mel. Também, recentemente, a Associação tem debatido temas voltados às temáticas do etnodesenvolvimento. Cerca de 50 associados. Local: aldeia Água Branca, Terra Indígena Taunay/Ipegue – MS.

Associação dos Trabalhadores Indígenas Terena do Iriri – ATITI: Associação com sede na aldeia Kopenoty, Estado do Mato Grosso, tem como finalidade realizar projetos voltados às áreas econômicas e educacionais, além de ações voltadas à afirmação étnica.

Capítulo V:

Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande – AFIC: Associação fundada em 1988, com sede em Campo Grande e que reúne mulheres das TIs e cidade. Os objetivos da Associação estão relacionados às demandas cotidianas das mulheres que comercializam os produtos da agricultura e cultura material Terena no espaço da Feira Indígena, na praça Oshiro Takimori.

Associação dos Artesãos Indígenas – AAI: Associação voltada para a produção e venda de cerâmica das mulheres Terena que residem em Campo Grande, no bairro Jardim Noroeste. Cerca de 50 associados, a maioria mulheres.

Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal – ARPIPAN: Associação fundada no ano de 2008 e que reúne várias etnias no Mato Grosso do Sul, com predomínio dos Terena. Entre os objetivos principais da Associação está a temática da gestão ambiental nas TIs, além do fortalecimento das reivindicações do movimento indígena dentro e fora do Estado. A ARPIPAN também faz parte da APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil –, associação que envolve ainda outras grandes associações indígenas: a COIAB, a APOINME e a ARPIN-SUL.

Por fim, na conclusão da tese, retomo brevemente alguns temas debatidos ao longo do texto, fechando o ciclo de discussões e debates, teóricos/etnográficos, apontando algumas considerações finais.

CAPÍTULO I – OS TERENA

HISTÓRIA, TERRITORIALIZAÇÃO E ETNOPOLÍTICA

Orekajuvakái ouviu que cada um da gente falou diferente do outro. Aí separaram cada um a um lado. Eram gente de toda raça. Como o mundo era pequeno, Orekajuvakái o aumentou para o pessoal caber.⁸

Os Terena são conhecidos pela literatura histórica/etnográfica como sendo um dos sub-grupos do grande grupo Guaná, este, por sua vez, foi um designativo dado pelos conquistadores espanhóis ao grupo lingüístico Aruak-Txané da região do Chaco da bacia do rio Paraguai. O termo Guaná não era utilizado ou conhecido pelos Terena, ao contrário de *txané* que na língua Terena significa “gente”. Apesar dessa constatação, os estudiosos da sociedade Terena utilizam amplamente o termo Guaná⁹, principalmente quando recorrem às referências históricas dos séculos XVI a XIX, visto que os dados específicos desses períodos sobre os Terena (e demais sub-grupos Guaná, como os Laiana, Kinikinau e Exoaladi) são mínimos se comparados com os dados mais gerais sobre os Guaná. Ressalto que os sub-grupos Guaná compartilhavam/compartilham semelhanças lingüísticas, ritualísticas, organizacionais, como também realizavam/realizam trocas, casamentos e alianças diversas, o que permite aos pesquisadores a utilização dos dados gerais sobre os Guaná para a análise dos sub-grupos a ele pertencente.

Segundo algumas fontes históricas e etnográficas¹⁰, os Terena (e demais grupos Guaná) habitavam as regiões do Chaco Paraguaio e, nos idos de 1760, devido às crescentes pressões espanholas e conflitos com outras etnias, os Terena começaram a migrar em levadas sucessivas para as terras do atual Mato Grosso do Sul. Na história oral, pude encontrar alguns depoimentos sobre os tempos do Chaco e das migrações, um tempo marcante para eles e conhecido como o tempo do *Êxiva*, um tempo/espço histórico e mítico:

Os antepassados da gente contavam que a gente morava lá no Êxiva, um pouco longe daqui, mas teve um dia que as guerras começaram por lá, e tinha naquelas terras um índio que andava com um bando, que tinha branco e índio, e eles caçavam índios Terena lá no Êxiva, muita gente morreu por causa dele, velho, criança; ele era mal. Então, nossos parentes resolveram vir pra cá, construíram uma grande canoa para atravessar o rio. Mas, aconteceu que era

⁸ Indígena Terena Kaliketê em depoimento a Herbert Baldus (1950: 219). *Orekajuvakái*: herói civilizador.

⁹ Neste texto, quando aparecer “Guaná” me refiro, também, aos Terena.

¹⁰ Ver Roberto Cardoso de Oliveira (1968), Gilberto Azanha (2004?), Verone Silva (2001), Max Schimdt (s/d), Vera Lúcia Vargas (2003).

noite e muita gente morreu afogada, foi muito triste, eles contam, pois as canoas, muitas canoas viraram, pode ter sido a Mãe d'água [personagem mítico Terena] (Leda Mamede, anciã Terena, informação oral)¹¹.

Meus avós contavam do Êxiva, que era o lugar de onde muitos de nós viemos, onde os nossos parentes moraram. Nós atravessamos com uma canoa o rio Paraguai e chegamos aqui. Minha avó contava também que lá no Êxiva tinha um grande buraco, e só as grandes lideranças podiam ter acesso a ele, os nossos koixomuneti [xamãs]. Eles iam nesse buraco e de lá eles tiravam os bichos que temos na mata, assim como os Terena saíram do buraco um dia. Mas esses bichos eram tirados em épocas certas do ano, na época da colheita do milho, por exemplo, os koixomuneti tiravam os bichos que se alimentavam do milho e assim ia, por ciclos (Lísio Lili, informação oral).

Interessante observar que em alguns depoimentos colhidos no campo, principalmente entre os mais velhos, ouvi histórias de que os Terena já transitavam nas terras orientais do rio Paraguai (hoje, território brasileiro) muito antes das levadas migratórias mais intensas e definitivas que ocorreram a partir de 1760, como apontam alguns documentos históricos. Contam que subiam, desciam e atravessavam as margens do rio Paraguai – “quando ainda havia só índio por aqui” – procurando terras para o plantio, comércio, contatos, além de fugirem de conflitos e guerras. Nessa direção, os estudos recentes de Andrey Ferreira (2007) e Jorge Eremites de Oliveira & Levi Pereira (2003) indicam que os Terena transitavam em todo o Chaco e Pantanal, o que compreenderia os territórios do Brasil, da Bolívia, Argentina e Paraguai:

Do ponto de vista geográfico o chamado Gran Chaco não abrange apenas parte da Bolívia, do Paraguai e da Argentina, como, aliás, alguns cientistas sociais avaliaram por não terem familiaridade com os estudos a cerca dos ecossistemas e da geomorfologias regionais. No Brasil, a exemplo do que está constatado para as regiões pantaneiras de Jacadigo e Nabileque, abaixo da cidade de Corumbá [MS], da fronteira com a Bolívia até a fronteira com o Paraguai, há também áreas com vegetação tipicamente chaquenha (...) Além disso, em fontes textuais do período colonial, muitas vezes o termo Chaco Paraguaio se refere à região chaquenha da antiga Província do Paraguai, a qual abrangia parte dos atuais territórios da Argentina, da Bolívia, do Brasil e toda a área da atual República do Paraguai. No caso do Brasil, o território da antiga Província do Paraguai abarcava parte do Mato Grosso do Sul e Paraná, além dos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde existiam missões jesuítas e povoados castelhanos. No atual município sul-matogrossense de Aquidauana [região de várias aldeias Terena], por exemplo, em fins do século XVI já havia o povoado espanhol de Santiago de Xerez (Eremites de Oliveira & Pereira, 2003: s.p.).

Nos tempos do Êxiva, os Terena (e demais Guanâ) detinham domínios e autonomia sobre amplos territórios do Chaco, bem como sobre algumas etnias, visto serem grandes agricultores,

¹¹ Nesta tese, as falas, diálogos e entrevistas com os indígenas, sempre estarão destacadas com estilo da fonte em itálico.

contarem com um expressivo número populacional e inúmeras aldeias fixas; todos esses elementos, juntos, perfaziam uma base importante de influência e poder, poderio esse que viria a ser, aos poucos, minado com a crescente expansão/pressão espanhola. Um desses grupos com os quais os Terena faziam alianças (para expandir sua influência e domínio) era os Mbyá-Guaikuru, os conhecidos e temidos “índios cavaleiros”¹². Nessa aliança, os Terena forneciam alimentos da agricultura e os Mbyá-Guaikuru, em troca, davam proteção guerreira, instrumentos de ferro e cavalos. Além disso, comumente eram realizadas alianças matrimoniais das mulheres Terena com os homens Guaikuru, além de incursões guerreiras conjuntas (em geral para captura de cativos e mulheres de outras etnias). É importante destacar que os domínios e influências empreendidos pelos Terena (e demais sub-grupos Guaná), compõe também o quadro descrito como sendo parte do *Ethos* expansionista Aruak (Schmidt s/d; Hill & Santos-Granero, 2002; Azanha, 2004?, entre outros), que compreende as alianças, incorporações, expansão territorial e difusão de sua cultura¹³.

Após a fixação mais efetiva e permanente dos Terena em solos hoje sul-matogrossenses, os mesmos mantiveram, durante certo período, as relações com os “índios cavaleiros”, e só vieram a romper essas relações quando estabelecidas novas “alianças mais vantajosas com os portugueses” (Azanha, 2004?: 13), principalmente após a assinatura do tratado de paz (em 1791) dos Mbyá-Guaikuru com os portugueses, que permitiu a “fixação de forças portuguesas na margem direita do Paraguai, ao mesmo tempo em que propiciaria o desgaste da aliança entre os Txané [Terena] e os Mbayá [...] o fato marcante é que as fortificações portuguesas, estabelecidas nas últimas décadas do século XVIII na banda oriental do rio Paraguai, se localizariam precisamente nas proximidades das aldeias Txané” (Azanha, 2004?).

¹² Os Mbyá-Guaikuru receberam esse nome dado às habilidades que tinham com o cavalo, o que lhes proporcionou muitas vantagens em expedições guerreiras (contra diversas etnias e contra os espanhóis).

¹³ Certos temas e estruturas perpassam a organização sócio-política e a cosmologia das sociedades de língua Aruak: “Estes aspectos incluem amplas e permanentes aldeias densamente distribuídas em discretas regiões e interligadas através de desenvolvidas rotas de comunicação; aldeias concêntricas cercando o pátio público e o espaço sagrado; comércio intensivo baseado na economia de agricultura de diversas plantas, mas tipicamente focada na mandioca e recursos aquáticos; regionalidade ou integração sócio-política baseada no formalizado (institucionalizado) padrão de trocas (trocam-se casamentos, visitas e cerimônias intercomunitárias) e socialidade regional arraigada no compartilhamento de substâncias ou hereditariedade (parentesco), geografia (território), e uma ideologia de “in ness” numa comunidade regional moral (isto é, geralmente compartilham valores culturais); ideologia habitualmente “não predatória”, negociando relações com grupos vizinhos e estratégia de defesa militar, muitas vezes incluindo estruturas de defesa sofisticada; e hierarquias institucional e social e hereditariedade na ascensão das chefias” (Heckenberger, 2002: 111. tradução minha).

As aldeias Terena – compreendendo aqui agrupamentos de famílias agnáticas (trancos familiares (Eremites de Oliveira & Pereira, 2003)) em torno de um líder – estavam, pois, constituídas em espaços amplos e importantes (econômica e geograficamente) nas regiões que compreendem o Pantanal e o Cerrado, biomas também presentes nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Algumas dessas aldeias estavam próximas aos fortes militares e às missões religiosas que vieram a se constituir depois, o que proporcionava uma intensa relação de comércio, trocas e matrimônios.

Nesse período, começaram a ser criados na região os aldeamentos feitos pelo governo, constituídos com o intuito de catequizar e reduzir os indígenas em delimitadas porções de terras, “civilizando-os”, misturando-os a população local, até que esses aldeamentos se transformassem em povoados ou vilas.

Ninguém comenta muito sobre isso, mas meus avós contavam que antigamente tinham muitos portugueses morando junto com a gente, nas nossas aldeias, portugueses mesmo, eles contavam isso que o governo colocava eles para morarem lá, ou eles vinham chegando, ou moravam perto da gente lá em Taunay, ali mesmo na região do Bananal, mas nunca li nada sobre isso com a gente e os portugueses lá de Portugal (Lisio Lili, informação oral).

A intenção do governo (com os aldeamentos) era determinar o lugar do índio, para isto, era necessário, primeiramente, desterritorializá-los, transformar os territórios tradicionais em terras devolutas – de propriedade do império – a alegação governamental era a de que essas terras deveriam ser vendidas com o propósito de investir na política de aldeamento que se intensificava cada vez mais nos territórios brasileiros (...) Esta foi a maneira que o governo concedeu terras aos índios, ou seja, ‘concedeu-lhes’ terras que já lhes pertenciam, agora extremamente reduzidas (Vargas, 2003: 60, 64).

Longe de serem passivos nessa história, os Terena procuravam extrair dessas relações (via aldeamentos) aspectos importantes de suas pautas culturais, desde a apreensão dos recursos do Outro (aprendizado do português (fala e escrita), dos hábitos e costumes, acesso à mercadorias, etc.), até a ampliação dos domínios sobre outras etnias, principalmente quando convocados pela Coroa para aldear/“civilizar” etnias consideradas “selvagens”. Evidente que a colonização do MS¹⁴ se deu na base da relação de poderes desiguais, contudo, isso não retira a *agency* Terena e a perspectiva indígena de “pacificação do branco” (Albert & Ramos, 2002).

Aos olhos dos Terena (e demais Guaná) eram eles os colonizadores da região, não só por estarem naquelas terras muito antes da chegada dos europeus, mas porque detinham domínio

¹⁴ O Estado de MS passou a existir no ano de 1977 com a divisão político-administrativa do Estado do MT, em 11 de outubro de 1977, pelo então presidente general Ernesto Geisel.

sobre inúmeros produtos e atividades fundamentais para a vida dos *purutuye*. Nessa relação, buscavam, como aponteí acima, apreender os recursos do Outro de diversas formas: aprendendo o português, os hábitos e costumes dos *purutuye*, realizando, quando possível, alianças matrimônias (principalmente da mulher Terena com o não-indígena), ampliando o comércio – que se estendia desde as regiões de Miranda/MS até Cuiabá/MT (Silva, 2001) –, além de buscarem proteção e extensão de suas influências sobre os territórios e demais etnias.

Os Guaná eram conhecidos pelos portugueses como os “índios civilizados” – hábeis falantes do português, bons agricultores, “mansos”, comerciantes... – sendo-lhes concedidos, portanto, um tratamento diferenciado e “especial” frente a outras etnias: eram-lhes concedidas “patentes” de capitão (aos líderes e/ou indígenas estimados pela Coroa); eram recebidos pessoalmente pelo Presidente da Província; transitavam e moravam com mais facilidades nas pequenas cidades da região, e tinham algumas de suas demandas atendidas, principalmente aquelas relacionadas ao comércio nas cidades e fortes. Na Província de Mato Grosso, tinha-se a recomendação dos Guaná serem “mimoseados” (D’Alincourt, 1826, *apud* Silva 2001).

[...] O povo Guaná é descrito e qualificado pelas narrativas de cronistas, viajantes de expedições científicas e ainda em documentos oficiais do século XIX como portador do “germe da civilização” e, por este motivo, merecedor de atenção e tratamentos especiais. Embora alguns relatos apresentem dúvidas quanto à civilidade dos Guaná, predominam os atributos que justificam a sua classificação de “índios civilizados” [...] o manejo e técnicas de cultivo, a tecelagem, a industrialização do açúcar – engenho – as vestimentas muito elogiadas pela sua beleza e qualidade do tecido, além do bom relacionamento com diferentes povos indígenas e brasileiros; as atividades comerciais que envolviam alimentos, panos, suspensórios, bolsas fabricadas por eles e transportadas até Cuiabá; a extração da poaia – produto de exportação da Província – além de serem bons falantes da língua portuguesa. Todos esses elementos foram utilizados na construção de um perfil diferenciado dos Guaná em relação aos demais povos indígenas da Província do Mato Grosso. O seu modo *vivendis* foi, pelo olhar ocidental, aos poucos identificado como de índios “quase civilizados” ou “civilizados”. Eram, portanto, portadores de insígnias da sociabilidade e suas práticas qualificadas como “germe da civilização”. Cabiam as autoridades aproveitar essas qualidades e transformar estes índios em mão-de-obra, assegurando a sua permanência e garantindo, assim, o “progresso” da Província (Silva, 2001: 28).

A categoria manso representava, no período colonial, uma relação de não-conflito armado entre os Guaná e os portugueses e não relações passivas ou submissas dos Guaná, pelo contrário, eram eles os provedores de elementos importantes da economia da Província. Diante disso, impunham condições nas suas relações sociais e comerciais com os portugueses.



Moça Guanã e Guanitã, chefe dos Guanãs.

Figura 1: Gravura retratando índios Guanã (Fonte: Ladeira & Bittencourt, 2000: 43)

Recordo que os Guaná não guerreavam diretamente com os portugueses, o que não significa que não tinham conflitos com eles e, além disso, longe de serem avessos às guerras armadas, já haviam guerreado com os espanhóis, como também com outras etnias.

Abro parênteses para dizer que a categoria “manso” se perpetuou ao longo da história (nos documentos e textos etnográficos), adquirindo novas interpretações e categorias para os Guaná, o que causou/causa um grande mal-estar entre os próprios Terena que, frequentemente, reclamam desse designativo que hoje representa uma passividade frente ao Estado ou a história. Por outro lado, os diferentes designativos (“manso”, “modelo”, ou “civilizado”), dados a eles, são ativados/desativados de forma a criar situações mais favoráveis – dependendo do local em que se encontram, das alianças que querem alcançar ou da imagem que querem passar –, criando, assim, perspectivas de espaços de ações e novas configurações políticas e sociais. Dois depoimentos atuais exemplificam um pouco essa dualidade e os diferentes usos dela.

As pessoas, os livros sempre falam que os Terena são mansos, quietos, mas isso não é verdade. Olha só, na Guerra do Paraguai nós lutamos muito, pegamos em armas, defendemos tudo isso aqui, mas sabe quem é que leva a fama disso tudo? Só os Kadiwéu, porque são os “bravos”, os “guerreiros”, isso é injusto! (Eder Alcântara, informação oral).

Na época nós recebemos muitas críticas por conta da nossa ação aqui [protestos nas BRs]. Os nossos parentes ficavam falando que esse jeito nosso não era o jeito do Terena agir, fazendo protesto, fazendo parada em BR, pintado, colocando fogo, amarrando gente, pois os Terena são índios mansos, são índios crentes. Eles não aceitavam essa nossa ação, falavam que não era da natureza nossa.... a liderança falou pra mim: “o que os outros vão pensar da gente? Que somos bravos, selvagens?!”. Só muito depois compreenderam a nossa luta, mas não foi fácil (Cirênio Reginaldo, informação oral).

Retomando a história...apesar de desfrutarem de certa autonomia, circulação e manterem relações intensas e não-belicosas com os portugueses (sendo considerados “mansos” e “civilizados”), tudo isso não foi suficiente para uma boa composição e configuração das relações entre os Terena (e demais Guaná) e os brasileiros após a eclosão do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864 - 1870) – momento em que os Terena participaram (juntamente com outras etnias, como os Guaikuru) na defesa/consolidação das fronteiras geo-políticas do Brasil. Terminado o conflito, os Terena tiveram como “recompensa” a usurpação de seus territórios, principalmente com o surgimento de uma nova massa de pessoas (muitos ex-combatentes) que passaram a disputar os territórios com a anuência do Estado que passou a declarar como devolutas os territórios habitados pelos indígenas.

Se não fossem os nossos velhos, avós, o Mato Grosso, o Pantanal, não ia existir. Quando começou aquela briga entre o Duque de Caxias e o Solano Lopes, a Guerra do Paraguai, quem tava lá no meio do fogo, na guerra, eram os nossos avós, os nosso velhos, os Guaikuru, os Terena estavam lá e o Dom Pedro ele prometeu que quando a gente ganhasse a terra ele daria terra, e ele deu só para o Guaikuru e esqueceu o Terena, esqueceu do Kaiowá, os Guarani, não honrou o compromisso dele, por isso nós não temos terra, nós somos os índios sem terra (Marcos Terena, I Fórum Social Indígena do Pantanal, 2005).

Diante desse quadro pós-guerra, os Terena passaram a reivindicar os seus territórios tradicionais, alegando não só que estavam neles muito antes da chegada dos colonizadores, mas, também, porque participaram na defesa do território brasileiro de forma vital: como soldados, fornecendo alimentos para as tropas, recebendo refugiados em suas aldeias, levando informações sobre o movimento nas fronteiras e sobre a geografia local. Nas cartas e documentos oficiais da época, muitos são os relatos de várias lideranças Terena (caciques e “capitães”) que se dirigiam as autoridades governamentais (em cartas ou pessoalmente) reivindicando e solicitando os direitos sobre seus territórios. Nessas viagens reivindicatórias, os Terena se vestiam com as fardas e insígnias¹⁵ dadas pelo exército, em uma atitude simbólica e política, que apontava não só o reconhecimento da ritualística que envolvia os contatos com as autoridades, os chefes *purutuye*, mas porque se consideravam como iguais: *naati* tratando com *naati*.

Apesar da intensa participação dos Guaná em favor das forças imperiais e na defesa de suas terras – cujos episódios desta participação foram descritos por Alfredo Taunay – o governo do império não reconheceria estes esforços, não consignando um palmo sequer de terras para os Guaná – como o faria, em 1880, para os Kadiwéu [Guaikuru] na concessão de cerca de 500 mil hectares de terras na região do Nabileque/Bodoquena (Azanha, 2004?: 25).

Com o descaso do governo diante das reivindicações indígenas, muitas famílias foram sendo despejadas de suas terras por aqueles que resolveram ocupar a região retirando do caminho qualquer “empecilho”, ou mesmo pelo governo do Estado que doou e vendeu as terras numa nova forma política de “garantir” as novas fronteiras. Com a expansão das fazendas e as perdas territoriais, muitos Terena foram sendo absorvidos como mão-de-obra (na maioria cativa). Além disso, muitos buscaram retornar (os que se refugiaram na época do conflito¹⁶) para seus territórios

¹⁵ As vestes oficiais e insígnias eram dadas aos Terena de forma não oficial, ou seja, eram dadas como “brindes”. Para os Terena, contudo, aquelas vestes eram símbolos do reconhecimento pelo governo da participação e importância dos Terena.

¹⁶ Muitos Terena se refugiaram em locais como a Serra de Maracajú durante o conflito com os paraguaios. Ao retornarem para as suas TIs as encontraram invadidas por ocupantes não-indígenas, como atestam várias cartas/pedidos dirigidas a Diretoria Geral dos Índios em Cuiabá.

tradicionais. Todo esse processo foi extramente difícil para os indígenas, visto que os fazendeiros utilizavam de força física e política para assegurar e garantir grandes parcelas das terras sul-matogrossenses, bem como não era fácil a reorganização espacial e simbólica das famílias e suas aldeias, dada a transformação nas relações sociais, políticas, espaciais e econômicas com os novos e velhos habitantes *purutuye* da região. A esse tempo os Terena se referem como o “Tempo da Escravidão” (Cardoso de Oliveira, 1968).

Essa situação perdurou até 1904, momento em que o Marechal Cândido Rondon, passando pelas terras do sul do Mato Grosso construindo as linhas telegráficas, tomou conhecimento da mobilização dos Terena em prol de seus territórios e da situação em que se encontravam muitas famílias Terena: dispersas, tendo muitos de seus territórios invadidos, além de serem explorados/escravizados como “camaradas” nas novas propriedades rurais¹⁷. Na época, através de sua influência e intervenção nas câmaras municipais, Rondon conseguiu dar seqüência ao processo de demarcação de algumas aldeias Terena. Já em 1910, sob a direção do então Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Rondon deu continuidade ao processo de demarcação das terras indígenas, reagrupando algumas famílias que estavam nas fazendas¹⁸.

As TIs demarcadas estavam muito aquém dos antigos territórios utilizados para a caça, a pesca, as plantações, os rituais e expansão das famílias, enfim, foram demarcadas segundo a política indigenista da época que era a de integrar os indígenas “à comunhão nacional”; diante desse fato, várias reivindicações e protestos dos Terena foram feitos ao SPI. Entretanto, previa-se que aos poucos os indígenas seriam incorporados à Nação como brasileiros (não-indígenas), incorporação aqui entendida como transformação, ou transfiguração, e não como contatos ou

¹⁷ “São comumente explorados pelos fazendeiros. É difícil encontrar um camarada Terena que não deva ao seu patrão os cabelos da cabeça (...) nenhum “camarada de conta” poderá deixar o seu patrão sem que o novo senhor se responsabilize. E, se tem ousadia de fugir, corre quase sempre o perigo de sofrer vexames, pancadas e não raras vezes a morte, em tudo figurando a política como co-participante de tais atentados (Rondon *apud* Vargas, 2003, p.57).

¹⁸ As demarcações de algumas TIs Terena continuariam nos anos seguintes pelo SPI. Nos últimos anos/décadas muitas destas TIs estão em processo de revisão de seus limites, com muitas delas recuperando uma parcela, ainda que pequena, de seus tradicionais territórios. Ressalto que mesmo com as “reservas” sendo demarcadas aquém do ideal (pequenas porções de terra), os Terena continuaram circulando/atuando pelos seus territórios tradicionais (mesmo que ocupados por fazendas) segundo seus usos costumes e tradições; essas incursões foram (e são) feitas muitas vezes de forma clandestina, dada a repressão dos fazendeiros locais.



Figura 2: Índios Terena, aldeia Ipegue, durante o processo a medição de suas terras (1903/1906?).
(Fonte: CD-ROM. Comissão Rondon (E)\Índios do Sul de Mato Grosso\pages\536.I.B. v.I: 314 - Terêna durante a medição de suas terras.htm (Foto publicada em: Rondon, Cândido Mariano da Silva. Índios do Brasil: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção ao Índio, 1946, v. I: 314))

relações, visto que no caso dos Terena, por exemplo, os contatos, trocas e relações com os “brancos” já era uma constante, o que se modificava, agora, era que essa transformação passaria pela perda seus territórios para o “desenvolvimento do país” (não que isso também não estivesse presente nas pautas desde os tempos da coroa).

Diante dessa nova situação, com o recém criado SPI e, posteriormente, a FUNAI, os Terena começaram uma outra história junto aos *purutuye*, uma história agora mais pautada pela lógica da dependência/paternalista, o que implicou em novas configurações dentro e fora das TIs, seja nos trabalhos que passaram a desempenhar nas fazendas, refinarias, seja na dependência de insumos para suas plantações, seja na interferência mais constante e ampla do Estado dentro das TIs (com os postos indígenas, chefe de posto, etc), ou no aumento do fluxo de famílias indígenas para a periferia dos centros urbanos.

Pontuo que mesmo diante desse quadro complexo de transformações históricas e novas configurações das relações com o Estado e sociedade nacional, os Terena reformularam suas bases de relações, a partir de novos mecanismos de participação, de expansão e de influências, criando formas de inserção/poder, formas essas advindas de um novo tempo, um tempo que apontaria para novos rumos de seus troncos familiares, de suas aldeias, de suas conexões com as cidades, com as apreensões dos novos mecanismos estatais, educacionais, políticos e religiosos, elementos que juntos desembocarão nas associações indígenas, espaços hoje, também, de busca de relações mais simétricas com o Estado.

Ressignificando Campo Grande e os Movimentos de Afirmação Étnica

Nunca mais tudo vai ser como era antes, as matas, os rios, etc, então eu sou favorável que os índios venham buscar dentro da sociedade branca uma sobrevivência com dignidade, com respeito, mas para isto tem que ter muita luta, é preciso mostrar para os índios desaldeados que é preciso permanecer com a cultura, com os conhecimentos indígenas, com as danças, idioma, fabricando redes, cestas e etc. [...] Por isso os índios do acampamento estão conquistando, estão realizando um sonho, afinal entendíamos que o lote Desbarrancado[hoje a aldeia urbana Marçal de Souza] seria o local em que poderíamos resgatar a cultura, onde a escola ensinaria o idioma. (Enir Bezerra, indígena Terena, apud Fernandes Júnior, 1997: 78, 80).

Vários autores¹⁹ ressaltaram o trânsito dos Terena entre os diferentes espaços (TIs/cidades) ao longo da história, destacando, nesse processo: o trânsito e comércio nas cidades desde os tempos da Colônia; as viagens, já no século XX, motivadas pelos trabalhos em refinarias ou nas fazendas; as viagens com o intuito de uma formação escolar; as mudanças por motivos relacionados a conflitos (religiosos, familiares, políticos) nas TIs; bem como os fluxos mais “definitivos” para as cidades, com a formação de núcleos e uma ampla rede familiar. Esses diferentes fluxos apontam que o processo não é estanque e de mão única, ao contrário, o processo de trânsito faz parte de um contínuo que alterna momentos de fixação com mudanças constantes.

As cidades, portanto, já eram conhecidas pelos Terena, tanto através das histórias dos tempos em que comercializavam e moravam nas cidades bem antes da Guerra do Paraguai, quanto das novas vivências daqueles que passaram a circular nas cidades vizinhas às suas TIs. As novas idas para as cidades proporcionavam (como no passado) um aumento na circulação de mercadorias (dentro e fora da aldeia), de símbolos, de pessoas e relações.

Roberto Cardoso de Oliveira (1968), ao analisar o trânsito dos Terena no século XX, constatou que era crescente o número de indígenas que buscavam novas possibilidades nas cidades, visto as dificuldades (advindas da usurpação territorial e dos novos conflitos com os regionais) crescentes em seus territórios. A década de 30, segundo o autor, foi o período em que os fluxos para as cidades se intensificaram, resultado, também, da expansão da febre espanhola e dos conflitos e disputas oriundos da entrada do protestantismo nas TIs.

As idas e mudanças para as cidades, no século XX, sempre ocorreram via linhas de parentesco, ou seja, era por meio dos parentes, já instalados nas cidades, que os contatos para as viagens e as possíveis formas de acomodação (entenda-se moradia) se davam. Ainda segundo o autor, os indígenas buscavam encontrar nas cidades boa escola para os filhos, empregos com boas remunerações e tratamentos para algumas enfermidades. Contudo, as realidades encontradas não eram nada favoráveis, geralmente os indígenas se instalavam nos bairros da periferia e os empregos encontrados estavam longe das expectativas. Além de todas essas dificuldades, os Terena sofriam grandes discriminações, levando alguns, naquela época, a situações extremas: como a negação de uma origem indígena ou o castigo aos filhos que falassem a língua Terena na cidade.

¹⁹ Azanha (2000, 2004?); Cardoso de Oliveira (1968, 1976); Edson Diniz (1978); Edgar Carvalho (1979); Iara Penteado (1980); Fernanda Carvalho (1996); Graziella Sant’Ana (2004); Vanderléia Mussi (2000, 2006).

Com as migrações e acomodações se dando através das linhas de parentesco era comum – e isso com o passar das décadas – encontrar nos bairros da periferia da capital a constituição de pequenos agrupamentos indígenas – não no sentido das aldeias nas TIs (ligado aos antepassados, as regras em comunidade²⁰, a atuação do cacique), “*Ipuxóvokuti*”²¹, mas, sim, no sentido de índios reunidos, juntos em um mesmo local –, visto que os parentes procuravam morar próximos uns dos outros ou dividindo o mesmo terreno. Além disso, eram frequentes os contatos com os demais indígenas, mesmo quando moravam em bairros distantes, perfazendo assim uma rede de relações e contatos, em que as trocas de informações sobre empregos possíveis, sobre as condições para melhoria das moradias, bem como sobre o que se passava nas suas aldeias de origem era uma constante no espaço urbano.

A existência de uma rede intensa de relações e alianças não implicava, segundo Cardoso de Oliveira (1968), na criação (dentro da cidade) de uma vida perdida na aldeia. Ao contrário, apesar de haver uma forte tendência ao fortalecimento dos laços de parentesco, devido à situação de mudanças para outros espaços, a cidade (e quanto maior a sua “paisagem” urbana) representava (principalmente para os jovens) o local máximo da “civilização”; nesse sentido, a idealização no espaço urbano de uma “vida como a dos antigos” seria quase que um contrasenso. A recusa de um modo de vida dos antepassados estava ligada à questão do preconceito, na medida em que a figura do “índio na aldeia” representava o atraso e tudo o que se deveria extirpar para “o crescimento” do país. Para o autor, o preconceito representaria uma barreira, tanto para o auto-reconhecimento, quanto para o reconhecimento pelos outros, o que culminou no escamoteamento da identidade étnica e nas formas depreciativas da sociedade brasileira em representar o indígena. Ressalto que o período em que Cardoso de Oliveira desenvolveu sua pesquisa foi uma época em que o pessimismo com relação à sobrevivência física e cultural das sociedades indígenas era uma constante, o que acabava por desembocar nas teorias de aculturação ou nas teorias das chamadas “perdas culturais.”

Todo esse processo nas cidades, em que os Terena procuravam constituir linhas de relações (com parentes ou não) que possibilitassem novas articulações, adaptações, interpretações cosmológicas da realidade e de compreensão e abertura ao “Outro” (Lévi-Strauss, 1993), veio

²⁰ Uso a palavra comunidade na forma como os Terena a concebem: como o conjunto de pessoas residentes numa mesma micro-localidade (bairro, aldeia urbana ou não), bem como na forma de um conjunto mais amplo de pessoas, quando os Terena se referem, por exemplo, a todos os moradores indígenas de Campo Grande.

²¹ *Ipuxóvokut*: aldeia, comunidade, quando se segue o nome da referida comunidade, por exemplo: *Ipuxóvokuti hopunó’evoti une* – Aldeia Água Branca.

acompanhado, portanto, de fortes pressões assimilacionistas e discriminatórias, levando grande parte dos Terena à negação de uma ancestralidade indígena quando essa identificação pudesse lhes prejudicar.

O que aconteceu é que fomos discriminados, fui discriminado, passei quatorze anos de minha formação de vida falando que era japonês, porque era mais fácil – o índio era o preguiçoso e o japonês era o trabalhador; o índio era um turrão e o japonês era inteligente, então fui levando essa identidade para poder superar muitas dificuldades (Marcos Terena, 2000: 36).

Se antes os Terena eram considerados “aliados” do Estado, tendo certa autonomia sob a gerência de seus territórios e sendo considerados “úteis” à Coroa, passaram a ser tratados, no século XX, como entraves ao progresso, e mais, o que antes seria um atributo “positivo”, a tal das insígnias da “civilização” (falar o português, realizar comércio, circular pelas cidades), passou a ser “negativo”, ou seja, ser “civilizado”, representaria o “ex-índio”, aquele aculturado, entre fronteiras, nem índio, nem branco. Nesse sentido, mesmo se não tivesse ocorrido para muitos indígenas o processo de negação de uma origem étnica, ainda assim tal processo os alcançaria por outras vias, como alcançou a muitos, através da ação do Estado que passou a negar as especificidades étnicas com base em critérios de mais ou menos “ítems culturais”, ou mais ou menos incorporação/compreensão dos “regulamentos dos brancos”.

Tanto o escamoteamento étnico vivenciado pelas famílias Terena, quanto as novas formas de tratamento do Estado, foram importantes entraves, nas cidades, para a manifestação pública de importantes elementos da cultura Terena – esses elementos (sempre remetidos por eles a uma ancestralidade) são históricos, dinâmicos e relacionais, isto é, não fazem parte de uma “essência” cultural Terena, ou um núcleo rígido e atemporal. Ressalto que a dificuldade de vivenciar na cidade as práticas consideradas tradicionais não significava uma exclusão das mesmas, mas, sim, uma nova forma de representá-las, de pensá-las, uma resignificação em vista do momento histórico e territorial. Nessa linha, Marshall Sahlins (1997: 9) ressalta que na diáspora, “na complexa dialética da circulação cultural entre a terra natal e os lares alhures, as práticas e relações tradicionais ganham novas funções e talvez novas formas situacionais”.

Nos anos que seguiram, contudo, mudanças históricas importantes permitiram transformações nesse quadro de escamoteamento étnico, bem como no quadro que tornava “invisível” os Terena na cidade – invisível no sentido da não aceitação/visão da diferença e especificidade cultural indígena no meio urbano, tanto por parte do Estado quanto da sociedade campograndense –, mudanças essas ainda em germe, e que proporcionaram, entre outras

transformações, não só um mal estar entre os poderes públicos (que, de repente, “descobriram” os indígenas em Campo Grande, por exemplo), mas entre a população, de um modo geral, que agora busca reelaborar os discursos e visões acerca desse “novo” indígena, aquele antes retratado apenas como “bugre”, “misturado” e que agora ganha o *status* de étnico. Os preconceitos e barreiras não desapareceram, evidente, eles assumem novas formas, no entanto, é importante pontuar que novos elementos vêm sendo trazidos para os debates, principalmente pela insistência/persistência indígena, o que pode representar, no futuro, transformações nos modos de ver, conceber e divulgar as diferenças étnicas no Estado do Mato Grosso do Sul.²²

Entre os condicionantes para as transformações nesse quadro, destaco, primeiro, os debates no campo dos estudos culturais.

Se nas décadas de 40 a 60 tínhamos estudos que focavam as sociedades indígenas sob a perspectiva das “perdas culturais”, ou seja, a cultura sendo pensada como um “arcabouço de ítems” que podem ser “perdidos” ao longo do tempo (os Terena representando um caso “clássico” desse campo de análise) o que se traduzia em sociedades indígenas “aculturadas”, “integradas”, “assimiladas”²³, nos anos que se seguiram a década de 60, a perspectiva acerca da cultura começou a se modificar, principalmente com os estudos de Fredrik Barth (1969), que transformou a noção essencialista e estanque de cultura em uma noção histórica e processual, a cultura concebida em transformação, em processo, dentro da história. Os novos debates culturais, com efeito, possibilitaram aos atores sociais serem identificados também (lembrando de outras correntes teóricas, com outras concepções) com base nas fronteiras culturais, estabelecendo quem está dentro e fora do grupo; a identidade étnica, aqui, sendo pensada como fronteira e como elemento organizador e aglutinador dos grupos:

As discussões a respeito da etnicidade reviram essa definição reificadora de cultura, como traços ou elementos que podem ser perdidos, e focaram as fronteiras que delimitam uma cultura (Barth, 1969). Nessa acepção, o que define uma cultura não são seus traços constitutivos, mas sim o estabelecimento

²² Ressalto que em momentos de demarcações territoriais, a visão estereotipada, o preconceito e a violência contra os indígenas no MS tende a se recrudescer, como aconteceu durante o ano de 2008 e 2009 com algumas demarcações sendo realizadas ou impedidas nos territórios dos Guarani, Kaiowá e Terena. Além disso, foram feitas campanhas cotidianas nos jornais e TVs locais contra as demarcações e reivindicações indígenas no Estado, levantando e reforçando novos e velhos preconceitos, violências e estigmas contra os indígenas de uma forma geral.

²³ Lembro, contudo, que apesar dos avanços teóricos e dos movimentos indígenas, ainda é possível encontrar declarações semelhantes as das décadas de 50 na fala daqueles que querem desclassificar os Terena ou outras etnias no país. Até mesmo no Judiciário, quando somos solicitados para alguma perícia, ainda temos que responder questões sobre o “grau de assimilação do indígena”, se o mesmo está ou não “integrado”, “aculturado”, dentre outras. Essas colocações sobre assimilação e integração estão presentes também no Estatuto do Índio de 1973 (ainda em vigor) e que há anos tramita no Congresso uma nova proposta.

da fronteira entre um e outro, o que é feito pela atribuição da diferença pelos traços diacríticos (Carneiro da Cunha, 1986). Assim, o que importa não é a manutenção dos traços em si, mas da diferença que origina a identidade e que é estabelecida contextualmente por meio de traços maleáveis e flexíveis. A cultura não deve se manter em uma suposta integridade; o que deve ser preservada é sua diferenciação com relação às outras, são as fronteiras, e essas são traçadas por elementos que têm origem cultural, mas são escolhidos em contexto.

Mais do que isso, as culturas foram percebidas em suas transformações. Todas as culturas estão na história, o que diverge entre elas é o modo como lidam com a história com que se defrontam e se transformam (Sahlins, 1991). Portanto, a mudança cultural deixa de ser percebida como um fantasma que assombra os nativos do mundo todo e passa a ser entendida como meio de reprodução social que é pautada também pela história (Cohn, 2001: 37).

Já o segundo importante condicionante, aliado as transformações no campo do conhecimento, representa os levantes sociais indígenas pós 70, que proporcionaram as bases para o desenvolvimento do movimento indígena, possibilitando, entre outras, a abertura para a valorização das identidades étnicas: “o movimento indígena se encarregou de dar ao índio o auto-respeito que faltava” (Cardoso de Oliveira, 2006: 53). Os Terena, como será mostrado no capítulo a seguir, foram e são grandes protagonistas do movimento indígena no Mato Grosso do Sul e no restante do país, colaborando, portanto, para o início de uma série de importantes transformações históricas.

Diante desses processos, a situação ganhou novos contornos em Campo Grande, com muitos Terena tendo um campo mais favorável para a afirmação da pertença étnica, através, também, da manifestação e articulação de elementos culturais ressignificados no contexto urbano. Passaram a vivenciar na cidade o que antes consideravam práticas inviáveis de serem expostas/produzidas: como as danças tradicionais (a *Kohixoti Kipaé*, Dança da Ema), o fazer a cerâmica, entre outras – as práticas tradicionais foram reterritorializadas.

Essa pertença étnica, manifesta e valorizada, também foi um dos pilares do surgimento das associações indígenas no país, como ressalta Márcio Meira (1996: 125), o processo de afirmação étnica, “de reavivamento étnico, além de outros, está na origem das associações indígenas, que, por sua vez, passaram a reforçá-lo e ampliá-lo”, ou seja, através dos movimentos étnicos que muitas associações surgiram e passaram a articular as demandas não só reivindicatórias e de autonomia, mas, também, e, principalmente, no espaço urbano, as relacionadas à manifestação pública da diferença.

Destaco que os movimentos ligados às afirmações étnicas estão mais presentes nas cidades do que nas TIs, pois é na cidade que o Terena se vê compelido cotidianamente a dar provas de sua “autenticidade indígena”, diferente do contexto nas TIs em que esses questionamentos



Figura 3 e 4: Propaganda da Prefeitura Municipal de Campo Grande, gestão André Puccinelli (1997-2004), atual governador de MS, conhecido pela sua postura e ações contrárias as demarcações em curso.



surtem em momentos mais específicos, como nos das demarcações territoriais. Dito de outra forma, “o etnônimo é essencial no exterior e secundário no interior (dos territórios próprios de tal ou qual etnia)” (Lévi-Strauss, *apud* Cardoso de Oliveira, 2006: 25).

A etnicidade é uma maneira de dialogar com outros grupos, e para dialogar há de se compartilhar uma certa linguagem, e esta linguagem de certa forma dita as regras do jogo. Quando se está numa situação multiétnica, não se está mais simplesmente na sua aldeia, mas em uma situação em que se interage dentro de regras que já não são simplesmente as regras antigas, tradicionais, elas não são simplesmente operantes dentro do grupo. Está-se obedecendo a uma nova linguagem (Carneiro da Cunha, 1998: 87).

A identidade étnica, como articuladora de parte dos processos na cidade, deve ser entendida como uma construção que se dá em relação com outros grupos e em determinados contextos territoriais e históricos. A identidade não se dá pela ligação arbitrária entre uma “cultura” e determinada sociedade, ela é relacional, não é uma entidade que existe por si só, ela nasce da diferença, sendo criada e estabelecida pelos indivíduos em seus grupos como uma marcação simbólica relativa às outras identidades; não é fixa e nem imutável, mesmo que um grupo reivindique uma história em comum, como traço diacrítico diferenciador de outros grupos, o fará reinterpretando essa história. A identidade étnica, criada na arena de politização da cultura (Turner, 1991; 1993), deve ser entendida como um “jogo de espelhos” (Marcus, 1991; Novaes, 1993) de reconhecimentos, negações, reformulações dos significados, fronteiras e relações.

Nesse sentido, a identidade étnica dos Terena é construída/vivida através de histórias que perpassam as origens dos mitos de fundação, os fluxos migratórios, a forma como compõem as relações de parentesco e as trocas e alianças que se dão nas cidades e TIs. Nos diferentes espaços/tempos os Terena ressignificam, produzem/reproduzem suas referências simbólicas, o modo como concebem o que é ser Terena e no trânsito entre os territórios se afirmam enquanto uma sociedade específica, com uma determinada história, marcada por diferentes encontros, incorporações, desafios e transformações. E é dentro dessa reflexão que devemos entender a identidade étnica como bandeira e articuladora dos movimentos de afirmação e que será utilizada pelas associações Terena.

Ressalto, por fim, que dentro desses processos na cidade, a cultura (manifesta e ensejada pela etnicidade), é assumida e vivida pelos autores que a proclamam como autêntica (no sentido de não ser deliberadamente manipulada, o que não significa que não seja um processo consciente e que as identidades também não sejam, em certos momentos, “congeladas”, reificadas) e

justamente por ser considerada como a verdadeira e tradicional manifestação do grupo é que ela, a cultura, ganha status político de fronteira, de diferenciação. Por outro lado, essa “cultura manifesta” (como o dançar o *Kipaé*, falar o “idioma”, entre outros) e por eles destacada como sendo importante “resgatar” e manifestar em um novo contexto de relações e símbolos, assemelha-se, como destacou Geraldo Andrello (2006, p.278) no caso de Iauarete, àquilo que “Strathern (1998, p.118) chama de ‘tradição valorizada e explícita’, o que não seria o mesmo que uma ‘tradição não manifesta, implícita’. Essa última seria tradição apenas para o observador, para o portador ela seria simplesmente vida”.

Em suma, todo o percurso histórico destacado até aqui indica os diferentes momentos da história e etnopolítica Terena, ou seja, longe de serem coadjuvantes na história do MS, ou submissos aos diferentes momentos/poderes dos governos com os quais foram se relacionando, mostraram-se protagonistas em suas construções/ações. E, o importante de se reter nesse percurso (e para essa tese em específico), é que as atuais formas da etnopolítica Terena, ou o chamado “protagonismo étnico” (tão falado hoje quando tratamos de assuntos ligados ao movimento indígena, associações, alianças/embates com o Estado), são processos advindos de configurações políticas, culturais e simbólicas orquestradas ao longo da história.

Apontamentos Gerais e Atuais da Configuração/Organização Territorial e Cultural das TIs Terena

Segundo dados da FUNAI e ISA, a população Terena está estimada em torno de 20 mil indivíduos, com a maior concentração da população (cerca de 13.000) no Estado do Mato Grosso do Sul, divididos em 11 TIs e mais 2 TIs que dividem com outras etnias. Encontram-se, também, em mais duas TIs (Araribá e Icatu), juntamente com outras etnias no Estado de São Paulo. E, há aproximadamente 20 anos, um grupo se deslocou da TI Buriti no MS para o Estado de Mato Grosso onde hoje ocupam a TI Terena Gleba Iriri, no norte do Estado. Também existem indígenas Terena vivendo nas aldeias urbanas ou nos bairros com poucas ou várias famílias indígenas e nas mais diversas cidades do MS, MT e SP.

Terras Indígenas Habitadas pelos Terena²⁴

	TERRA INDÍGENA	EXTENSÃO (há)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	POPULAÇÃO
1	T.I. Água Limpa	Não informado (em identificação)	Em identificação	223
2	T.I. Aldeinha	4	Revisão	97
3	T.I. Buriti	17.200 ²⁵	Identificada e aprovada pela FUNAI	1.875
4	T.I. Cachoeirinha	36.288 ²⁶	Em processo: limites declarados pela FUNAI	2.620
5	T.I. Lalima	3.100	Homologada	1.213
6	T.I. Limão Verde	5.377	Homologada	669
7	T.I. Nioaque	3.029	Homologada	1.782
8	D.I. Nossa Senhora de Fátima	100	Encaminhada como RI/ registrada como Dominial	
9	T.I. Pilad Rebuá	208	Homologada	1.664
10	T.I. Taunay-Ipegue	33.900 ²⁷	Em processo: relatório aprovado e publicado pela FUNAI	3.465
11	T.I. Buritizinho	10	Homologada	244
12	T.I. Dourados	3.475	Reservada	9.146
13	T.I. Kadiwéu	538.536	Homologada	1.629
14	T.I. Araribá	1.930	Homologada	585
15	T.I. Icatu	301	Homologada	104
16	T.I. Terena Gleba Iriri	30.479	Homologada	280

Morfologia Social

Entre os Terena, a “unidade social de maior densidade, política e social é a família extensa, “*ienõchapá*” (ou “meus parentes”):

[...] as parentelas agnáticas (*ienõchapá*, ou “meus parentes”) – se constituem na unidade social de maior densidade, política e social, na sociedade Terena contemporânea, seja em situação de Reserva ou de cidade. Essa parentela é constituída por grupos domésticos ligados por laços agnáticos (linha de germanos masculinos), suas famílias de procriação (esposas, filhos e netos) e

²⁴ Os dados presentes nesse quadro provem do ISA e TNC.

²⁵ TI Buriti: 17.200 corresponde à extensão em ha que está em processo, sendo que a extensão atual é de 2.090 ha.

²⁶ TI Cachoeirinha: 36.288 corresponde à extensão em ha que está em processo, sendo que a extensão atual é de 2.660 ha.

²⁷ TI Taunay/Ipegue: 33.900 corresponde à extensão em ha que está em processo, sendo que a extensão atual é de 6.481.

seus agregados eventuais (filhos adotivos, “primos”, ou “tios”), centrado (e organizado) na figura de um chefe – o pai ou (com a morte deste) o irmão mais velho (Azanha, 2004?: 42).

[...] um grupo de parentes está articulado em torno da figura de um líder, geralmente um velho, um ancião identificado como um tronco. Caso esse velho venha a falecer, sua esposa pode assumir a posição de pessoa de referência para um grupo de parentes e, nesse caso, o tronco passa a ser uma mulher idosa. O mais comum, entretanto, é que a referência seja não apenas o homem, mas o casal de velhos, devendo este casal reunir alguns atributos como a estabilidade conjugal, o conhecimento da tradição e a liderança reconhecida para unir os parentes, resolver problemas de convivência interna ao grupo e dar conselhos aos mais jovens [...] a plena autonomia política do tronco e o direito de gerir internamente a maioria dos assuntos de ordem econômica, não excluem a existência de cooperação e intercâmbio entre os diversos troncos que ocupam uma região (Eremites de Oliveira & Pereira, 2003: s.p.).

No nível das micro-relações, os Terena se organizam através das relações de seus grupos familiares (troncos) com os demais grupos não-familiares, o que pode ser percebido através da organização “setorial” das aldeias, ou seja, como dizem, tem “o setor (ou “vila”) da família dos Oliveiras”, “da família dos Farias”, “dos Dias”, e assim por diante. Cada setor representa a influência/ação de uma determinada família sobre aquela área.

Podemos considerar estas “vilas” como denominações locais indígenas para aquilo que a antropologia brasileira denominou de “grupos vicinais”, considerados aqui especialmente como produtos da ação de um líder que consegue manter junto a ele, através da influência política e prestígio, sua parentela (ver Oliveira Filho, 1977, p.145-146). As aldeias Terena internamente são compostas e divididas por esses grupos vicinais, que em certos momentos, assume essa expressão territorial de vilas ou bairros e se apresentam como importantes conjuntos de ação política, delimitando fronteiras internas e conexões externas (Ferreira, 2007: 169).

Pode-se encontrar, nestes “setores” ou “vilas”, as casas dos parentes dispostas próximas uma das outras ou uma distribuição menos rígida, dependendo da aldeia e da equação extensão da área *versus* população. Além disso, as referências para o estabelecimento das casas são dadas pelas estradas, açudes e acidentes geográficos. Nesses setores é possível distinguir áreas mais públicas de áreas mais familiares, estas últimas seriam as áreas em que há uma respeitabilidade de uso mais restrito, como é o caso das roças familiares, por exemplo; em contraposição, as áreas mais públicas são as áreas de uma determinada família (ou conjunto delas) que está em descanso e que possuem árvores frutíferas e sementes, ou outros elementos que podem ser utilizados por qualquer pessoa da aldeia, além, é claro, da escola, posto de saúde, estradas, trilhas e açudes.

Como mencionado, as casas nas aldeias Terena são dispostas a partir de algumas referências: como um rio, um açude, um morro, tendo um ponto central da aldeia onde se localizam a escola e o posto de saúde. As residências se aglutinam pelas parentelas agnáticas e, em geral, numa casa moram pais e filhos/filhas solteiros, e/ou pais e filhos/filhas casados com seus respectivos maridos e esposas e filhos – raramente moram mais do que três gerações numa única casa. A regra para a residência pós-matrimônio é a patrilocalidade (a filha indo morar na casa do sogro), mas encontram-se casos de uxorilocalidade também. Após o nascimento do primeiro filho, em geral, uma nova casa é construída próxima à casa do sogro da esposa ou do marido.



Figura 5: Casas da aldeia Água Branca – TI Taunay/Ipegue

O espaço ocupado por um determinado tronco familiar é conectado com o restante da aldeia através de algumas trilhas que levam aos espaços de outros troncos, parentes ou não (Eremites de Oliveira & Pereira, 2003). As casas dos familiares estão sempre próximas uma das outras, com as áreas para as roças e matas entre elas, ou ao lado das mesmas. Ao redor das casas encontram-se, também, árvores frutíferas como pés de laranja, acerola, manga e tangerina, plantadas pelos moradores.

As roças familiares são compartilhadas por todos os membros do tronco familiar aglutinador, com as tarefas sendo divididas entre os membros da família através dos recortes: gênero, idade e parentesco. Grande parte do sucesso da roça passa também pela congruência com

as etapas da lua e pelos rituais realizadas no início da colheita e durante a mesma. Em geral, as roças plantadas pelos grupos familiares não são suficientes para suprir as necessidades das famílias (não só devido ao espaço pequeno para o plantio, mas também devido às demais demandas materiais que fazem parte do cotidiano Terena como roupas, pagamento da energia elétrica, passagens de ônibus, etc), por isso muitos homens trabalham nas chamadas changas, que são os trabalhos temporários nas refinarias de cana-de-açúcar da região, enquanto que as mulheres vendem alguns produtos da agricultura nas cidades (viajando quinzenalmente) ou vão trabalhar como domésticas nas cidades vizinhas. Destaco que o lidar com as roças representa um dos aspectos mais importantes do *Ethos* Terena, estando, este aspecto, conectado às várias dimensões/atividades da vida social: política, religiosa, econômica; e, hoje, as associações também passam pela conexão estreita com a vida produzida/reproduzida a partir do lidar com as plantações.

Além das parentelas agnáticas como dinamizadoras da vida social Terena, existe, também, como ponto fundamental dessa dinâmica, a presença/atuação dos caciques e do Conselho Tribal²⁸ (espécie de grupo de lideranças de anciões Terena que debatem as questões da aldeia juntamente com o Cacique) que juntos atuam como mediadores de conflitos familiares, de questões relativas ao plantio, das relações com a FUNAI (e com os poderes públicos de uma forma geral), com as associações indígenas e com as denominações cristãs (igrejas) que hoje compõem, também, a estrutura organizacional nas TIs.

Os troncos familiares estão organizados e divididos, socialmente, através de um dualismo classificatório: Os *Sukirikionó* e os *Xumonó*, que desempenham papéis diferenciados e importantes: na conexão com as histórias sobre a linhagem das lideranças e/ou troncos familiares; na definição de alguma das características comportamentais da pessoa (arquétipos); na questão da indicação dos caciques; e nas festividades/rituais como o *Oheokoti* – festa que ocorre sempre que as Plêiades atingem seu ponto máximo no céu, entre abril e maio; plêiades é o nome dado ao

²⁸ “O Conselho pode variar de dimensão em cada setor/aldeia, mas ele tem uma distribuição interna de papéis que é relativamente constante. O Conselho é composto por Vice-Cacique, pelo Presidente do Conselho, pelo Ancião, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros e pelos Conselheiros. O Vice-Cacique e o Presidente do Conselho substituem o Cacique quando este não se encontra na aldeia, tendo as funções de regular a entrada e saída de pessoas, negociar com autoridade e etc. Além disso, o Conselho tem a função de regular e fiscalizar a ação do Cacique, tendo também o poder de destituir o Cacique do cargo [cargo eletivo de 4 em 4 anos]. Desta maneira, as relações entre Caciques e Conselho são baseadas nesta tensão estrutural, em que o Cacique tem o poder de indicar e destituir o Conselho, e por outro lado, o Conselho tem autoridade formal de fiscalizar e destituir o Cacique” (Ferreira, 2007: 249).

aparecimento da constelação das sete estrelas quando elas atingem um ponto máximo no céu, formando algumas figuras da cosmologia Terena, como a Ema e o Jabuti.

Sobre a origem do dualismo Terena existem diferentes versões – Hebert Baldus (1939), Francis Castelnau (1949), Fernando Altenfelder Silva (1949) e Cardoso de Oliveira (1968), entre outras. Todas, no entanto, coincidem em um ponto: no da existência do mito do herói civilizador *Yurikoyuvakái*. Este herói, caracterizado como o distribuidor dos Terena pelos seus territórios, bem como pelo fornecimento do fogo e de alguns utensílios, foi dividido com uma foice após uma discussão com sua irmã (em outras versões sua mãe) *Livéchechevéna*, dando origem a duas personalidades distintas (em outras versões dois irmãos gêmeos).

Recolhi depoimentos versando sobre as características de quem descende – por linhagem paterna – de uma das respectivas metades: os que são *Sukirikionó* demonstram mais “sabedoria”, mais “seriedade”, são “*como se fossem os velhos, são mais sérios e não gostam de brincadeiras*” (anciã Terena, informação oral); já os *Xumonó* são brincalhões, gostam de “*tirar sarro*”, *eles provocam com muitas brincadeiras os Sukirikionó nas festas*” (Estevinho Floriano, informação oral). Alguns autores e indígenas chegam a pontuar uma certa “superioridade” dos *Sukirikionó* sobre os *Xumonó*:

Os Sukirikionó são as lideranças, são aqueles que nasceram para mandar, eles têm mais sabedoria que os outros e fazem o mandato de forma séria, sempre pensando na comunidade, não ficam de brincadeira com a questão indígena. [...] Os Sukirikionó só deveriam se casar com os Sukirikionó é o certo, é a tradição, mas acontece de ter casamentos misturados hoje, isso é muito comum. Minha tia mesmo casou com um Xumonó e ela sofreu muito porque o marido não era aceito pela família, só depois de muitos anos é que a família passou a aceitar ele (Indígena Terena²⁹, informação oral).

Porque o Xumonó e o Sukirikionó são nascidos de uma árvore, Xumonó é de baixo. Segundo meu pai, quem nasceu do meio pra cima vai subir para cima, vai ser alguma coisa na vida, quem nasce para baixo vai baixando. Hoje quem dirige a comunidade melhor é o Sukirikionó, pois sabe liderar, governar, a família não é agressiva, lidera. Agora Xumonó não tem aquele espírito de ser líder, é Waheré-Txané, então é difícil pra ele porque não sabe governar, então tudo isso aí infiltra, então tudo isso tem aquela linhagem de ser de família de Xumonó ou Sukirikionó (Indígena Terena³⁰, informação oral).

²⁹ Indígena Terena nascido na aldeia de Bananal, hoje morador de Campo Grande. Identifica-se como sendo da linhagem dos *naati* e *Sukirikionó*, o que indicaria também a sua “preferência” pelos *Sukirikionó*.

³⁰ Indígena Terena da aldeia Água Branca, na sua família existem grandes *Koixomuneti* conhecidos. Ele não soube precisar sua origem no dualismo Terena.

Essa superioridade deve ser avaliada à luz, também, dos depoimentos que foram colhidos em campo, ou seja, os Sukirikionó sempre afirmam sua superioridade, bem como os Xumonó a sua, além disso, muitos hoje dizem “desconhecer” a qual clã descendem, o que dificulta traçar a predominância cotidiana ou ritualística de um sobre o outro.

Podemos observar a dinâmica do dualismo Terena na festividade do *Oheokoti*, mais especificamente na *Kohixoti Kipaé* e nas lutas corporais com representantes dos dois grupos. Nas festividades do *Oheokoti*, onde os Xumonó “zombam” dos Sukirikionó, é como se houvesse uma inversão da “hierarquia”, com os Xumonó dando ordens ou “pregando peças”, “*momento em que a gente lava a alma*” (Informação oral, indígena Terena).

Já a *Kohixoti Kipaé*, corresponde a uma dança composta por uma série de passos que se repetem, passos que são alternados com batidas de bastões de madeira. O grupo de dança, dividido em duas fileiras, percorre toda a aldeia dançando, passando por várias casas, sendo acompanhados pelos tocadores de pife (instrumento de sopro) e tambor, além de algumas pessoas que acompanham o grupo. Os membros do grupo se enfeitam com seus colares e pinturas (em geral, os Sukirikionó se pintam de vermelho e os Xumonó de azul ou verde), cocares e saíotes feitos das penas da ema. Ao final da dança todos se reúnem em um rancho para um grande churrasco (geralmente a carne é doada por algum político da região).



Figura 6: Kohixoti Kipaé na Água Branca.

Como já apontei, não são todos da aldeia que afirmam a qual clã pertence (alguns dizem desconhecer, outros preferem não mencionar) sendo possível apenas visualizar a pertença dos não declarantes através da observação nos dias dos rituais do *Oheokoti*. O dualismo desempenha, portanto, papel ritualístico (ligado às festividades e rituais com os *koixumuneti*) e, em certa medida (articulados com a questão dos *naati*), parecem influenciar a chefia, a configuração de poder nas TIs, bem como nas mobilizações políticas que ecoam interna/externamente.

É possível observar que nos textos etnográficos sobre o dualismo mítico Terena, em geral, os autores o classificam como “metades”, terminologia adotada desde os tempos dos estudos de Cardoso de Oliveira (1968), Altenfleder Silva (1949), Kalervo Oberg (1948), entre outros. Contudo, considero mais interessante pensar e classificar as chamadas metades Terena como clãs, visto que elas funcionam como um “quadro de referência” (Augé, 1978) que tem um fundador e uma história que remete a um passado mítico/histórico. Sua vinculação, adquirida no nascimento, é para toda a vida, sendo mais “rígida” do que as referências para linhagem, que é mais fluida. Enfim, o dualismo Terena compreende, de forma clássica, o que a antropologia vem classificando como clãs:

[...] constituído de famílias extensas, incluindo parentes consangüíneos e às vezes afins (por exemplo, as esposas), o clã é permanente, exclusivo (cada um pertence somente a um clã e a uma linhagem), multifuncional (territorial, político, religioso) e forma, freqüentemente uma pessoa moral única: um indivíduo não pode alienar a sua terra e o clã inteiro pode ser considerado solidário das maquinações de um só de seus membros [...], mas acontece também que o clã seja, ao contrário da linhagem, uma realidade distante cujos membros estão dispersos e não se conhecem, não existindo atualmente nenhum traço de sua definição clássica que não tenha sido contestado em nome deste ou daquele caso, exceto sentimento de pertencimento e reconhecimento mútuo (Labourte-Tolra & Warnier, 1999: 111-112).

Como escreve P. Mercier: “em certos casos, o clã manifesta-se claramente como uma das principais unidades de organização da sociedade, com funções muito específicas a todos os níveis da vida social. Por outro lado, há casos em que as suas funções são imprecisas; revela-se, então, mais como um quadro de referência que como um grupo com atividades próprias”. Por conseguinte, o sentido dado a este termo deve ser determinado, para cada caso, multiplicando os critérios de estudo e peritagem (Augé, 1978: 34).

Além dos troncos, caciques, clãs, xamãs, linhagens e lideranças em geral, outros atores e instituições também compõem a morfologia da sociedade Terena, dentro e fora das TIs, por exemplo: as igrejas, as escolas, as instituições estatais e, mais recentemente, as associações indígenas. Todas essas instituições, com suas particularidades, dinamizam a vida e compartilham

das instâncias decisórias entre os Terena, com maior ou menor grau. Para esta tese, contudo, as instituições como a igreja ou as escolas não serão pormenorizadas e/ou focadas especificamente, mas articuladas com o aprofundamento da dinâmica das associações indígenas.

Breves Apontamentos sobre os Terena em Campo Grande

Campo Grande, também conhecida como a “Cidade Morena”, é a capital do Estado do Mato Grosso do Sul, sua população é estimada em 734.134 habitantes (IBGE, 2000) e tem uma economia baseada no tripé: produção agropecuária, indústrias e comércios de serviços e produtos. A “paisagem” urbana e social da capital é muito semelhante a de outros centros urbanos do país, o que é importante destacar, visto que as demais cidades sul mato-grossenses, sobretudo aquelas vizinhas de muitas TIs, possuem uma dimensão urbana, territorial, populacional e econômica um pouco distante do que é visto na capital.

Sobre o contingente indígena, Campo Grande apresenta um dos maiores índices das capitais brasileiras. Segundo último Censo 1999, realizado pela Arquidiocese de Campo Grande, com as parcerias do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), CEPACE (Centro de Pesquisas, Assessoria e Consultoria Econômicas), e Prefeitura Municipal de Campo Grande foram constatados, vivendo na capital, 3.836 indígenas, desses cerca de 80% são índios Terena³¹.

O censo ainda aponta que a maior parte dos “chefes” das famílias indígenas vem da TI Cachoeirinha, seguido da TI Taunay/Ipegue. Muitas dessas famílias residem em bairros da periferia da capital, com algumas dessas localidades constituídas, em sua maioria, por famílias indígenas, como são os casos da Marçal de Souza, Água Bonita e Darci Ribeiro³². O censo ainda indica que os indígenas enfrentam problemas similares ao de quase todas as populações das periferias do Estado: pouca escolaridade, baixos salários, pouco acesso às políticas públicas, enfim, aliados a isso, estão à questão do estigma e preconceito. Mas, apesar desse quadro que liga os indígenas a muitos dos problemas da periferia, também é possível notar o crescente nível de escolarização dos mais jovens e o alcance de outros postos de trabalho que exigem qualificação técnica e educacional.

³¹ Segundo informações mais atuais, ainda não publicadas pela AER-FUNAI, existem mais de 5.000 indígenas vivendo em Campo Grande.

³² Por exemplo, na Darcy Ribeiro, uma aldeia urbana, existem cerca de 98 famílias e, destas, apenas 4 são famílias não indígenas, mas que também precisam seguir as regras estabelecidas pela comunidade.

Os Terena vêm para a Campo Grande, hoje, pelos mais variados motivos, desde a existência de familiares na cidade, a busca por emprego, universidades, atendimento à saúde, conflitos nas TIs, casamentos, entre tantos outros. Alguns autores (Mussi, 2006; Fernandes Júnior, 1997) apontam uma predominância dos motivos socioeconômicos (busca por trabalhos assalariados e formação técnica e escolar) para os fluxos, indicando, assim, os problemas econômicos atuais enfrentados nas TIs. Por outro lado, com a realidade nem sempre favorável aos indígenas que estabelecem moradias nos centros urbanos, ou seja, não conquistam ou têm muitas dificuldades em alcançar os empregos e a formação técnica ou escolar almejadas, a vinda para as cidades representa, também, um “crescer na vida” (como costumam dizer os Terena), “crescer” no sentido de um desejo/ação em potencial de conquistar novos espaços, de ampliar domínios, trocar experiências, adquirir recursos materiais, simbólicos, reviver “sentimentos históricos”, para além, portanto, das conquistas socioeconômicas:

Todos os índios tem que pensar assim: eu vou ter que sair da minha área e eu vou ter que conseguir, pelo menos, uma vitória lá na cidade. Qual que é essa vitória? Será que a vitória dele é de perder a identidade e ter vergonha de falar quando chegar na cidade? Não é isso, tem que ter a vitória no meio dos brancos (Indígena Terena, apud Mussi, 2006: 288).

A conquista e o domínio (relativos e limitados) deste espaço [cidade], faz reviver (embora inconscientemente) no Terena um sentimento de ter superado mais um dos tantos desafios encontrados ao longo de sua trajetória histórica, podendo, até mesmo ser comparado com a vitória de ter conseguido “atravessar o rio” ou de ter vencido a tão sangrenta Guerra do Paraguai (Mussi, 2006: 288).

Lembro, também, que grande parte dos Terena que vivem hoje nas TIs, já passaram um ou mais períodos vivendo nas cidades. Ao lado das questões socioeconômicas vivenciadas nas aldeias – e sempre apontadas por eles como sendo o principal motivo para a circulação entre os espaços, ou mudança “definitiva” para a cidade –, a perspectiva do “crescer” aponta para questões e objetivos simbólicos que influenciam os deslocamentos. Exemplo disso é que, para aqueles que retornaram para as aldeias, os bens simbólicos adquiridos nas cidades (experiência, conhecimento, relações) dão ao Terena poder maior de discurso em relação a certas questões que envolvem o mundo dos *purutuye*, e não raras vezes, os bens materiais adquiridos são testemunhas e “produtos” desses bens simbólicos, na medida em que as histórias que levaram à aquisição da TV, máquina de lavar roupas, liquidificador, estão repletas do esforço empreendido, das conquistas e contatos. Quanto aos que permanecem vivendo na cidade, mesmo não alcançando plenamente seus objetivos, suas histórias acerca das relações estabelecidas com o espaço urbano

(o que envolve sua relação com os purutuye, história da sua chegada, aprendizado das regras e adaptação no novo espaço) lhes transmitem certo orgulho e sentimento de “crescimento”.

As articulações e contatos dos indígenas, parentes ou afins, são presentes na cidade, mesmo com suas atividades cotidianas ou com muitos morando longe. Viabilizam essas relações e contatos por telefone, encontros na feira indígena, nas igrejas, nas casas de parentes e nas reuniões de associações indígenas; momentos em que mantém e contróem laços, buscam informações de seus parentes e TIs, enfim, expandem a teia de suas relações e informações.

As localidades já citadas, Darcy Ribeiro, Marçal de Souza e Água Bonita, são – na atual configuração territorial e política dos Terena em Campo Grande – consideradas aldeias urbanas, ou seja, são localidades aonde reside um número expressivo, ou exclusivo, de famílias indígenas que compõem uma rede de parentesco, regras e relações. Além disso, as aldeias urbanas contam: com a eleição de caciques (que têm como papel articular e definir, juntamente com outras lideranças, algumas demandas e regras para a comunidade); com a presença e atuação de associações indígenas, que articulam várias demandas no local (como a construção de casas, escolas, viabilização de projetos na área cultural e econômica); e com espaços específicos, ainda que pequenos, para suas apresentações culturais, produção de artesanato e pequenas hortas comunitárias.

As aldeias urbanas, diferente dos bairros aonde residem um número expressivo de famílias indígenas, recebem o reconhecimento da prefeitura e FUNAI como aldeias urbanas, ou seja, locais específicos dentro da cidade, o que representa um tratamento diferenciado em termos de acesso à fontes de recursos, projetos e prestígio, além da visibilidade pública e midiática de suas demandas e atividades. Pontuo que a presença das aldeias urbanas em Campo Grande tem levado outros bairros a reivindicarem ou se mobilizarem buscando esse reconhecimento, afinal, mesmo sem a estrutura física ou normas das aldeias urbanas (como a eleição de caciques, por exemplo), as famílias residentes nesses bairros também compartilham relações e um modo de ser próprios, além de manterem relações com essas aldeias, através de seus parentes ou afins.

Ressalto que a presença indígena em Campo Grande é marcante não só pelas aldeias urbanas ou bairros com várias famílias indígenas, mas, também, pela circulação dos indígenas como vendedores de produtos agrícolas (pequi, palmito, maxixe, etc.), pela presença nos vários bairros da capital, na tradicional Feira Indígena (na praça Oshiro Takimori), nas escolas, nas Universidades, nos órgãos públicos, nas músicas locais, na culinária, nas lojas de artesanato, nos

livros, em eventos comemorativos... o que faz da capital do MS um território também “terenizado”.

A aldeia urbana Marçal de Souza: uma das formas de ser e estar Terena na cidade

Para mim, estou dentro da aldeia. São os mesmos modos, os mesmos costumes, a mesma língua, a mesma alimentação. Não muda muito. Muda casa de alvenaria. Muda organização, higiene, outro modo de viver. Mas o que a gente é está no sangue. A maioria das pessoas que vivem aqui são parentes. Os pequenos são gentis, tomam a bênção. Não é porque está na cidade que vai agir diferente. Eu posso ser o que você é sem deixar de ser o que eu sou (ENIO, antigo cacique da Marçal, apud Carvalho, P. 2007: s.p.).

A aldeia urbana Marçal de Souza abriga, hoje, mais de 200 famílias Terena, cerca de 1050 pessoas, com origem (nascimento ou parentesco, dado que alguns já nasceram em Campo Grande) nas TIs Cachoeirinha e Taunay/Ipegue. O trânsito dessas famílias com as TIs é constante, inclusive, até 2007, um ônibus passava todos os sábados na Marçal levando indígenas para algumas TIs, retornando, dois dias depois.

Dentro do espaço da aldeia urbana as casas das famílias são feitas de alvenaria e, em geral, sem muros, assim como são as casas nas TIs. Dentro dos limites da aldeia, existe um “Memorial da Cultura Indígena”, espécie de centro cultural (construído pela prefeitura inspirado no formato da *kipeê*) onde são comercializados diversos tipos de artesanato e realizados eventos junto à prefeitura ou ao movimento indígena local, além disso, representa um ponto turístico da capital.

Conta, ainda, com uma escola para as crianças e jovens, e tem incluído no currículo das séries iniciais o ensino da língua Terena. Soma-se a essas estruturas, a presença de igrejas evangélicas e de associações indígenas. A aldeia conta com a atuação da FUNAI de Campo Grande na forma da assistência à algumas demandas, bem como na articulação política com importantes lideranças e associações indígenas do local.



Figura 7: Casas da Marçal de Souza (Fonte: <http://www.reporterbrasil.com.br/images/articles/marsal.jpg>)



Figura 8: Escola da Marçal de Souza

Para residir na aldeia, além dos laços de parentesco com as famílias que lá estão, é necessário interagir a partir das normas e regras criadas em conjunto por eles, normas essas que dizem respeito à conduta em comunidade, à forma de expansão das casas (ou construção de outras estruturas), às demandas que serão construídas e reivindicadas para o conjunto dos moradores, ao controle da entrada de mais famílias na aldeia, entre outras regras sociais que fazem parte da vida em comunidade. Para a condução/representação da aldeia urbana no campo das relações intra-grupo e externamente, os indígenas elegem o representante, cacique, que coordena as atividades (demandas mais diversas, de projetos para as associações à resolução de conflitos familiares) em acordo com os demais líderes da aldeia, na forma ou não de um conselho, como declarou Enio, antigo cacique da Marçal: *“Cacique é delegado, padre, resolve tudo. Às vezes, casal chega chorando, cacique conversa, resolve”* (Carvalho, P. 2007: s.p.).

A formação histórica da Marçal reflete uma das formas contemporâneas com que os Terena foram conquistando o espaço urbano, ou seja, através, também, de suas crescentes mobilizações políticas reivindicatórias em meio aos movimentos afirmativos, haja vista que a existência da aldeia, tal qual se configura hoje, foi viabilizada com a articulação de vários grupos, sob a liderança de importantes indígenas como Calixto Francelino e Enir Bezerra que, aliados às associações indígenas na capital, aos partidos políticos como PT e a outros segmentos de apoio, puderam reunir algumas famílias para realizarem o movimento de ocupação do lote (Desbarrancado) onde hoje se encontra a aldeia.

A ocupação do lote ocorreu na madrugada do dia 9 de julho de 1995, com cerca de 55 famílias que lá chegaram e rapidamente montaram suas casas com barracos de lona.

A ação da ocupação surgiu pela própria necessidade dos indígenas, e isso ocorreu no dia 9 de julho de 1995 e já podemos fazer uma avaliação desse período de ocupação, mesmo porque considero em parte responsável pelos moradores, jamais poderei tirar de minha vida esse acampamento [...] No começo eu fazia campanha através da imprensa, pedia a participação da sociedade em relação aos índios, e assim foi, na verdade essa ocupação ficou sendo um ponto de reflexão para a própria sociedade, afinal poucos sabem como é que vivem os índios desaldeados em Campo Grande (Enir apud Fernandes Júnior, 1997: 77).

Segundo Enir, a ocupação atingiu dois objetivos: assentou famílias que não tinham condições de adquirir um terreno e tornou-se um ponto de referência dos índios em Campo Grande. As reivindicações não pararam depois que as famílias foram assentadas, os Terena continuaram se reunindo e buscando melhorias para o local, através, também, da mobilização dos

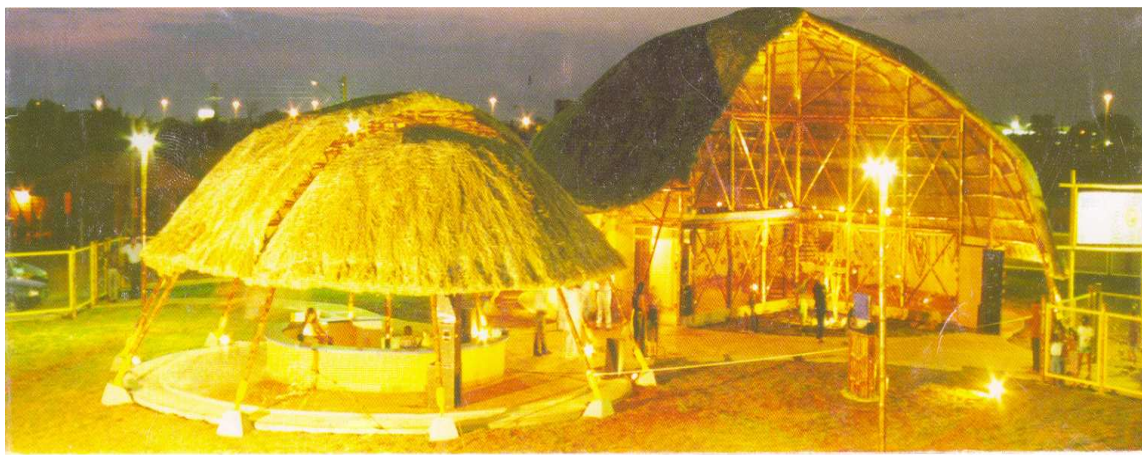


Figura 9: Memorial da Cultura Indígena da Marçal de Souza (Fonte: folder da prefeitura Municipal de Campo Grande, gestão André Puccinelli)



Figura 10: Interior do Memorial da Cultura Indígena da Marçal de Souza

moradores a partir da Associação dos Moradores Indígenas da Aldeia Urbana Marçal de Souza (AMIAUMS), associação fundada ainda durante o movimento de ocupação, em 1995, tendo sido registrada em cartório no ano de 2000 (Jordão, 2001: 35). Foi através, também, da articulação da Associação que foi possível a construção das atuais casas de alvenaria, da estrutura do Memorial, da escola e a realização de alguns projetos na aldeia voltados à capacitação profissional.

Portanto, além da influência exercida pelo cacique e membros do conselho, as associações desempenham papéis e disputam posições de influência dentro da Marçal, ou seja, é possível que uma liderança preterida ao cargo de cacique busque junto às associações novos campos de influência, o que causa, também, conflitos e disputas internas, haja vista ser as associações espaços potenciais de recebimento de recursos (simbólicos e materiais) e, conseqüentemente, fonte de prestígio para a pessoa/grupo que estiver na diretoria.

À semelhança da Marçal, as aldeias urbanas Água Bonita e Darcy Ribeiro contam com o reconhecimento do Estado de sua especificidade dentro da capital, além de contar com estruturas físicas e simbólicas como casas de alvenaria, associações e espaços culturais. Água Bonita, por exemplo, foi fruto da articulação conjunta entre indígenas Guarani, Kadiwéu, Kaiowá e Terena, representados por lideranças como Marta Guarani, Nito Nelson (Kaiowá) e Leopoldo Vicente Terena, principalmente através da associação Kaguatega, que possibilitou construir as casas de alvenaria da aldeia.

Assim como foi nucleada a comunidade indígena Marçal de Souza, também a comunidade indígena de Água Bonita ocorreu o mesmo processo. O que difere é que a sua formação não se passou por um longo processo de consolidação, como ocorreu com a Marçal de Souza: é uma comunidade relativamente nova [...] a associação Kaguatega firmou um convênio com a Terrasul, órgão público estadual denominado, posteriormente, de Idaterra, iniciando-se as negociações para a construção das casas da comunidade. Em 2000, a consolidação de novos convênios, para a construção de 60 casas, resultou no dia 14 de maio de 2001 a comunidade Água Bonita era oficialmente fundada (Mussi, 2006: 264, 266).

Já a aldeia Darcy Ribeiro, foi fruto de uma mobilização recente (últimos 4, 5 anos) de famílias Terena, muitas da TI Nioaque, que não puderam se estabelecer na Marçal, vindo a ocupar um lote no Jardim Noroeste, onde conseguiram construir (através de suas articulações e associações) casas de alvenaria, além de obter o apoio/reconhecimento do governo municipal e do Estado. Na aldeia residem cerca de 500 indígenas, agrupados em mais de 100 famílias. A principal liderança é Vânio Lara.

Pontuo que Vandérleia Mussi (2006) destaca que as TIs Terena foram formadas/fundadas

através da figura/atuação de líderes, já para a cidade, a autora destaca que a forma de ocupação do espaço se deu através das famílias. Entretanto, com as atuais aldeias urbanas, é possível verificar uma mudança nesse quadro, com os espaços nas cidades sendo territorializados através da figura de importantes lideranças, aliadas às famílias que os apóiam e seguem, assim como indica ser a história de formação de algumas importantes TIs, sem desconsiderar, evidente, as formas de territorialização (Oliveira Filho, 1999) empreendidas também pelo Estado.



Figura 11: Casas da Darcy Ribeiro

Enfim, a descrição histórica da formação da Marçal, a vanguarda do movimento de formação das aldeias urbanas, é bastante interessante, na medida em que evidencia vários elementos que compõem a atual relação de parte dos Terena com o território/cidade: a participação, aliança e empoderamento via associações; a busca/construção de espaços/alteridade para a manifestação pública e positiva das diferenças; a rede de contatos e relações que estabelecem com os indígenas – não obstante, e embora as demais famílias Terena (residentes em outros bairros da capital) não estejam localizadas num mesmo micro-território (uma aldeia

urbana), a “urbanidade Terena” produz uma dinâmica de comunidade que não se restringe à localização da moradia, mas que remete às inúmeras redes de relações e às histórias de cada família que, embora reservem suas particularidades, vivenciam situações semelhantes: fluxos (culturais, territoriais), dificuldades financeiras, preconceitos e novos aprendizados.

As aldeias urbanas, com o reconhecimento estatal de sua especificidade, apesar de ficarem, potencialmente, mais expostas ao estigma e preconceito, dado a maximização das fronteiras, por outro lado, elas ficam mais fortalecidas, ganham em prestígio, acesso a certos recursos e valorização afirmativa que outros bairros com famílias indígenas não desfrutam. Evidente que nem tudo na vida do Terena é movimento de afirmação, haja vista que a produção/reprodução da vida também segue por outras vias, como das relações cotidianas com indígenas e *purutuye*, das novas incorporações, metas e desejos advindos do trânsito e das novas relações com as TIs das gerações nascidas na cidade. Entretanto, os movimentos afirmativos têm dado a tônica e destaque nos últimos anos, indicando uma nova “urbanidade Terena”, ou seja, uma nova forma de ser/estar na cidade, o que indica transformações na maneira como os Terena irão reproduzir suas vidas no futuro em Campo Grande, em meio às inúmeras representações simbólicas e físicas, entre trânsitos e novas formas de territorialidade, ocupando e influenciando os territórios por onde passam, por onde se fixam.

“Para Entender os Terena é Preciso Entender os Naati”³³

Depois, no arraial do Limão Verde [TI], 18 km de Aquidauana, pé da serra de Amambai, visitei-os: um arranchamento de “dissidentes” - 60 famílias, 300 e tantas almas índias, sob o cacicado do naa-ti Tani, ou Daniel, capitão. [...] ao avistar-nos, o capitão Daniel rompeu de lá, com todos os seus súbditos. E ele era positivo um chefe, por cara e coroa. Sua personalidade bradava baixinho. Em qualquer parte, sem impô, só de chegar, seria respeitado (Guimarães Rosa, 1985: 94).

Naati, líder, liderança, aquele que ascende, pessoa que comanda, cacique, essas são algumas das traduções para a palavra *naati*³⁴, palavra esta muito conhecida entre os Terena. Apesar de alguns autores, como já mencionei, apontarem como núcleo central e organizador da sociedade Terena a família agnática, é necessário destacar que a figura/presença e atuação dos

³³ Frase retirada da Monografia do Indígena Terena Wanderley Dias Cardoso (2001), ex Administrador Regional da FUNAI de Campo Grande.

³⁴ Ferreira (2007) aponta que a tradução para a palavra *naati* significa Cacique, já no meu trabalho de campo, encontrei pelos menos essas cinco traduções para a palavra. Segundo Cardoso de Oliveira (1978) o termo *naati* advém da palavra *Unati*, que significa bom, ou utilizado como uma saudação.

líderes são, também, importantes agentes condutores e dinamizadores da sociedade Terena, conseqüentemente das suas mobilizações políticas e associativas.

Desde os tempos do *Êxiva*, a figura do *naati* é conhecida e destacada pelos Terena. Denominavam de *naati* aqueles que conduziam as famílias para as novas terras; aqueles que realizavam expedições guerreiras; e aqueles conhecidos como *koixomuneti* (os xamãs). Atualmente, os *naati* representam: os caciques das TIs e aldeias urbanas; os indígenas que têm destaque no movimento indígena e associações; os líderes tradicionais (pessoas com influência e destaque na comunidade, com histórico (linhagem)), mesmo que não estejam exercendo algum “cargo” (cacique, funcionário da FUNAI, entre outros); e os líderes espirituais (xamãs, pastores e líderes evangélicos). Na sequência (e a partir das observações em campo), pormenorizo os tipos de lideranças entre os Terena, tal qual se apresentam para mim³⁵:

Cacique: Como apontam Eremites de Oliveira & Pereira (2003) e Ferreira (2007), a figura do cacique, tal qual é concebida hoje em muitas sociedades indígenas, advém, em grande medida, das relações/imposições do Estado, que procurou instituir a figura do líder, com poder centralizado dentro das TIs, para que este fosse o interlocutor da comunidade, o que “implicou uma primeira forma de homogeneização” (Ferreira, 2007: 250). Entre os Terena, a posição de liderança (hoje também traduzida como cacique) era uma herança passada de pai *naati* para seus filhos. Além disso, havia também (a partir dos tempos da Coroa) a indicação dada pelo Estado, que apontava aquele que deveria ser o chefe, ou o “capitão”.

Em todos os aldeamentos havia também o Chefe ou Capitão dos índios, um cargo assumido por um índio nomeado pelo presidente provincial ou pelo diretor-geral, batizado na religião cristã e que falava a língua portuguesa. Era a pessoa com quem os administradores estabeleciam boas relações e costumavam tratar diretamente. Porém, nem sempre a presença do Chefe ou Capitão na aldeia era motivo de respeito ou obediência, conforme se esperava. Taunay observou que os Guaná já não aceitavam mais chefe indígena. Os Kinikinau pouco caso faziam do seu chefe; os Laiana sujeitavam-se mais e os Terena observavam com indiferença, respeitando mais os seus líderes que o chefe (Taunay *apud* Silva, 2001: 71).

³⁵ Ressalto que o grau de importância de um ou outro tipo de liderança pode variar de aldeia para aldeia, nas TIs ou nas cidades. Lembrando que as informações levantadas pelo meu trabalho de campo são provenientes de pesquisas desenvolvidas nas aldeias Água Branca (TI Taunay/Ipegue), Kopenoty (TI Terena Gleba do Iriri/MT) e nas aldeias urbanas e bairros com famílias indígenas em Campo Grande. Além disso, entrevistei indígenas provenientes de diversas outras TIs como Cachoeirinha, Limão Verde, Dourados e Buriti.

Atualmente, a posição de cacique é um cargo eletivo (mandato de quatro anos) realizado através do voto dos moradores da aldeia³⁶. O percurso do candidato a cacique até ser eleito implica em bem articular com os troncos familiares, ter o dom da oratória, realizar alianças com diferentes atores internos e externos à TI (o que inclui (externamente) ter o domínio do português e um bom relacionamento nos órgãos governamentais e não-governamentais), demonstrar capacidade de liderança e articulação e, em geral, ter um histórico (linhagem) importante e/ou de destaque (familiar e/ou pessoal). O cacique eleito tem como funções: resolver os conflitos familiares e faccionais, articular as demandas relativas às plantações (como a busca/negociação por insumos agrícolas junto à FUNAI, prefeituras e/ou Estado, bem como buscar possibilidades de comercialização dos produtos excedentes das plantações), organizar os contratos de trabalho das refinarias com os trabalhadores da aldeia (o que gera um caixa, ainda que pequeno, para a gerência junto à comunidade), articular com outras lideranças do movimento indígena realizados dentro e fora do Estado, entre outras atividades. Juntamente com o cacique, o Conselho Tribal, escolhido por ele, atua como fiscalizador, apoiador e parceiro das atividades empreendidas. Além do Conselho, o cacique sempre conta com um grupo de pessoas (parentes ou não) com o qual realiza suas articulações, formula as resoluções para os possíveis conflitos e fortalece suas pautas e ações.

O escolhido, ou candidato a cacique, é sempre um homem, só existe um caso, atual, de mulher sendo cacique, a Terena Enir Bezerra da Silva, da já destacada aldeia urbana Marçal de Souza. O discurso dos caciques (apesar de estarem vinculados a determinados grupos) e, em geral, suas ações, são sempre remetidas ao desejo e à necessidade de se trabalhar para o coletivo, “*para toda a comunidade*” (mesmo que esse desejo não se efetive); dizem que os bons líderes pensam no conjunto, e que só os *Waheré* (não líder, “gente ruim”) atendem somente as demandas particulares. Os caciques, para além das articulações e demandas de suas aldeias, procuram atuar, mesmo que de forma mais periférica, no âmbito das mobilizações e articulações indígenas regionais/nacionais, bem como nos espaços das associações indígenas.

Sobre a posição/ação dos caciques destaco alguns depoimentos, que apontam tanto as transformações ao longo da história, quanto o papel e funções de um cacique:

Indígena: *A vida de Cacique não é fácil, todo mundo pensa que ele tá rico, tranquilo, mas ele é o que mais gasta e trabalha: faltou comida, é o Cacique*

³⁶ Em certas TIs, como Cachoeirinha, existe a figura do cacique geral da TI e dos caciques locais das aldeias que compõem a TI.

que arruma, quebrou o carro, o Cacique que tem que correr pra arrumar, tem que ir pra cidade, é o Cacique que tem que resolver, brigou com a esposa, o Cacique tem que ir lá aconselhar para não largar. Eu estou cheio de dívidas e contas, pois tenho que tirar do meu bolso.

Graziella: Por que ser Cacique então?

Indígena: Porque a comunidade pediu, as pessoas cobram da gente que tem uma história como a da minha família [seu pai e irmãos foram e são Caciques de algumas aldeias], então a gente assume o compromisso assim pela história da gente e a cobrança de todos. E a gente quer trabalhar junto, pensando na comunidade, mas é muito difícil, não sei se quero continuar sendo, estou pensando em parar, assumir outro cargo (Antigo Cacique Terena, informação oral).

O Cacique é visto como a solução de todo o problema. Para ser Cacique hoje ele tem que ser herói, porque hoje a solução dos problemas você tem que ter uma estrutura, carro, passagem, coisas que não precisavam antes, era uma coisa da aldeia, esses problemas não vinham tanto de fora, eram problemas da aldeia, coisas que tinham solução ali mesmo, então o Cacique resolvia ali mesmo. Hoje não, aparece político pra dar sacolão [cesta básica], dar óleo [óleo diesel para os tratores], dar dinheiro, então o Cacique não tem como competir, não tem estrutura pra isso, eu jamais queria ser Cacique (Liderança Terena hoje morador de Campo Grande, informação oral).

Eu lembro que uma vez eu assisti uma eleição para capitão na aldeia, antigamente o chamado capitão, que é o apelido para o Cacique dado pelo Rondon, eu lembro que teve uma briga brava em algumas aldeias para eleger o capitão. Então criou uma campanha política, um candidato tinha sacolão e outro também tinha e tudo isso para eleger o nosso Líder, o nosso Capitão. Então você vê que até isso tá começando a quebrar a nossa tradição e, antigamente, o capitão era escolhido, eleito, e todo mundo ficava feliz, fazia festa, e não tinha inimigo. Hoje tem o capitão que ganha e o outro que perde fica bravo, não fala, não vai ajudar, e vira divisão (Marcos Terena, I Fórum Social Indígena do Pantanal).

Pelo menos quando a gente saiu da aldeia, o Cacique era meu avô, e era passado de pai pra filho, não era como que tem hoje em dia, era o tipo tradicional. Tanto é que ainda existe comigo hoje, eu tenho grande respeito com os velhos, é uma coisa da gente, todo o Terena respeita muito os mais velhos. Ainda mais os Caciques, por exemplo: “Esse aqui vai ser Cacique”, então todo mundo, todo o respeito, toda autoridade é dele, não tem aquilo: “Eu também quero ser Cacique, eu sou gente nova, esse velho não sabe mais nada”. Mas existe tudo isso hoje, eu vejo que tem muita influência dos políticos de querer ter um líder lá dentro, quer gente novo, com mentalidade política [partidária] também, aí vira bagunça porque desestrutura tudo (Eliseu Lili, informação oral).

Xamãs: Os *koixomuneti* são os respeitados e também os temidos líderes espirituais entre os Terena, são eles que realizam a mediação e o equilíbrio entre o mundo dos vivos e o mundo

dos espíritos (*koipihapati*), como também proporcionam a cura ou ocasionam a morte. Os processos xamânicos são realizados através de variados rituais em que o *koixomuneti* toca sua “purunga” (instrumento feito de cabaça) juntamente com o seu penacho feito a partir das penas da *kpaé* (ema), além de entoar cantos, “rezas”, manipular ervas e toques específicos nos corpos dos doentes. Os *koixomuneti* do “bem”, como costumam dizer os Terena, são aqueles que realizam as curas, dão aconselhamentos, ensinam as tradições e conduzem os grupos. Já os considerados “perigosos” são, em geral, chamados também de “feiticeiros” e seriam aqueles que realizam rituais em que o intuito é trazer a morte e as doenças para determinadas pessoas. Para ser um *koixomuneti* (homem ou mulher) é preciso descender de uma linhagem de *koixomuneti* e ser reconhecido como um logo no nascimento (quando será observado por um *koixomuneti* parente), ou quando, já adulto, ser visitado em sonhos por algum espírito de *koixomuneti* (*koipihapati koixomuneti*) ou “animal guia” (espécie de animal/totem que acompanhará e auxiliará o *koixomuneti* ao longo de sua vida (Carvalho, F. 1996). Os poderes dos xamãs são amplamente conhecidos entre os Terena, o que lhes acarreta respeitabilidade como lideranças, além de fama, temor e prestígio em variadas aldeias e ao longo da história. Pelo prestígio que têm, os *koixomuneti* e seus parentes influenciam também no campo da etnopolítica Terena.

Seguem alguns depoimentos sobre a atuação dos *koixomuneti*:

A gente conhece muitas histórias dos feiticeiros né. Existem muitos que são poderosos, muito com histórias, se bem que hoje não tem tantos fortes como antigamente. Tinha um feiticeiro lá em Cachoeirinha que era muito poderoso, e ele foi acusado de matar uma pessoa lá, fazer um feitiço, só que ninguém conseguia pegar ele, ele virava bicho, virava pedra e ninguém pegava ele. Mas um dia pegaram ele e mataram ele, mas aconteceu que ele apareceu vivo na aldeia de novo, assim inteirinho, ele era forte, tiveram que matar ele de novo e cortar em vários pedacinhos e espalharam para ele não voltar de novo (Anciã Terena, TI Taunay/Ipegue, informação oral).

Graziella: *Koixomuneti é linhagem também? É de família?*

Indígena: *É de família. Não é todo mundo que pode ser Koixomuneti, não é qualquer um não, é uma linhagem. Minha vó, ela eu não sei se ela chama feiticeira, ou curandeira, mas ela é da linhagem dos grandes líderes espirituais, minha vó ela vem dessa linhagem. Então ela tinha plantas, tinha lá os remédios que passava pra gente, ela tinha saliva que passava pra gente. A saliva dela era muito, muito poderosa, era um santo remédio a saliva da minha vó (Indígena Terena, morador de Campo Grande, informação oral).*

E aconteceu que um dia morreu uma feiticeira poderosa aqui na aldeia e ela tinha o bicho-guia dela que era o sapo, e ela morreu doente, de alguma doença, acho que algum feitiço também. E no dia que ela morreu eu fui lá na casa dela com a minha mãe, e tinha sapo de todo o lado, a casa dela tava cheia de sapo,

não parava de sair sapo de lá de dentro, eu lembro disso, era o bicho dela (Anciã Terena, aldeia Água Branca, informação oral).

Um dia lá na aldeia eu tive um sonho, tinha um homem escuro que vinha em cima de mim e me sufocava muito, queria me matar. Eu contei pro meu tio o sonho e ele falou que podia ser o feiticeiro da aldeia que tava fazendo algo pra mim, por inveja da minha família, do meu estudo [estudante universitário]. Então aconteceu que eu comecei a ficar doente, e não sarava de jeito nenhum, então meus pais me mandaram pra cidade, pra ficar lá na casa da minha irmã, passar um tempo lá, e eu me curei. Os feiticeiros, a maioria não tem força aqui na cidade, fora do lugar dele (Jovem acadêmico Terena, hoje morador de Campo Grande, informação oral).

Pastores e líderes evangélicos: o protestantismo entre os Terena e os novos *naati*:

As igrejas evangélicas são uma realidade presente e crescente na quase totalidade das TIs Terena³⁷ e todas, de alguma forma, buscam competir pela explicação e pela mediação entre o mundo sagrado e o profano, juntamente com os conhecimentos dos *koixomuneti*. Algumas das denominações presentes nas aldeias, urbanas ou não, são: Igreja Batista, Igreja Assembléia de Deus e a Missão Indígena UNIEDAS³⁸. Destaco que a religiosidade protestante dos fiéis Terena incorpora diferentes tradições e traduções, ou seja, os fiéis ressignificam tanto as explicações sobre a origem do mundo a partir do referencial mítico do herói civilizador *Yurikoyuvakái*, quanto às referências míticas judaico-cristãs do Jardim do Éden, do nascimento de Jesus, etc. As diferentes matrizes religiosas, e suas referências cosmológicas, vão sendo traduzidas e utilizadas à luz das situações históricas vivenciadas, numa complexa e interessante junção e/ou justaposição das diferentes visões. Se num primeiro momento as diferentes concepções religiosas parecem conduzi-los a posturas contraditórias quando, por exemplo, o discurso dos Terena, por conta das igrejas, é o de não recorrer aos *koixomuneti*, mas, mesmo assim, continuam a procurá-los (mesmo que não publicamente); num segundo momento, podemos observar que, ao contrário de parecer uma contradição, esse tipo de ação, na verdade, é como se os Terena evangélicos aceitassem o

³⁷ Dois trabalhos importantes e que perpassam a temática do protestantismo entre os Terena: Grazielle Acçollini (2004) e Noêmia Moura (2001 e 2009).

³⁸ A UNIEDAS – União das Igrejas Evangélicas da América do Sul – foi fundada em 1972 pela Missão Evangélica norte-americana (que estava entre os Terena desde 1912) juntamente com as lideranças Terena da TI Taunay/Ipegue. A UNIEDAS nasceu com o propósito de Missão Indígena, com a participação também de missionários indígenas. Cerca de 11 igrejas evangélicas de diferentes aldeias Terena estiveram presentes no dia da fundação. A UNIEDAS conta com uma estrutura (Junta administrativa, Comissão de Interligação, Comissões Estatutárias, Conselho de Igreja, Assembléias Locais) hoje gerenciada pelos Terena (presentes em todas as instâncias decisórias e de poder). A conquista do espaço e autonomia na condução da UNIEDAS são reflexos também da importância dos líderes que foram compondo e articulando o processo.

discurso (da Igreja Evangélica) de que os *koixomuneti* são “demônios”, “feiticeiros” do mal, mas, que também, existiriam os do bem, que receberam o dom de Deus, de *Itukovoti*, para curar (na concepção indígena e não da igreja). Nesse sentido, não existiria contradição na ação de procurar os “curandeiros”, visto serem interpretados como pessoas que tem o dom divino. Temos, também, um outro exemplo que é a questão das danças/rituais como a *Kohixoti Kipaé* que, num primeiro momento (logo da entrada do protestantismo), foi criticada e até proibida pela UNIEDAS, visto que a dança era considerada uma prática mundana. Contudo, e à luz mesmo das escrituras, os Terena chegaram à conclusão (em uma assembléia de líderes indígenas da UNIEDAS) que não existia na bíblia qualquer menção de que a dança/ritual fosse proibida, assim como lembraram que Jesus dançava no seu tempo; esse processo veio inclusive a influenciar a manifestação da *Kohixoti Kipaé* nas cidades.

Dessa forma, e em diferentes momentos, surgem novas e velhas interpretações, o que não exclui, evidente, os conflitos ou situações difíceis, como foram a expulsão dos Terena evangélicos de algumas aldeias (sob acusações de estarem causando conflitos), ou a expulsão e assassinato de alguns *koixomunetis* considerados “demônios”. Além da complexa rede de ressignificações nativas, o protestantismo representou, para muitos Terena, o acesso à escolas e à formações técnicas para além dos colégios oferecidos pelo SPI e FUNAI, considerados por muitos como “colégios menores” –; o objetivo das primeiras missões (ISAMU – Island South American Mission Union³⁹) que chegaram na aldeia Bananal (TI Taunay/Ipegue) em 1912 era o de se fixar na região e poder formar futuros missionários, com isso muitos Terena foram estudar nos seminários e faculdades teológicas, tendo, posteriormente – e por conta da formação que foram conquistando –, dominado as estruturas da UNIEDAS e de outras denominações cristãs dentro de suas aldeias, ganhado autonomia na condução do processo de evangelização. Com essa experiência, os Terena passaram, pela via da evangelização, a ter acesso à outras etnias pelo país, dessa forma puderam ampliar e estender suas relações. O protestantismo, além disso, potencializou, ou se valeu, do dualismo presente na sociedade Terena, visto que passaram a

³⁹ A ISAMU foi expulsa pelos Terena em 1920 depois de alguns conflitos com os indígenas e com o SPI. Posteriormente, chegaram em Bananal as Missões SAIM e a New Testament Gospel Union. Mas será somente em 1972, já com a UNIEDAS e com uma maior autonomia dos Terena na gerência de suas igrejas (e já contando com alguns pastores), que as demais TIs Terena conheceriam o protestantismo. Com a formação dada pelos seminários e faculdades teológicas os Terena se tornaram missionários, visto que os missionários precisavam também dos Terena para evangelizar outras etnias (Pereira, 2003).

existir o grupo dos “crentes” e o dos “não crentes” (católicos ou adeptos somente das práticas xamânicas).

Para alguns Terena, ser “crente” significa “*se tornar engê*” (por conta dos missionários americanos) o que implica em uma transformação nas condutas: não ir às festas (bailes nas cidades, festas nas aldeias), evitar bebidas alcoólicas, estudar, entre outras práticas – essas são posturas almejadas, não sendo, necessariamente, práticas seguidas à risca. Os Terena ressaltam que muitos *koixomuneti* se tornaram “crentes”, aliás, com alguns deles entre os primeiros fundadores da UNIEDAS. Apontam (alguns Terena com formação evangélica) que o protestantismo teve êxito em muitas TIs porque soube pegar os *koixomuneti*, os líderes espirituais, além dos líderes políticos, ao contrário da Igreja Católica que teria uma preferência pelos “menores”, pois queriam “comandar” o processo. Neste aspecto, ressalto que o fato da Igreja Católica ter o celibato como condição para a formação de padres, pode ter sido um limitador para o acesso e desejo dos Terena a essa posição.

A posição de pastor ou líder evangélico (diáconos e dirigentes de juntas missionárias) dentro desse contexto, ganha muito destaque, pois são pessoas ouvidas pelos caciques, pelas lideranças mais velhas, dão conselhos, intercedem pelos doentes, fazem também a mediação com o mundo dos espíritos, influenciam nas questões políticas da aldeia, são consultados quando de algum novo projeto e participam de muitas associações indígenas. Os pastores ou líderes evangélicos Terena (em geral homens) não necessariamente passaram pelos seminários teológicos, mas é desejável que os mesmo tenham o dom da oratória, que sejam conhecedores da bíblia e que tenham influência suficiente para levar pessoas a freqüentar a sua igreja, visto que dentro de uma mesma aldeia é possível encontrar mais de duas ou três igrejas, dependendo das divisões e disputas faccionais ali existentes. Evidente que nem todo líder evangélico congrega todos os pontos ou ações acima citados, e a avaliação do que é mais importante para tal ou qual aldeia o credenciará para a continuidade de seu trabalho, ou seja, se será reconhecido e terá legitimidade enquanto uma liderança espiritual. À primeira vista, a impressão que se tem nas aldeias Terena é que todos são evangélicos, mas isso não corresponde à realidade necessariamente, essa impressão se dá pela organização e presença das igrejas e missões.

Os discursos dos líderes evangélicos, com alusão aos ensinamentos de passagens bíblicas, também são bastante utilizados por líderes do movimento e associativismo indígenas, além disso, não é incomum o convite para que pastores e líderes evangélicos estejam presentes em reuniões e

cursos preparatórios dessas mobilizações, mesmo sem ligação direta com a igreja, haja vista a influência que possuem.

Seguem, abaixo, alguns depoimentos sobre o protestantismo e atuação dos líderes evangélicos:

Porque que o evangelho [as igrejas evangélicas] teve eficácia nas aldeias, vocês sabem? Porque o evangelho pegou exatamente a clã dos líderes, ali que foi o erro da Igreja Católica, não é que ela não tinha força, a Igreja Católica tem muita força, tanto que construíram um prédio em 1900⁴⁰. Você já imaginou a gente com um prédio daquele fazendo nossa pregação política?! Você já imaginou um baita de um prédio daquele, e vai nós discursar lá dentro?! Você já pensou que força que seria?! E eles se equivocaram nos pontos que eles buscaram, foram pros Waheré, mas, também, era tradição deles, eles não queriam transferir essa função, digamos, apostólica, eles queriam estar dentro da aldeia e fazendo esse papel de líderes também, porque eles tinham aquela idéia “os índio não podem fazer isso”. Esse papel de transformador não poderia ser do índio, muito menos dos naati. Então a Igreja Católica se resguardou bastante disso, mas sofreu o que sofreu, tem lá o grande prédio, mas não se ouve a voz, enquanto que as igrejas evangélicas prosperaram (Liderança indígena, hoje morador de Campo Grande, com formação evangélica. Informação oral).

Então, alguém do SPI na época né, o general Rondon que era amigo do meu avô né? Não admitiu, nunca admitiu essa questão de no caso os Terena falam: “Virei Inglês”, né? “Englê Xooti”. Então, ele nunca admitiu no meu avô, né? Então ele foi muito pressionado, né? Como disseram no livro [Cardoso de Oliveira]: triunvirato, tinha os católicos, os evangélicos e o SPI. Então, essa pressão em cima do meu avô fez que ele saísse da aldeia. Muitos falam que meu avô foi expulso da aldeia, mas meu avô nunca foi expulso, outros dizem que ele recebeu propina para sair da aldeia, um monte de coisa, outros falam que meu avô foi emancipado, mas até hoje não tem essa coisa de emancipado. Então meu avô na época saiu de lá e com eles várias famílias também (Eliseu Lili, informação oral).

Os nossos pastores, os nossos missionários, vão muito para outras aldeias, vão levar o evangelho para os outros povos, conheço muitos que foram e acabaram levando suas famílias pra lá. Começaram assim querendo evangelizar e vai gostando do povo, vai levando mais gente, vai aprendendo daquela cultura. Você pode pesquisar aí, tem muitos Terena em vários tribos levando o evangelho (Eliel Rondon, informação oral).

Graziella: E com relação aos Koixomuneti, os curandeiros, depois que você entrou pra a igreja, como foi sua visão, existia mesmo a pregação deles como sendo figuras que não eram do bem?

Indígena: Essa pregação ela sempre existiu. Isso não dá pra dizer que não. Mas eu nunca tive esse pensamento com relação a eles, nunca tive. Embora já na

⁴⁰ Igreja Católica construída há mais de cem anos na TI Limão Verde.

fase já tivera assistido a morte e assassinato desses líderes espirituais, o caso do ..., por exemplo que foi assassinato lá na aldeia....

Graziella: Ele era o que?

Indígena: Koixomuneti. Ele foi assassinado porque teria enfeitado ou permitido a morte de uma criança lá. Então foi essa fase que eu fui conhecendo os grandes feiticeiros. Um feiticeiro que a gente conheceu, a Toloquê que chamava ela, era do círculo de amizades dos meus pais, ela era uma grande feiticeira, ela inclusive fez uma sessão lá na nossa casa. Então, nós nunca vimos ela ou eles como inimigos, mas nós tínhamos por eles muito respeito, pelo menos minha família tinha por eles muito grande respeito. E quando eles chegavam em casa eles eram hóspedes especiais, a melhor cama, melhor quarto, melhor cuidado, eles eram amigos da minha mãe, ela falava grosso assim “Ahhhh”. Ela ria alto, eu me lembro muito dela, sabe? Então ela era uma liderança, uma linhagem (Liderança Terena de formação evangélica nascido no Bananal, hoje morador de Campo Grande. Informação oral).

[...] No ano de 1912 Sr. John Hay, então diretor da I.S.A.M.U. e eu, fizemos uma viagem de reconhecimento, visitando muitas das aldeias dos índios terenas a fim de colher conhecimento do campo e ver possibilidade de abrir trabalho aí. Viajamos a cavalo de Conceção, Paraguai, passando uns dois meses em viagem, Bananal era ponto principal do nosso interesse, e lá como em Ipegue e as outras aldeias visitadas, fomos cordialmente recebidos. Explicamos aos índios a finalidade da nossa visita. O capitão Manuel Pedro (mais tarde deposto) e o povo de Bananal estavam ansiosos para nós habitarmos no meio deles. Prometeram construir um prédio para servir de escola e também auxiliar-nos na construção de nossas casas. O capitão convocou o povo de Ipegue a fim de conferenciar conosco. E quando souberam dos nossos intentos, concordaram com a decisão do capitão e os homens do Bananal. [...] Então apareceu um padre romano a convite, como se dizia, do professor [professor não indígena enviado pelo SPI], com a finalidade de dar aos índios e que ele havia sido mandado pelo governo. O padre rezava missa, batizou muitas crianças e distribuiu medalhas aos seus adeptos. Cada vez que realizávamos um culto, ele também fazia o mesmo em oposição. A frequência dos nossos cultos diminuiu um pouco, porém os crentes permaneceram firmes. [...] Percebemos que Deus nos abriu uma porta de entrada num campo, até então, fora do alcance da mensagem do evangelho da graça redentora (...) então domingo, dia 31 de dezembro de 1915, foi constituída a primeira igreja indígena evangélica em todo o Brasil. Depois disso celebramos o sacramento da ceia do Senhor. É um dia a ser lembrado, não somente na terra, mas estamos persuadidos, que está escrito no céu a fim de ser festejado durante toda a eternidade (Henrique Whittington, primeiro missionário entre os Terena, carta/depoimento⁴¹).

Líderes do movimento e associativismo Terena: A configuração política pós 70, deu a tônica para o formato do movimento indígena (e surgimento das associações) enquanto movimento social, e nesse novo espaço/história despontaram e ganharam destaque os chamados

⁴¹Depoimento recolhido do site da UNIEDAS: <http://www.uniedas.com.br/historia-missao-indigena-uniedas.html>.

líderes indígenas. É nessa conjuntura que surgem, também, os líderes Terena vinculados ao movimento indígena e associativismo, aqueles que passaram a articular a dialética entre o local e global, levantando as bandeiras da autodeterminação e defesa dos direitos étnicos.

Para ter legitimidade, as lideranças Terena necessitam de um respaldo que implica na existência de alguns pontos (não todos juntos): pertencer a uma linhagem de líderes conhecidos nas aldeias (por exemplo, família de xamãs ou de caciques); se não pertencer a uma linhagem consagrada e conhecida é necessário que o líder construa sua própria história com muito êxito (criando assim uma linhagem, independente de ser *Waheré* ou *Xumonó*, o que não significa que essa origem seja esquecida por completo, principalmente nos momentos de conflitos); é preciso que o líder tenha não só destaque nacionalmente, mas, também, que tenha um bom trânsito ao menos na aldeia de origem e de seus parentes; é preciso que ele trabalhe no que apontam como sendo coletivo, ou seja, o líder deve ampliar seu campo de ação (atendimento de demandas ou alianças) para além de seu grupo de referência (parentesco, clã ou relações religiosas); é desejável que o líder tenha domínios mínimos da linguagem técnica empreendida na arena das relações com os atores não indígenas (fluência no português, conhecimento das leis, habilidades em elaborar projetos, dar palestras e certa formação escolar); é necessário que tenha o dom da oratória para o público não indígena e, é preciso, que o líder apresente certa conduta considerada exemplar (não se expor, publicamente, a algumas situações como: bebidas, festas e brigas familiares, conduta, inclusive, pedida para os líderes evangélicos). Em geral, as lideranças do movimento e associativismo Terena possuem várias dessas características juntas e, quando não, superam os obstáculos supervalorizando alguns desses pontos. Os líderes (homens e mulheres) discursam, em sua maioria, no plural (mesmo quando foram individualmente responsáveis por certos feitos): “*Nós conseguimos conquistar esse espaço*”, “*Nós fizemos esse acordo*”, e assim por diante. O discurso de “agir para o coletivo” está sempre presente, assim como nos caciques, o que gera, também, a tensão/ação entre atender “os meus” e “trabalhar por todos”.

Os líderes, assim como os caciques, procuram ter uma equipe (de indígenas e não indígenas, técnicos ou não) a qual apontam como sendo seus parceiros, uma colaboração, às vezes, muito mais simbólica e “de nome”, mas que dá aos líderes bastante prestígio junto aos diferentes grupos. Existem casos em que caciques se tornaram líderes de movimento, ou presidentes de associações, e vice-versa, mas é sempre considerado difícil aliar as duas posições de *naati* conjuntamente, visto as freqüentes viagens (para eventos, discussões governamentais,

palestras) que o cenário demanda (o que exige dos caciques o afastamento constante de suas aldeias).

Ter a tarefa de assumir a liderança nesse cenário implica, também, em estar preparado para as inúmeras críticas, a maioria delas vinculadas às acusações de que os líderes estão muito longe de suas comunidades, de que não pensam no coletivo, de que só querem saber de viajar e de que estão enriquecendo a custa dos índios, etc.. Esses discursos não são incomuns, o que não parece afetar a continuidade, o surgimento e o desejo de conquistar uma posição de liderança. Entre os mais jovens, por exemplo, que, além de todos os pontos já ressaltados, recebem críticas de que são inexperientes, jovens demais, portanto, necessitam do respaldo dos mais velhos para terem legitimidade nesse campo, por outro lado, não deixa de ser do interesse dos mais velhos formar novos líderes, que estejam ligados a eles e que saibam respeitar o espaço já estabelecido e por eles conquistado.

Por fim, ressalto, que muitos dos importantes líderes do movimento e associativismo Terena tiveram formação evangélica nas escolas e igrejas das aldeias, contudo, diferentemente dos pastores e diáconos indígenas, os discursos dos líderes é mais amplo, no sentido de que envolvem diferentes matrizes religiosas/culturais de forma “mais livre”. Sabem da importância de discursar sobre a importância das tradições (aqui entendida também como os rituais realizados pelos *koixomuneti*) e de apresentá-las/representá-las como algo positivo e fundamental⁴². Interessante que as lideranças Terena em Campo Grande convidam os Kaiowá (parceiros em seus movimentos no Estado) para abrirem eventos políticos com os rituais realizados pelos seus xamãs, mas não, salvo algumas exceções, com os rituais dos *koixomuneti*.

Abaixo alguns depoimentos sobre a atuação dos *naati* no campo do movimento e associativismo:

⁴² No final de 2007 fui convidada para acompanhar um projeto da Associação Grupo Te, juntamente com um grupo de lideranças indígenas de outras associações Terena (todos com formação evangélica), sobre um documentário que falaria sobre a religiosidade Terena. A base do projeto seria a história de uma conhecida e já falecida *koixomuneti* da aldeia Bananal e que por muitos anos morou em Campo Grande. Alguns vídeos inéditos, que registram alguns rituais da *koixomuneti*, como, também, uma entrevista concedida por ela, seriam os materiais trabalhados, além de depoimentos de familiares e demais indígenas Terena das cidades e TIs. Tive longas conversas com as lideranças que encabeçariam o projeto, e sei que eles também tiveram reuniões entre eles sobre a pertinência e o impacto que esse vídeo teria nas TIs Terena, principalmente naquelas onde a influência das igrejas evangélicas é grande. Pensaram sobre a opinião dos evangélicos, dos que pregam contra a atuação dos xamãs, etc. Ficaram, por um momento, em dúvida sobre se seria positivo ou não o documentário. Por fim, chegaram a conclusão de que seria importante mostrar a espiritualidade Terena (termo que preferem utilizar) a partir de suas várias referências, ou seja, que o vídeo falaria não só da *koixomuneti* (os processos de cura, os rituais, as tradições) mas da religiosidade protestante também, enfim, assumiam o desafio. O projeto ainda está em fase de elaboração (procura de editais, equipes, financiamentos, etc); as fitas em VHS (com a *Koixomuneti*) já foram transformadas em DVDs, um material muito rico.

Meu pai tinha sido cacique só que nós éramos em 6 irmãos homem, e eu tenho um irmão só que teve essa oportunidade de liderar a aldeia lá no Sul [MS]. Mas eu vejo assim que eu comecei nesse movimento, em conseguir reunir o pessoal, lançando a idéia, né? Eu fui diretor de uma escola filantrópica lá em Buriti e, nessa época, acho que fui uns 8 anos, eu fui diretor de uma escola, aí eu logo depois dessa época que nós reunimos esse povo. Eles sempre ouviam a gente na época, porque eles viam a gente como se a gente tivesse estudo, porque eu era o único que tinha o ensino médio, era o único da aldeia. Então eles ouviam e diziam assim “Não, ele tem conhecimento então isso pode ser verdade, né?”. Então isso ajudou um pouco também. Só que na questão de liderança eu nunca tive essa oportunidade de liderar lá em Buriti, eu vim realmente liderar aqui. Só que teve algumas razões pro povo escolher, teve algumas passagens durante essa jornada que o povo viu que eu poderia assumir essa responsabilidade, assim pensando no companheiro de outra pessoa que não acreditava em comunidade, acreditava só nele, na pessoa dele e eu nunca acreditei nisso. Sempre eu pensei na comunidade, porque eu vivi sempre em comunidade, e tem gente que nunca viveu em comunidade e não sabe como é um coração de uma família em comunidade, então isso foi diferente conosco aqui. Quando eu vim eu sempre pensei no povo que tava comigo. E isso foi uma luta muito grande, viu Aislan e Graziella?! Tinha época, tinha noite, que eu chorava pensando nas crianças que estava conosco, e quando eu via as crianças naqueles barracos, eu saía e chorava fora e pensava: “Será que por causa de mim eu que trouxe essas crianças”?! Mas é que as famílias estavam ali, tinha que ficar com os filhos, então isso tem uma guerra interior e também tem uma guerra corpo a corpo (Cirênio Reginaldo, liderança no movimento indígena dos Terena no MT, e antigo cacique da aldeia Kopenoty).

Hoje eu vivo assim uma situação difícil, pois eu sou Cacique lá da minha aldeia, e tô aqui no movimento, nessa associação, então eu vivo viajando e sempre deixo o meu vice lá no meu lugar. Mas tá muito difícil pra mim, assim com essas duas demandas, pois como Cacique a gente tem que resolver tudo, até briga de casal. Aqui no movimento a coisa é diferente, são outras coisas, que a gente leva para nosso povo, mas é diferente, não estou lá pra decidir tudo, e às vezes estando lá, a gente fica longe do movimento também e fica difícil agilizar tudo estando longe da cidade. Eu tô pensando que eu vou ter que decidir, acho que eu vou mudar para Campo Grande, eu tô vendo ainda, pois tem a minha família que tem que vir também (Cacique na TI, liderança no movimento indígena Terena do MS e presidente de uma associação indígena regional, informação oral).

Todas as categorias de *naati* que destaquei até aqui, estão ligadas ao desenvolvimento de alguma atividade/habilidade, contudo, existem também os indígenas que são conhecidos como lideranças tradicionais, mas que não estão, por algum motivo, exercendo alguma atividade vinculada às atividades conhecidas como sendo dos líderes. Essas pessoas fizeram história junto às suas aldeias (seja como caciques, líderes religiosos, líderes de associações, etc) o que as credencia como lideranças, sendo pessoas de prestígio e, em certos momentos, consultadas para certas demandas, bem como procuram articular ou dar apoio a determinados líderes em destaque.

O fato de não estarem exercendo certas atividades ligadas à figura dos líderes, não significa que eles não estejam articulando ou desejando assumir algum posto de destaque, como bem ressaltam alguns Terena: *“Se uma pessoa já foi líder, e perdeu o seu espaço, vai procurar de alguma forma se estabelecer de novo, fundando uma igreja, uma associação... alguma coisa ele vai querer”* (Indígena Terena, informação oral).

Ressalto que nem toda pessoa que está em um cargo de comando é vista, necessariamente, como um *naati*, é preciso muito mais que uma posição de comando ou destaque para ser considerado uma liderança. Em geral, o líder, como já apontei, vem de uma linhagem que remete à história de uma pessoa com influência e destaque, seja porque sua família foi fundadora de aldeia, ou porque possui ampla influência e prestígio dentro de vários troncos familiares (prestígio esse que vai desde a possibilidade de suprir as necessidades de vários troncos, realizar festas, proporcionar estabilidade para a aldeia, contornar conflitos, ser conhecedor da tradição, ter habilidades no diálogo com os agentes externos, com as associações e movimento indígena), ou por serem grandes líderes espirituais.

As linhagens dos líderes são repassadas e conhecidas de geração em geração, principalmente pela via paterna e a partir do que chamamos de sobrenomes. Temos importantes líderes (homens e mulheres) conhecidos pelo peso de seus “sobrenomes”⁴³, por exemplo, temos a linhagem dos Oliveira, dos Dias, dos Reginaldo, dos Lili, dos Marcos, enfim, todos com suas respectivas influências e atuando em diferentes campos.

Pontuo que a linhagem deve ser entendida como “um princípio de organização, que tem uma estrutura de autoridade” (Augé, 1978: 30), não sendo fixa, ou permanente, ou seja, o antepassado a quem as pessoas se referem para dar legitimidade e importância à sua linhagem vai se modificando ao longo do tempo, conforme forem passando e aumentando as gerações. A linhagem pode ser dividida por ocasião de fluxos migratórios e conflitos, fazendo surgir novas figuras de destaque que poderão ser indicadas como líderes: “uma parte da linhagem se constitui em unidade autônoma que prefere, daí em diante, referir-se a um ascendente mais próximo que o antepassado original” (Augé, 1978: 30) . Não que o primeiro líder seja esquecido, mas, que, diferente do clã, essa referência ou grupos de importância em linhagem vão se transformando. Ela, a linhagem, é mais permeável às transformações e dinâmicas da história.

⁴³ Esses sobrenomes (grande parte) foram adquiridos tanto nas missões, nos tempos da Coroa (através de batismos), quanto nas relações com os patrões ou nos tempos em que trabalhavam nas fazendas.

Também, como já aponte, nem toda pessoa que descende de uma linhagem de lideranças automaticamente se torna um *naati*. Um *naati* não é só uma herança, é também uma característica, um dom pessoal, uma habilidade para bem conduzir e articular em conjunto com um grupo forte, uma habilidade em tecer alianças. Um *naati* tem que ser “merecedor” do “título”, e para tanto será “testado”, avaliado em suas ações pelos membros do seu e de outros grupos. E mesmo que venha a ter êxito, pode ser desqualificado por membros de outros grupos (ou do seu próprio) que, nas disputas pelo poder, dirão que ele não passa de um *wahéré*, o que torna o processo de reconhecer um *naati* (pelo pesquisador) bastante complexo.

Na literatura histórica-etnográfica, os *naati* são descritos como fazendo parte de uma estrutura hierárquica advinda desde os tempos do *Êxiva*. Nessa hierarquia existiriam ainda mais duas “classes” ou “camadas”⁴⁴: a dos *wahéré* e a dos *kauti* (escravos, capturados em tempo de guerra e conflitos, categoria hoje inexistente nas aldeias), sucessivamente; estas três categorias estariam presentes tanto nos *Sukirikionó* quanto nos *Xumonó*.

<i>Sukirikionó</i>	<i>Xumonó</i>
<i>Naati</i>	<i>Naati</i>
<i>Wahéré</i>	<i>Wahéré</i>
<i>Kauti</i>	<i>Kauti</i>

Outrora (mas em certas aldeias e dadas certas circunstâncias isso prevalece ainda hoje) a sociedade Terena dividia seus membros em “camadas”, segundo a expressão de Cardoso de Oliveira (1976) e cuja filiação era (e se dá ainda) pela linha paterna. Estas camadas são denominadas *naati* (“gente de chefes”), *wahêrê* (“gente que pede” ou “guerreiros”, ou ainda modernamente “soldados”) e *cauti* (corruptela de “cativo”, outrora aplicada a indivíduos de outras etnias capturados nas guerras e incorporados na sociedade terena como trabalhadores e serviçais). Apesar da condição filiativa patrilinear, o segundo podia (ou pode) aceder à primeira condição dependendo do seu desempenho, outrora basicamente guerreiro. São camadas endogâmicas e ainda hoje (em Cachoeirinha, pelo menos) classificam um casamento como “bom” (aquele que respeitou a regra endogâmica) ou “ruim” (que não observou a regra). Além desta em camadas, os indivíduos Terena estão divididos em duas metades, cuja filiação também estratificação é dada patrilinearmente: as metades *sukirikionó* (“sérios” e “mansos”) e *xumonó* (“gozadores” e “bravos”). Apesar de seu status apenas cerimonial, esse par de metades é levemente desigual, com os Terena emprestando um valor mais positivo aos membros da primeira em relação à segunda (Azanha, s/d).

⁴⁴ A terminologia “classes” é adotada por Altenfelder Silva (1949) e “camadas” por Cardoso de Oliveira (1968).

Claude Lévi-Strauss (1998: 184) observou, a respeito dos Guaná, Mbyá e Bororo, a questão da hierarquia internamente a esses grupos: “Os Guaná do Paraguai e os Bororo do MT Central possuíam (e ainda possuem, neste último caso) uma estrutura hierarquizada, vizinha das do Mbayá. Estavam ou estão divididos em três classes que, ao que parece, pelo menos no passado, implicavam *status* diferentes. Essas classes eram hereditárias e endógamas”. Apesar da influência e relações entre os Terena e os Mbyá (e toda a sua estrutura hierárquica destacada em alguns trabalhos), Cardoso de Oliveira (1968), Fernando Altenfelder Silva (1949), dentre outros, destacam que a herança hierárquica Guaná-Txané é muito mais fruto do grupo lingüístico Aruak ao qual pertencem do que de suas relações estreitas com o Mbyá:

Os estudiosos dos povos Chaquenhos afirmam que os Chané ou Guaná dispunham de uma base social muito mais sofisticada do que seus vizinhos Mbayá. Estavam, estratificados em camadas hierárquicas: os “nobres” ou “capitães” (os *naati* ou “os que mandam”) e a “plebe” ou “soldados” (*Wahêrê-Xané*, ou “os que obedecem”) [...] As relações de alianças Guaná-Mbaya estavam alicerçadas no casamento: os chefes Guaná cediam mulheres da sua casta para casar-se com os “maiorais” Mbayá. As relações entre os dois grupos, por essa via, consolidariam ao longo do tempo uma estrutura social complexa: de um lado, um segmento social autônomo na posição de fornecedor de mulheres e alimentos, de outro, uma casta guerreira tomadora de mulheres e responsável pela segurança dos grupos locais e supridores de instrumentos de ferro e cavalos (Azanha, 2004: 12).

Evidencia-se que a questão sobre a hierarquia (seu início e/ou sua interpretação) nas sociedades de língua Aruak não é um consenso. No livro “*Comparative Arawakan Histories*” (Hill & Santos-Granero, 2002), diversos pesquisadores ressaltam a polêmica em torno desse aspecto – lembrando que a ligação direta entre matrizes lingüísticas semelhantes e suas respectivas culturas deve se analisada com cautela, “pois não é o melhor sistema para a reconstrução da conexão histórica” (Heckenberger, 2002, tradução minha), o que não impede o uso dessa conexão como ponto de partida, ou modelo analítico.

Para alguns autores, pode-se dizer que existe um *Ethos* Aruak (Santoro, 2002), uma Ontologia Aruak (Santos-Granero, 2002), na maneira de se estruturar potencialmente através de hierarquias, entendidas aqui como “um critério pelo qual pessoas e lugares são classificados num determinado status de influência e alianças intra e intergrupos, também tendo um importante papel nos processos e mecanismos de etnogênese e reprodução social” (Vidal, 2002, tradução minha). Outros autores (Wright, 2002; Zucchi, 2002) apontam que as estruturas hierárquicas, que são admitidas para os Aruak, devem ser analisadas com mais cautela, pois ao fazerem referências

às hierarquias, muitos autores pressupõem a existência de uma “classe de nobres”, superiores aos demais e com uma existência desde os tempos do chamado Proto-Aruak⁴⁵ (um ponto central de dispersão de todos os Aruak, uma referência quase mítica), o que não corresponderia com a etno-história de alguns grupos Aruak⁴⁶.

Entre os Terena não é incomum encontrarmos declarações (não públicas) que colocam a “superioridade” dos *naati* com relação aos demais, além da já citada superioridade dos *Sukirikionó* sobre os *Xumonó*. Apesar de serem palavras fortes para nós: “superior”, “maior”, “aquele que comanda”, “domina”, é importante frisar que essas declarações fazem parte da política faccional Terena, da disputa de poder entre eles, são declarações dadas para se contar um feito e dar legitimidade a um grupo. Essas declarações, também, não têm o mesmo sentido e significado que para nós, além de não representarem uma separação do tipo “classista”, onde “os que comandam” detêm os meios de produção ou vivem em “situação melhor” que os não líderes. De certa forma, a posição de líder é ampla, difusa e está aberta à sociedade como um todo (se houverem as articulações necessárias, os feitos de efeito), enfim, em cada tronco familiar é possível encontrar um *naati*, visto a elasticidade que a categoria/dom abarca.

Indígena: [...] *Eu acho até que a tradição não pode imperar, eu acho que mesmo que ela não seja...*

Graziella: *Como assim a tradição não pode imperar?*

Indígena: *Eu acho assim, digamos, eu sou Waheré, eu sou Waheré, mas eu consigo entender a minha linhagem, a minha origem, a minha cultura, eu acho que eu tenho que ser líder porque eu dei valor. Mesmo que eu não seja da linhagem. Você entendeu? Se eu dou valor. Pode ser que aquele sujeito que vem daquela linhagem e que não conseguiu entender a importância da linhagem dele, ele não tem que ser líder de nada e nós estamos assistindo isso. Isso é que acho que é da natureza do mundo mesmo [...] Eu consegui entender como é que é esse mundo e eu consigo me ajustar, digamos, nesse espaço, por que eu não posso ser líder? Eu posso ser líder sim, né? Eu acho isso perfeito na comunidade indígena. Eu, por exemplo, comecei a aprender agora que eu tenho que respeitar esses líderes, por mais que eu discorde de algum ponto de vista deles eu tenho que respeitar porque é o momento dele.*

Graziella: *Os Waheré ou os naati?*

Indígena: *Qualquer um. Sem, independente se, eu também não tenho muita capacidade de identificar se aquele fulano é ou não. Eu consigo entender assim, por exemplo, o ele não tem compromisso nenhum com a questão fundiária*

⁴⁵ Robin Wright acredita que as práticas de hierarquia vieram a surgir entre os Aruak devido às condições históricas e ao sufocamento dos Aruak no noroeste da Amazônia (informação oral).

⁴⁶ Os autores apontam, também, a complexidade que envolve o termo Aruak, e que sua problemática é histórica, demandando, portanto, questionamentos e novos métodos para se pensar tanto o termo, quanto às questões que envolvem as afiliações lingüísticas e as práticas culturais. Nesse sentido, trabalhar com a história não é reduzir as sociedades Aruak de hoje às perdas do passado, mas sim analisá-las à luz das comparações entre processos históricos diversos e práticas culturais produzidas historicamente.

[demarcação das TIs], logo eu posso imaginar o seguinte: ele não tem uma linhagem de liderança, não tem compromisso! Mas, eu tive um parente que era da nossa linhagem, linhagem dos líderes, e ele não tinha compromisso com a terra também, mas ele jurou de pé junto: “Eu vou mudar”, ele usou até o termo lá, tipo, como é que é, eles falam lá? “Vou me reciclar”. Reciclou nada, não era líder coisa nenhuma, não era *naati* (Liderança Terena, hoje morador de Campo Grande e presidente de associação, informação oral).

Para finalizar, ressalto que para compreender as associações Terena é preciso compreender a atuação e história dos *naati*, haja vista que influenciam e são um dos principais condutores do movimento indígena Terena e das muitas associações criadas. Mas, estas lideranças deixam claro, e reconhecem também, que sem a comunidade (mesmo que num primeiro momento queiram atender à demandas de seus grupos), sem as alianças, eles não são nada, ou seja, não conseguem ter êxito ou conquistas dentro das mobilizações ou em qualquer outro espaço, sabem de toda a fragilidade do “posto” que ocupam, uma posição sempre questionada, porque em evidência. Não adianta terem sido indicados por *Itukovoti*, terem nascidos xamãs ou descenderem de grandes líderes, se não atuarem para além de seus troncos familiares, aliás, essa é a grande característica destacada como sendo de um verdadeiro líder, aquele capaz de ir além de sua casa, construindo alianças bem sucedidas entre as fronteiras, com outras aldeias, com as cidades, com diversos grupos, interesses, envolvendo também outras etnias e atuando com os *purutuye*.

CAPITULO II – ESTADO, MOVIMENTO E ASSOCIATIVISMO ÉTNICOS

Após a breve exposição da construção do objeto de pesquisa, da história da territorialização Terena, o trânsito pelos territórios, a caracterização da morfologia social e dados demográficos – importantes elementos para a compreensão das associações Terena, haja vista que esse conjunto de dados influencia na forma, história e condução das mesmas –, iremos, na sequência, adentrar especificamente no universo dos levantes indígenas pós 70, momento histórico que abriu a possibilidade do surgimento das diversas associações indígenas no país, uma história repleta de atores, conquistas e fluxos. Também uma história que não se explica somente pelas configurações existentes no país nos tempos da ditadura, visto que é efeito, também, dos ciclos da história dos contatos entre Estado e sociedades indígenas, e entre as diversas formas de poder e alianças com os setores da sociedade nacional.

No Campo das Relações com o Estado

Gostaria de dizer que uma vez lendo ali as matérias, Dom Pedro Casaldaglia disse, em seu discurso, que a causa indígena era uma causa subversiva, ele queria dizer, disse aquela autoridade religiosa, que todos aqueles que se postam a favor desta causa se contrapunham a um sistema, por isso eles navegam fora da onda, eram considerados hereges e se assemelhavam a quixotes enlouquecidos. Aquele destacado defensor das causas indígenas fazia aquela observação ao constatar o cenário indígena, para reeducar as mentes e os corações daqueles que através da consciência das políticas públicas que apesar dos 500 anos de relações continuavam a desconhecer as especificidades desses povos tradicionais e, por isso mesmo, seus direitos. A origem, as justificativas e mentalidade dessas políticas são por todos nós conhecidas. Foi impiedosamente dado o comando do tipo que: “todos nós éramos primitivos”, “que nossa cultura era uma subcultura”, “que não tínhamos lugar na modernidade, por isso impedimento para o progresso”. A nossa identidade, aquela apresentação que nos faz diferentes, foram sumariamente desconhecidas, homogeneizadas, para não reconhecê-las como positivas e complementares. Essa é a razão mais importante do Fórum que eu gostaria de explicar para vocês, a oportunidade de constatar para todos nós, principalmente os índios, e os seus quixotes enlouquecidos, que um dos pilares desse equivocado modelo de indigenismo está na sepultura, já está morto (Lisio Lili, liderança Terena, na Abertura do Fórum Social Indígena do Pantanal, 04/08/2005).

O movimento indígena no Brasil – caracterizados enquanto movimentos sociais⁴⁷ (Gonh, 2000) e que deram as bases para a formação das mais diversas associações indígenas presentes

⁴⁷ “Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país,

hoje no nosso país – eclodiram na década de 70 em meio a tantos outros movimentos sociais (com os quais dialogavam e perfaziam redes de alianças) que contestavam a opressão exercida pelo governo ditatorial; um tempo em que mobilizar e questionar o poder estabelecido eram desafios e perigos para os atores e grupos envolvidos. Segundo Pablo Dávalos (2005: 25), os movimentos indígenas, como sujeitos políticos, são um dos fenômenos mais completos da história recente da América Latina.

Contudo, é importante ressaltar, que a década de 70 não foi o único momento de inserção das mobilizações étnicas na política nacional. Ao longo da história, diferentes formas de relações – interétnicas, entre Estado e inúmeros segmentos da sociedade nacional – foram sendo construídas diante de situações específicas, e foram esses (des)encontros, desenvolvidos no campo das relações entre diversos grupos e interesses, que proporcionaram, também, as bases históricas para a criação e consolidação do movimento indígena que despontaria no cenário nacional/internacional pós 70. Como aponta Mércio Gomes (1991: 210):

A presença política de índios na história do Brasil não é exatamente uma novidade. Ela já ocorrera em momentos passados, tanto em conjunto com outras forças nacionais, como na expulsão dos holandeses do Nordeste, nas lutas entre franceses e portugueses pela conquista do Rio de Janeiro e do Maranhão, na Guerra do Paraguai, etc., quanto separadamente, e contra as forças brasileiras que os oprimiam, como na Cabanagem, na Guerra dos Barbados, na rebelião de Antonio Conselheiro e em milhares de ocasiões mais restritas.

Porém, a partir do Império e durante a República, foi estabelecido um modo de relacionamento entre autoridades e índios que reduziu estes últimos à condição de menoridade, quase crianças. Com essa forma farsante de paternalismo, os índios só eram ouvidos com condescendência e arrogância, seu pensamento passou a ser entendido com pouco caso e a compreensão da realidade passou a ser transferida para outrem, as autoridades, os indigenistas, antropólogos. Assim é que o surgimento atual dos índios no cenário político nacional significou uma grande vitória para os índios em geral, vitórias pessoais e avanços conceituais e políticos nas relações interétnicas no país.

Para compreendermos parte dos processos que levaram a cabo os levantes indígenas e o *boom* das associações indígenas no país, irei, na sequência, recuar no tempo, destacando alguns

criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelos grupos na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelos grupos, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou políticas-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade aonde atuam” (Gohn, 2000: 251-252).

fatos e especificidades nas relações entre Estado e sociedades indígenas ao longo da história, bem como apontando as transformações nessas relações, incluindo outros atores e segmentos e o que isso representou para a configuração das mobilizações étnicas pós 70.

Da Colônia à República: Aliados, Inimigos e Menores

A relação entre indígenas e o Estado, nos tempos da Colônia, do Império e das Repúblicas Velha e Atual, foram (e são) relações diferenciadas e pautadas pelas ideologias, cenários econômicos, políticos e religiosos, relacionados a cada um dos períodos vivenciados. Nos tempos da Colônia e do Império, por exemplo, não havia uma forma governamental homogênea de tratamento e relação com as diversas etnias, foi com as décadas posteriores à Proclamação da República que se pensou uma política mais centralizadora e geral para as sociedades indígenas no Brasil.

Beatriz Perrone-Moisés (1992) destaca que nos três primeiros séculos da colonização havia uma divisão clara entre os indígenas “amigos da coroa”, “aliados” e considerados “mansos” (como foi o caso dos Terena), e os indígenas “inimigos do rei”, considerados “violentos” e arredios à presença do colonizador. Para os dois grupos existiam formas distintas de relacionamento e tratamento: para os primeiros havia a política dos aldeamentos (coordenada pelas missões religiosas), das relações de comércio (com a compra e venda dos produtos agrícolas e manufaturados produzidos pelos indígenas), bem como a norma de não serem escravizados. Já para os segundos, a política era a da chamada “guerra justa” e a escravização, pois os mesmos representavam um perigo/entrave para a ocupação territorial, eram contrários aos aldeamentos, deveriam ser conquistados, mesmo que à base da força.

Evidente que essas eram indicações presentes nas leis, contudo, são inúmeros os relatos que apontam a quebra das normas por parte dos colonos e da Colônia que, constantemente, tentavam escravizar os indígenas considerados “aliados” (transformando-os em inimigos), assim como usurpavam seus bens, ou nada pagavam pelos seus serviços, haja vista que a regra era a de que os indígenas “livres” recebessem salários pelos serviços prestados. Também, em alguns momentos nos tempos da Colônia e do Império, a proibição da escravização indígena foi estendida a todos os grupos, “aliados” ou não.

A figura do “Procurador” do índio (quase um tutor) foi criada no final do século XVI, com o intuito de “proteger” os indígenas dos conflitos e da quebra das normas por parte dos colonos,

além de fiscalizar os aldeamentos. Ressalto que a política dos aldeamentos era um somatório de interesses por parte da Coroa: garantia da ocupação dos territórios indígenas, garantia da produção agrícola, da mão-de-obra para seus povoados e fortes militares, além dos interesses religiosos ligados à catequese.

Já no século XIX – com a especificidade do período que comportou três regimes: a Colônia, o Império e a República Velha (Carneiro da Cunha, 1992) –, veremos grandes transformações que irão ecoar na política indigenista que será formulada no século XX. O século XIX foi o período da expansão econômica, das novas frentes de ocupação territorial, da abertura de estradas de ferro, do surgimento de fábricas, das novas cidades, da vinda dos imigrantes, do trabalho assalariado, da definição de fronteiras geopolíticas no país, do declínio da escravidão, da necessidade de criação de novos mercados consumidores para a influente Inglaterra (vanguarda do capitalismo), dentre outros. Também foi o momento em que a “questão indígena” passou a ser não mais exclusivamente uma questão de mão-de-obra, mas, principalmente, uma questão de terras (Carneiro da Cunha, 1992), ainda mais com a criação da Lei de Terras de 1850, que abriu as portas para uma nova forma de usurpação dos territórios indígenas. Temos o surgimento das Ciências Sociais, o advento do cientificismo com os estudos sobre a origem do homem, a História Natural, e é nesse momento, também, que eclodem os questionamentos sobre a “humanidade” dos indígenas, questão essa que não fazia parte do rol dos questionamentos nos tempos da Colônia, pelo menos a questão da humanidade “física”, dado que a “humanidade” cultural e religiosa (Gomes, 1991) era sempre colocada em dúvida:

Paradoxalmente, com efeito, é no século XIX que a questão da humanidade dos índios se coloca pela primeira vez. O século XVI – contrariamente ao que se podia supor pela declaração papal em 1532 que afirmava que os índios tinham alma – jamais duvidara de que se tratava de homens e mulheres. Mas o cientificismo do século XIX está preocupado em demarcar claramente os antropóides dos humanos, e a linha de demarcação é sujeita a controvérsias. Blumenbach, um dos fundadores da antropologia física, por exemplo, analisa um crânio de Botocudo e o classifica a meio caminho entre o orangotango e o homem (Carneiro da Cunha, 1992: 134).

Com a Proclamação da República e a laicização do Estado, deixando não mais a cargo da Igreja (através das missões religiosas) a função de mediadores e responsáveis pelos indígenas – o que não significou a saída da Igreja do rol das relações e influências junto a eles (indígenas e Estado) –, instituía-se uma nova forma política e social de se lidar com os indígenas, forma essa

permeada de novos preceitos ideológicos, oriundos das teorias positivistas e darwinistas, bases epistemológicas também para as novas políticas indigenistas.

Além disso, com o novo quadro econômico que se formava – principalmente com as novas formas de colonialismo empreendidos pelos países europeus, desejosos por alcançar novos mercados para a crescente produção industrial, o que significava não só transformar a estrutura econômica dos Estados a serem alcançados, mas, também, transformar mentes, costumes e tradições, no intuito de compartilharem do otimismo sobre as *benesses* do progresso material trazidos pela industrialização – o governo passou a declarar como devolutas inúmeros territórios e aldeamentos indígenas, grande parte deles sendo declarados como “terras de mestiços” e não “terras de índios”. Nesse ponto, destaco que o recurso utilizado nos tempos de Pombal (1755), de incentivar a miscigenação introduzindo colonos nas aldeias com o intuito de se criar um “povo”, uma “nação”, foi posteriormente utilizado para a usurpação dos territórios indígenas, com a alegação de que o “processo se completou”.⁴⁸

Nos tempos da Colônia, do Império e da República Velha, as sociedades indígenas, cada qual à sua maneira e história de contato, mobilizaram-se com relação às diversas políticas indigenistas empreendidas pelos governos ao longo do tempo, seja através de idas até o Imperador, pedindo medidas contra a usurpação territorial ou as prisões, até alianças com intuitos guerreiros, fugas dos aldeamentos, ataques contra as frentes de colonização, entre outras ações – como apontei no caso dos Terena, ou seja, nas relações de comércio com os *purutuye*, na política dos aldeamentos, bem como nas reivindicações diversas através de audiências com os chefes das províncias e até mesmo com o Imperador.

Já no século XX, com a concretização da nova forma de governo (com uma nova Constituição, com a transformação das estruturas governamentais, com a criação de Ministérios, novas secretarias, etc.), a política indigenista passou a ser foco também de ações, principalmente a partir dos escândalos que eclodiram no cenário internacional, como as denúncias contra o extermínio de indígenas no Brasil feitas no “XVI Congresso de Americanistas” em 1908, e as denúncias contra a publicação do polêmico artigo de Herman Von Ihering (Diretor do Museu Paulista), onde o autor declarava que os Kaingang deveriam ser exterminados para o “progresso” de São Paulo.

⁴⁸ A política de “integração” foi pauta também nos tempos do Império e da República Velha, uma política que buscava a integração “pacífica” dos indígenas à sociedade nacional.

Em meio às denúncias, protestos dos indígenas e grupos de apoio, e a ocupação de servidores positivistas em cargos públicos, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, posteriormente SPI), órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio⁴⁹. Com o SPI, instituía-se de fato a menoridade dos indígenas⁵⁰, ou seja, a capacidade civil relativa, sendo necessária, em todas as instâncias, a presença do Estado para as demandas indígenas (comércio, demarcações, deslocamentos, educação, etc).

As concepções e ações do SPI estavam pautadas: na integração, proteção e presença do Estado nas TIs; na conquista de novas terras para a expansão econômica e territorial do país; e na divulgação e promoção da capacidade produtiva dos índios enquanto trabalhadores agrícolas, “sendo os Terena um dos exemplos mais invocados como a eficiência do órgão” (Souza Lima, 1998: 169, grifo meu).

A primeira coisa que a gente tem que considerar é que o poder público, SPI, FUNAI (órgão criado com a extinção do SPI, em 1967), gerou um conceito indigenista de meia verdade, aquela coisa de que índio não pode ser responsável pelos seus atos, essa é uma maneira genérica, quando, na verdade, dentro dos códigos internos, todas as comunidades e todas as sociedades indígenas têm esses princípios de direitos e deveres [...] Aí surgiu o especialista no índio que começou a ser uma espécie de papai dos índios, então isso quebrou aquela tradição de responsabilidade, de corresponsabilidade, de soberania que todos os povos indígenas possuem, então gerou uma assistência de dependência paternalista e também de neutralização. Aí que tá a grande chave. Era na verdade para neutralizar os princípios indígenas na relação com qualquer sociedade, com outras tribos indígenas, ou com o próprio homem branco. E todo esse processo de neutralização foi em nome da tutela, em nome da proteção (Marcos Terena, informação oral).

O primeiro diretor do SPI foi Cândido Mariano da Silva Rondon, um expoente militar, partícipe do grupo de jovens militares liderados por Benjamin Constant, um dos principais articuladores e idealizadores da Proclamação da República e um grande divulgador dos ideários positivistas. Foi com essa formação positivista – aliado à sua experiência junto à construção das Linhas Telegráficas (MT/AM) no início do século XX –, que propiciaram os elementos para que Rondon fosse indicado e assumisse o órgão. Como já ressaltai, foi com a passagem de Rondon

⁴⁹ O SPI também esteve ligado, posteriormente, a outros Ministérios, dependendo da concepção que se queria para a política indigenista, nessa conjuntura esteve ligado ao Ministério da Guerra e novamente ao Ministério da Agricultura. Ao Ministério da Guerra (em 1934) o governo alegava que era “necessário proteger as fronteiras e resguardar a nacionalidade por isso os índios seriam indispensáveis (...) ao Ministério da Agricultura a questão ressaltada era a da ocupação/colonização das terras” (Gagliardi, 1989: 276).

⁵⁰ Ainda nos tempos do Império, a condição de menores já era uma pauta, mas foi no século seguinte que ela se estabeleceu amplamente, de fato e de direito.

pelos territórios Terena (na construção das Linhas) que os mesmos puderam finalmente recuperar uma pequena parcela de seus territórios, haja vista que desde o fim da Guerra do Paraguai (e lutando como aliados) os Terena vinham protestando, de diversas formas, para que o governo reconhecesse a usurpação territorial. Rondon é um personagem muito lembrado pelos Terena: lembram do tempo em que trabalharam nas linhas, da postura firme de Rondon, da sua ascendência indígena e a sua atuação junto às Câmaras Municipais para a demarcação de parte de seus territórios.

Apesar dos benefícios obtidos, a política indigenista do SPI almejava integrar o indígena à sociedade nacional, com os territórios sendo demarcados próximos das cidades ou muito pequenos em vista da extensão que tinham anteriormente; os objetivos eram acelerar e/ou estimular a “integração” a sociedade nacional: “demarcar suas terras, criando reservas indígenas, lotes de terra sempre inferiores aos territórios anteriormente ocupados pelos índios. A justificativa é que “pacificados” não precisavam mais “correr de um lado para outro”. (Ladeira & Bittencourt, 2000: 95).

Com o SPI veio a criação dos Postos Indígenas (sede física do poder estatal dentro das aldeias) e a presença fiscalizadora e reguladora do Chefe de Posto (olhos e braços do Estado). Criou-se a figura do “capitão”, espécie de mediador indígena também indicado pelo órgão.

Foi o momento do controle sobre a produção agrícola dentro das aldeias (tanto na introdução de novas técnicas de plantio, quanto no controle financeiro da venda dos produtos colhidos); o início do controle sobre o ir e vir dos indígenas dentro e fora de seus territórios; o recrudescimento no controle sobre os agentes não indígenas (como igrejas, pesquisadores, etc.) dentro das aldeias. Surgiram as chamadas “prisões indígenas” e a polícia indígena para “os infratores da lei” (os que descumprissem as normas instituídas pelo Posto Indígena), todos como aparelhos de controle e presença estatal nos mais diversos níveis da vida social.

Se, por um lado, o SPI trouxe uma concepção muito mais humana para o indigenismo brasileiro, pregando a não violência de forma ampla, a demarcação territorial e os direitos indígenas, por outro lado, temos uma política de pressão e controle estatal muito mais forte e presente do que em outros momentos da história, principalmente em se tratando dos indígenas “aliados”, visto que para os outros a política vinha sendo a “da bala”.

Em 1967 o SPI foi extinto, em meio a escândalos de corrupção e etnocídios, além de compor o rol das transformações sociopolíticas que o país estava vivenciando com o golpe militar

de 64. Nessa conjuntura é criada a FUNAI, como resposta ao clamor por justiça e uma nova estrutura política:

Em 1967, o Presidente da República, General Costa e Silva, extinguiu o SPI e criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pela lei n 5.371, de 5/12/67 (Cardoso de Oliveira, 1988, p.54). Essa atitude acalmou a onda de protestos nacionais e internacionais que havia se formado contra os massacres indígenas no Brasil. A substituição do órgão oficial não alterou a meta integracionista da política indigenista do governo brasileiro. No entanto, a visão romântica de Rondon foi substituída, ao longo dos anos, pela imagem do índio “atrasado”, a quem se deve ensinar como ser “civilizado” para que possa ter sua integração perfeita a sociedade nacional (Matos, 1997: 14).

Outro fator determinante para a configuração da política indigenista nesse período foram as metas econômicas almejadas e colocadas em prática pelo governo militar, metas relacionadas ao crescimento econômico rápido e amplo, alcançando novas frentes territoriais, com os programas de colonização, principalmente na região amazônica, provocando choques imensos entre essas frentes de ocupação (e os projetos a eles vinculados) com as sociedades indígenas. “O que é novo na situação de contato nos anos 70, comparada com as práticas anteriores de expansão de fronteiras econômicas sobre a terra dos índios, é a extensão, a velocidade e a virulência do impacto da sociedade nacional sobre os povos indígenas” (Ramos, 1984, *apud* Matos, 1997: 16).

A FUNAI estava comprometida com o projeto de desenvolvimento da Nação, “tirando o país do atraso”, tanto que as demarcações territoriais e criações de parques estavam vinculadas, também, aos interesses que haviam nas respectivas regiões: se eram territórios de expansão econômica ou não, territórios de mineração, passagem de estradas. A política de integração, norte do órgão, casava muito bem com o novo projeto do país.

Apesar dos dirigentes da FUNAI serem militares (o que dava a tônica ao órgão), a presença de indigenistas e antropólogos no quadro de funcionários representava outras vias, outras dinâmicas – muitas delas contrárias aos mandos do órgão tutor – possíveis de relação do órgão com os indígenas. Esses atores – muitos militantes da “causa indígena” – foram fundamentais para a concretização das mobilizações indígenas pós 70, além da transformação do órgão nos anos seguintes, contando, também, com a participação ativa de outros segmentos da sociedade civil, como jornalistas, advogados e a Igreja Católica na figura do CIMI (Conselho Indigenista Missionário, fundado em 1972).

Destaco que, diante das formas de ação/poder do SPI e FUNAI, os indígenas também se articularam, agiram diante do novo, seja na recusa dos mandos do órgão, seja ocupando as

estruturas do poder tutelar (assumindo cargos no SPI e, posteriormente, FUNAI, como foi o caso do Terena), seja incorporando e transformando o sistema paternalista. Enfim, apesar da condição de menores a eles imputada, a *agency*/reflexão indígena esteve presente em toda história, e foi a partir dessa *agency* que os indígenas iriam imprimir transformações profundas no indigenismo brasileiro nos anos que se seguiram, sepultando alguns de seus pilares, como apontou Lisio na epígrafe desse capítulo.

Protestos, Fatos e Alianças: o CIMI e os Antropólogos nas Mobilizações Pró-Índio Pós 1970

Em 1973 foi criado o “Estatuto do Índio”, cravando e reafirmando a política desenvolvida de minoridade e a relativa capacidade civil dos indígenas. Também foram estabelecidas e reafirmadas, entre outras questões, a proteção e a demarcação dos territórios indígenas e a política de integração dos indígenas à sociedade nacional – estabelecendo o grau de integração de cada um deles e a possibilidade de que os grupos (ou indivíduos) pudessem solicitar a emancipação.

Em 1978, o presidente e General Ernesto Geisel declarou a possibilidade, e o desejo do governo, em emancipar todos os indígenas, emancipação no sentido de deixá-los à própria “sorte”, principalmente frente à especulação cada vez mais violenta e veloz de seus territórios pelo capital.

A FUNAI indicaria quais índios seriam emancipados, segundo os seguintes requisitos: a) serviço militar prestado; b) possuir título de eleitor; c) capacidade de ganhar a vida; d) alfabetizado; e) participar da vida nacional.

O Ministro Rangel Reis citou como exemplo de índios emancipáveis, os Terena e o Xavante Mário Juruna (Matos, 1997: 113, grifo meu).

A declaração de Geisel foi o estopim para que diversos atores/segmentos da sociedade se mobilizassem em apoio aos indígenas – estes também viam nessa questão uma oportunidade e um meio de criticar abertamente o regime repressivo (1964 – 1985). Vários foram os segmentos de apoio aos indígenas nesse período, dentre eles, destaque: a Igreja Católica, representada pelos missionários do CIMI, uma ala progressista dentro da Igreja e que era fruto e influência da Teologia da Libertação (1968); e os antropólogos, através da ABA (Associação Brasileira de Antropologia, fundada em 1955) e de várias outras associações criadas com o intuito de apoiar a “causa indígena”.

Ambos os segmentos colaboraram de diversas formas (seja apoiando logisticamente, ou em debates dentro e fora de seus círculos de influência) para que os indígenas tivessem

conhecimentos sobre as decisões governamentais e para que pudessem realizar encontros dentro e fora de suas TIs, momentos em que poderiam debater as decisões governamentais que os afetariam diretamente. Nesses encontros, nacionais ou regionais, os indígenas também se relacionavam com outros movimentos sociais como: os camponeses, os movimentos dos trabalhadores urbanos, movimento das mulheres e dos perseguidos pelo regime; ganhando, assim, experiências e vivências múltiplas. Pontuo que os encontros nacionais ganhavam força a partir das mobilizações regionais, ou seja, das demandas e lutas travadas cotidianamente por grupos mais próximos uns dos outros:

Nós aqui no Mato Grosso do Sul, lá pelos anos de 79 e 80, começamos a fazer várias manifestações por aqui, era mais o pessoal como eu, o seu Domingos Veríssimo [Terena] e a Marta Guarani, organizando o pessoal. Nós íamos também direto para Brasília e para São Paulo, onde tinham reuniões dos índios com a CEB's [Comunidades Eclesiais de Base]; as nossas reuniões eram financiadas pelo CIMI. Tudo era muito bom, tinha muita gente colaborando, as discussões eram bastante ricas para nós os índios (Eduardo Kaiowá, informação oral).

Os Terena sempre estiveram presentes nas manifestações do Movimento Indígena, seja na figura de Domingos Veríssimo Marcos, seja na figura de outros patrícios nossos, o próprio Marcos Terena é uma importante liderança. Tivemos apoio de algumas instituições, da igreja, de Universidades. Aqui no Estado tínhamos uma vantagem, até com relação às outras etnias, é que os Terena estão sempre em trânsito, vão para as cidades, para as aldeias, e dessa forma aprenderam muito do mundo do branco, buscamos apoio, o que facilitou o nosso encabeçamento do Movimento aqui no Estado, e em muitos momentos no Brasil também (Lisio Lili, informação oral).

Dentre as tantas formas de mobilização pró-índio nesse período, uma das que mais ganharam destaque nacionalmente foram as chamadas “Assembléias Indígenas”, uma espécie de Fórum conjunto onde diversas etnias compartilhavam experiências, levantando pontos em comum ao mesmo tempo em que ressaltavam suas especificidades.

Essas assembléias foram promovidas e coordenadas no início pelo CIMI, posteriormente, os indígenas assumiram a coordenação das Assembléias, mas sempre com a participação dos missionários. A primeira Assembléia Indígena aconteceu em 1974 em Diamantino/MT, na Missão Anchieta, os assuntos mais debatidos na primeira Assembléia foram:

- Oportunidade dos chefes indígenas se encontrarem e falarem com liberdade de seus problemas;
- Atrair os índios dispersos as terras que possuem;
- Impedir que o branco venha morar na aldeia;
- Autodeterminação e possuir terra;

- Viver conforme as tradições;
- Possibilidade de melhorar suas técnicas;
- Melhorar o conhecimento;
- Ter capacidade de enfrentar as condições de vida imposta pelo desenvolvimento.

Participaram dessa assembléia indígena as etnias: Apiaká, Kayabi, Tapirape, Rikbaktsa, Irantxe, Paresi, Nambiquara, Xavante e Bororo (Ossami, 1985: 17).

Ao total (de 1974 a 1985) foram promovidas 57 assembléias indígenas: 29 na região Norte, 14 no Centro-Oeste, 6 no Nordeste, 3 no Sudeste, 2 na região Sul e 3 no DF (possivelmente, mais tantas outras assembléias aconteceram, visto que algumas foram organizadas localmente e sem aviso prévio ao CIMI (Ossami, 1985)). No Mato Grosso do Sul foram 6 assembléias registradas pelos arquivos do CIMI, com a primeira acontecendo em 1977 em Dourados, tendo a participação de várias etnias, FUNAI, CIMI, jornalistas, Igrejas Evangélicas e representantes da prefeitura.

A concepção e idealização das Assembléias partiram do CIMI, principalmente do jesuíta Thomaz de Aquino Lisboa, um dos fundadores do órgão, que via nas Assembléias a possibilidade de reviver, simbolicamente, a Confederação dos Tamoios (OSSAMI, 1985, p.118). A promoção das Assembléias – com toda a concepção de dar voz ao indígena e de não buscar a conversão dos mesmos, mas, sim, a inculturação do missionário na cultura indígena – pode ser pensada, de certa forma, como uma forma de “redenção” da atuação histórica da Igreja Católica junto aos indígenas. De qualquer forma, seja na busca por reviver um passado reinventado, ou como forma de reparação/reflexão histórica, o CIMI, juntamente com os indígenas, proporcionaram um dos momentos mais marcantes da história recente das mobilizações políticas e criação de campos de comunicação/interlocução no país, bases históricas dos recentes movimento e associativismo étnicos.

Destaco que nas décadas seguintes, de 1980 a 2000, o CIMI continuou seu trabalho junto aos indígenas, mas muito mais como coadjuvante em todo o processo do que como porta-voz das demandas e reivindicações indígenas, principalmente diante do cenário crescente das associações e da formação técnica e acadêmica de várias lideranças indígenas.

Já no campo da atuação dos antropólogos, pontuo que a história da Antropologia no Brasil está intimamente ligada às questões que envolvem as ações no campo da atuação indigenista e militância no movimento indígena, principalmente nas últimas quatro décadas. Seja participando junto aos órgãos oficiais (FUNAI, Ministérios, entre outros), seja atuando nas Universidades ou

em ONGs, os antropólogos, dividindo o campo com outros atores/segmentos, compartilharam (e ainda compartilham) o palco na luta pelos direitos étnicos e respeito à diversidade, despontando, nas últimas décadas, como grandes articuladores nessa arena política reivindicatória, sendo reconhecidos e requisitados como os conhecedores da “questão indígena”, principalmente nas décadas de 70 e 80. Dessa forma, os antropólogos puderam vincular o campo de suas pesquisas científicas com a luta pelos direitos étnicos, o que proporcionou, de um lado, uma vasta produção acadêmica, principalmente nas temáticas do contato, e de outro, a influência para os movimentos nas temáticas próprias da ciência antropológica, assim como na formação teórica instrumental de várias lideranças indígenas que despontaram pós 70.

Como foi destacado, os antropólogos, desde a fundação do SPI e FUNAI, participaram do quadro de funcionários do órgão tutor atuando em diversas frentes. Mais especificamente na década de 70, os antropólogos atuaram em projetos de “desenvolvimento comunitário”, onde desenvolveram a chamada “antropologia da ação”, aliando teoria e prática (MATOS, 1997). A atuação antropológica em projetos da FUNAI também corroborou para que os antropólogos tivessem acesso aos impactos danosos de algumas das intervenções públicas e, com a posse dessas informações, muitos fizeram denúncias (em fóruns nacionais/internacionais, imprensa) sobre a atuação governamental.

Na época do decreto de emancipação de Geisel, os antropólogos – assim como outros setores de apoio, juntamente com as mobilizações indígenas do período – se posicionaram contra o decreto, dando início a uma série de ações/denúncias e a fundação de importantes associações que passaram a apoiar as mobilizações indígenas, como: a Comissão Pró-Índio, o Centro de Trabalho Indigenista, a Associações Nacionais de Apoio ao Índio (ANAI), entre tantas outras.

Aliado a esses processos que se desenrolavam no país, havia, no cenário internacional, outros fatores que colaboraram para a intensificação e crescimento do movimento indígena e pró-indígena, a saber: a configuração política na América Latina, com regimes totalitários e pautas étnicas em comum (recuperação territorial, a questão da autonomia e a valorização cultural (Urdiqui, Teixeira & Lana, 2008: 207)); a mobilização internacional em prol dos direitos humanos (ainda que no campo do direito individual); e a criação de importantes associações internacionais como a *Cultural Survival* (EUA), a *Survival International* (Inglaterra) e a *IWGIA* (Dinamarca), que proporcionaram bases fundamentais para a atuação dos antropólogos e indígenas, dada a ampliação do debate para outras fronteiras, a rede de apoio, a troca de

experiências, a produção de documentos/diretrizes importantes, além do apoio logístico e financeiro para as ações e associações pró-índio.

Nas décadas que seguiram às mobilizações de 70, os antropólogos continuaram suas ações junto ao movimento indígena, mas, assim como os missionários, eles deixaram o “palco” maior nos últimos anos, restringindo o campo de atuação a momentos pontuais e específicos: como técnicos nos projetos das associações indígenas ou em momentos em que o conhecimento antropológico se faz necessário.

Alcida Ramos (2007) classifica esse momento de diminuição ou pontual atuação antropológica como “desprendimento” – “do Engajamento ao Desprendimento” –, ou seja, da passagem de um longo período de militância de vanguarda, para o período em que o antropólogo vai saindo da cena como porta-voz, visto que os atores indígenas vêm conquistando os diferentes espaços políticos de interlocução, “tomando para si a palavra”. Nesse novo protagonismo, os indígenas realizam suas reivindicações, constroem diferentes parcerias, acumulam novos conhecimentos e estratégias, questionam o papel dos antropólogos, o porquê das pesquisas e a ética que as envolve. Esse desprendimento antropológico que a autora aponta tem um sentido positivo, uma ação de dar a voz ao Outro, no sentido pleno, um desprendimento que encarna uma verdadeira ação de comprometimento, de engajamento. O antropólogo sai da cena maior, passa a ser requisitado agora como assessor para certos momentos; já os atores indígenas passam a produzir suas próprias etnografias, suas pesquisas, seus projetos em Universidades, são eles que hoje articulam e decidem, juntamente com outros atores, suas demandas em variados níveis de intervenção: como representantes em comissões deliberativas de políticas indígenas (em programas como PPTAL, PDPI, Secretarias de Educação, FUNASA⁵¹), como dirigentes de associações indígenas de âmbito local ou nacional, como diretores de escolas, como professores, como escritores, como vereadores, enfim, espaços antes exclusivos do “mundo dos brancos” hoje são disputados e exercidos com legitimidade por eles.

Essa crescente e gradual conquista de novos espaços pelos indígenas, tem se tornado uma realidade passo a passo – resguardando, evidentemente, as particularidades de cada realidade étnica –, o que tem inferido na forma como os antropólogos passaram a ser vistos e requeridos,

⁵¹ PPTAL: Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia; PDPI: Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas; FUNASA: Fundação Nacional de Saúde.

assim como a forma como os sujeitos de nossas pesquisas passaram a questionar o que se escreve sobre eles.

Para compreender o encadeamento de alguns acontecimentos da história recente e que levou os indígenas a serem os principais articuladores e porta-vozes de suas próprias demandas, mobilizações e ações políticas, bem como condutores de muitas das políticas públicas hoje dirigidas a eles, passo, a seguir, a descrever a configuração histórica da primeira Associação Indígena de âmbito nacional, a UNIND, e os desdobramentos que propiciaram o *boom* de associações indígenas por todo o país, aliando toda essa história com a atuação e mobilização dos Terena.

UNIND/UNI: Porta-Vozes de suas Demandas

Com a abertura política e o apoio proporcionado pelo ativismo pró-índio, as mobilizações indígenas foram crescendo em todo o país, motivadas, entre outros, pelas Assembléias Indígenas, pelos encontros com outros movimentos sociais contestadores do regime, pela presença e participação nos fóruns internacionais, pelo apoio financeiro de várias entidades e pela formação escolar, técnica e acadêmica de muitos jovens e lideranças indígenas. No Mato Grosso do Sul, a mobilização crescia na medida em que as etnias começaram a participar das reuniões que ocorriam pelo país e, de certa forma, os Terena protagonizaram muitas dessas mobilizações que estavam acontecendo, articulando, em diferentes níveis, o apoio para as suas reivindicações.

De uma forma geral, os debates e as discussões nacionais e regionais proporcionaram: a ampliação das relações entre os diferentes grupos étnicos; a visibilidade e fortalecimento das diversas formas de luta; e o conhecimento dos problemas comuns enfrentados pelos diversos grupos, e a busca de soluções específicas. Essa experiência propiciou, segundo Ramos (1997), um novo sentimento de solidariedade indígena, um espírito de cooperação, unindo as comunidades e reforçando as especificidades, em meio, também, a contradições e conflitos.

[...] os últimos anos assistiram a um fenômeno novo, e é sobre ele que devemos meditar: o surgimento de uma política indígena, isto é, não mais, ou apenas, uma ‘política para os índios’ (o que devemos fazer com nossos índios?), mas uma política dos índios para nós (o que podemos fazer com os brancos?) (Viveiros de Castro *apud* Tinoco, 2000: 107).

Com a experiência proporcionada pelas articulações da década de 70, os indígenas passaram a assumir e organizar suas próprias mobilizações – ainda que com a colaboração (direta ou indireta) de setores de apoio –, e a fundar suas próprias associações, locais e nacionais, através

da utilização dos instrumentos (transformados e ressignificados em um novo contexto) adquiridos da participação no campo dos movimentos sociais. Fundaram importantes associações nos final dos anos 70 e início dos anos 80, como a UNIND (União das Nações Indígenas) e, posteriormente, a UNI (também União das Nações Indígenas), ambas como respostas aos anseios de consolidação de uma grande articulação indígena nacional.

A formação da UNIND reflete, também, a participação e contribuição efetiva dos Terena no campo do movimento e associativismo étnico, inaugurando um novo momento na relação entre indígenas e o Estado nacional, juntamente com os debates nacionais e internacionais.

Jogos Políticos, Tramas do Futebol: a Criação da UNIND e da UNI

No início dos anos 80, por reivindicação de alguns indígenas residentes em Brasília, foram concedidas bolsas de estudos pelo órgão tutor para que jovens indígenas pudessem concluir seus estudos no Distrito Federal, além disso, a FUNAI, ficaria responsável por alojar esses estudantes.

Com essa abertura e possibilidade, alguns jovens saíram de suas aldeias rumo a Brasília, com a expectativa de que poderiam alcançar a formação acadêmica e escolar, além de estarem mais próximos da FUNAI. Morando no mesmo local e compartilhando de expectativas e experiência comuns, esses jovens estudantes criaram laços de amizade e socialização, formando, nesse período, um pequeno time de futebol denominado UNIND (União das Nações Indígenas). Os momentos que passavam juntos, treinando e realizando partidas de futebol pelo UNIND, eram momentos, também, de reflexão sobre a situação vivenciada pelos seus parentes que ficaram nas TIs, bem como sobre as políticas indigenistas e os levantes indígenas pelo país.

Com o passar do tempo e a interação entre eles, além do conhecimento mais profundo com relação à estrutura e ações da FUNAI, esses jovens deram início a uma série de reuniões em Brasília, reuniões essas que contavam com a presença de caciques e de lideranças já conhecidas no movimento indígena. Dessas reuniões surgiram várias manifestações, reflexões, debates e palestras sobre as políticas vigentes, compondo, assim, e aos poucos, um grupo com bastante potencial político, o que acabou por incomodar o governo, que via na expulsão desses jovens de Brasília uma forma de desestruturar o recente movimento.

Entre os jovens com maior destaque dentro deste grupo estava Mariano Marcos Terena, mais conhecido como Marcos Terena, jovem aviador e que na época cursava Administração em Brasília:

Éramos em 15 estudantes em Brasília e nós formamos um time de futebol, o time UNIND (União das Nações Indígenas) e começamos a jogar, a interagir. Depois começamos a fazer debates com os estudantes, e aí chamavam a gente pra ir fazer palestras, no Dia do Índio, em várias cidades. Então, esse grupo começou a fazer debates, nas escolas a fazer intercâmbio de futebol, inclusive faz parte da história dos Jogos Indígenas isso tudo.

De repente, esse 15 estudantes, nós tínhamos a filosofia de, apesar da FUNAI dar dinheiro pro bolso, a gente fazia questão de trabalhar, arranjar emprego. Então, esse arranjar emprego fez com que a gente adquirisse uma certa autonomia e a FUNAI não percebeu isso, nem nós, mas o Gabinete Militar, o Conselho de Segurança Nacional do Governo Militar percebeu essa organização, que não era uma organização política ainda, mas fazia política, porque a gente não percebia que nos estávamos quebrando a estrutura, e isso tudo é política também. Porque quando a gente falava que não tinha demarcação de Terra nós estávamos criticando o governo que não admitia crítica. Outra estratégia nossa foi se juntar com os Caciques, os chamados Caciques tradicionais, então isso gerou a idéia de que nós éramos índios comunistas, índios mal agradecidos, índios do asfalto, índios aculturados, para desqualificar. Então, eles começaram a dizer que nós não éramos líderes, quando na verdade líder independe da FUNAI.

Então, de repente, houve uma recomendação do Governo Militar de expulsar todos os estudantes de Brasília, cada um voltar para suas terras, seus Estados, então nós provamos para o governo militar que nós tínhamos a proteção da lei, coisa que surpreendeu também a FUNAI porque eles supunham que a gente não conhecia a lei. Então, conhecer as leis, o Estatuto, a Convenção 107, isso foi uma vantagem para nós.

E a partir daquele momento, esse que era um time de futebol chamado “União das Nações Indígenas”, virou um movimento político, porque nós já vínhamos fazendo a política, então virou um movimento político, aí a gente começou a falar dos direitos humanos, da liberdade, da democracia e tal, aí já agregamos outros valores dessa luta indígena (Marcos Terena, informação oral).

O movimento iniciado pelos estudantes indígenas que, à princípio, não tinha intenções claras de se institucionalizar, foi se desenvolvendo e caminhando para uma formalização que, de certa forma, refletia o desejo de parte das mobilizações indígenas nacionais, a saber: de terem uma associação que pudesse representá-los em algumas instâncias e que abarcassem bandeiras comuns; esse desejo também era compartilhado por alguns setores de apoio, como antropólogos e missionários:

Se a idéia era de unir as forças, os líderes acreditavam ser possível ter uma união nacional de todos os povos indígenas, assim como seus assessores missionários e antropólogos. Se existiam conflitos locais e regionais, eles acreditavam que a solução estaria na luta no âmbito nacional, ou seja, no enfrentamento político com o Estado brasileiro, representado, sobretudo, pelo governo federal (Matos, 1997: 163).

Em abril de 1980, a UNIND lançou oficialmente a associação, ainda sem uma diretoria definida ou estatuto, mas tendo na figura de Marcos Terena um dos grandes representantes dessa mobilização e organização do grupo, que contava, na época, com um grupo de estudantes das etnias Karajá, Bakairi, Xavante, Urubu-Kaapor, Bororo, Terena, Canela e Pataxó.

A UNIND prosseguiu com suas atividades e mobilizações, apresentando algumas das demandas ligadas ao movimento indígena no país, mesmo com o descontentamento e pressão do governo e do órgão tutor.

Contudo, em agosto de 1980, uma nova associação, que também se intitulava a União das Nações Indígenas (com a sigla UNI), foi formalmente lançada em Campo Grande/MS, estabelecendo uma diretoria, um estatuto e com objetivos muito próximos dos que foram divulgados pela UNIND. Essa articulação foi liderada pelo tio de Marcos Terena, Domingos Veríssimo Marcos que, na época, tinha o apoio de Darcy Ribeiro, do CIMI e outros antropólogos. A UNI contava com a participação de lideranças mais velhas e conhecidas, havendo, portanto, uma diferença geracional entre as duas associações.

Com a criação da UNI em Campo Grande, surgiu um impasse e conflito com a associação que vinha sendo articulada em Brasília, não só entre os indígenas, mas, também, na base de apoio logístico (CIMI, antropólogos). Para resolver o impasse que se criou – de ter duas associações indígenas com ambições de representar nacionalmente e dar apoio instrumental ao movimento indígena – foi decidido que haveria uma reunião em São Paulo para a unificação de ambas e para a eleição de uma única diretoria. Em abril de 1981, foi realizada uma grande assembléia onde Marcos Terena foi eleito presidente da UNI, tendo como seu vice Álvaro Tukano; estavam presentes na assembléia tantos representantes da UNIND quanto da UNI.

Mesmo com essa eleição, e tendo representantes de ambos os grupos presentes, Domingos, já de volta à Campo Grande, questionou o resultado das eleições junto ao seu grupo de apoio, que incluía o líder Guaraní Marçal de Souza, o CIMI e alguns antropólogos. Em maio de 1981, o grupo ligado à UNI de Campo Grande, realizou uma outra assembléia, já em Aquidauana/MS, mantendo a antiga presidência da UNI eleita em 1980.

Com a repercussão criada, Marcos decidiu deixar formalmente a UNI em 1982, mas dando continuidade às atividades da UNIND até meados de 1985, e não mais como uma associação formalizada, mas, sim, como um movimento, pois acreditava que dessa forma teria

mais liberdade de ação, principalmente diante das pressões governamentais, além disso, não entraria em competição direta com a UNI enquanto associação:

[...] Nós não queríamos a formalização, porque nós sentimos de perto a repressão dos militares, tanto que hoje todo mundo lembra desses estudantes de Brasília. Então esse movimento foi importante porque nós ajudamos. O fato de não ser associação fez com que também a gente criasse um nível de participantes altamente independentes, várias pessoas, caciques, líderes, então todo mundo fazia parte, mas não era membro assim de registro, não havia o corpo de membros, e isso facilitou bastante o trabalho da gente porque não tinha como os militares pegarem a gente, tipo: “Vamos fechar a UNIND”. Não tinha como fechar, isso era uma estratégia da gente, nasceu dos Terena na época. Então esse grupo entrou na fase, naquele tempo não existia tudo isso que tem hoje (Marcos Terena, informação oral).

A UNI, associação liderada por Domingos Veríssimo Marcos, deu continuidade também a uma série de ações pelo país, sendo, inclusive, desmembrada em várias UNIs regionais. Alguns dos jovens que atuaram na UNIND deram continuidade às suas ações já na UNI, como foi o caso de Ailton Krenak. Já outros, atuaram de forma mais independente junto à UNIND e nos anos que se seguiram, sendo, alguns deles, hoje, bastante conhecidos e atuantes no campo do movimento e associativismo, entre eles alguns Terena, como o próprio Marcos, seu irmão Carlos e Jorge Terena.

Maria Helena Ortolan Matos (1997), analisando o surgimento da UNIND e UNI, e dando um destaque especial aos conflitos que surgiram com a existência das duas associações, pontua alguns aspectos, a saber: a disputa por espaços de poder entre os líderes, por isso a fundação das duas associações; a problemática no quesito representatividade, visto que a UNI teria menos etnias participando; e a crítica com relação à distância dos líderes de suas “bases”, por morarem nas cidades, por não terem sido escolhidos pelos líderes da aldeia, entre outros:

A representatividade desses líderes nem sempre está associada diretamente a escolha de suas respectivas comunidades indígenas, ou seja, nem sempre eles foram escolhidos, deliberadamente, para representá-las na sociedade nacional. Na maioria das vezes eles consolidaram sua posição de líder através de sua própria participação na organização do movimento, antes de formar uma base política de apoio nas comunidades. Isso explica a necessidade constante que os líderes tinham de conquistar apoio político nas aldeias, se quisessem manter-se na liderança do movimento. Esse foi um dos problemas que a União das Nações Indígenas teve de enfrentar e que acabou desarticulando-a enquanto uma organização que pretendia representar, nacionalmente, todos os grupos indígenas do Brasil. A falta de base política nas aldeias gerou uma crise que culminou na reestruturação da UNI transformando a sede da UNI-SP em uma organização de caráter regional (Matos, 1997: 192).

Especificamente sobre o conflito entre os parentes Domingos e Marcos, é possível avaliar também a formação posterior da UNI como sendo uma disputa de poder do tio com o sobrinho, e vice-versa, não só no espaço do movimento indígena nacional, mas na possibilidade de ampliar influências dentro das TIs Terena no MS, haja vista que os parentes ligados a ambos possuem importante influência, principalmente na TI Taunay/Ipegue, onde são conhecidos como uma grande linhagem de importantes líderes espirituais (xamãs).

Mas, potencializar os conflitos entre ambas, UNIND/UNI, apenas à esfera da disputa de poder entre os dois parentes, seria excluir todas as outras articulações e fatores que envolveram esse momento importante na história dos indígenas, haja vista que existiam, também, segmentos sociais que viam na figura dos jovens acadêmicos uma ameaça à condução dos processos desenvolvidos até ali, seja pelo “despreparo” da pouca idade, ou por serem “subversivos” demais, como ressalta Marcos: “[...] *de um lado a FUNAI achava que nós [estudantes da UNIND, depois eleitos na UNI] éramos orientados por esses “comunistas” [CIMI], e o CIMI achava que pelo fato de nós termos bolsa de estudo da FUNAI, nós éramos índios que estávamos orientados pela FUNAI para criar uma situação e neutralizar as assembléias deles [as Assembléias Indígenas], além de acharem que gente era jovem demais*”.

Com relação à falta de representatividade e/ou distância das bases que a autora ressalta, é interessante observar que o que é apontado como sendo aspectos que colaboraram para o questionamento da “base”, como o morar ou transitar nas cidades, o de ser escolhido por estar envolvido no movimento, entre outros, são, pelo menos no caso do Terena, vistos, também, como condições propícias para os líderes de movimento indígena, tudo isso os capacita para estarem com propriedade nesse campo. O discurso da “distância da base” é um discurso que se origina, e depois se dissemina, muito mais nas estruturas do poder governamental e nos movimentos sociais de apoio, do que, necessariamente, nas aldeias onde nasceram alguns desses líderes.

Evidente que há críticas da “base” aos líderes de movimentos, e que os indígenas muitas vezes incorporam em seus discursos a crítica ao afastamento da “base”, mas, é preciso pontuar, que essas críticas não são estanques, ao contrário, são bastante fluidas, e dependem muito mais das alianças construídas, ou das relações entre as famílias, do que das *benesses* que esses líderes venham trazer às “suas bases” ou por um retorno físico e constante deles às aldeias onde nasceram. Além disso, as críticas que colocam de um lado os líderes de base, e, de outro, os líderes que atuam no movimento indígena, acaba, por vezes, estabelecendo uma separação entre

um “mais tradicional”, porque vive e atua na TI, e outro “menos tradicional”, porque formado na “educação do branco” e atuando mais no nível externo, portanto longe fisicamente das TIs.

A questão das lideranças no movimento indígena pós 70, é um dos pontos sempre destacados nos estudos sobre o tema, indicando que tais atores foram e são fundamentais para a abertura política que hoje possibilita o crescimento das associações indígenas. Em geral, os autores pontuam que os líderes possuem conhecimentos e trânsito nos dois “mundos” e que se colocam como embaixadores de suas aldeias, representantes de seus respectivos grupos. O relacionamento dos líderes com suas comunidades passa tanto por uma expectativa (dos moradores da aldeia), às vezes, exagerada de que os problemas serão solucionados, quanto por uma desconfiança quando algumas de suas reivindicações não logram sucesso, ou quando por falta de alianças, mediações, ou por serem de grupos rivais, a representatividade da liderança é questionada, baseada em discursos sobre o afastamento do líder, a usurpação de benefícios em prol apenas de sua família, enfim.

De qualquer forma, e em meio aos conflitos e desmembramentos, tanto a UNIND quanto a UNI foram importantes iniciativas – frutos de toda uma história de embate/alianças com o Estado, de mobilizações e articulações entre variados setores – que encontraram no cenário político dos levantes pós 70, juntamente com todo o quadro internacional, um excelente momento para serem construídas.

Nos anos que se seguiram ao surgimento da UNI e UNIND o número de associações cresceu em todo o país, tanto as de caráter regional, como as de articulação nacional, abrindo novos campos de atuação e de protagonismos, como veremos a seguir.

O Boom das Associações Indígenas Pós Constituinte

As associações indígenas criadas tanto na década de 70, quanto nos primeiros anos da década 80, apesar de atuarem em diversas frentes – tanto nos debates relacionados à conquista de direitos e à abertura política, quanto na promoção de projetos/ações voltadas às demandas sócio-econômicas –, ainda não tinham o *status* de serem representantes legais (jurídicas) e legítimas frente ao Estado brasileiro (mesmo com algumas sendo registradas e com títulos de utilidade pública concedida pelas prefeituras), sendo caracterizadas muito mais como movimentos sociais do que como instrumentos legítimos para a condução das demandas indígenas, haja vista que a

FUNAI, quase sempre, e para as ações/projetos dentro das TIs, tinha que estar presente ou ser consultada.

Apesar das limitações impostas pela Constituição Federal vigente na época e pelo Estatuto do Índio – que engessavam as ações indígenas em muitos de seus projetos –, as associações continuavam a crescer por todo o país. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, e nos primeiros anos da década de 80, teremos a criação de importantes associações como o Conselho Intertribal, associação que reunia quase todas as TIs Terena, com objetivos voltados não só para as questões mais “políticas” (direitos, cidadania, visibilidade étnica), mas, também, para as de ordem “econômica”, como a potencialização das produções agrícolas, com inspirações também nas cooperativas não indígenas. O Conselho Intertribal contou, no seu início, com o apoio de instituições internacionais e de associações de apoio no Brasil na forma de pequenos financiamentos e apesar do pouco tempo de existência teve importância entre os Terena, sendo um incentivador para o surgimento de outras associações. Temos, também, no mesmo período e em Campo Grande, a criação da Associação dos Moradores Indígenas, AMI, que tinha como objetivos apoiar as lutas engendradas pelos indígenas nas cidades, levantando, entre tantas questões, a bandeira da afirmação étnica. Além dessas e outras associações que surgiram nos primeiros anos da década de 80, temos a atuação presente da UNI em Campo Grande, principalmente na figura de Domingos Veríssimo Marcos.

Mas, foi somente no ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição, que as associações indígenas finalmente conquistariam o *status* jurídico de serem representantes *legais* de seus grupos, com a possibilidade de não mais dependerem exclusivamente da FUNAI para dar continuidade às muitas de suas atividades e projetos (convênios, financiamentos, contratos). Além disso, outras conquistas vieram na forma da lei, como o reconhecimento do Estado aos usos, costumes e tradições indígenas, os direitos originários a terra, entre outros:

Artigo 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costume, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens...

Artigo 232 – Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (Capítulo VIII, Constituição Federal, 1988).

O capítulo específico dos Índios na Constituição foi, sem dúvida, uma das grandes vitórias das mobilizações indígenas e de seus setores de apoio, numa articulação que

proporcionou um marco na nossa história recente. Destaco, nos processos da Constituinte, o protagonismo da UNI. Foi por intermédio do trabalho dela, juntamente com as articulações nas TIs, com as organizações de apoio como o CEDI, o Inesc e o CPI, que foi possível chegar até o Congresso Nacional e a Carta Maior, a promulgação de vários direitos. Também, merece destaque, a atuação de grandes lideranças indígenas que, apesar de não terem sido eleitas para a Constituinte, foram atores fundamentais em toda a articulação, como: Davi Yanomami, Marcos Terena, Gilberto Macuxi, Álvaro Tukano, Mario Juruna, Nicolau Xavante, Biraci Iaianauá e Idjahúri Karajá, todos foram candidatos à Constituinte.

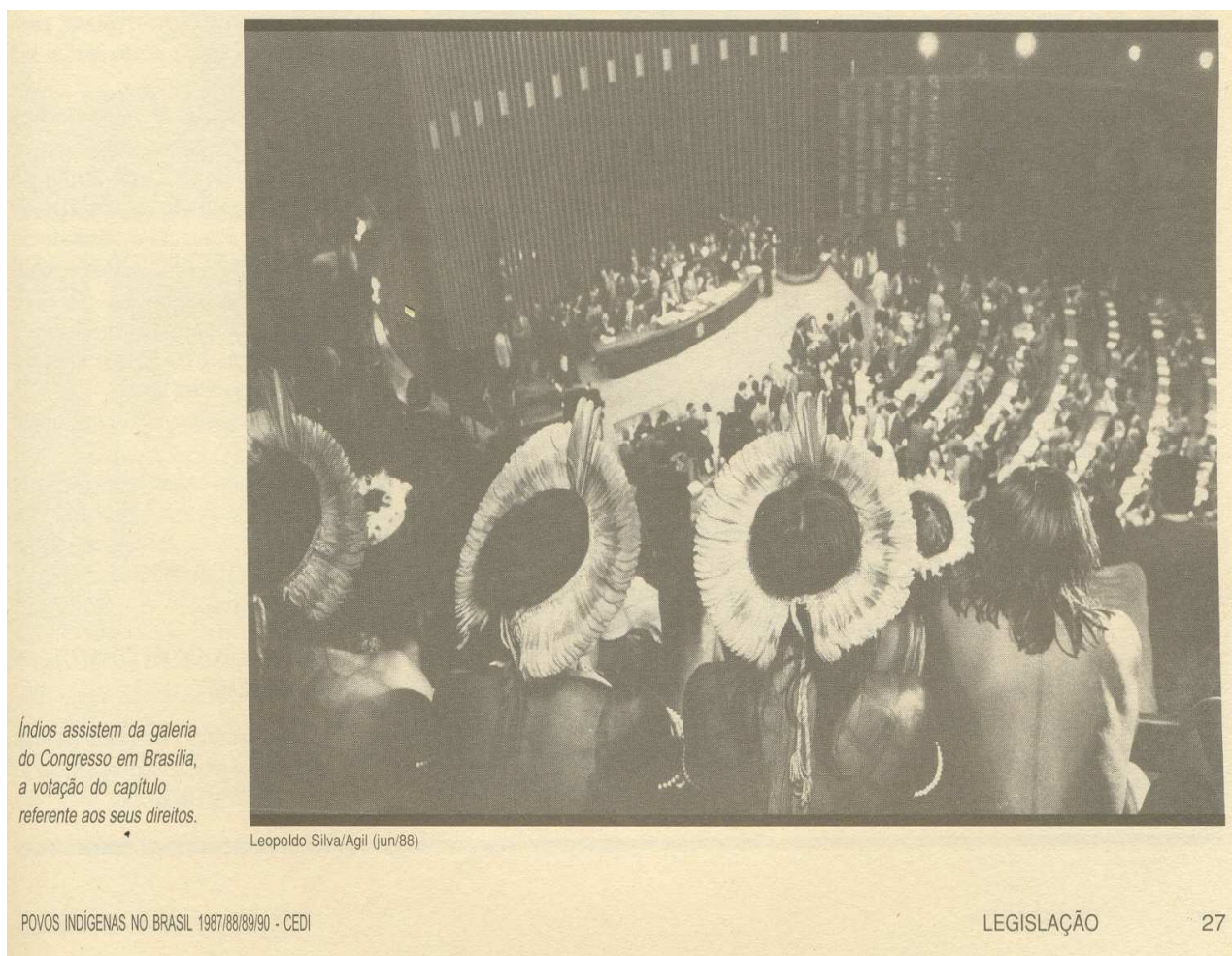


Figura 12: Indígenas participando da Constituinte (Fonte: CEDI, 87/90: 27)

Com a promulgação da Constituição de 88 – que abriu a possibilidade das associações se constituírem enquanto pessoas jurídicas – começaram a proliferar, por todo o país, os mais diversos tipos de associações, fundadas agora pelos próprios indígenas. Através dessas novas formas de representação e interação, os indígenas passaram a reivindicar a aceleração das demarcações territoriais, a buscar novas formas de garantir o acesso à saúde e à formação escolar, além de ações voltadas às afirmações étnicas e projetos econômicos.

É importante frisar que, além das mudanças constitucionais, outros fatores contribuíram para o *boom* do associativismo étnico, tais como: o crescimento da participação de lideranças indígenas em câmaras municipais e estaduais; o crescimento dos debates com a sociedade civil sobre as temáticas indígenas; a perda do monopólio da FUNAI no gerenciamento de políticas públicas nas TIs, dividindo o campo com outros órgãos como MMA (Ministério do Meio Ambiente), MEC (Ministério da Educação), FUNASA; o aumento da escolarização indígena, contribuindo para a lida com as exigências burocráticas das associações; o acesso a novos parceiros na construção de ações e metas para as associações; o crescente debate e apoio internacional às temáticas indígenas, com a criação, por exemplo, do grupo de trabalho para os povos indígenas na ONU; enfim, um conjunto de fatores proporcionou a continuidade e o desenvolvimento dos processos associativos iniciados ainda na década de 70.

Entre o Ambiental e o Étnico: Novos Tempos/Temas para as Associações Indígenas

Nos anos que se seguiram após a Constituinte, entre as décadas de 90 e 2000, um novo componente foi agregado ao campo do associativismo étnico no Brasil, transformando e potencializando suas ações e dando novos rumos a ele, a saber, a junção entre as temáticas indígenas e ambientais. Esse novo componente, trazido pelos setores ambientalistas, teve um campo de ação/impacto maior no cenário da Amazônia Legal. Pontuo que quando digo ação/impacto na Amazônia, quero destacar que as transformações maiores no campo das associações – com o aumento de financiamentos, novos projetos, novos atores/segmentos de apoio, novas políticas públicas –, foram voltadas quase que exclusivamente para essa região, contudo, esse novo componente, essa nova aliança, seria também sentida em outras regiões, a partir de impactos mais simbólicos, como nos discursos e nas comparações, ou nos temas para capacitação e projetos almejados.

A junção entre temas ambientais e étnicos foi fruto de um encadeamento de acontecimentos que proporcionaram a conexão entre o “local e global”, ou seja, entre as demandas internas da Amazônia brasileira e os debates internacionais sobre os impactos e danos ao meio ambiente. No Brasil, destaco alguns momentos-chave para essa junção, como o Programa Polonoroeste financiado pelo Banco Mundial (na década de 80) que tinha várias diretrizes voltadas ao “desenvolvimento econômico” da Amazônia Legal e que deflagrou, nos anos seguintes, uma série de impactos danosos à Amazônia. Programas como o Polonoroeste e outros, nesse período, mobilizaram inúmeras organizações indigenistas, ambientalistas e indígenas, todas buscando formas de denunciar, dentro e fora do país, os estragos causados pelas novas ações governamentais, buscando, assim, comover países financiadores desses programas:

A dizimação de populações indígenas na área de influência do projeto [Polonoroeste] provocou a mobilização na Escandinávia, sobretudo de organizações ambientalistas dinamarquesas, que capitanearam a pressão sobre os representantes escandinavos na diretoria do Banco Mundial, visando estabelecer medidas de resguardo do meio-ambiente e de proteção das populações indígenas em seus projetos, implantadas pela primeira vez dentro do banco em 1982 (Barroso-Hoffmann, 2008: 256).

Alguns importantes líderes indígenas estiveram em países da Europa denunciando os impactos de empreendimentos econômicos sobre a Amazônia, como foi o caso de Paulinho Paiakã, indígena Kaiapó, que no ano de 1988 viajou pela Europa solicitando às agências financeiras que bloqueassem recursos para projetos que viessem a prejudicar a Amazônia.

Em 1989, também foi divulgada a “Declaração dos Povos da Floresta”, uma aliança entre o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), a UNI e os ribeirinhos, contra o desmatamento, a exploração e as violências que estavam vivenciando; um marco na luta ambiental, aliada à importância das populações tradicionais no manejo das florestas e da sobrevivência/reprodução da biodiversidade, em meio, também, à vários protestos envolvendo a morte do líder seringueiro Chico Mendes.

Figura 13: Aliança dos Povos da Floresta (Fonte: CEDI, 87/90)



Outro momento importante foi a realização da ECO 92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, evento decisivo no cenário das mobilizações étnicas e ambientais, principalmente com a ampliação do debate, dos acordos e parcerias com a cooperação internacional. Marcos Terena participou ativamente desse evento, momento em que estabeleceu importantes contatos, principalmente com a ONU. Da articulação de sua participação na ECO 92, juntamente com outras lideranças indígenas nacionais, nasceria a associação multiétnica Comitê Intertribal (ITC), da qual foi presidente por muitos anos, estabelecendo importantes espaços para a ação de vários indígenas. Segue parte do relato de Marcos sobre esse importante momento:

Graziella: O Comitê, você disse que surgiu na Eco 92...

Marcos Terena: Isso, daí não sei como eles me convidaram pra ir pra Genebra, primeira vez, ao Secretariado responsável pela Conferência da Rio 92 [ECO 92], convidou e eu fui pra lá. Então, antes de ir pra lá o pessoal da ONU aqui disse: “Vai ter uma Conferência, o que você acha que pode fazer e articular?”. Eu falei: “Eu posso ajudar a organizar tal, mas quero ver primeiro, preciso pensar o que podemos fazer”. Daí, conversei com o Carlos [Terena] o que nós íamos fazer, daí chegamos a conclusão que íamos fazer uma aldeia no evento. Era uma coisa inédita, mais agressiva. Nós estávamos com um plano aqui que nós íamos fazer uma aldeia onde nós iríamos demonstrar o que é desenvolvimento, o que é meio ambiente, usando a tecnologia da selva, começamos a usar esses termos assim. O cara falou: “Poxa, vocês conseguem fazer tudo isso?”. “Nós só vamos participar se conseguirmos fazer isso”. Daí fui pra Genebra nessas condições, já como Comitê Intertribal.

Graziella: Vocês montaram o Comitê com que pessoas?

Marcos Terena: Nós montamos com a Eliane Potiguara, o Itiarrori Karajá, o Aritana, e outros.

Graziella: Tinha outros Terena?

Marcos Terena: Tinha. E registramos a associação para, assim, com o efeito de referência externa lá fora, porque provavelmente a gente poderia ter financiamento para as ações na Rio 92, só que no decorrer do processo eu achei assim, como era evento da ONU, qualquer recurso que a gente conseguisse a gente descarregaria no PNUD e ele gerenciaria isso pra gente, e foi o que realmente aconteceu. Então, o Comitê Intertribal recebeu essa incumbência de recepcionar os índios estrangeiros e brasileiros e montar essa estrutura. O Fernando Collor, que era o Presidente, determinou o embaixador que era das Relações Internacionais, o Carlos Garcia, e daí ele deu respaldo político pra gente, então ele montou um grupo de trabalho pra fazer isso, o governo do Rio, que era o Brizola e o prefeito do Rio, e fizemos o desenho e foram pra lá os índios do Xingu, os índios Tukano para montar as Ocas, e todos criamos a agenda de trabalho.

Então, aí que o Comitê Intertribal começou a ser conhecido no mundo internacional, tanto perante a ONU como perante os outros indígenas. Então fizemos a Conferência, aí no final o secretariado da Rio 92, que era da ONU, também disse: “Você vai falar na plenária da ONU”, eu não sabia bem como

era isso... Ele disse: “Porque você vai falar em nome dos indígenas, você foi indicado pra falar em nome de todos os índios da Rio 92”.

Nós tínhamos feito uma declaração chamada Kari-Oca, de uma folha, e uma Carta da Terra com 109 recomendações, tem muita coisa que está na carta e que está acontecendo agora, como o aquecimento global. E outra, que é quando eu cheguei na plenária estava aquela confusão, todo mundo, ninguém tava prestando atenção, daí voltamos a falar de novo da espiritualidade, daí eu falei uma análise, um discurso, sobre o papel do índio, quem éramos nós, e que nós estávamos ali mas não éramos parte dos caras que iam decidir a Agenda 21, mas nós queríamos que eles fossem nossos aliados nesse processo. Outra coisa que eu fiz uma análise foi sobre essa questão da camada de ozônio porque eles pensam que nós “Ah, que os índios cuidam da floresta”. Aí que eu falo daquele negócio da gente ter conhecimento de causa na linguagem atual. A partir disso o Comitê ficou conhecido e essa Carta foi adotada pelo Parlamento Europeu e pela própria ONU que hoje é discutida a CDB e o PNUD e o PNUMA eles consideram aquele documento um documento de referência para o ONU nas questões indígenas até hoje. Surgiram vários encontros depois, lá da China,... mas nenhum com essa referência (Marcos Terena, informação oral).

Na Eco 92 foram assinados acordos como a CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica) e a Agenda 21, com prerrogativas importantes que passaram a discutir o desenvolvimento econômico pautado na responsabilidade ambiental, além da importância da preservação da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais para a sobrevivência do planeta.

Em meio aos impactos desses eventos/acontecimentos, com acordos ratificados, expansão dos movimentos e debates ambientais e a ampliação da cooperação internacional às problemáticas indígenas e ambientais, a imagem do indígena como o legítimo e “natural protetor” e conhecedor da natureza foi ganhando espaço, sendo essa concepção, amplamente utilizada pelos novos e antigos setores de apoio, bem como incorporada nos discursos dos líderes indígenas e nos projetos de associações:

Com a expansão mundial do campo político e ideológico ambientalista, o “índio” será tratado como defensor por excelência do meio ambiente. Quando a noção de desenvolvimento sustentável passou para o primeiro plano na agenda do movimento ecológico, os povos indígenas – principalmente aqueles que vivem nas florestas tropicais – ampliaram sua visibilidade pública como “heróis ecológicos”, “guardiões da biodiversidade” [...] Mediadores indígenas e indigenistas incorporaram a agenda e a linguagem ambientalistas e constituíram o elo de ligação entre as demandas de conservação da natureza e as defesas dos direitos humanos, conectando lutas locais e globais e fundindo noções de “cultura”, “política” e natureza no bojo de associações inéditas entre a sociedade civil, estado e mercado (Peres, 2003: 29-30).

Pontua que dentro desses debates alguns termos/conceitos passaram a ser formulados para discutir alternativas às formas predatórias de desenvolvimento, como é o caso do termo

etnodesenvolvimento, amplamente utilizado pelos atuais projetos de muitas associações indígenas e setores de apoio. Tal termo remete à produção e reprodução da “vida indígena” com mais autonomia, em detrimento das imposições ou políticas da tutela. Em termos ambientais, significa as formas ambientais e tradicionais de manejo indígena, ou seja, suas plantações, caça, coleta e venda de seus produtos, todos dentro das especificidades dadas pelos referenciais culturais, simbólicos, históricos, religiosos e econômicos; o etnodesenvolvimento seria a forma de produção/reprodução livre, respeitada e valorizada:

O etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses (Stavenhagen, *apud* Azanha, 2002, p.31). O etnodesenvolvimento requer que as comunidades sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento, que busquem formar seus quadros técnicos – antropólogos, engenheiros, professores, etc. – de modo a conformar unidades políticas-administrativas que lhes permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo (Batalla, *apud* Verdun, 2002: 88).

No meio de todos esses processos políticos, simbólicos e conceituais, surgem importantes associações no cenário amazônico, associações essas que foram protagonistas de importantes ações, como também foram executoras/parceiras de importantes projetos em Programas como o PPTAL e o PDPI, programas concebidos e “implementados como componentes do programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil, o maior programa da cooperação internacional hoje existente nas áreas de conservação e uso sustentável da biodiversidade” (Gramkow, *et al.*, 2007: 129). Com o PPTAL e PDPI, foram realizadas várias demarcações de TIs na Amazônia, foram estruturadas importantes associações indígenas, realizados projetos de etnodesenvolvimento, projetos culturais, financiadas várias mobilizações indígenas, cursos, eventos e capacitações.

Vale ressaltar, que os setores de apoio às ações empreendidas pelas associações indígenas, principalmente a partir dos anos 90, passaram a ser “classificados”, quase que todos, sob a rubrica de ONGs, encobrindo uma série de especificidades, histórias, interesses e alianças de cada um desses setores, sejam não-governamentais, governamentais, nacionais ou internacionais:

O termo “organização não governamental” passou a encobrir um leque extremamente variado de organizações, surgidas em épocas diferentes, em contextos sociais diferentes e com finalidades diferentes, tais como organizações religiosas, sindicatos, instituições de caridade, agremiações esportivas, associações políticas, etc. [...] Cabe ressaltar que as fronteiras entre o

“governamental” e o “não governamental” se sustentam com dificuldade no caso das ONGs, pois em muitos casos elas exercem funções de Estado como ocorre quando ONGs dos países doadores assumem funções de prestação de serviços nos países do Terceiro Mundo, substituindo os Estados “inefícazes, inadimplentes e corruptos” ou são financiadas pelo Estado como as ONGs dos países doadores que se tornam parte de esquemas de terceirização promovidos pelos Estados que assumiram as perspectivas neo-liberais. Isso sem falar das ONGs dos países doadores que passaram a ser financiadas por Estados do Terceiro Mundo para a prestação de serviços, notadamente na área de meio ambiente, ou ainda por agências da ONU e pelos bancos multilaterais de desenvolvimento (Barroso-Hoffmann, 2008: 335-336).

Os debates e os estudos que analisam os projetos e ações engendradas a partir da aliança entre questões ambientais e indígenas, têm problematizado os impactos, os benefícios, as novas dependências e as transformações que todo esse processo tem tido sobre as associações indígenas. Albert (2000), analisando esse processo, vai dizer que com o crescimento dos parceiros e “mercado de projetos”, as associações indígenas, principalmente no cenário amazônico, passaram, de reivindicadoras das questões territoriais e assistenciais, a “etnicidade política” – com a diminuição do diálogo/embate com o Estado, devido ao seu esvaziamento –, à “etnicidade de resultados”, com as parcerias com a cooperação internacional para a viabilização de projetos.

Já Matos (2006: 38) ressalta as transformações advindas com o crescimento das associações e as novas atividades que elas passaram a desenvolver, tanto na gestão de projetos quanto na co-gestão de políticas públicas, como, por exemplo, a participação na gestão da Saúde Indígena com os convênios com a FUNASA. Para a autora, a gestão de projetos e as novas ações das associações tiraram o fôlego do movimento indígena nacional:

No transcorrer dos últimos anos, as organizações indígenas passaram a ser menos articuladoras políticas para atuar mais como gestoras e executoras de ações, inclusive de ações de responsabilidade estatal como as referentes à saúde indígena e à proteção das terras indígenas. Essa nova incumbência das organizações indígenas trouxe consequências marcantes para o movimento indígena. Por exemplo, a gestão de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), apesar de ter sido uma reivindicação política dos próprios indígenas, acarretou problemas sérios para as organizações indígenas por tê-las desviado de seu papel principal de articulação política dos povos indígenas (Matos, 2006: 38).

Se, por um lado, temos uma modificação no cenário de atuação das associações a partir da aliança com os temas ambientais, o que proporcionou novas parcerias (ONGs, bancos, governos, Institutos, etc.) de âmbito nacional e internacional, assim como novas políticas governamentais focando temáticas envolvendo a gestão ambiental nas TIs, com foco principal na Amazônia Legal

– tendo todo esse cenário influenciado o debate sobre o movimento e associativismo indígena –, por outro lado, temos que problematizar, também, a proliferação de associações por todo o país e que não foram inseridas de forma ampla nos debates e políticas etnoambientais e nem no “mercado de projetos”. Ressalto, ainda, que no próprio cenário amazônico é preciso um número maior de etnografias sobre as ações, histórias e projetos das associações indígenas, para que possamos observar como tem se dado o acesso e a participação em todos esses processos advindos dos debates ambientais, haja vista que nem todos acessam ou participam diretamente desses recursos.

Trazendo a discussão do associativismo para o cenário sul-matogrossense, por exemplo, é preciso destacar que as regiões que abrangem o Pantanal e o Cerrado, segundo dados do MMA, não estão entre as mais prioritárias no sentido da conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira⁵², o que vem a interferir substancialmente nas ações, debates e recursos que hoje permeiam o campo das políticas públicas e setores de apoio as associações indígenas no país. O Cerrado⁵³, por exemplo, apesar de sua importância constantemente ressaltada por vários estudos internacionais, sofre um ritmo frenético de exploração e desmatamento, aliás, o bioma não foi incluído dentre os que a “Constituição de 1988, no artigo 225, parágrafo 4º, considera ‘patrimônio nacional’, como a floresta amazônica, a Mata Atlântica, a serra do Mar e o Pantanal Mato-grossense” (Novaes, 2008: 67), devido aos interesses e pressões da bancada ruralista no Congresso.

Essas e outras questões nos levam a problematizar, portanto, os diferentes motivos e caminhos que levam as sociedades indígenas, pelo país, a constituírem suas associações, o que remete às múltiplas especificidades, no sentido de outros temas, interlocutores, ou a forma como essas associações recebem e são influenciadas pelos debates que ocorrem em outras regiões. Com as etnografias, é possível verificar que muitas associações não são criadas para serem representativas de seus grupos, necessariamente, assim como muitas não surgem apenas para captarem recursos ou para realizar “projetos”. Elas podem ser tudo isso, ou não, como também

⁵² Segundo Relatório Nacional para a Convenção Sobre Diversidade Biológica: Brasil – fonte: Ministério do Meio-Ambiente, 2004.

⁵³ O Cerrado “representa em torno de 5% da biodiversidade do Planeta” (Programa..., 2006, p. 10), podendo representar 33% da biodiversidade brasileira (Aguiar et al, op.cit., p.23). “Em certos pontos, chega-se a encontrar até 28 espécies por metro quadrado”, afirma Novaes (2008: 58). Klink e Machado (2005: 149) afirmam que “o Cerrado é a mais diversificada savana tropical do mundo”. Tal diversidade biológica coloca o Cerrado, ao lado da Mata Atlântica, como os únicos hotspots brasileiros no rol dos 34 hotspots mundiais (Hotspots Revisitados, s/d), ou seja, entre aquelas áreas de grande biodiversidade e que carecem de proteção porque sofrem com ações antrópicas, segundo a Conservação Internacional (Hotspots Revisitados, s/d).

podem ser criadas apenas para serem novos espaços de poder para certos grupos ou pessoas, ou para serem parceiras do Estado em relações mais simétricas, enfim, as possibilidades e a diversidade das formas associativas indígenas desnudam universos ricos e criativos, através dos quais as sociedades indígenas vêm incorporando esses novos instrumentos e espaços políticos.

Antes de entrar no cenário sul-matogrossense e nas articulações dos Terena no campo de algumas de suas associações, é preciso ressaltar outras condições importantes que têm influenciado o campo do associativismo étnico no Brasil.

Ressalto, aqui, a importância da ratificação pelo governo brasileiro no ano de 2002 da Convenção nº169 da OIT, importante mecanismo de luta e instrumento de apoio para as reivindicações e demandas indígenas, que apesar de ainda pouco conhecida e utilizada, abre importantes espaços e possibilidades de ação, a partir de pressões internacionais. Além disso, merece destaque o espaço cada vez mais crescente dentro da ONU para as temáticas indígenas, com a importante e recente conquista da assinatura, pelo governo brasileiro, da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, reconhecendo “o povos indígenas como nações preexistentes aos estados nacionais republicanos” (Lana, 2008: 200).

É importante frisar que em todo esse contexto, e apesar das conquistas e dos novos espaços ocupados pelos indígenas, as ações antiindígenas ainda estão muito presentes, tais como: a desconsideração e/ou não aplicação de direitos adquiridos, atraso e não demarcação dos territórios indígenas, imposição de barreiras no desenvolvimento de alguns projetos das associações, assassinatos de líderes, entre tantas outras. Além da imposição de barreiras concretas, o Estado, em muitos momentos, tem ignorado o potencial das associações como agentes e porta-vozes das reivindicações indígenas e:

não há dúvida de que ele – o Estado – não só poderia como deveria contribuir para fortalecer o campo indígena (no sentido de campo político), inicialmente pelo reconhecimento de suas organizações para, posteriormente, empreender conversações com seus líderes para negociarem as normas pelas quais a interlocução entre o campo indígena e o campo indigenista poderia ser conduzida (Cardoso de Oliveira, 2000: 222).

Com esse contexto de ganhos e pressões políticas, alguns autores pontuam que as mobilizações indígenas de âmbito nacional têm retomado suas articulações, como as que vêm ocorrendo por meio do Abril Indígena e por meio de associações regionais e nacionais como a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).

Entre essas e outras articulações nacionais, os Terena, por meio de seus líderes e associações, têm participado ativamente, em meio também às suas demandas e mobilizações locais, como veremos na seqüência dos capítulos III, IV e V, através da etnografia de algumas associações Terena.



Figura 14: Marcos Terena e Rodolfo Stavenhagem, em uma das reuniões da ONU em 2007 (Fonte: arquivo pessoal de Marcos Terena)

CAPÍTULO III –ASSOCIAÇÕES NA CIDADE: O GRUPO TE E A AAIMS

Entre os Terena, e nos anos que se seguiram a criação da UNIND/UNI e em meio aos vários debates nacionais/internacionais, inúmeras associações indígenas foram criadas, tanto nas TIs quanto nas cidades. Algumas dessas persistem até hoje, com mais de duas décadas de fundação, outras surgiram recentemente, mas como frutos de articulações e anseios já bem antigos. Algumas contam com parques e esporádicos apoios do governo estadual ou municipal, outras contam com o apoio de igrejas e universidades, ou, quando não, subsistem sem nenhum tipo de recurso financeiro externo.

As atividades desenvolvidas por essas associações são múltiplas, com demandas e ações que se diferenciam, também, pelo seu local principal de ação (se na TI ou se na cidade). Outras se diferenciam mais pelo público alvo direcionado (mulheres, jovens ou estudantes). Muitas dessas associações não possuem registro em cartório, ou mesmo qualquer estrutura burocrática: diretoria, estatuto, sede, assim como, algumas nunca tiveram um convênio assinado ou um projeto financiado por algum setor de apoio. Entretanto, tais “faltas”, como se poderia supor, não descredenciam ou deslegitimam essas associações frente aos grupos ou temas aos quais procuram representar.

Nas mais diferentes formas das associações Terena, existem também os questionamentos com relação à legitimidade de suas representações, questionamentos esses levantados pelos setores de apoio ou pelos próprios grupos indígenas envolvidos, em meio a uma dinâmica de luta por influência, ou mesmo de equilíbrio de forças. As associações Terena também representam espaços de aprendizados e de grandes conquistas, advindas da trajetória do grupo, aliada a história das mobilizações pós 70 e o *boom* das associações indígenas.

Enfim, com as etnografias que serão descritas a seguir nos capítulos III, IV e V, espero trazer uma pequena contribuição teórica sobre esse universo rico e complexo das associações Terena, o que será feito a partir da história de algumas associações, divididas a partir de seus campos físicos de ação maior e público alvo direcionado. Sobre as associações serão levantadas: suas histórias, seus objetivos, as parcerias, o tipo de estrutura, as ações empreendidas, as diferentes formas de atuação no campo das TIs e das cidades, a questão do gênero, a atuação dos *naati*, os debates ambientais e as alianças com o movimento indígena local/nacional/internacional.

Apresentarei, na seqüência, duas associações indígenas fundadas em Campo Grande e com ações que tiveram e têm como foco central a cidade: a Associação Grupo Te e a Associação dos Acadêmicos Indígenas do Mato Grosso do Sul, a AAIMS. O fato das duas associações terem como sede e foco central as ações no espaço urbano, não significa que não estejam conectadas, de diversas formas, com as TIs no Estado, seja historicamente, simbolicamente, pelo trânsito dos membros, ou pela articulação conjunta de algumas demandas.

Para a associação Grupo Te, irei descrever o histórico de sua formação, aliando com a história de vida do seu principal articulador, Eliseu Lili. Irei expor e analisar, também, algumas das ações da Associação, o seu formato não burocrático, os grupos envolvidos, a ligação estreita com o movimento de afirmação étnica, e um projeto desenvolvido a partir de uma recente premiação.

Já para a AAIMS, irei destacar os bastidores da formação da Associação, pontuando os contatos, as alianças, bem como as articulações e conflitos no dia da fundação. A estrutura burocrática (diretoria, estatuto e objetivos) e algumas das ações empreendidas pela AAIMS também terão destaque, assim como os encadeamentos que levaram a Associação a ter uma existência curta, mas bastante intensa.

O GRUPO TE

A associação Grupo Te surgiu no ano de 1988, fruto da mobilização de alguns Terena, principalmente da idealização e articulação do Terena Eliseu Lili. A associação foi criada com um importante objetivo: divulgar a cultura Terena na cidade (através da apresentação de danças tradicionais como a *Kohixoti Kipae*), bem como incentivar os jovens Terena moradores de Campo Grande: “*a não largar a cultura e não ter vergonha de ser Terena.*” (Eliseu Lili, informação oral). O Grupo Te se tornou um instrumento de reflexão dos Terena sobre suas origens, sua cultura, além de representar um novo espaço (no sentido metafórico) para a ressignificação das tradições e abertura de canais para a manifestação pública da origem étnica.

A Associação vem atuando, nesses últimos 22 anos, sem os registros burocráticos da legislação vigente, assim como não tem diretoria, o que não tem sido empecilho para a sua continuidade e atividades em Campo Grande, nem para a sua classificação enquanto uma associação indígena pelos atores envolvidos. Atualmente, cerca de 10 jovens participam das atividades esporádicas da Associação, sendo que esse número, e os nomes dos participantes,

oscilam de ano em ano, às vezes de mês em mês, dependendo das ações desenvolvidas pela Associação e da disponibilidade dos jovens em participar dos ensaios, apresentações e oficinas.

Em 2008, a Associação foi premiada com o “Prêmio Culturas Indígenas”, do Ministério da Cultura, que “premia iniciativas culturais dos povos indígenas que sejam relevantes para o fortalecimento de sua cultura, além de fortalecer suas tradições e transmiti-las aos mais jovens” (Brasil. Ministério da Cultura..., 2007: 15). Com o prêmio, a Associação vem realizando outras atividades para além das articulações para as apresentações da *Kohixoti Kipaé*.

A associação Grupo Te, surgiu no período das mobilizações e articulações indígenas na década de 80 em prol dos direitos étnicos e da “valorização/positivação da categoria índio” (Cardoso de Oliveira, 1988), premissas já destacadas no capítulo sobre o movimento indígena e no tópico sobre os movimentos de afirmação em Campo Grande. Para entender a origem do Grupo Te, é fundamental, também, conhecer a história pessoal do seu fundador, Eliseu Lili, que, de certa forma, personifica tanto o cenário histórico das afirmações étnicas da época, quanto a trajetória de muitos Terena no tocante ao trânsito pelos territórios, a mudança para as cidades e a busca por formação escolar. Eliseu também pertence à família dos Lili, conhecidos *naati*, personagens fundamentais para as associações Terena.

Conhecer a trajetória de Eliseu é conhecer, também, os motivos da fundação do Grupo Te, assim como o campo das mobilizações indígenas na época.

A Trajetória de Eliseu e a História da Associação Grupo Te

Eliseu Lili nasceu na aldeia Bananal, TI Taunay/Ipegue, há mais de 60 anos. Sua linhagem familiar, os Lili, possui uma história marcante e bastante conhecida em Bananal, história essa que foi resumidamente retratada no livro de Cardoso de Oliveira (1976). Alguns dos irmãos de Eliseu, como Lisio Lili e Janete Lili, têm importante ação e influência na história dos movimento indígena no Mato Grosso do Sul.

Um dos mais destacados personagens da história dos Lili foi o avô de Eliseu, Marcolino Lili⁵⁴. Marcolino foi cacique da aldeia Bananal durante alguns anos, e coordenou, juntamente com outras lideranças, o processo de luta pela demarcação da aldeia nos idos de 1903/1905 – ressalto, novamente, que apenas uma pequena parte do território tradicional foi demarcado na

⁵⁴ Nos livros de Cardoso de Oliveira ele faz referência também ao nome Marcolino *Wolily*, contudo, os seus parentes indicam que *Wo* vem de *Wowo* que significa avô, e Lili seria o “sobrenome”, a linhagem.

época para os indígenas, visto os interesses econômicos, políticos e ideológicos vigentes na política estatal.

Mais do que a sua posição de cacique, o que mais marcou a história de Marcolino, foi o período em que ele e seu grupo (parentes e outros grupos familiares coligados aos Lili) se converteram ao protestantismo, dada as relações com os missionários norte-americanos que passaram a atuar em Bananal em 1912. Após a conversão da família Lili, entre 1915 e 1920, e com a instalação da missão UNIEDAS na aldeia, vários conflitos se sucederam entre os grupos que disputavam o poder na aldeia, acarretando algumas divisões, como entre os Terena “católicos” e os Terena “crentes”, ou, os aliados do SPI *versus* os aliados dos missionários. Esse acirramento político desencadeou, inclusive, a prisão de Marcolino Lili pelo SPI em 1933, acusado de “incitar” os índios contra o órgão tutor. Cardoso de Oliveira (1976: 97-98), ressalta que as missões protestantes incomodavam mais o SPI do que as missões católicas, primeiro, pelo catolicismo ser uma religião mais estabelecida na época no Brasil, portanto, mais conhecida, segundo, porque os missionários protestantes mudavam mais a rotina da aldeia, sendo mais “revolucionários” que os católicos, no sentido de fiscalizarem e cobrarem mais do órgão tutor, visto a organização que tinham para realizarem tal fim.

Com todos os conflitos que se sucederam a partir de então, os Lili – juntamente com outras linhagens familiares aliadas – conseguiram comprar uma pequena chácara nas proximidades da TI Cachoeirinha (cerca de 73 hectares) e lá fundaram, em 1947, uma nova aldeia, a aldeia União. Essa aldeia contava com a presença ativa e colaboradora dos missionários norte-americanos, e o SPI foi impedido pelos indígenas de lá instalar um Posto Indígena. Nesse território, os Terena conseguiram, por algumas décadas, dar continuidade às suas atividades cotidianas, como o plantio, o comércio, as relações familiares e a escolarização das crianças (visto que uma escola foi construída pelos indígenas com o apoio da missão). Cardoso de Oliveira (1976) menciona que a União era uma aldeia bastante “próspera” em termos econômicos, mais até que aldeias próximas como Passarinho (TI Pilad Rebuá) e Moreira (TI Cachoeirinha).

Eliseu era ainda muito criança quando foi para União, mas lembra das histórias contadas por seus familiares sobre todo o processo que se deu em Bananal, além de recordar os tempos em que viveu na aldeia União:

Eliseu: *Então, alguém do SPI na época, o general Rondon que era amigo do meu avô [Marcolino], mas não admitia, o Rondon, nunca admitiu essa questão de no caso os Terena falam: “virei inglês”, né? “Englê xooti” [tornar-se crente]. Então, ele nunca admitiu isso no meu avô. Então ele foi muito pressionado. Como disseram no livro [Cardoso de Oliveira, 1976] “triumvirato”, tinha os católicos, os evangélicos e o SPI. Então, essa pressão em cima do meu avô fez que ele saísse da aldeia. Muitos falam que meu avô foi expulso da aldeia, mas meu avô nunca foi expulso, outros dizem que ele recebeu propina para sair da aldeia, um monte de coisa, outros falam que meu avô foi emancipado, mas até hoje não tem essa coisa de emancipado. Então meu avô, na época, saiu de lá, e com eles várias famílias também.*

Graziella: *Eram parentes de vocês também?*

Eliseu: *Eram parentes e amigos dele, né? Então cada um juntou um pouco de dinheiro e comprou uma área lá perto de Miranda que virou a chácara União. Onde esses Terena foram morar depois.*

Graziella: *Montaram uma aldeia lá?*

Eliseu: *É, mas não é uma aldeia do Governo, cada um tinha um pouco de terra e virou uma chacinha, a aldeia União. Lá tinha roça, meu pai inclusive tinha roça, tinha algum gado, eu lembro que meu pai tinha carro de boi, meu pai plantava muita banana na época, vendia muita banana, pra Corumbá, vendia muita banana lá, mandava pra Corumbá, então ele ganhou muito dinheiro, muito dinheiro assim que dava pra sobreviver (Eliseu Lili, informação oral).*

Eliseu ficou na aldeia União até por volta dos 17 anos de idade, período em que deixou a aldeia para estudar em colégios de Cuiabá e São Paulo, com bolsas de estudos fornecidas pelos missionários da UNIEDAS. Após a formação escolar, Eliseu decidiu retornar para o MS, vindo morar em Campo Grande, onde se casou com a filha de um missionário alemão e constituiu família – resalto que com o passar dos anos e crescimento dos jovens da aldeia União, os lotes foram sendo vendidos, visto que muitos decidiram, assim como Eliseu, a ir para as cidades com o intuito de dar continuidade aos estudos, ficando apenas os mais velhos em União que, conforme o tempo foi passando, foram morar com seus filhos nas cidades.

Em Campo Grande, Eliseu começou a participar das atividades ligadas à missão UNIEDAS, indo nos bairros onde havia famílias indígenas para divulgar as atividades da missão. Junto ao trabalho com a UNIEDAS, ele também se tornou funcionário da FUNAI (na parte administrativa) ainda bem jovem (com 22/23 anos). Atuando pela FUNAI, conta que começou a ter acesso à várias etnias, bem como pôde conhecer algumas das demandas e reivindicações indígenas nas TIs e cidades, colaborando em algumas resoluções.

Eliseu sempre foi tratado com muito respeito pelos Terena em Campo Grande, mesmo pelos seus adversários políticos, dada a história de sua linhagem, visto que entre os Terena, como já apontei, há um reconhecimento e respeito pelos *naati*, mesmo quando de grupos opostos. Além

do reconhecimento, há uma cobrança nas atitudes e condutas dos descendentes dos líderes. Eliseu sempre relatou a cobrança que sente pela história de sua família, cobrança essa que passa pela reflexão pessoal de que é preciso fazer mais pela “comunidade”, atender mais do que a sua parentela, além, evidente, de deixar seu “nome” na história dos Terena, dos Lili, assim como o seu avô.

Entre todas as suas atividades, e nos primeiros anos da década de 80, começou a estreitar laços e a atuar, politicamente, entre as mulheres indígenas feirantes que vinham quinzenalmente das TIs para comercializar os produtos da agricultura Terena na praça Oshiro Takimori, no centro de Campo Grande. Essas mulheres vendiam os produtos e permaneciam por dias na praça de forma bastante precária. Acompanhando o drama dessas mulheres, colaborou na reivindicação e mobilização por melhores condições para a venda dos produtos na feira, principalmente na construção de um espaço específico para elas. Com as reivindicações, as mulheres conquistaram, em 1988, através da prefeitura, a construção de dois quiosques na praça aonde vinham realizando as vendas, estabelecendo, assim, um ponto fixo para a comercialização dos produtos da agricultura Terena, tornando-se, oficialmente, a “Feira Indígena”.

No período seguinte à construção dos quiosques, entre 1988/89, as mulheres também fundaram uma associação: a Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande, AFIC, com o intuito de continuar buscando melhorias nas condições de trabalho das feirantes. Eliseu participou ativamente desse processo, sendo, inclusive, o primeiro Presidente da Associação. Destaco que a idéia da Associação dos Feirantes surgiu do diálogo com a prefeitura, assim como da concepção, nas palavras de Eliseu, de que na cidade “a forma de trabalhar é com instituição”:

Quando a gente fundou aquela associação dos feirantes, na praça Oshiro Takimori, ali era um lugar pros índios vender, mesmo ali nos cantos da pracinha, porque a pracinha era um canto isolado, mas os índios ficavam ali, vendendo embaixo de lonas não tinha nenhuma estrutura ainda. Então, na época eu já era funcionário da FUNAI e vinham várias multas multando os índios em várias ruas da cidade. Com essas multas a gente foi, na época foi o Joel [de Oliveira], não sei se era subdelegado, porque na época era Delegacia, não era Administração, tinha mais estrutura. Então o Joel, ele pediu pra gente verificar um meio de conversar com a prefeitura para normatizar uma situação das feirantes que pediam melhorias, porque sempre ficavam ali na [rua] Sete [de setembro], porque a delegacia da FUNAI antigamente era ali. Então, quando foram construídos aqueles, hoje são três quiosques, antes eram dois, quando o Juvêncio [prefeito na época] começou esse trabalho, e foi melhorando a praça. Quando foi construído aquilo lá, a gente e o pessoal lá da Secretaria do Bem-Estar Social falou que seria interessante fazer uma associação, porque aqui a forma de trabalhar é com instituição. Então, na época a gente também

ajudou a fazer a documentação da associação, registrada, com tudo. Então, foi uma forma da gente organizar, até hoje a gente tem (Eliseu, informação oral).

A partir do movimento de organização conjunta com as mulheres feirantes, e com toda a visibilidade que a questão ganhou na época, Eliseu, conversando e articulando com as feirantes e outros indígenas, considerou importante mostrar mais da cultura Terena na cidade de Campo Grande, para além dos artesanatos e produtos da agricultura, como, por exemplo, apresentando a *Kohixoti Kipaé*; esse era um sonho que ele já vinha acalentando há um tempo e que se mostrava, naquele momento, oportuno de acontecer.

Além disso, poder realizar e apresentar a *Kohixoti Kipaé* era algo, também, muito particular para Eliseu. Ele contou que nos anos em que morou na aldeia União, nunca teve a oportunidade, assim como os demais jovens da aldeia, de participar da dança, nem de qualquer outra manifestação ligada ao *Oheokoti*, pois eram consideradas “práticas pecaminosas” pelos missionários, portanto, proibidas de serem realizadas pelos indígenas convertidos. O contato que ele tinha com a *Kohixoti Kipaé*, no período em que morou na aldeia União, era feito através das visitas a outras aldeias Terena. Entretanto, quando veio para a cidade, e tendo contato com os demais Terena, percebeu que a concepção dos missionários estava errada e, com isso, começou a refletir sobre a possibilidade de poder vivenciar/realizar a *Kohixoti Kipaé*, mesmo que em outro contexto histórico/territorial. Ressalto, também, que essa atitude, essa reflexão de Eliseu, também é fruto do diálogo com as mobilizações indígenas do período, que buscavam romper com o escamoteamento da identidade étnica.

Nesse contexto de articulações e reflexões, Eliseu e algumas famílias indígenas tiveram a idéia de formar um grupo de rapazes para apresentar a *Kohixoti Kipaé* na praça Oshiro Takimori no dia da inauguração dos quiosques da Feira Indígena. Para tanto, reuniram jovens de diferentes bairros e provenientes de várias TIs que, durante alguns dias, ensaiaram os passos da *Kohixoti Kipaé* e confeccionaram os materiais para a apresentação. No dia marcado, a praça estava cheia, com a presença de indígenas, não indígenas, autoridades governamentais e a imprensa, e todos puderam assistir a bela apresentação dos jovens, sendo por todos saudados; nascia, naquele momento, o Grupo Te, ainda sem grandes pretensões ou metas claras a serem buscadas, mas que se mostrou como um marco histórico/simbólico importante para os Terena, haja vista ser a *Kohixoti Kipaé* uma de suas manifestações culturais mais valorizadas e que no meio urbano não tinha “espaço” de ser “vivida”:

Eliseu: *Então, o Grupo Te, quando a gente foi fazer uma festa de inauguração da feira, a gente pensou: “Vamos fazer uma festa com dança”. Muitas pessoas falaram: “Não, eu não vou dançar na praça, tenho vergonha”. É muito difícil isso, você pegar uma dança lá da aldeia e fazer aqui na cidade. Então o pessoal tinha muita vergonha, até então ninguém fazia aqui na cidade.*

Graziella: *O pessoal ia pra aldeia pra poder dançar?*

Eliseu: *Exato. Era uma coisa assim bem difícil fazer isso [na cidade], mas, enfim, a gente não tinha roupa, esse preparo que eles falam. A gente improvisou muita coisa na época, a gente tem muita foto ainda com saco de estopa desfiado, essas coisas assim, tinha índios que usavam saco de papelão na cabeça porque não tinha cocar, esse jeito assim improvisado. Mas, enfim, a gente gostou, muita gente veio assistir nossa festa de inauguração e gostou muito, então a gente foi sentindo gosto, e a gente viu que a gente tava num lugar que não era nosso, mas a gente tava sendo muito prestigiado. E a gente foi indo. Os colégios passaram a convidar a gente para se apresentar, e aquilo virou corriqueiro pra gente, toda semana tinha um pedido. Então na época eu também chefiava a Casa do Índio então não era problema, tinha a Kombi da Casa do Índio que ajudava a transportar [os jovens do grupo].*

Graziella: *Mas, o pessoal que dançava era da aldeia?*

Eliseu: *Não, era daqui mesmo, dos bairros aqui, a juventude, só os jovens. Então essa idéia foi crescendo, então a gente criou a associação, o Grupo Te, e fizemos um portfólio, não sei como é que vocês falam, com histórico da dança, dificuldades, o propósito, foi uma bandeira nossa pra gente declarar que nós estamos presentes aqui também, né? Então hoje o Grupo Te é conhecido pelo menos pelo nome, pela história que teve, então as pessoas cobram.*

Tive a oportunidade de assistir a um vídeo desse período (1988/89)⁵⁵ em que o Grupo Te se apresentou no espaço da Feira Indígena, na Semana do Índio, com festejos relacionados ao dia 19 de abril. Nessa apresentação, jovens meninos (crianças, jovens e adolescentes) puderam dançar a *Kohixoti Kipaé*, paramentados com saíotes de palha de buriti, cocares de pena de ema, bambus e pinturas corporais. Antes da apresentação dos participantes do Grupo Te, Eliseu, sobre um palanque, explicou para os presentes, indígenas e não indígenas, as origens da dança, o significado que a mesma possui para os Terena e as diferenças da dança feita na aldeia e na cidade. Nesse mesmo dia, as mulheres feirantes realizaram a dança da *Ciputrena*, dança essa que também é realizada pelas mulheres Terena nos rituais do *Oheokoti*.

⁵⁵ Este vídeo foi um dos documentos enviados ao Ministério da Cultura para complementar o projeto que foi enviado ao Prêmio Culturas Indígenas.



Figura 15: Apresentação do Grupo Te na Praça Oshiro Takimori (1988/89). Eliseu Lili de camisa no canto direito (Fonte: arquivo pessoal de Eliseu Lili)

Pontuo que nas TIs não há um limite e nem um grupo geracional especificamente formado para dançar a *Kohixoti Kipaé*, a dança é aberta a todos os homens (crianças, jovens, adultos) que se dispuserem a estar participando da dança na semana dos rituais do *Oheokoti*, que coincide com a semana dos festejos do Dia do Índio (19 de abril), como já foi destacado. Nesse sentido, um grupo formado unicamente por jovens que ensaiam e se apresentam com o intuito de manifestação pública, e em qualquer época do ano, é uma especificidade e novidade trazida pela Associação Grupo Te, e que hoje serve de inspiração para outros grupos Terena formados nas aldeias, das TIs ou cidades, com esse fim.

No evento gravado em vídeo, não obstante a apresentação da *Kohixoti Kipaé*, um dos pontos altos do evento ficou por conta da manifestação xamanística da *Koixomuneti* Benízia, uma anciã Terena que acompanhou a Associação desde a sua fundação e que era carinhosamente conhecida pelo grupo como Vovó Dionízia. Pela primeira vez em um evento público indígena em Campo Grande foi realizada uma apresentação dessa natureza e com vários dos elementos que compõem o trabalho de um *Koixomuneti*: o toque da *purunga*, o balançar do penacho de penas da *Kipaé*, os cantos e danças xamânicos, a incorporação do animal protetor da *Koixomuneti*, no caso de Dionízia “o seu guia, a formiga” (Eliseu), e os rituais de “benzedura” para os presentes. Foi uma demonstração da importância e influência dos xamãs para os Terena.

Vovó Dionízia, já falecida, foi uma pessoa muito importante para a Associação, segundo Eliseu, ela seria a “*líder espiritual da associação*”, aquela que dizia se o grupo deveria ou não se apresentar diante de um convite. Ela os acompanhou em várias ocasiões e em algumas viagens importantes, como a que fizeram para o Rio de Janeiro para participarem da ECO 92:

A Vovó Dionízia, ela previa as coisas pra gente, ela dizia, por exemplo, “O que você acha Vovó, acha que vai ser bom aqui”? [a apresentação do grupo]. “Vai ser bom sim, não tem nada que tá pegando”. Então, ela fazia essas previsões pra gente, espiritualmente. Ela morava aqui na cidade e veio de Bananal, era uma anciã que era muito respeitada, geralmente é assim, ela tocava purunga. Então, as pessoas, assim, quando tem um velho no meio parece que o respeito é maior, eu vejo muito isso, sabe? Então sempre tinha um velho acompanhando a gente e a Vovó Dionízia era uma pessoa que, além de ser uma mulher espiritual, era uma pessoa muito disposta, alegre, ela benzia as pessoas, adivinhava na palma da mão, as mulheres gostavam de achar um marido, e a Vovó fazia tudo isso, a Vovó era, em todo lugar que a gente ia, ela era um sucesso. Nossa, lá no Rio, quantas vezes vi mulheres chegando e ajoelhava perto dela, era uma coisa bem diferente, natural (Eliseu Lili, informação oral).

Interessante observar que Eliseu, assim como tantos outros Terena, declara-se abertamente como sendo cristão protestante (crente, “*englês*”), mas tal crença, tal identidade

religiosa, não exclui sua vivência com as tradições da religiosidade Terena, visto que o seu protestantismo é construído a partir de sua “leitura nativa” (Sahlins, 1991) do mundo, sendo absorvido a partir de seus sistemas locais de significação (Hannerz, 1997), ou seja, todo o seu referencial religioso é construído e vivido em relação estreita com sua história, com suas referências familiares, com o contato com os *koixomuneti*, com o trânsito, como apontado no tópico sobre o protestantismo entre os Terena.

Por outro lado, esse processo também não é, e nem foi, assim tão tranquilo. Eliseu encontrou resistências por parte de indígenas e não indígenas ligados à UNIEDAS, que consideravam a prática da *Kohixoti Kipaé* (e os rituais dos *Koixomuneti*) como não cristão e, nesse sentido, deveria ser evitada pelos indígenas que se professavam crentes. Situações semelhantes enfrentaram algumas famílias em algumas TIs Terena, que tendo se convertido ao protestantismo tinham que lidar com essa proibição e com os discursos dos missionários de que tais “práticas seriam malignas”.

Para resolver esse impasse, se os Terena “crentes” poderiam ou não continuar a praticar a *Kohixoti Kipaé*, foi realizada uma grande assembléia da UNIEDAS em Aquidauana, onde levaram o tema para votação. Os indígenas presentes, depois de muito debaterem, chegaram a conclusão que a *Kohixoti Kipaé* é uma das características do ser Terena e por isso não deveria ser extinta, como também chegaram a conclusão que ela não prejudicaria a religiosidade cristã que professavam.

Além dos entraves com a UNIEDAS, o Grupo Te também enfrentou a insatisfação da FUNAI, bem no início da articulação do grupo e da Associação dos Feirantes Indígenas. Eliseu recorda que foi chamado por um oficial ligado à FUNAI de Brasília que disse ter recebido informações de que ele, e seus aliados, estariam organizando os índios, através da mobilização cultural, com o objetivo de desestruturar e desestabilizar a FUNAI:

Eliseu: *Eu lembro uma vez que veio um, quando a gente fez essa questão da Feira, veio um cara da FUNAI de Brasília, do setor de informações da FUNAI, eu não sei se existe ainda hoje a questão de segurança e informação da FUNAI, lá de Brasília, e me chamou aqui nos quartéis e me deu um conselho, disse que eu estava desestruturando a Funai, que eu não podia fazer isso com a Funai, e eu falei: “Poxa, tô pensando que eu tô fazendo um negócio bonito mostrando esse lado indígena, porque nunca ninguém tinha feito”. Então eu pensei, acho que eu vou ser preso daqui uns dias. Porque eu fiz assim, não sei de onde eu tirei essa força de chegar numa cidade e por os índios pra dançar, você entendeu? Eu lembro que tive momentos que eu fiquei com medo, depois que veio esse homem.*

Graziella: *O que mais ele falou?*

Eliseu: Ele me chamou ali no quartel, aqui na [Avenida] Afonso Pena, ele me chamou ali, veio assim me dar um sabão, que não era pra fazer assim, que a gente ia desestruturar a Funai que isso não era bom pro índio, tipo assim, veio exclusivamente pra chamar a atenção. Eu falei pra ele: “Olha, Coronel, eu não penso que é assim não, olha não é que eu tô fazendo isso pra menosprezar a estrutura da FUNAI, eu acho que é uma coisa que nós temos que fazer, nós, os índios. Não tem os gaúchos, os paraguaios, eles não tem as danças tradicionais deles? Então, quando eu fiz isso eu não pensei assim de prejudicar a Funai”. Mas ainda bem que ele só falou isso comigo, nunca houve uma repreensão maior, de certo ele queria sentir qual era a minha intenção. Então teve momento em que eu pensei que ia ser preso, também eu era novo ainda, mas nesse ponto eu acho que ajudou muito a gente (Eliseu Lili, informação oral).

Passados os entraves iniciais, a Associação foi prosseguindo com suas apresentações, bem como participando dos debates e mobilizações indígenas na cidade, haja vista que sendo a bandeira da Associação a manifestação da especificidade étnica Terena, acabava por confluir com as lutas engendradas pelas demais associações indígenas que também lutavam por visibilidade e direitos em Campo Grande. Desenvolveram atividades (mobilizações reivindicatórias) conjuntas com as associações indígenas: Centro Social de Cultura Nativa, a AMI, a AFIC, entre outras.

As atividades continuaram se dando mesmo sem registros burocráticos, diretoria ou sede específica, com o coordenador da Associação sendo sempre Eliseu que, apesar de centralizar as ações, sempre contou com o apoio e colaboração de outros líderes indígenas – na realização dos contatos, na disponibilização dos locais para ensaios, na divulgação do grupo, etc –; uma rede de articulações que forneceu as condições necessárias para que a Associação tivesse legitimidade entre a comunidade indígena na cidade. Os jovens, por sua vez, sempre participaram das atividades da Associação, aprendendo não só sobre a dança, ou como confeccionar artesanatos (como o pife, o tambor para tocar, os saiotes, as pinturas), mas, também, sobre os bastidores do movimento indígena local, além de estabelecerem contatos para participações futuras em outras frentes depois da saída do grupo.

Conversando com algumas pessoas que acompanharam os primeiros anos da Associação, escuto sempre sobre a importância que a atuação do Grupo Te teve para a história recente dos Terena em Campo Grande, no sentido de envolver, e mostrar, principalmente para juventude, a beleza e a positividade da origem étnica, além de reconhecerem o trabalho de Eliseu para a construção dessa história.



Figura 16: Vovó Dionízia (Fonte: arquivo pessoal de Eliseu Lili)

Para entender um pouco da estrutura do Grupo Te e das ações engendradas, na sequência, apresento um pouco da dinâmica atual, os projetos desenvolvidos atualmente com o recebimento do “Prêmio Culturas Indígenas”, além das continuidades e descontinuidades da Associação.

Estrutura e Ações

Como ressaltei, o Grupo Te nunca teve uma sede física para as reuniões com os jovens ou para a confecção de roupas para as danças e ensaios para encontros, os indígenas se reuniam na Casa do Índio da FUNAI (já extinta), na residência de Eliseu, no espaço da Feira Indígena ou nos bairros de concentração de famílias indígenas. O sonho de Eliseu, e seus aliados, sempre foi o de ter uma sede própria, onde pudessem não só realizar os ensaios para a *Kohixoti Kipaé*, mas, também, um espaço para desenvolver outras atividades relacionadas à cultura material e a culinária Terena, projetos esses ainda acalentados.

Como o foco de atuação da Associação é a juventude, o grupo sempre se modificou, aliás, a idéia principal sempre foi a de não trabalhar com um grupo fixo, mas com vários, dessa forma mais jovens poderiam participar: *“com a troca dos jovens, mais pessoas aprendem a dança, aumenta a participação da comunidade indígena de Campo Grande, dando assim oportunidade para todos”*. (Grupo Te. Kipaé Pitivoko. *Projeto enviado ao Prêmio Culturas Indígenas*, 2007: 2).

A atuação da Associação nos últimos anos, teve como foco as apresentações da dança em escolas, eventos ou em mobilizações indígenas mais conjuntas sobre as temáticas dos direitos indígenas. Pela falta de estatuto, diretoria e outra estrutura, a Associação não conseguiu ter acesso a fontes de financiamentos que pudessem viabilizar outros projetos na área cultural. Em 2001, Eliseu participou de um curso intitulado “Balcão da Cidadania Indígena”, promovido pela Coordenação das Organizações Indígenas do MS e pelo Parlamento Indígena do Pantanal, dirigidas pelo seu irmão Lisio Lili, além da parceria com outras associações indígenas de Campo Grande – juntamente com a logística e estrutura da Fundação Biótica, uma ONG que atua na área ambiental. Nesse curso, um dos objetivos era dar condições técnicas e financeiras para que as associações indígenas na cidade pudessem ser legalizadas: com estatuto, registro em cartório, CNPJ, etc. Eliseu, assim como outros presidentes de associações indígenas que participaram do curso, estava bastante animado com a possibilidade de registro da Associação, para então poder

“buscar projetos”. Na época, ele lamentava que a falta de recursos, de “projetos”, estava contribuindo para a diminuição das ações do Grupo Te.

Ao término do curso, no entanto, foram poucas as associações indígenas que efetivaram o registro burocrático, haja vista que foram apresentadas todas as exigências que existem quando da legalização de uma associação: seguir as normas do estatuto, realizar eleições, fazer a prestação de contas para a Receita Federal (mesmo quando não há movimentação financeira), entre outros deveres e obrigações. As normas burocráticas, apresentadas pelo curso, fizeram com que muitos “optassem” pela continuidade de suas associações da forma como vinham conduzindo, até porque, independentemente dos registros “oficiais” ou dos projetos financiados por editais, suas associações exerciam algum tipo de ação, ou tinham importância junto ao movimento indígena local. Pude acompanhar alguns encontros desse curso, onde muitos relataram suas dúvidas e incertezas sobre as possibilidades reais de conseguirem levar adiante suas associações registradas sem gerar problemas, principalmente os de débito com a Receita Federal, o “pavor” das associações. Os participantes manifestavam sim o desejo de terem suas associações cadastradas, por isso, também, estavam no curso, contudo, temiam a falta de condições plenas de cumprir com todas as normas estabelecidas pela legislação, temiam pelo insucesso e por um possível “nome sujo”. Eliseu também não regularizou a Associação na época, devido a insegurança de não conseguir seguir as exigências da legislação, em vista, também, de não ter nenhuma garantia de financiamentos futuros. Soma-se a isso, o fato do público da Associação ser composto por adolescentes e jovens, o que dificultaria a formação de uma diretoria e divisão de responsabilidades jurídicas.

Na cidade, observa-se, diferente de algumas situações nas TIs, que muitas associações indígenas não atuam aos moldes das associações “formalizadas”, devido não somente aos fatores acima citados, mas outros, como: a distância física entre as pessoas (quando de bairros distantes), dificultando as reuniões mensais e os debates sobre o dia a dia da associação; a falta de recursos financeiros para o transporte das pessoas para uma assembléia ou desenvolvimento de uma ação/projeto; a falta de espaços específicos para servir de sede para a associação; entre tantos outros.

Nesse sentido, muitas associações na cidade (principalmente aquelas que não estão em uma aldeia urbana ou em um bairro com concentração de famílias indígenas) têm um formato bem específico, fruto de inúmeras variantes. Uma dessas especificidades das associações na

cidade, foco também de críticas dos segmentos de apoio aos indígenas, é que elas acabam sendo conhecidas como a associação de tal ou qual liderança, haja vista que pelas dificuldades em sempre reunir as pessoas, e por não terem sedes específicas, não há uma troca constante de coordenadores ou presidentes (contexto diferente das associações nas TIs). Contudo, essa característica não deve ser interpretada como associação de “uma pessoa só”, visto que para uma associação existir, com legitimidade e continuidade dentro das mobilizações Terena, é necessário toda uma articulação e jogo político que envolve vários grupos e líderes, e que vai muito além de reuniões ou encontros mensais de diretoria ou de assembleias. Portanto, apesar da associação Grupo Te ter a “cara”, o nome/emblema, de Eliseu – ou seja, ao perguntarmos para os indígenas na cidade o que é o Grupo Te, logo a Associação será ligada/identificada à pessoa de Eliseu, fato comum também em outras associações na cidade –, a mesma só pôde surgir e ter continuidade com o apoio e aval de outros indígenas ligados ou não a ele e em várias frentes de ação – no contato com os jovens, no apoio e participação de muitas famílias indígenas nos bairros, na articulação com várias lideranças indígenas, nas mobilizações conjuntas com outras associações, no recebimento de doações dos materiais utilizados pela Associação, no transporte dos jovens. Enfim, a existência da Associação é fruto, também, de uma série de apoios, que pôde proporcionar a Eliseu, e aos participantes da Associação, a possibilidade de desenvolver um trabalho que se tornou referência, bem como serviu de base para outras associações que vieram a se formar com o mesmo intuito.

Ressalto, novamente, que o registro burocrático das associações indígenas não deve ser uma exigência para as suas atuações, segundo a Convenção nº 169 da OIT, os índios têm o direito de terem respeitadas suas formas organizativas, sem que tenham que seguir, rigidamente, todos os padrões burocráticos. Entretanto, a realidade da maior parte dos financiamentos, tem se guiado pela lógica das formalizações, ou seja, preferem apoiar aquelas associações às quais podem fiscalizar, em vista do cronograma de gastos ou ações que não venham a seguir o que foi programado no projeto. Além disso, as associações não registradas tendem a ser, em momentos de conflitos de interesses ou disputas entre os indígenas, questionadas ou colocadas de lado, sob o pretexto de não serem “associações de fato”.

Mesmo sem o registro burocrático e sem as possibilidades de financiamentos por muitos editais, a associação Grupo Te deu continuidade às suas ações através das apresentações da *Kohixoti Kipaé* e a participação nas manifestações do movimento indígena na cidade, além disso,

inauguraram um site na internet (www.grupote.cjb.net) com o objetivo de tornar o trabalho conhecido por outras associações indígenas no Brasil.

No ano de 2005, Eliseu passou a integrar o Setor de Educação da FUNAI que, entre outras atribuições, tinha o objetivo de atuar junto aos universitários indígenas, principalmente no tocante ao fornecimento de bolsas parciais para as mensalidades nas Universidades particulares. No mesmo ano, Eliseu passou no vestibular para cursar Pedagogia. Com o novo cargo, Eliseu acabou estreitando relações com os acadêmicos, vindo, inclusive, a participar da fundação da Associação dos Acadêmicos Indígenas do MS (AAIMS). A partir dos novos contatos, alguns jovens acadêmicos passaram a atuar junto ao Grupo Te, propondo novas ações e participando das articulações para as apresentações da *Kohixoti Kipaé*.

Com a atuação dos acadêmicos, principalmente daqueles que vieram da TI Buriti, Eliseu pensou que poderia ser o momento de deixar o trabalho da associação Grupo Te para os acadêmicos, dessa forma poderia se dedicar ao curso de Pedagogia e atuar de forma mais coadjuvante nas atividades da Associação. Alguns acadêmicos pareciam interessados em continuar e dinamizar o Grupo Te (criar novos projetos, registrar a associação, viabilizar uma sede), ao ponto até de Eliseu achar que seria excluído das atividades futuras da Associação. Pontuo que em 2005 os acadêmicos promoveram algumas atividades do Grupo Te, juntamente com a Universidade em que cursavam, tendo uma dessas atividades ocorrida na praça central da cidade, onde puderam apresentar a *Kohixoti Kipaé* com a participação de alguns jovens da TI Buriti e jovens da cidade.

Entretanto, essa parceria não foi muito longe. Os acadêmicos foram aos poucos sendo envolvidos com as atividades da graduação (disciplinas, estágios, monografias) e com os trabalhos buscados para garantir o sustento no espaço urbano. Além disso, fundaram a AAIMS, o que implicou na falta de tempo para se dedicarem à associação Grupo Te. Soma-se a esses processos, o falecimento da Vovó Dionízia em 2005, deixando Eliseu bastante abatido.

Nessa conjuntura, a Associação foi perdendo o ritmo, o futuro parecia ainda mais incerto, com possibilidades até de extinção. Foi então que em 2007 surgiu a oportunidade do “Prêmio Culturas Indígenas”, dando uma nova perspectiva para a Associação, um novo fôlego.



Figura 17 e 18: Apresentação do Grupo Te em 2005 (Fonte: Eliseu Lili)



Prêmio Culturas Indígenas: o Reconhecimento do Trabalho, o Financiamento de um Projeto

No ano de 2006 o Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura, criou o “Prêmio Culturas Indígenas”, com o objetivo “destinado ao reconhecimento das iniciativas coletivas dos povos indígenas (programas, projetos, ações, empreendimentos e outros) para o fortalecimento de suas expressões culturais” (Brasil. Ministério da Cultura....2007, p.1), em concordância com a “Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais” adotada pela UNESCO e ratificada pelo Brasil. Uma comissão – composta por indígenas e suas associações, além de representantes não indígenas – é responsável, desde então, pela seleção das iniciativas a serem premiadas, a partir de documentos e formulários enviados. As iniciativas escolhidas recebem uma dada quantia em dinheiro e têm suas histórias publicadas.

No primeiro ano do Prêmio, edição “Ângelo Kretã”, foram premiadas 82 iniciativas e, entre as premiadas, estavam duas iniciativas enviadas por TIs Terena, a saber: uma da aldeia Água Azul/TI Buriti, sobre a retomada da produção da cerâmica Terena pelas mulheres; e outra iniciativa da aldeia Passarinho/TI Pilad Rebuá, com a também retomada da prática do trançado com a fibra de taboa. A possibilidade do prêmio incentivou muitas comunidades, nas TIs e cidades, a enviarem os projetos que vêm sendo desenvolvidos e que pouco são conhecidos ou financiados.

Diante dessa possibilidade, algumas pessoas que ajudaram ou participaram do Grupo Te, viram na oportunidade do prêmio uma forma não só de terem novos projetos, mas, também, uma forma de registrar e divulgar a história da Associação.

O edital de 2007, com a edição “*Xicão Xucuru*”, estabeleceu que 100 (cem) iniciativas indígenas seriam premiadas, tanto as que aconteceram no passado, quanto as que ainda estivessem em curso. Cada uma das iniciativas premiadas receberia R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Os organizadores do edital, tiveram o cuidado de não restringir a inscrição à apenas as iniciativas vinculadas às associações indígenas registradas e com o CNPJ, o que, sem dúvida, excluiria uma boa parte dos proponentes. Dessa forma, o edital estabelecia sobre os proponentes:

4.1. Poderão concorrer ao Prêmio Culturas Indígenas:

4.1.1. Comunidades indígenas que vivem em aldeias e também em áreas urbanas, representadas por suas instituições tradicionais ou outras lideranças indígenas;

4.1.2. Organizações indígenas, entendidas como associações indígenas formalmente constituídas e representativas de comunidades ou povos indígenas;

4.1.3. Não serão aceitas iniciativas de proponentes não índios.

4.1.4. Também não serão aceitas iniciativas de indivíduos indígenas (pessoa física).

4.1.5. Entendemos por comunidades indígenas as formas específicas de agrupamentos e ocupação territorial próprias de cada povo indígena (Brasil. Ministério da Cultura...2007: 2).

Diante dessa possibilidade, a associação Grupo Te, na pessoa de Eliseu, entrou em contato conosco, eu e meu marido, para que pudéssemos auxiliá-los na preparação do material a ser enviado, principalmente na filmagem dos depoimentos de indígenas que se dispusessem a contar a história da Associação e que pudessem, também, apoiar a iniciativa.

Entre as exigências do edital – para a comprovação da veracidade da iniciativa a ser apresentada –, era solicitado que o proponente enviasse fotos, documentos, notícias, assinaturas de membros da comunidade (TIs, aldeias urbanas, associações indígenas), vídeos com depoimentos gravados, entre outros. Além disso, era preciso que a iniciativa apontasse os projetos/ações ocorridos no passado, bem como o que realizariam com o dinheiro recebido do prêmio, ressaltando que o mesmo deveria ser empregado levando-se em conta as experiências já adquiridas.

A preparação do material a ser enviado foi um momento bastante rico para a compreensão da história, dos atores envolvidos e da dinâmica de apoio à proposta, assim como de compreensão das disputas políticas, dado que alguns dos que participaram dos depoimentos colhidos também estavam apresentando propostas ao Prêmio, ou seja, concorrentes potenciais.

Eliseu procurou apoio à proposta ao prêmio em meio às lideranças indígenas na cidade, entre elas: Ênio Metelo, na época cacique da Marçal de Souza; Paixão Delfino, líder da comunidade Terena do Núcleo Industrial; Enir Bezerra, liderança feminina da Marçal de Souza (atualmente cacique), além de jovens e adultos que participaram do Grupo Te ao longo de sua história. Na época, filmamos os depoimentos de Ênio, Enir e de alguns acadêmicos que fizeram parte do Grupo Te. Antes das filmagens, Eliseu entrava em contato com os depoentes e, posteriormente, íamos ao encontro dos mesmos para realizarmos as gravações. Os depoentes puderam expressar, rapidamente, a importância da Associação no contexto da cidade, o exemplo e incentivo dado à formação de outras associações semelhantes, e a questão da auto-estima valorizada. Juntamente com os depoimentos, Eliseu recolheu reportagens de jornais sobre a Associação, além de fotos e assinaturas. Com os materiais e apoios, foi elaborado um breve histórico a partir de um roteiro prévio de perguntas dadas pelo edital.

Com o título da iniciativa “*Kipaé Pitivókoke*” (Dança da Ema na Cidade), os membros da comissão puderam conhecer um pouco da trajetória da Associação, conforme segue:

O Grupo Te surgiu do desejo de muitos Terena que viviam em Campo Grande de praticarem a cultura fora da aldeia, mostrando que morar na cidade não deve ser empecilho para se praticar a cultura de nossos antepassados. A idéia do grupo foi sendo germinada nos encontros que antecederam a inauguração da Feira Indígena de Campo Grande em 1987, quando vários terenas se uniram e concretizaram o desejo de continuar praticando a cultura Terena, como também mostrar aos demais indígenas o orgulho de sermos Terena, pois na época estávamos passando por um momento de negação da identidade indígena e de esquecimento de algumas práticas culturais. Assim, o primeiro passo foi a constatação de que todos tínhamos vontade de ver a *Kipaé* sendo apresentada na cidade; o segundo passo foi juntarmos rapazes suficientes para a realização da dança; o terceiro foi a coragem de todos nós de realmente colocarmos em prática esse sonho, pois enfrentamos o preconceito dos não indígenas, a pouca auto-estima de nossos parentes, as dificuldades financeiras para montarmos os figurinos e para nos deslocarmos. Mas sempre vencemos todas as etapas e aos poucos fomos percebendo o orgulho voltar aos nossos parentes, nosso idioma voltou a ser falado em público, assim como o uso de colares e brincos (Grupo Te. Projeto..., 2007: 5-6).

O percurso descrito do surgimento da Associação foi articulado com um breve panorama da história recente dos Terena na cidade:

A nossa história [dos Terena] nos centros urbanos pode ser dividida ao menos em dois capítulos: o primeiro capítulo era quando os pais proibiam seus filhos de falarem no idioma materno, porque isso prejudicava o aprendizado do português; por conta da discriminação também foi um período em que as práticas culturais não eram realizadas na cidade, ou se eram ficavam somente dentro de casa, tudo isso estava relacionado com o preconceito reinante e com as políticas de integração empregadas pelo Estado brasileiro. O segundo capítulo, que também faz parte do surgimento do Grupo Te e ao contexto histórico de auto-afirmação étnica, é quando as práticas culturais como a dança, por exemplo, começaram a ser manifestadas publicamente e ser motivo de orgulho para a comunidade indígena na cidade de Campo Grande/MS, o idioma voltou a ser falado publicamente e hoje em dia quando dois terenas se encontram na rua falam no idioma. Mas, nem todos sabem falar no idioma terena, muitos apenas entendem, e poucos não sabem falar nem entender, resultado da opressão da sociedade com relação às práticas culturais dos povos indígenas. Hoje temos uma escola na aldeia urbana Marçal de Souza que ensina o terena falado e escrito para nossas crianças, e os pais hoje já falam com seus filhos no idioma, muitas crianças aprendem primeiramente o idioma terena para depois aprenderem o português, e aqueles que não sabem estão buscando reaprender o idioma (Grupo Te. Projeto..., 2007: 3).

Além da história do grupo, foram destacadas as atividades a serem desenvolvidas caso a iniciativa fosse uma das escolhidas. Para a escolha das atividades/focos foram realizados encontros informais com lideranças indígenas na cidade, tanto os que estariam diretamente

envolvidos com as atividades do projeto, quanto os que poderiam de alguma forma apoiar a proposta, além, é claro, dos jovens beneficiados com o projeto; era necessário o respaldo dos indígenas na cidade para a legitimação da iniciativa.

Nesses encontros, Eliseu considerou importante realizar as atividades do projeto nas aldeias urbanas ou bairros de concentração de famílias indígenas, não só pelo espaço pequeno de sua casa, mas, também, pela concentração de indígenas nesses locais, o que facilitaria o desenvolvimento e envolvimento nas atividades; nesse ponto, acabou estabelecendo uma parceria com a Marçal de Souza através do cacique na época, Ênio.

Estava também na proposta a idéia de se construir um pequeno espaço para a Associação, onde, enfim, teriam a tão sonhada sede. Como projetos a serem desenvolvidos com o recebimento dos recursos do prêmio, foram indicadas algumas oficinas para a confecção de artesanatos, sobre a *Kohixoti Kipaé*, sobre a história dos Terena e oficinas profissionalizantes de confecção e venda de camisetas. Além dos projetos, estava prevista a aquisição de materiais como filmadora, computador e máquina fotográfica para o registro das atividades da Associação.

Feitas as devidas articulações e adequações, o projeto foi enviado. Em 2008 saiu o resultado, sendo a associação Grupo Te uma das contempladas com o prêmio. Eliseu esteve em São Paulo para participar da cerimônia oficial de premiação, onde ficou bastante emocionado com o reconhecimento de muitos. Em Campo Grande, somente a iniciativa do Grupo Te foi premiada, chamando a atenção dos poderes públicos locais e dos indígenas que ainda não tinham tido contado com a Associação.

Com o recebimento da primeira parcela do prêmio foram adquiridos alguns materiais e realizadas algumas atividades relacionadas à confecção de camisetas, roupas e adereços com “motivos indígenas”. Já com relação às demais oficinas, foi-me informado, dado que não acompanhei *in loco* a aplicação dos recursos, que as mesmas estariam sendo articuladas para serem realizadas, possivelmente, na aldeia urbana Água Bonita e não mais na Marçal de Souza, visto que Enio não é mais cacique da aldeia, modificando, assim, a configuração política de apoio à proposta da Associação. Ao que parece, também, a construção de uma sede não será mais possível, haja vista os altos custos para tanto, o que acabaria por inviabilizar as demais oficinas e a aquisição de outros materiais.

Ressalto que a conquista do “Prêmio Culturas Indígenas” representa mais um capítulo na história da Associação, um capítulo que versa sobre o reconhecimento público e oficial do Estado

e dos representantes de importantes associações indígenas participantes da comissão julgadora. Esse reconhecimento é fruto de uma longa história que foi sendo gradativamente construída em meio, também, a um contexto hostil e discriminatório, com entraves que poderiam ter minado a existência de uma associação importante para a história do movimento indígena no MS.

A conquista do prêmio representa um novo fôlego para a Associação, talvez o caminhar por outras frentes, na medida em que esperam, com as oficinas e cursos profissionalizantes, instaurar uma nova forma de lidar com a arte Terena, as danças, as pinturas, a venda de uma “moda indígena”, estampada em camisetas e vestidos, em vistas, também, da repercussão que teve o “Primeiro Concurso da Beleza Indígena” realizado em Campo Grande nesse ano de 2009. Enfim, mais do que a aprovação de um recurso, o prêmio consagra e reconhece a presença indígena em Campo Grande, colocando em evidência todo um percurso, todo um contexto fundamental para a história recente dos Terena, da qual a associação Grupo Te representa, sem dúvida, um importante marco simbólico.

Destaco que entre os projetos futuros da Associação está a preparação de um vídeo/documentário sobre a história e trajetória da *Koixomuneti* Vovó Dionízia (como já pontuei em nota no tópico sobre os *naati*), projeto esse que já foi debatido com importantes lideranças Terena, além dos familiares da xamã. Entre os elementos utilizados para o documentário – além de entrevistas atuais com importantes *naati*, pessoas que conheceram a Vovó, que foram curadas por ela, familiares, pessoas que participaram com ela no Grupo Te – serão remasterizados vídeos caseiros antigos filmados pela associação, em que a *Koixomuneti* fala sobre sua história, sua iniciação xamânica, bem como toca sua purunga e faz apresentações junto com os jovens da Associação.

Com o documentário, a Associação espera realizar uma homenagem àquela que foi uma das grandes motivadoras para a existência e continuidade do Grupo Te e para a história dos Terena a Associação pretende estabelecer um outro marco, no sentido de que, pela primeira vez, será documentado e publicizado, pelos próprios indígenas, toda a importância dos *Koixomuneti*, algo fundamental de ser feito, dado o contexto, por vezes excludente, da atuação dos xamãs com o crescimento do protestantismo entre os Terena.

Finalizo dizendo que apesar do Grupo Te não ter nenhuma estrutura burocrática vem atuando e é reconhecido pelos indígenas como sendo uma associação, ou seja, representa um

“espaço” de empoderamento e de viabilização de demandas, é um “braço” dentro do movimento indígena Terena na cidade, no sentido de que o auxilia, o instrumentaliza focando em uma demanda específica. Além disso, como foi mostrado, a “oficial institucionalização” da Associação só não ocorreu devido a fatores também muito particulares, como as dificuldades de Eliseu em lidar com a burocracia em uma Associação com membros participantes ainda muito jovens e com muita oscilação dos participantes.

A “falta” de uma estrutura burocrática do Grupo Te não tem sido empecilho para a construção de sua legitimidade enquanto uma Associação que divulga a cultura Terena na cidade, bem como para a continuidade de suas ações/projetos. Assim como o Grupo Te, existem várias outras associações indígenas Terena sem nenhuma estrutura burocrática, ou com apenas alguns dos quesitos ditos “necessários” (por alguns setores de financiamento) para o funcionamento das associações – algumas associações têm diretoria constituída com atividades contínuas, mas sem registro em cartório; algumas têm registro em cartório, mas não possuem CNPJ; outras têm toda uma estrutura burocrática e diretoria, mas, que de fato, nunca foram acionadas; outras possuem estatuto, mas apenas como mera formalidade – é necessário olhar para além das burocracias para a compreensão da forma como os indígenas “institucionalizam” suas ações, como dinamizam, à sua maneira, suas respectivas formas associativas⁵⁶.

Na cidade de Campo Grande, as associações têm tido uma posição de destaque bastante importante e crescente entre os Terena, são elas que representam os indígenas no Conselho Municipal de Defesa e Direito dos Povos Indígenas – um conselho criado pela prefeitura, a partir das mobilizações indígenas em Campo Grande, com poder de propor políticas ou metas para as temáticas indígenas na cidade; o Conselho é composto por lideranças e representantes de algumas associações indígenas da cidade –; através delas eles têm ido para os eventos dentro e fora do Estado; são através delas, também, que buscam recursos para viabilizarem suas demandas econômicas e étnicas nos mais diversos espaços. Soma-se a isso, o fato delas entrarem na disputa como novos espaços de poder entre eles, competindo com o espaço dos caciques e demais lideranças tradicionais – levando-se em consideração que na cidade a posição de cacique é encontrada apenas nas três aldeias urbanas de Campo Grande. Enfim, a associação Grupo Te, no

⁵⁶ É importante frisar, que os indígenas reconhecem a exigência cada vez maior para que suas articulações sigam as normas impostas pelo mundo dos *purutuye*, sendo, inclusive, tal exigência, acionada pelos próprios indígenas quando querem desqualificar alguma associação no campo das disputas. Entretanto, não deixa de ser significativo à forma como eles vêm driblando algumas exigências e fazendo do espaço de suas associações algo bastante peculiar.

processo de reflexão/ação sobre a cidade, e por simbolizar todo um momento engendrado em torno dos movimentos afirmativos (em meio aos preconceitos e escamoteamento da identidade), representa tanto um marco na nova forma de ser e estar Terena em Campo Grande, quanto das especificidades e importância de suas associações.

ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS DO MS – AAIMS

A Associação dos Acadêmicos Indígenas do Mato Grosso do Sul – AAIMS – teve um período de atividade bastante efêmero, mas intenso e produtivo. Constituída no primeiro semestre de 2005, na cidade de Campo Grande, por estudantes de cursos de graduação de Instituições de Ensino Superior (IES) da cidade⁵⁷, a Associação traz particularidades interessantes, a saber: constituída predominantemente por jovens (idade entre 20 e 27 anos), em sua maioria recém-chegados à cidade e provenientes de TIs diversas; uma Associação mista, de homens e mulheres; o debate de temas que envolvem o meio acadêmico, como as pesquisas científicas, por exemplo; o conflito e as alianças com as lideranças indígenas mais antigas; entre outras questões.

Aparentemente, algumas diferenças entre os membros da Associação – no que tange à idade, sexo, local de residência, aldeia de origem, grupo político ao qual está ligado, espaço social ocupado na sociedade Terena, condições materiais de vida e objetivos futuros –, poderiam ser minimizadas por estarem unidos por alguns objetivos, entre eles, permanecer na cidade e terminar seus estudos, além de *“não deixar que os próximos passem pelo que nós passamos”* (Amauri, acadêmico Terena, informação oral). Além dessa indentificação, que os levou a fundar uma associação que os representasse, outras metas unificaram o grupo em torno de objetivos comuns a serem buscados enquanto associação, como melhorar as condições materiais (financeiras) e sociais (inclusão no espaço amenizando a discriminação e o isolamento) dos acadêmicos indígenas, para que pudessem permanecer nas Universidades com condições plenas de adaptação em um novo espaço, longe dos familiares, do cotidiano em aldeia, e da sobrecarga de cobrança (positiva – “você precisa estudar” – ou negativa – “ele não vai conseguir”) da sociedade Terena (familiares, amigos e demais parentes). Eram esses alguns dos desejos que os uniam para fundar a Associação.

⁵⁷ UCDB – Universidade Católica Dom Bosco; UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal; FUNLEC – Fundação Lowtons de Educação; UEMS – Universidade Estadual de MS. Utilizo o termo Universidade como referência a todas as IES de modo genérico.

No pouco tempo de atividade da AAIMS (de 2005 a 2006), espaços sociais e políticos foram rapidamente ocupados pela Associação, haja vista que o conhecimento escolar e acadêmico para os Terena é algo muito importante e incentivado, visto como uma possibilidade de empoderamento para aqueles que não possuem a tradição que legitima a posição de liderança, bem como a possibilidade de perpetuar o poder herdado segundo as regras da sociedade Terena. Não obstante, o *develop man* (Sahlins, 1997) produzido pela escolarização e formação acadêmica, o conhecimento escolarizado, concebido como “conhecimento do branco”, é percebido como a possibilidade de tornar menos assimétricas as relações com a sociedade nacional; dessa forma, os Terena vêm, há anos, ocupando vários espaços, como professores, agentes de saúde, funcionários da FUNAI, funcionários em secretarias municipais, estaduais e federais. Nesse contexto, de valorização dos conhecimentos adquiridos no mundo dos *purutuye*, cada vez mais indígenas Terena ingressam nas Universidades do MS e em outros Estados da federação.

Compreendendo essa importância e valorização – não somente para os Terena, como para as demais etnias no MS – é possível observar melhor porque num curto espaço de tempo, pouco mais de um ano, a AAIMS ficou tão conhecida e ocupou espaços importantes muito rapidamente. Por outro lado, compreendendo a relação que esses jovens mantiveram com a Associação e com os membros, assim como com o movimento indígena local, é possível compreender melhor as razões da suspensão das atividades.

Nesse sentido, para compreender o associativismo impetrado pela AAIMS, é preciso conhecer a sua história, as relações de proximidade que os jovens foram estabelecendo com as lideranças indígenas em Campo Grande, o momento propício para o surgimento de uma associação desta natureza, a sua estrutura organizacional, as disputas políticas internas, as dificuldades e as facilidades na aceitação por parte das associações e das lideranças já estabelecidas, os objetivos do grupo, as ações e os projetos germinados, os resultados desta história e a suspensão das atividades.

Antes de começar a etnografia da AAIMS é interessante conhecer: quantos, onde e quem são os acadêmicos indígenas no MS (dados de 2005), o que nos dará um pano de fundo esclarecedor dos objetivos e de parte da realidade vivida e sentida pelos indígenas universitários que se reuniram em torno de objetivos comuns, construindo o contexto propício para o surgimento da AAIMS.

Os dados, a seguir, compõem o “Relatório sobre os Indígenas do Ensino Superior em Mato Grosso do Sul”, elaborado pelo Setor de Educação da AER/FUNAI/Campo Grande, em parceria com alguns acadêmicos que viriam a fazer parte da AAIMS⁵⁸. O relatório foi finalizado no segundo semestre de 2005 para ser enviado à FUNAI/Brasília, cujo objetivo era o de expor a realidade dos acadêmicos indígenas, uma vez que havia, na época, a orientação e a tendência de cortes dos convênios que a FUNAI estabelecia com as Universidades e que proporcionava a possibilidade dos indígenas estarem cursando suas graduações. Com base no relatório, fundamentando a realidade regional, o Setor de Educação, e alguns acadêmicos que viriam a montar a AAIMS, aproveitaram para apresentar propostas de ampliação dos apoios oferecidos, baseados nas demandas futuras. A pesquisa e análise para esse relatório, também foi um impulsionador para a construção e a idealização da AAIMS.

Quem, Quantos e Onde Estão os Acadêmicos Indígenas no MS (Dados 2005): o Contexto Propício para o Surgimento da AAIMS

No ano de 2005, segundo dados da AER de Campo Grande, havia 171 alunos indígenas matriculados no ensino superior no MS, sendo: 131 da etnia Terena, 22 pertencentes à etnia Kaiowá, 9 alunos da etnia Kadiwéu e, também, 9 indígenas da etnia Guarani.

Os dados mostram que no ano de 2001, apenas 4 indígenas haviam ingressado nas Universidades localizadas no MS. Nos dois anos seguintes, não houve grande alteração nesse quadro, com o ingresso de apenas 6 acadêmicos em 2002 e 7 no ano de 2003. Porém, alterações significativas ocorreram em 2004, com o ingresso de 26 indígenas e, em 2005, o número total de ingressantes saltou para 55.

Percebe-se, com efeito, um aumento gradativo no número de indígenas que ingressaram no ensino superior dentre os anos de 2001 e 2003, ao passo que, no ano de 2004, esse número aumentou em cerca de 250% com relação aos dados de 2003, e os dados de 2005 apontam um aumento de 100% com relação aos dados de 2004. A demanda potencial de indígenas para ingresso no ano letivo de 2006 era de cerca de 200 novos acadêmicos, número obtido através do total de alunos que terminariam o Ensino Médio nas TIs em dezembro de 2005 e aqueles que já haviam manifestado seu desejo de realizar cursos de nível superior⁵⁹. Nesse sentido, conclui-se,

⁵⁸ Também auxiliei na sistematização dos dados para o Relatório.

⁵⁹ Foram comparados e distribuídos pelo Setor de Educação cerca de 300 manuais de candidatos para inscrições no vestibular da UEMS. Ressalta-se que o Setor de Educação recebia esses manuais preenchidos e efetuava as

que a procura pelo ensino superior cresceu entre os indígenas no MS na primeira metade dos anos 2000, mais especificamente a partir do ano de 2004.

Os 171 acadêmicos indígenas estavam matriculados em 6 Universidades espalhadas pelo Estado, sendo que a UEMS é subdividida em 8 campus. Assim, a distribuição de alunos se fazia da seguinte maneira: 1) 121 matriculados na UEMS (42 no campus de Dourados, 23 no campus de Aquidauana, 21 no campus de Campo Grande, 17 no campus de Amambaí, 09 no campus de Maracajú, 05 no campus de Jardim, 02 no campus de Naviraí, 01 no campus de Glória de Dourados e 01 no campus de Nova Andradina); 25 matriculados na UCDB, campus de Campo Grande; 20 matriculados na UNIDERP, campus de Campo Grande; 04 matriculados na FUNLEC, em Campo Grande; 01 na Faculdades Integradas de Fátima do Sul – FAFISUL.

No que tange aos cursos realizados, 124 dos acadêmicos estavam na Área das Humanidades, distribuídos dentre os seguintes cursos: Normal Superior (50), Direito (15), Administração de Empresas (12), Educação Física (11), Letras (9), Turismo (9), História (8), Pedagogia (5), Psicologia (2), Geografia (1), Publicidade (1), Rádio e TV (1).

A predominância de acadêmicos no curso Normal Superior se explica pelo fato de que o Conselho Nacional de Educação exige curso em nível superior para os professores que ministram aulas nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1º a 5º) nas aldeias, fonte de emprego e prestígio para muitos indígenas. Destaco que a implementação desse curso foi resultado da mobilização indígena no Estado para suprir as demandas dos professores indígenas que já atuavam nas aldeias, e que corriam o risco de perderem suas aulas para professores não indígenas que já possuíam curso superior. Não obstante, esta luta se aliava à implementação do ensino escolar diferenciado nas escolas indígenas, o que acabou sendo efetivado não somente nas aldeias das TIs, mas, também, na aldeia Marçal de Souza. No entanto, faz-se necessário estabelecer novas políticas educacionais específicas que capacitem os professores indígenas para ministrarem aulas nas séries do Ensino Médio – o que tem sido uma das principais reivindicações dos professores e universitários indígenas no MS.

A segunda grande área de concentração mais procurada pelos indígenas era a das Ciências Biológicas e da Saúde, com 33 deles realizando cursos dessa área, distribuídos da seguinte maneira: Agronomia (9), Ciências Biológicas (7), Enfermagem (7), Fisioterapia (3), Farmácia

inscrições desses alunos, visto que a maioria reside nas aldeias, além do que não dispunham de recursos financeiros para tal.

(2), Zootecnia (2), Medicina Veterinária (1), Nutrição (1), Odontologia (1). Aqui, não havia predominância de um curso sobre os demais, como ocorre com o curso Normal Superior nas Ciências Humanas.

Apenas 14 acadêmicos realizavam seus estudos na Área das Ciências Exatas, nos seguintes cursos: Ciência da Computação (5), Matemática (4), Engenharia da Computação (1), Sistema de Informação (1), Arquitetura e Urbanismo (1), Designer (1), Química (1).

Dados Complementares e as Propostas Elaboradas pela AER/Campo Grande em Conjunto com os Acadêmicos

No 1º Semestre de 2005, foram aplicados questionários com os acadêmicos indígenas, dos quais o Setor de Educação da AER/FUNAI/Campo Grande recebeu respostas de apenas 98 do total enviado. Tais questionários foram aplicados com o objetivo de se caracterizar esse grupo para que as políticas educacionais dirigidas a eles fossem aprimoradas; os dados obtidos também fizeram parte do “Relatório sobre os Indígenas do Ensino Superior em Mato Grosso do Sul”.

Nesse sentido, buscou-se conhecer dados gerais sobre o universitário: sexo; etnia; idade; comunidade indígena onde nasceu e residência atual; informações acadêmicas, como cursos que estão realizando, Universidades onde estão matriculados; se recebem apoio financeiro para a mensalidade acadêmica; quando iniciaram seus estudos e previsão de conclusão; informações sobre a situação sócio-econômica pessoal: se trabalha, a renda familiar; e os gastos básicos relacionados com a condição acadêmica.

Das etnias, constatou-se: 95 dos alunos eram Terena, 2 Kadiwéu e 1 Kaiowá. Com relação à idade, existiam indígenas de 17 a 58 anos, sendo a maior concentração de alunos na faixa etária entre 19 e 29 anos, totalizando 49 indivíduos.

Todos, sem exceção, apontaram nos questionários grandes dificuldades para se manterem financeiramente até o final do curso. Apesar das intempéries serem, também, em razão da especificidade cultural (demandando diferentes traduções com relação aos novos conhecimentos adquiridos), as dificuldades mais relatadas foram de ordem econômica. Por essa razão, muitos deles abandonam seus cursos e retornam às aldeias de suas TIs de origem.

Esse quadro teve uma pequena mudança nos últimos anos, através das políticas realizadas pela AER de Campo Grande e FUNAI/Brasília, que possibilitaram convênios com as Universidades privadas, conseguindo bolsas parciais para os alunos. Na época, havia convênios

formalmente estabelecidos com a UCDB, que fornecia uma cota de 25 bolsas de 50% nas mensalidades, e com a UNIDERP que fornecia uma cota de 20 bolsas de 30% nas mensalidades. A contrapartida por parte da FUNAI era de 25% e 45% nas mensalidades, respectivamente, e os alunos, por sua vez, responsabilizam-se, sempre, com 25% do valor da mensalidade, além do valor integral das matrículas semestrais. Destaca-se que a FUNLEC, mesmo sem ter estabelecido convênio formal com a FUNAI, proporcionava bolsas de estudos de 50% nas mensalidades dos cursos, sendo que 25% das mensalidades era de responsabilidade dos alunos, além do valor integral das matrículas.

O sistema de bolsas de estudo se tornou uma medida fundamental de apoio aos alunos matriculados nas Universidades privadas, pois amenizou suas dificuldades financeiras. Contudo, tal medida, tornava-se insuficiente diante dos demais custos que sufocavam a receita financeira dos acadêmicos, como, por exemplo, os gastos com moradia, vestimenta, transporte e materiais exigidos pelos cursos (fotocópias, livros, materiais específicos). Diante desse quadro, esses universitários recorriam à ajuda financeira de familiares e amigos para a continuação dos estudos, o que nem sempre era possível, dada às dificuldades econômicas de grande parte das famílias indígenas nas cidades e TIs.

Os alunos que realizavam, na época, seus estudos em cursos oferecidos pela UEMS, também compartilhavam da mesma situação, porém com um apoio a mais que os alunos matriculados nas IES privadas. Vejamos.

O Decreto nº 11.856, de 12 de maio de 2005, do Estado de MS, “considerando a necessidade de ampliar às populações indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul os espaços de formação específica, sobretudo o acesso ao ensino superior”, a dívida histórica do Estado do MS e do Brasil para com esses povos, “o objetivo do Governo Estadual em apoiar os jovens indígenas a atingir a formação de nível universitário”, as diretrizes do Ministério de Educação sobre os estágios que devem ser realizados durante a realização do curso superior, bem como “que o estágio na administração pública permite ao aluno vivenciar a realidade das demandas sociais”, instituiu o *Programa Bolsa Universitária para Alunos Indígenas da UEMS*.

Tal programa, estabelecia a responsabilidade do Governo do Estado, através de verba do FIS – Fundo de Investimento Social –, prover apoio financeiro, “sob forma de bolsa complementação, para ajudar no custeio da sua formação profissional” de R\$300,00 mensais, por atividades desenvolvidas em 12 horas semanais. Foram estipuladas atividades a serem

desenvolvidas em compatibilidade com os respectivos cursos, e em “órgãos e entidades da administração pública ou organização não-governamental, constituindo-se de estágio curricular, conforme for acordado diretamente com a UEMS”.

Essa bolsa possibilitou que muitos acadêmicos, oriundos de diversas TIs no Estado, pudessem dar continuidade aos estudos, além de agregar novos conhecimentos para a formação profissional através dos estágios acompanhados.

Diante do universo de dados apresentados pelo relatório, do qual foi exposto aqui apenas uma pequena parte, foram apresentadas algumas propostas visando o ingresso e a permanência dos indígenas no Ensino Superior do MS. Destaco, que tais propostas, foram elaboradas a partir de debates com alguns acadêmicos, que viriam, posteriormente, a formar a AAIMS, juntamente com o coordenador do Setor de Educação da AER de Campo Grande, Eliseu Lili. As propostas apresentadas foram:

- Ampliação do *Programa Bolsa Universitária para os Alunos Indígenas da UEMS* também para os acadêmicos indígenas das Universidades privadas no MS;
- Isenção das taxas de matrículas semestrais e dos 25% nas mensalidades que são da responsabilidade dos alunos indígenas nas Universidades particulares, em contrapartida, o compromisso dos alunos beneficiados em desempenhar funções em órgãos públicos sob a forma de estágios, respeitando as respectivas áreas cursadas;
- Criação de bolsas moradia e bolsas alimentação para os acadêmicos indígenas que deixam as suas aldeias para estudar nas cidades;
- Ampliação das vagas estipuladas nos convênios FUNAI/IES privadas, como, também, a efetivação de convênios com outras Universidades no MS;
- Criação de uma política de ingresso e permanência dos estudantes indígenas em todas as Universidades no MS, públicas ou privadas, em especial na Universidade Federal de Mato Grosso do SUL – UFMS –, visto que a mesma não possui nenhum programa específico nessa questão.

Foi a partir do contexto e da realidade vivida pelos acadêmicos no MS, levantados também pelo relatório, que alguns estudantes universitários pensaram em se mobilizar para a

formação de uma associação que os representasse e que pudesse colaborar nas demandas que envolvem grande parte dos jovens acadêmicos indígenas.

Reuniões e Articulações para a Formação da AAIMS

Muitas reuniões, encontros e debates antecederam a fundação formal da AAIMS, e foi através dessa política de bastidores entre os acadêmicos Terena na cidade, que a Associação foi sendo formada: seus objetivos, diretoria, projetos focados e parceiros. Com o termo política de bastidores, refiro-me às reuniões informais entre quatro, cinco ou mais pessoas, onde as discussões tinham como foco, não apenas a formação da Associação, mas, também, o debate de outros temas. Além dos encontros presenciais, a política dos bastidores foi realizada, também, com o auxílio da tecnologia, através da troca de e-mails entre os acadêmicos a respeito da formação da diretoria e outras questões pertinentes à Associação (objetivos, sede, parceiros, etc.). Algumas lideranças mais antigas movimentaram a política dos bastidores, ao apoiarem e discutirem o surgimento, a importância e a formação da AAIMS. Quanto aos envolvidos, estavam: os próprios acadêmicos; lideranças já estabelecidas na cidade (e que estavam mais próximas da efervescência da constituição da Associação); e demais acadêmicos que não participaram da fundação, mas que foram convidados e participaram de algumas reuniões.

No início do ano de 2005, Eliseu Lili e outros acadêmicos começaram, portanto, a debater sobre a possibilidade de fundarem uma associação, dado o número cada vez maior de acadêmicos e das dificuldades crescentes. Na época, e tendo contato com Eliseu por conta da etnografia do grupo TE, fui solicitada à auxiliá-los na formação da Associação. Nosso papel seria o de colaborar nos debates de alguns temas do universo acadêmico (projetos, bolsas de estudo, processos seletivos), e orientar em algumas questões mais burocráticas: como registro em cartório, tirar o CNPJ, além disso, a nossa casa serviu de sede provisória para as reuniões da Associação, haja vista que os envolvidos a consideravam um território mais “neutro” naquele momento, pois, por diversas vezes, grupos indígenas politicamente e etnicamente diferentes estiveram por lá. Entre as reuniões, e separadamente, alguns acadêmicos vinham, também, conversar sobre suas pesquisas científicas, o curso que estavam fazendo, a própria Associação, ou as dificuldades que encontravam na cidade. Nesses momentos, pude acompanhar a política dos bastidores, as alianças feitas e desfeitas, parte do conjunto que formou a história da AAIMS.

Durante as primeiras reuniões, algumas parcerias foram discutidas: professores a serem chamados, instituições-chaves importantes de serem aliadas, partidos políticos, empresários e ONGs. Um dos critérios em discussão era se em determinada parceria continuariam com seus objetivos priorizados, ou seja, se poderiam continuar mantendo seus objetivos em uma possível aliança, já que *“muitos usam o nome do índio e não dão espaço pro índio falar, não escutam o que os índios querem”* (Eder, acadêmico Terena); *“muitas Instituições falam pelos índios, mas não faz nada para os índios”* (Amauri, acadêmico Terena). Dessa forma, a parceria estaria vinculada à liberdade de poderem conduzir suas ações e propósitos iniciais.

Com relação ao conhecimento sobre o universo das associações, ou seja, sobre o contato que tiveram ou as concepções sobre as mesmas, a maioria se baseava na observação das atividades de associações existentes nas TIs, e um pouco da observação da atuação de associações na cidade, onde, muitos, com a experiência que tiveram, declaravam-se preocupados com o fato de que: *“têm muitas associações, mas muitas delas não ‘funcionam’”* (José Claudir, acadêmico Terena). Assim, ressaltaram por diversas vezes que queriam constituir uma associação

para fazer ela funcionar, muitas associações são formadas nas aldeias mas nem todas “funcionam” [sem ações]. Acho que a gente deve buscar parceria com ONGs que apóiem nossos projetos, com o governo [estadual e federal] e a prefeitura também, mas a gente não deve aceitar os projetos pronto deles, como sempre acontece. Nós temos que seguir os nossos objetivos. Eu penso assim (Amauri, acadêmico Terena, informação oral).

Apesar da pouca, ou nenhuma experiência no movimento e associativismo indígena, os acadêmicos começavam a delinear a AAIMS, procurando trazer os parceiros a partir dos seus interesses. Ia-se desenhando, portanto, desde o início, a forma como aquele grupo de indígenas ia concebendo a Associação: primavam pela autonomia nas decisões, *“nós devemos dizer o que queremos, nós é que somos acadêmicos”* (Jonivaldo, acadêmico Terena). A autonomia nas decisões era um dos motes da Associação.

O grupo de acadêmicos reunidos até a fundação foi fluido, em cada reunião aparecia um ou dois acadêmicos novos, com apenas 7 pessoas comparecendo em todas as reuniões desde o início; cerca de 20 acadêmicos chegaram a freqüentar as reuniões em algum momento. Nas reuniões, os acadêmicos procuravam ressaltar a importância de Eliseu Lili à frente do Setor de Educação da FUNAI em Campo Grande – além deles, tanto os parentes dos acadêmicos, as lideranças, homens e mulheres, afirmavam que depois que Eliseu assumiu o setor, os indígenas tiveram mais liberdade, maiores informações, aproximaram-se mais do Setor de Educação da

FUNAI. A abertura política e simbólica de um indígena a frente desse setor foi muito importante, pois possibilitou, entre outras questões, o fortalecimento dos acadêmicos em constituir a Associação, haja vista que alguns passaram a frequentar, cotidianamente, o setor: acompanhando as políticas, orçamento, fazendo contatos, enfim, foi um espaço a mais de socialização, debates e construção de alianças.

Sander Kaiowá, o único membro não Terena da Associação, relatou que antes da AAIMS ele tentou por diversas vezes articular, junto a outros acadêmicos indígenas, uma associação em Campo Grande, mas disse que foram poucos os que se disponibilizaram para tanto, credita isso à falta de oportunidade e também devido ao preconceito. O quadro começou a se modificar, quando surgiu um contexto mais favorável para a mobilização desses acadêmicos, qual seja: 1) Apoio da FUNAI, financeiro e simbólico, através do espaço que foram tendo no Setor de Educação; 2) Aumento significativo de novos acadêmicos e que compartilhavam de situações semelhantes; 3) Constatação de que muitos deles tinham idéias comuns de como superar as dificuldades; 4) Apoio de importantes lideranças indígenas na cidade, apesar das críticas e dúvidas relacionadas à falta de experiência dos jovens; 5) A valorização crescente da posição do acadêmico dentro de suas respectivas comunidades.

Depois de alguns encontros e articulações de bastidores entre os acadêmicos, foi marcada a primeira reunião mais formal para a construção da AAIMS, reunião essa que aconteceu no dia 10 de março de 2005, com a presença de 7 acadêmicos. Na reunião, foram apresentadas as razões de se constituir uma associação de acadêmicos indígenas, trazendo à tona toda a história de discriminações, preconceitos e dificuldades de ordem econômica e “choque” cultural na cidade, como diziam. José Claudir, por exemplo, afirmou na época que a “*Associação deve brigar pelos direitos indígenas em Campo Grande, e uma das dificuldades maiores, inclusive que foi falado aqui, é o preconceito, a discriminação*”. Uma das grandes preocupações apresentadas estava relacionada com o apoio aos recém chegados acadêmicos na cidade, sendo as falas de Jonivaldo e Genildo representativas desse sentimento:

Quando você chega aqui, aquela vivência que você tem lá na aldeia, aqui é totalmente diferente, você vai encontrar um mundo totalmente diferente, de que maneira? Pessoas que você nunca viu. Na aldeia você conhece quase todo mundo, você conhece, então, não tem dificuldade de falar. Aqui não, aqui já é o contrário. Aqui você não conhece ninguém. Dentro da Universidade você não conhece ninguém, você tem que buscar o seu espaço aqui dentro, pra quê? Porque você precisa de trabalho, para você começar a ter o seu grupo, porque

aqui é aquela coisa, cada um tem o seu grupo, se você não tiver o seu você vai ficar fora, pra fazer trabalho da faculdade. Então você tem que se adaptar já aqui, porque fora da aldeia você vê que aqui é individualismo, já não é em conjunto, a minha visão é essa. Se você não fazer o jogo, como falam, das pessoas aqui fora, eles vão deixar você fora, então você tem que saber que você chega aqui e tem que saber que não é igual àquela convivência na aldeia que você conhece todo mundo. A nossa cultura é totalmente diferente, você confia na pessoa e acaba vendo que você confiou na pessoa errada, você deposita a confiança lá, mas sabe que não devia ter feito isso. Agora, na aldeia você sabe, você tá convivendo ali, você sabe como é a nossa cultura lá, o dia a dia ali, posso confiar naquela pessoa? Posso, tô vendo como ela é, tô convivendo ali (Jonivaldo acadêmico Terena, informação oral).

Pra mim [estar aqui] é você viver uma cultura diferente, certo? Porque vem de uma cultura propriamente sua, que você adquiriu, cresceu, você vivencia ela ainda. Aí você muda, passa para uma outra realidade que é diferente no modo de pensar, no modo de vestir, no modo de andar, parece que é idêntico, mas é diferenciado para nós. Muitos detalhes, no modo de sorrir, no modo de conversar, tudo isso são diferentes pra gente. E você vivencia essa outra cultura de onde você não cresceu, não viveu parte de sua vida nela, é um choque muito grande. Hoje se discute muito a interculturalidade para tentar conciliar essas duas culturas, que também é uma maneira para que as pessoas entendam a nossa cultura também, aprendam, possam aprender com a nossa cultura também, assim como a gente aprende com a cultura não índia. Então, esse choque, essa passada de uma cultura pra outra, que é o grande choque, é a grande dificuldade também de nós acadêmicos. Também tem a questão do preconceito dentro da sala de aula, e a gente só vai quebrar essa barreira quando a gente mostrar que é capaz. E eu só tenho [respeito] na minha sala porque eu acredito que eu consegui quebrar essa barreira a partir do momento em que eu mostrei que eu era capaz, considerado igual a todo mundo. Temos que fazer a diferença que tem que ser um modo positivo pra gente, um modo diferente que as pessoas respeitem a sua cultura, mas de igual pra igual, e é nesse sentido que eu penso e que a gente tem que trabalhar na Associação. E, enquanto acadêmico, a gente vai tentando conciliar essas duas culturas, são dois modos de viver, dois modos de pensar que tem muito que aprender uma com a outra (Genildo acadêmico Terena, informação oral).

Assim, na primeira reunião formal dos acadêmicos, alguns pontos começaram a ser delineados, sobretudo, os objetivos, que ficaram definidos como sendo quatro, a saber: formalizar reivindicações junto aos órgãos governamentais e não governamentais, segundo os interesses dos associados; ser o elo de mediação entre eventuais projetos e ações de qualquer instituição que tenha como foco os acadêmicos indígenas; buscar financiamento para a construção da Casa do Estudante Indígena, para servir de moradia e de sede da Associação; e fornecer apoio psicológico e social aos recém-chegados das aldeias para que possam superar as diferenças e dificuldades que irão encontrar. Estes sempre foram os objetivos centrais da Associação, mesmo tendo um fluxo

de acadêmicos, pois, como afirmei há pouco, os acadêmicos tinham alguns objetivos que se convergiam, e isso era um dos pontos que os uniam.

Preocupavam-se, também, em trazer o maior número de acadêmicos possível para o grupo, por isso, decidiram definir uma diretoria provisória para articular esse processo, sendo assim definida: presidente (José Claudir), vice-presidente (Amauri), tesoureiro (Marinei), secretária (Cristiane), diretor social (Flávio), diretora de comunicação (Marcela). No entanto, não havia sido, naquele momento, definidas as funções de cada cargo, apenas optaram por indicar esses postos provisórios para as primeiras articulações antes da fundação efetiva. Foi consenso, na reunião, que a diretoria seria apenas provisória, com o intuito de apresentar, de maneira mais formal, a Associação aos demais acadêmicos indígenas. Ressalto que alguns desses acadêmicos não queriam cargos na diretoria, e somente os aceitaram porque havia poucas pessoas e era preciso demonstrar aos demais certa mobilização “formal”, o que traduziria a idéia de organização.

Da origem desses acadêmicos da diretoria provisória, temos: TIs Buriti, Limão Verde, Aldeinha, Bananal e Cachoeirinha, todos, naquele momento já moravam em Campo Grande, sendo que dois deles, Amauri e José Claudir, por exemplo, ficaram, por algum tempo, naquele ano, viajando todos os dias de suas aldeias (TIs Limão Verde e Buriti, respectivamente) até Campo Grande para estudar. Também, muitos deles iam pelo menos uma vez ou mais ao mês para suas TIs de origem, momento em que ficavam com seus pais, bem como traziam subsídios alimentares, da roças familiares, para a subsistência em Campo Grande.

A preocupação dos acadêmicos em formar a Associação, era a de também levar informações para os jovens nas TIs que quisessem ingressar nas Universidades do Estado, indicando, para os estudantes potenciais, os dilemas de ser um estudante na cidade, as profissões e os cursos de graduação, as bolsas de estudos disponíveis e o mercado de trabalho.

Sempre ao final de cada reunião, era acordada a data da próxima e as tarefas a serem cumpridas nesses intervalos. Na primeira reunião, por exemplo, foi enfatizado como tarefa de todos convidar outros acadêmicos para se juntarem à Associação, por isso, a cada reunião, novos acadêmicos compareciam, bem como outros deixavam de comparecer. Segundo os acadêmicos, aqueles que paravam de comparecer às reuniões o faziam justificando que tinham outras coisas para resolver, ou não tinham dinheiro para se locomover até as reuniões. Nenhum, segundo eles, colocava-se contra a formação da Associação.

Entre a primeira reunião (10/03/2005) e a reunião de fundação (24/05/2005), aconteceram cerca de 8 reuniões formalizadas em ata, além da articulação nos bastidores. Durante essas reuniões, ficou claro que os acadêmicos buscavam uma associação com estrutura organizacional burocrática e divisões hierárquicas bem definidas, para saberem “*as funções e disposições de cada um dentro da associação*” (Amauri, acadêmico Terena). A partir da primeira reunião em que estabeleceram uma diretoria provisória, José Claudir, como presidente, sempre dirigia as reuniões, expondo, aos presentes, o que já havia sido discutido e decidido em reuniões anteriores, bem como relembrando a pauta da presente reunião.

Numa das reuniões anteriores à fundação, os acadêmicos acrescentaram, na diretoria provisória, outros cargos: o cargo de diretor cultural (com Eder, Terena); o conselho fiscal (com Anaize, Terena; João Batista, Terena; e Eliseu Lili, Terena); e o cargo de articulador político, sendo indicados dois acadêmicos: Sander (Kaiowá) e Maioque (Terena), respectivamente, articuladores políticos na cidade e nas TIs. Destaco que Sander Kaiowá se tornou articulador político pela sua atuação no Partido dos Trabalhadores (PT), pelo trânsito na política municipal e estadual, e por estar, há muito, envolvido com os movimentos indígenas no Estado, juntamente com o seu pai, Eduardo Kaiowá.

O registro burocrático da Associação sempre esteve na ordem do dia das discussões, mas, antes, precisavam balizar a estrutura organizacional, o estatuto e a eleição oficial da diretoria. Discutia-se, então, alguns possíveis parceiros para custear os gastos com o cartório, publicação nos jornais e demais gastos. Sander passou a articular com alguns políticos a esse respeito, o que foi lhe possibilitando ser reconhecido pelo grupo como alguém que poderia trazer benefícios através de seus contatos. Foi ele quem conseguiu a publicação no Diário Oficial do Estado do MS para a convocação da reunião para a fundação.

No mês da reunião de fundação, José Claudir, presidente provisório, teve alguns problemas pessoais que acabaram influenciando na sua relação e atuação junto à Associação. O seu cargo de presidente, apesar de ser provisório, já era visto pelos acadêmicos como um cargo já efetivado, faltando apenas a reunião de fundação para a formalização. Contudo, diante de alguns fatos que ocorreram, José Claudir não mais poderia assumir com facilidade tal posição, deixando, para os acadêmicos a tarefa, nada tranqüila, de indicarem um novo presidente.



Figura 19: Uma das reuniões com os membros da AAIMS



Figura 20: Membros da diretoria da AAIMS (da esquerda para a direita: Eder, Neemias, Sander, Anaize, Eliseu, Marcela, José Claudir e Amauri)

Durante algumas reuniões/articulações, entre eles e algumas lideranças na cidade, os acadêmicos começaram a pensar na possibilidade de Sander ser o presidente da Associação, no entanto, tal escolha não era unânime, dado que Sander era o menos próximo dos demais jovens, não, necessariamente, por ser um Kaiowá, mas por conta de suas atividades além das reuniões, o que acabava por distanciá-lo dos demais; Sander, por sua vez, pensava como seria a atuação de um Kaiowá à frente de uma associação predominantemente Terena, por algumas vezes relatou sua preocupação a nós.

Enfim, foram muitas as articulações de bastidores, muitos encontros e reuniões. Sander tinha a seu favor os seus contatos com os políticos (o PT estava à frente do governo do Estado na época), o que ficou demonstrado pela agilidade e segurança com que prometeu e conseguiu a publicação no Diário Oficial do MS. Também, era alguém que já tinha muita experiência no movimento indígena em Campo Grande, atuava há alguns anos na associação indígena Centro Social de Cultura Nativa, e contava com apoio de lideranças Terena e Kaiowá; contra sua eleição pesava o seu distanciamento dos demais. Soma-se a isso, o fato de ter alguns acadêmicos que mesmo com as dificuldades de José Claudir o queriam como presidente; a indicação dos nomes à presidência ocupou bastante espaço nas reuniões que precederam a fundação da AAIMS.

Embates e Articulações no Dia da Fundação

No dia da fundação da Associação, em 24 de maio de 2005, duas grandes lideranças indígenas estavam presentes, Eduardo Kaiowá e Osmar Coelho Terena, afirmando fazerem questão de serem sócios fundadores. Ambos participaram do início do movimento indígena, Osmar, inclusive, estava em Brasília, ao lado de Marcos Terena, no início das mobilizações dos estudantes universitários indígenas em que fundaram a UNIND e incentivou a mesma ação em Campo Grande, fazendo então questão de estar ali *“para dar apoio à causa dos acadêmicos que hoje estão se unindo, depois de muitas tentativas sem sucesso”* (Osmar Coelho, informação oral). Eduardo Kaiowá, como já mencionado, teve importância no movimento indígena em Campo Grande, juntamente com Domingos Veríssimo Marcos, presidente da UNI, e Marta Guarani, presidente da associação KAGUATECA.

Ambos, Eduardo e Osmar, destacaram a participação que tiveram na mobilização em prol da implementação dos cursos como o de Normal Superior, assim como da possibilidade da educação escolar diferenciada. Sobre os estudantes universitários em Campo Grande, mostraram

a importância simbólica e concreta que alguns profissionais indígenas, já diplomados, têm e/ou tiveram para a conquista de novos espaços sociais (como advogados e engenheiros na cidade, professores e diretores de escolas nas TIs), o que tem possibilitado, também, o apoio às ações e atividades empreendidas pelos indígenas em suas mobilizações, tanto em nível local como nacional. Dessa forma, procuraram ressaltar na reunião, o papel importante que seria exercido no futuro pelos graduados, pois os mesmos teriam acesso a conhecimentos, hoje, essenciais, segundo eles, para a sobrevivência de muitas comunidades (enfatizaram a necessidade de profissionais indígenas como médicos, agrônomos, etc.).

As falas de ambos, mais velhos, experientes, líderes reconhecidos, conhecedores das tramas do poder e das conquistas do movimento indígena, foi uma tentativa de mostrar, àqueles jovens, a importância simbólica e concreta daquele ato de fundação da Associação, não somente para a história pessoal de cada um dos presentes naquele momento, mas para todos os demais indígenas, acadêmicos ou não. “*Hoje*”, disse Eduardo, “*vocês estão continuando a história que nós participamos, ajudamos a construir, para que vocês pudessem chegar até aqui*”. Desse modo, as lideranças presentes puderam não somente enfatizar a importância daquele momento, mas, também, puderam demarcar um posicionamento político, na medida em que ressaltaram a importância dos papéis que desempenharam na história.

Esse comportamento por parte das lideranças na reunião, reflete, também, uma preocupação hoje existente entre os caciques, xamãs e lideranças, a saber, o surgimento, ao longo dos anos, de uma nova categoria com *status* dentro das aldeias: os indígenas com curso superior. A retórica dos líderes na reunião trazia a importância do conhecimento dos antigos, além de devotar aos jovens novos prestígios por estarem adquirindo saberes atualmente importantes no diálogo com a sociedade nacional, conhecimentos estes que, segundo ressaltaram, deveriam ser utilizados em prol da “causa indígena”.

Na reunião da fundação, como em outras oportunidades, foi possível constatar na fala dos líderes mais antigos, certo receio de que os jovens acadêmicos ainda não estivessem preparados para levar adiante uma associação indígena, com todos os percalços a ela relacionados, assim como as questões propriamente ligadas à sobrevivência na cidade; temiam a falta de compromisso político. A desconfiança dos líderes mais velhos e já estabelecidos não era novidade para os acadêmicos que, em outras oportunidades, enfatizaram que apesar de gozarem de certo prestígio em suas aldeias, “*as pessoas prestam atenção no que a gente diz, porque eles*

acreditam que, como a gente está na universidade, a gente sabe mais coisas [...] só que as lideranças, os caciques, não dão muito espaço pra gente por achar a gente muito jovem ainda, e também por acharem que a gente vai ocupar o lugar deles. Então, na aldeia a gente não têm muito espaço na política” (Acadêmico Terena, informação oral). *“Com as pessoas da minha idade eu tenho voz, mas os caciques, as lideranças me acham criança ainda”* (Flávio Terena, informação oral).

Os caciques e as lideranças têm um pouco de receio da gente dentro da aldeia, sempre tão achando que a gente vai pegar os postos deles, pois nós somos valorizados por vocês brancos, podemos ser diretores de escola e tantas outras coisas, podemos estar em lugares que as lideranças nunca ocuparão, mas a gente respeita os líderes, queremos trabalhar juntos, mas é difícil mudar a mentalidade das lideranças, queremos introduzir coisas novas na aldeia, projetos novos que aprendemos na faculdade, mas aí vem o cacique só querendo óleo e trator [...] (Acadêmico Terena, informação oral).

O tom da reunião foi dado pela história dos líderes, mas as manifestações dos jovens acadêmicos também se fizeram presentes, através da exposição dos seus anseios e comprometimentos. Eliseu Lili presidiu a reunião, por ser o mais velho dentre os acadêmicos, e iniciou agradecendo e relembrando as razões da reunião lendo os objetivos destacados no edital de convocação: “1) criação de uma organização sem fins lucrativos voltada aos interesses dos acadêmicos indígenas; 2) discussão e aprovação do estatuto da organização; e, 3) eleição e posse da diretoria”.

Em seguida, Sander expôs a sua história no movimento indígena em Campo Grande e a sua luta para articular os acadêmicos indígenas em torno de uma associação, enfatizou, também, sem mencionar sua candidatura (que já era de conhecimento de todos), sua disposição em contribuir para que a Associação tivesse sucesso em seus objetivos. Em seguida, José Claudir se manifestou dizendo da importância daquele momento para os acadêmicos indígenas ali presentes, apontando sua importância em toda a articulação até aquele momento. Os demais acadêmicos foram se manifestando, expondo seus desejos e suas dificuldades para justificar a formação de uma entidade para representá-los institucionalmente.

Eduardo e Osmar, de certa forma, tentaram direcionar o andamento da reunião, mostrando a experiência que possuíam, ao passo que os acadêmicos, em certos momentos, davam a impressão de que não prestavam atenção nas discussões dos líderes, o que detonava uma forma de marcação de espaço. Debateram ponto por ponto o estatuto da Associação, a partir de um

estatuto prévio constituído pelos próprios acadêmicos, com base em outros estatutos de associações indígenas, ficando os objetivos definidos da seguinte maneira:

Art. 2º - A Associação tem por finalidade melhorar a qualidade de vida dos seus associados, capacitando-os para construção de modelo próprio de sustentabilidade; organizando-os e desenvolvendo trabalho social junto aos acadêmicos indígenas, distribuindo aos mesmos, gratuitamente, benefícios alcançados junto aos órgãos de assistência estatais e privados.

Parágrafo Único - Para consecução das suas atividades a Associação poderá celebrar convênios, acordos ou contratos com pessoas físicas e organizações jurídicas de direito público ou privado, nacionais e internacionais, desde que respeitados os objetivos contidos neste Estatuto (AAIMS. Estatuto, 2005).

Percebe-se que dos quatro objetivos estabelecidos na primeira reunião, tanto a construção da Casa de Estudante, quanto as ações de apoio social e psicológico, não foram especificados no estatuto, ficando subentendidos no artigo acima.

Ficaram estabelecidas no Estauto quatro categorias de sócios: fundadores, que correspondem às pessoas que estavam presentes no dia da fundação; efetivos, “os que forem incorporados pela aprovação da assembléia geral, a partir da indicação de três sócios fundadores ou efetivos e que não exerçam função remunerada na entidade”; associados colaboradores, “pessoas físicas que, identificadas com os objetivos da instituição, solicitarem seu ingresso e pagarem as contribuições correspondentes, segundo critérios determinados pela diretoria administrativa”; honorários, “pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem na defesa dos bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos à questão indígena, ao meio ambiente e ao patrimônio cultural ou que, por motivos relevantes, forem assim distinguidas”. Somente as duas primeiras categorias possuem direito a voto em assembléia. Destaca-se, também, que nenhum membro da diretoria poderá receber salário proveniente da associação. O parágrafo único deste artigo 3º ressalta que “independentemente da categoria, não respondem subsidiária nem solidariamente pelas obrigações da Associação, nem podem utilizar seus símbolos ou falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pela Diretoria”. Definiu-se que todo o dinheiro necessário para as atividades da AAIMS seria obtido através de parcerias.

Sobre a admissão de membros para a Associação, a discussão mais acalorada recaiu sobre a obrigatoriedade ou não da identidade indígena fornecida pela FUNAI. Esta discussão surgiu, muito provavelmente, numa tentativa de se descaracterizar a candidatura de Sander, uma vez que alguns pensavam que ele não possuísse a carteira de identidade indígena fornecida pela FUNAI, já que havia nascido em Campo Grande. Eduardo Kaiowá lembrou, oportunamente, que nem

todos os indígenas conseguem tirar a identidade indígena na FUNAI, mencionando que quando Sander foi tirar sua identidade indígena na AER de Campo Grande teve muitas dificuldades, pois os funcionários diziam que, sendo ele um Kaiowá, deveria ir até Amambai (sede regional que cuida da maior parte das demandas das TIs Guarani e Kaiowá) se quisesse uma identidade indígena. Após as discussões, ficou definido, portanto, que não seria necessário a identidade indígena para o associado, bastando, apenas, a auto-identificação, além do comprovante de matrícula em alguma Universidade.

Assim, ficou estabelecida a admissão do associado:

A admissão do associado acadêmico indígena se dará independente da classe social, nacionalidade, sexo, etnia, filiação partidária e crença religiosa e para seu ingresso o interessado deverá preencher ficha de inscrição e submetê-la à apreciação da Diretoria, que observará os seguintes critérios:

- a) Apresentar a cédula de identidade;
- b) Concordar com o presente estatuto e expressar em sua atuação na entidade e fora dela, os princípios nele definidos;
- c) Ter idoneidade moral e reputação ilibada.
- d) Apresentar comprovante de matrícula fornecido pela Faculdade ou Universidade que esteja cursando (AAIMS. Estatuto, 2005).

Destaco que, apesar de ser necessária a aprovação em assembléia para inclusão de novos membros, não houve nenhuma inclusão de novos membros através de assembléia nos meses que se seguiram a fundação, haja vista que aqueles que chegaram posteriormente já eram considerados sócios efetivos, portanto, votavam e representavam a Associação em reuniões na cidade.

Outro ponto que demandou discussão foi sobre os acadêmicos ao quais a AAIMS daria atenção principal: se somente os indígenas vindos das TIs para estudar nas Universidades de Campo Grande, ou se também estenderiam suas ações para aqueles já nascidos ou que viviam há tempos na cidade e que estivessem em um curso superior. A dúvida, nesse caso, é que, segundo alguns jovens presentes, os que já moravam há tempos em Campo Grande não necessitariam de tanto apoio, pois já estariam mais “ambientados” e tendo, possivelmente, menos problemas com relação à moradia ou ao “choque cultural”. Enfim, essa, na verdade, era a postura dos acadêmicos que tinham acabado de chegar de suas TIs, além disso, tal discussão, estava dentro de outras maiores que já aconteciam no âmbito dos debates nas TIs sobre se os órgãos governamentais (FUNAI e FUNASA, principalmente) deveriam realizar/estender o atendimento, de forma igual, entre os indígenas nas TIs e cidades.

Alguns jovens presentes chegaram a ressaltar, por algumas vezes: “*a FUNAI deveria dar bolsas para os índios das aldeias, aqueles que já moram aqui em Campo Grande não precisam*” (Acadêmico Terena, informação oral). Essa era uma discussão que já vinha sendo debatida ao longo das reuniões, mas, na fundação, e com o debate entre as lideranças mais antigas, assim como com os acadêmicos que moravam na cidade há anos, definiu-se, pois, que todos os indígenas acadêmicos deveriam ser beneficiados pelas atividades da AAIMS, não havendo distinção, dado que caracterizaria como exclusão. Nesse passo, também, discutiu-se se a Associação restringiria suas atividades em Campo Grande ou ao Estado como um todo. A preocupação era em como chegar até as demais cidades, mas, ficou decidido, que as ações teriam início na capital e aos poucos iriam ampliando o alcance. Nesse mesmo período havia uma mobilização de acadêmicos indígenas na cidade de Dourados para constituírem também uma associação que os representasse.

Quanto à estrutura da AAIMS, ela ficou definida como tendo três órgãos, a saber: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A primeira, sendo o órgão máximo da entidade, teria como competências: eleger a diretoria executiva e o conselho fiscal; deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas; apreciar e aprovar o plano de trabalho proposto pela diretoria; autorizar a alienação, permuta ou instituição de ônus reais sobre bens imóveis da sociedade; deliberar quanto à dissolução da associação; destituir os administradores; e promover as alterações estatutárias. Quanto às duas últimas competências, “é exigido o voto concordante de dois terços dos presentes na assembleia geral especialmente convocado para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes” (AAIMS. Estatuto, 2005).

Para a diretoria executiva ficaram definidos cargos e funções da seguinte forma: presidente e vice-presidente; primeiro e segundo secretários; primeiro e segundo tesoureiros; conselho fiscal (três pessoas), todos com um mandato de 3 (três) anos, cabendo reeleição. Todas as decisões poderiam ser tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao presidente o voto de minerva. Os cargos de articulador político e diretores cultural e de comunicação, estabelecidos provisoriamente, ficaram diluídos nas ações da diretoria executiva que poderia “promover e incentivar a criação de comissões com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais” (AAIMS. Estatuto, 2005).

Após aprovação do estatuto, passou-se para a eleição da primeira diretoria. Novamente os mais velhos tentaram conduzir a reunião, Eduardo Kaiowá argumentou que Eliseu, por conhecer todos os acadêmicos, poderia indicar alguém para a presidência, uma vez que conhecia as características de cada um. Os acadêmicos se colocaram contra a postura da liderança, como argumentou Jonivaldo: *“são os acadêmicos que tem que indicar, aqui é uma associação de acadêmicos, nós temos que indicar”*.

Os embates entre as gerações na fundação, principalmente no momento da eleição para o presidente, deixavam evidente que, no âmbito da AAIMS, e em termos weberianos (WEBER, 2002), a dominação legítima de tipo tradicional estava perdendo espaço para a dominação legítima de tipo legal ou burocrática, haja vista que quem poderia definir, naquele contexto – de convocação por edital, votação, estatuto, ou seja, todo o simbolismo burocrático que envolveu a reunião –, não seriam as pessoas tradicionalmente reconhecidas, mas aquelas que ocupariam o local autorizado pela burocracia da Associação que estava sendo fundada, ou seja, os acadêmicos, jovens ou não, homens ou mulheres. Os acadêmicos utilizaram, nesse momento de estabelecimento de espaços de poder, a retórica das normas e estruturas burocráticas.

Diante do quadro em que os acadêmicos questionaram as lideranças, os mesmos tiveram que ceder e seguir o rito da apresentação das candidaturas para a votação. Ficou definido, naquele momento, que quem quisesse ou se sentisse capaz de assumir os cargos poderia se apresentar. O cargo de presidente era o mais visado, os demais cargos, apesar de serem fundamentais na estrutura da AAIMS, não eram vistos como cargos possíveis de darem visibilidade à ação da pessoa, nesse sentido, ser presidente representaria, mais externamente do que internamente no espaço da Associação, uma possibilidade de se destacar no cenário das associações em Campo Grande, além de construir um nome e ganhar prestígio em sua TI de origem, dado, hoje, a importância das associações para os Terena.

José Claudir decidiu se candidatar à presidência e, utilizando-se da retórica, desculpou-se pelos problemas que teve e que acabaram influenciando na relação com os demais, mas afirmou que desejava trabalhar para o grupo. Sander também se colocou à disposição do cargo, apoiando-se na indicação das lideranças e apostando na sua experiência nas mobilizações indígenas. A votação foi anônima, distribuindo-se pedaços de papel para que cada um escrevesse o nome de seu candidato, cujo resultado final foi a eleição de Sander Kaiowá. Para os demais cargos não houve disputas, foi de comum acordo a indicação das pessoas e o aceite das mesmas. Eliseu,

nesse momento, fez um discurso sobre a importância da presença da mulher numa associação e, diante disso, Anaize Canale ficou como vice-presidente.

Assim ficou definida a primeira diretoria da AAIMS:

Presidente – Sander Barbosa Pereira, Kaiowá, estudante de Letras;

Vice-Presidente – Anaize Canale, Terena, estudante de Fisioterapia;

Primeira Secretária – Marcella Vickye Ferreira, Terena, estudante de Farmácia;

Segundo Secretário – Nehemias Lili, Terena, estudante de Publicidade e Propaganda;

Primeiro Tesoureiro – José Claudir Pinto Alves, Terena, estudante de Educação Física;

Segundo Tesoureiro – Amauri Souza Correa Dias, estudante de Educação Física;

Conselho Fiscal: Eliseu Lili, Terena, estudante de Pedagogia; Eder Alcântara Oliveira Terena, estudante de História; a última vaga ficou em aberto.

É importante ressaltar, por fim, que o apoio de lideranças indígenas antigas e importantes, presentes tanto na fundação quanto em outras atividades da Associação, deu visibilidade e legitimidade para a mesma. Entretanto, tal apoio, veio acompanhado de conflitos como se pôde constatar: de um lado tínhamos as lideranças mais velhas preocupadas com a falta de experiência dos jovens, em vistas de uma associação que teria, potencialmente, grande visibilidade e importância para os indígenas e, soma-se a isso, certo temor por parte dessas lideranças em perder “espaço” para os jovens formados; do outro lado, os jovens acadêmicos com muita vontade de resolver suas demandas e conquistar prestígios sem, contudo, terem a interferência dos líderes nas suas ações, mas sabendo que necessitavam desse apoio para a legitimidade da Associação. As interferências e conflitos geracionais sempre estiveram, de certa forma, presentes durante o percurso da AAIMS, acirrando disputas também nos campos do saber/poder (FOUCAULT, 1972), o que nos remete à lembrança dos processos que envolveram outra associação de acadêmicos, a UNIND e seu conflito com a UNI.

Alianças, Ações e a Paralisação das Atividades

Após a fundação oficial da AAIMS, os acadêmicos acharam necessário informar à FUNAI, as Universidades, órgãos governamentais e outras associações indígenas da cidade, sobre a existência da Associação: começaram a participar de eventos, reuniões, encontros em

grupos de pesquisa, onde pudessem divulgar a Associação, buscar parceiros e novos membros para se associarem.

Uma das ações nesse sentido foi a participação no “I Fórum Social Indígena do Pantanal”, um evento muito importante que aconteceu em Campo Grande em 2005, momento em que os indígenas das TIs e cidades puderam debater questões pertinentes às várias etnias – esse evento foi uma articulação da associação indígena Parlamento Indígena do Pantanal, presidida por Lisio Lili, em articulação, também, com algumas importantes lideranças como Marcos Terena, Eduardo e Nito Kaiowá, entre outros. No evento, os acadêmicos montaram um estande com folhetos explicativos sobre as demandas dos acadêmicos e a fundação da Associação. Houve um rodízio entre os acadêmicos para cuidarem do estande durante os dias do evento. Ainda, os organizadores do Fórum, reconhecendo a importância da mobilização, possibilitaram, na abertura do evento, um espaço na plenária para que os acadêmicos pudessem falar de suas demandas e sobre a AAIMS, o escolhido foi José Claudir, que discursou sobre as razões de se constituir uma associação para os acadêmicos, os objetivos da mesma, assim como enfatizou que estavam no começo dos trabalhos e que todos os acadêmicos eram bem vindos. Solicitou, também, o apoio das lideranças presentes. Tanto o discurso na plenária, quanto a postura dos acadêmicos presentes, causaram boa impressão e teve um amplo alcance entre os presentes no evento; paralelamente, os indígenas comentaram sobre a importância de uma organização dos acadêmicos, oferecendo o apoio àqueles jovens.

Nos meses que se seguiram, a AAIMS esteve presente em várias mobilizações indígenas e nos espaços acadêmicos. Mesmo sem informar oficialmente as direções das Universidades sobre a AAIMS, os acadêmicos se colocavam como membros da Associação quando conversavam com os professores, o que era uma maneira de anunciar a mobilização. Já o administrador da AER/FUNAI, foi informado através de ofício sobre a existência da Associação, assim como a Coordenação Geral de Educação da FUNAI em Brasília.

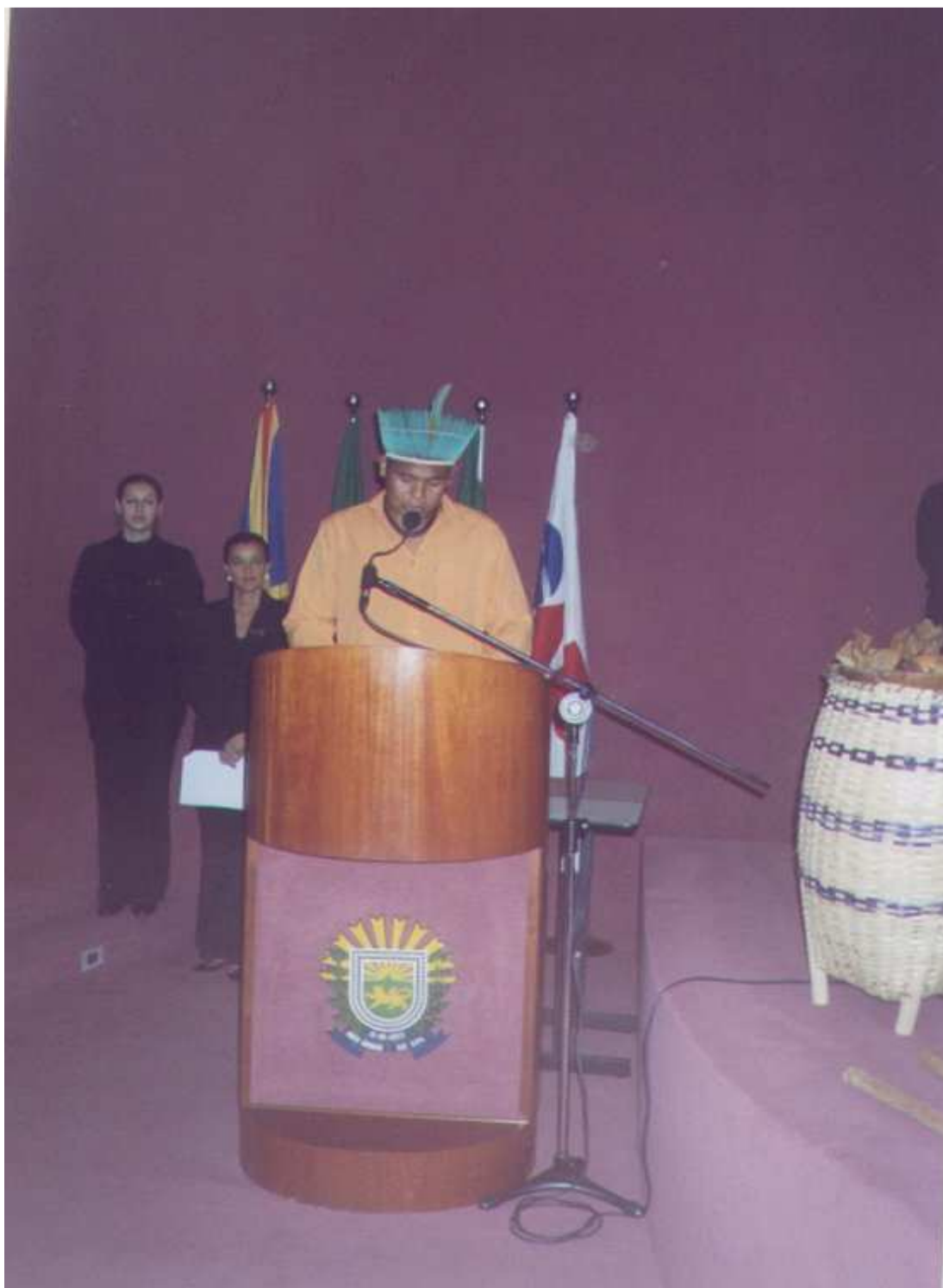


Figura 21: José Claudir discursando no Fórum Social Indígena do Pantanal

Várias lideranças apoiaram a mobilização daqueles jovens, por julgarem importante o conhecimento que traziam e a importância deles no presente e futuro do movimento indígena. Muitos desses líderes, mesmo sem uma participação efetiva na AAIMS, procuravam informar sobre a associação nos órgãos por onde passavam, dizendo que deveriam prestar mais atenção nos acadêmicos que enfrentavam dificuldades. A AAIMS passou a ser informada e convidada por algumas lideranças, principalmente lideranças Terena, para alguns eventos relacionados às temáticas indígenas que ocorriam em Campo Grande.

Dentre algumas das ações dos acadêmicos, cito a articulação com a AFIC, com o intuito de realizar uma parceria para que a casa alugada pela FUNAI em Campo Grande, e que recebe as feirantes de suas aldeias, também recebesse alguns jovens acadêmicos vindos de fora. Em troca, os acadêmicos se comprometiam a buscar apoio para pagar as contas de energia elétrica e de água (tais taxas eram de responsabilidade das feirantes), além de auxiliarem na manutenção da limpeza e alimentos para a casa. A AFIC fechou o acordo com a AAIMS, aceitou assinar um ofício para que pudessem levar até a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social de MS (SETAS) que apoiaria as feirantes no pagamento das contas em atraso, além disso, os acadêmicos solicitaram auxílio alimentação, em forma de cestas básicas, para os membros da Associação que viessem a morar na casa junto com as feirantes. Contudo, a parceria não foi adiante devido a não resposta da SETAS.

Os membros da AAIMS também procuraram obter um espaço que servisse de sede para a Associação, com isso, foram até a prefeitura solicitar um espaço em um dos prédios municipais, mas não obtiveram sucesso. Em outras oportunidades, tentaram outras formas de estabelecer uma sede da Associação através da doação de terrenos na cidade, Eliseu, principalmente, foi atrás de alguns órgãos, também sem sucesso.

Apesar de algumas das ações não terem tido êxito, como a possibilidade de articulação com as feirantes e um espaço para a sede da Associação, os acadêmicos foram conquistando espaços importantes, principalmente no âmbito das Universidades, participando de reuniões, colocando suas posições e a realidade de outros acadêmicos que vinham conhecendo; tudo isso os colocou em posições de destaque dentro de alguns debates em suas Universidades. Nesse contexto, também, uma das Universidades de Campo Grande, estabeleceu acordo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do programa “Trilhas do

Conhecimento⁶⁰”, e logo no início do programa dois alunos foram convidados para participar de uma reunião de acadêmicos indígenas que ocorreria no Chile, sendo escolhidos dois membros da AAIMS. Esse episódio demonstra como o grupo estava articulado e passou a ser reconhecido pelas Universidades.

Com relação à AER/FUNAI de Campo Grande, logo após a fundação, os membros também ficaram conhecidos pela administração e constantemente estavam no órgão solicitando auxílio para suas demandas mais pessoais, tendo êxito em algumas. Junto à FUNAI, resolveram montar um projeto solicitando apoio financeiro para realização do “I Encontro dos Acadêmicos Indígenas no MS”, um evento que seria inédito, pois feito pelos e para os indígenas acadêmicos no Estado. Os objetivos do evento foram assim definidos:

O evento tem como objetivos a integração dos estudantes através da troca de experiências e de discussões e reflexões sobre algumas questões pertinentes a atual situação dos acadêmicos no ensino superior. Nesse sentido, pretende-se especificamente:

- Proporcionar a socialização entre os estudantes através da troca de experiências vividas dentro da universidade;
 - Apresentar as pesquisas científicas que estão sendo desenvolvidas por alguns acadêmicos de diferentes cursos, proporcionando assim estímulo e incentivo aos demais presentes;
- Elaborar propostas a serem encaminhadas para as Universidades.

A justificativa se pautava na

realização de um evento para que a Associação AAIMS seja amplamente divulgada à população indígena do Estado, sobretudo, na cidade de Campo Grande, também para se ter uma discussão mais ampla sobre as questões que envolvem o acesso e permanência dos indígenas no ensino superior no Estado. (AAIMS. Projeto evento... 2005: s.p.).

A idéia era, portanto, apresentar a Associação para os demais acadêmicos e para a comunidade indígena em geral, haja vista que tinham preocupação com relação à falta de

⁶⁰ “O Projeto Trilhas de Conhecimentos - o ensino superior de indígenas no Brasil, teve início em fevereiro de 2004, por meio de uma doação da Fundação Ford através da Pathways to Higher Education Initiative. O trabalho visa dar suporte ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas no Brasil, através de sua formação no ensino superior. Para tal O Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) investiu em apoiar/financiar núcleos universitários que promovessem iniciativas voltadas para a educação superior de indígenas.

Três anos de ações na primeira fase do projeto resultaram na criação de dois núcleos em universidades no Brasil, um no Mato Grosso do Sul e outro em Roraima. No Mato Grosso do Sul o Trilhas aprovou o financiamento do Programa Rede de Saberes, executado conjuntamente pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS. Já em Roraima, foi aprovado o financiamento do Programa E'ma Pia, elaborado pelo Núcleo Insikiran da Universidade Federal de Roraima – UFRR”. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/projeto/index.htm> acesso em: 20/07/2009.

legitimidade que a AAIMS poderia ter frente aos próprios acadêmicos, com acusações de que desconheciam a existência da mesma. Por outro lado, também, era uma forma de legitimá-la frente às outras associações de acadêmicos que pudessem surgir, dado que com a articulação da AAIMS outras começaram a ser articuladas. O evento também seria uma forma de conhecer mais profundamente as dificuldades, os desejos e as idéias de outros acadêmicos, além da apresentação de suas pesquisas científicas.

O evento previa: um balanço da situação dos acadêmicos no Estado; o conhecimento do pensamento das autoridades sobre a AAIMS e os acadêmicos; a apresentação de pesquisas científicas desenvolvidas pelos indígenas; a discussão sobre a importância da formação superior para as comunidades indígenas; além da apresentação da AAIMS.

Nos debates para a construção do evento, houve impasse sobre se convidariam as Universidades para falarem sobre os apoios aos estudantes indígenas em seus cursos, e se solicitariam delas auxílios para o evento. Entretanto, temiam que as Universidades interpretassem esse convite/auxílio como uma afronta, além disso, queriam uma autonomia maior na condução do evento e que poderia ser prejudicada com a participação das Universidades. A escolha de Campo Grande, como sede do evento, pautava-se no fato do número de acadêmicos indígenas na capital ser maior, ao passo que não foram previstos recursos para deslocamento de indígenas de outras partes do Estado devido às restrições orçamentárias.

Dentre as lideranças convidadas para palestrar no evento estariam: Eduardo Kaiowá, Lisio Lili e Evaniza Terena, presidente da Associação das Mulheres Indígenas Terena de Campo Grande. Traziam, dessa maneira, as lideranças mais jovens (os acadêmicos), a mobilização das mulheres para somar com os seus projetos e as lideranças mais antigas. Além das lideranças citadas, convidaram a técnica da Coordenadoria Geral de Educação da FUNAI de Brasília. O evento não pôde ser realizado em 2005, sendo protelado para o ano seguinte, no entanto, acabou não ocorrendo devido à paralisação das atividades da AAIMS em 2006.

Ressalto que, durante todas as atividades da AAIMS após a sua fundação, o presidente eleito, Sander, acabou por se afastar dos acadêmicos, tendo muito pouco participado das reuniões ou atividades conjuntas. Diante desse fato, os acadêmicos convocaram uma reunião no dia 17 de dezembro de 2005 para destituírem o presidente, segundo as razões formuladas em ata, conforme segue:

Balanço da ação do Presidente:

Distanciamento do Presidente: não procurou se socializar, nem teve contato com o pessoal;

Era atuante antes da eleição, trocava telefonemas, mas depois se distanciou;

Não correspondeu com as expectativas e a confiança depositadas;

Convocou duas reuniões com os acadêmicos durante esses 6 meses;

Desde o início não teve propostas, e quando propôs uma agenda, não a cumpriu;

A única proposta que fez foi de cobrir o ponto de ônibus em frente à Uniderp, que não faz parte das questões que mais carecem de concentração;

Fez pouquíssimos contatos telefônicos e nas vezes em que ligou disse que tinha muitos afazeres no trabalho e na faculdade;

Durante esses 5 meses, ficamos esperando sua iniciativa;

Se fosse depender das atitudes do Presidente, a Associação não tinha andado;

Compareceu a duas reuniões, em outras seu pai compareceu como se fosse para representá-lo;

Ficou por fora das viagens realizadas por alguns dos acadêmicos;

Desconhece as reuniões com a UCDB, ausentou-se das discussões que realmente interessava aos acadêmicos;

Não apoiou e não teve posição com relação às propostas dos acadêmicos de construção da Incubadora, e da parceria com a Associação das Feirantes para que alguns acadêmicos pudessem residir lá;

Desconhece os projetos de cada aluno;

Ficou distante no I Fórum Social Indígena do Pantanal;

A Associação precisa de um Presidente forte, que reúna o pessoal, e em quem os demais possam depositar confiança, com ação mais efetiva, através de realizações concretas, o que não houve.

Tal atitude teve apoio no artigo 23 do estatuto da AAIMS:

c) Abandono de cargo, assim considerado a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem a expressa comunicação à secretaria da Associação;

f) Por determinação da totalidade dos associados participantes da Assembléia Geral convocada para essa finalidade;

Enfim, desde o distanciamento de Sander Kaiowá, a vice-presidente, Anaize Canale, passou a assumir os encargos da AAIMS, como: representar a Associação nas reuniões, assinar ofícios, presidir as reuniões e articular com os demais membros as ações. Sander, contudo, não foi excluído da AAIMS, o grupo resolveu, com a sua autorização, remanejá-lo da presidência para ser um dos representantes da AAIMS no Conselho Municipal de Direito e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande. No Conselho, Sander entraria como representante dos acadêmicos, e seu suplente ficaria sendo Amauri Terena, conforme ofício enviado ao presidente do Conselho, Adierson Terena. Assim, a AAIMS não precisaria abrir mão de seus contatos políticos, além do que, Sander participou ativamente da constituição do Conselho Municipal, era importante a sua presença na AAIMS.

A representação da AAIMS junto ao Conselho Municipal não chegou a ocorrer oficialmente, pois era preciso burocraticamente incluir mais uma associação indígena no Conselho, o que demandaria novas articulações políticas, uma vez que, embora algumas lideranças apoiassem a associação dos jovens universitários, incluí-los oficialmente, naquela instância, seria um pouco mais difícil, visto que, além da Associação ser muito recente, algumas lideranças do Conselho (que também não tinham contatos maiores com a AAIMS), consideravam os acadêmicos da AAIMS ainda muitos jovens e inexperientes para ocuparem, de fato, um assento com influência e prestígio como é hoje o espaço do Conselho.

Com relação ao fato da Anaíze ter assumido o posto de presidente, foi interessante observar o desconforto dos rapazes em serem “conduzidos” por uma mulher, tal fato gerou uma série de comentários desqualificando o trabalho ou a capacidade de Anaíze na condução da AAIMS. Ressalto que a questão parecia ter mesmo muito mais foco na questão do gênero, do que, necessariamente, na atuação de Anaíze, que também demonstrava estar bastante descontente com toda a situação. Esse fato acabou por afastar um pouco os membros da Associação e corroborou para a suspensão das atividades que veio a ocorrer posteriormente em 2006.

De outro lado, no campo do movimento indígena, ter uma mulher como presidente de uma associação significava – ao menos à primeira vista – que os acadêmicos não tinham barreiras com relação à atuação política das mulheres, o que refletia nas articulações ou na positividade da Associação no contexto mais amplo, já que há uma tendência crescente de abertura de espaços à mulher em posições antes majoritariamente masculinas, fruto das mobilizações das mulheres, bem como das exigências atuais de ONGs e da cooperação internacional de ter a participação das mulheres em instâncias e projetos que envolvem as associações indígenas.

Nessa conjuntura de incorporação das mulheres no campo das associações, duas grandes lideranças Terena apostaram muito na capacidade de Anaíze no direcionamento da AAIMS, são eles: Marcos Terena e Lisio Lili. Ambos articularam a ida de Anaíze em alguns eventos, dentre eles a “8ª Conferência das Partes – COP 8” –, a oitava reunião de discussão a respeito da Convenção sobre Diversidade Biológica que ocorreu em Curitiba/PR em março de 2006. Além da questão de gênero, essas duas lideranças percebiam a importância de uma associação de acadêmicos no contexto regional e nacional.

Nos meses que se seguiram em 2006, as reuniões da AAIMS foram ficando cada vez mais escassas, haja vista que os membros passaram a se dedicar cada vez mais aos seus projetos

peçoais de pesquisa científica nas Universidades, aos estágios e trabalhos na cidade. Mesmo Anaize, em certa altura, via-se no dilema de se dedicar ao seu curso de Fisioterapia ou à Associação. Amauri, numa das primeiras reuniões, havia dito que primeiro é preciso cuidar do individual e só depois pensar nos trabalhos da Associação, porque, segundo ele, muitas pessoas iriam, provavelmente, criticar o trabalho realizado pela AAIMS, não reconhecendo o esforço feito pelo benefício dos acadêmicos; em muitas oportunidades, os acadêmicos se queixaram que muitas vezes ouviram indígenas questionarem o trabalho feito por outras associações sem ao menos reconhecerem o esforço despendido, talvez, esses acadêmicos não quisessem passar pelas mesmas situações que outras associações já passaram.

Por outro lado, as atividades foram suspensas em razão das disputas políticas pelos cargos de comando, levando à falta de empenho de alguns nas ações que seriam buscadas pela AAIMS, como uma forma de deixar o presidente sem base política de apoio para a sua sustentação. Além disso, os desentendimentos pessoais, a busca por outras alianças políticas, ou o desânimo frente a não concretização de alguns projetos da Associação, foram determinantes na paralisação das atividades já no ano de 2006.

Apesar da existência efêmera, a AAIMS continuou sendo convidada para eventos e mobilizações em Campo Grande até pelo menos o ano de 2008, uma dessas reuniões era para a construção de uma base de alianças para a fundação da ARPIPAN e para a implementação do GEF Indígena no MS, reunião, na qual, nenhum representante da AAIMS compareceu. Enfim, mesmo com a paralisação total das atividades, não é possível decretar o fim da AAIMS, até porque, muitas outras associações indígenas também passaram por períodos (às vezes anos) sem atividades contínuas, tendo, muitas delas, retomado suas atividades em momentos mais propícios. Se isso vier um dia a acontecer, possivelmente não será com os antigos acadêmicos membros, dado que a maior parte deles já se formou, tendo, alguns, retornado para suas TIs de origem onde, hoje, atuam em suas áreas profissionais; é possível que AAIMS seja um dia retomada pelas lideranças antigas que participaram da fundação. De qualquer forma, o surgimento da AAIMS entrou para a história das associações no MS como a primeira de formato acadêmico, trazendo, para a arena de debates, temáticas importantes no contexto cada vez mais crescente da presença indígena nas Universidades, além disso, trouxe à baila as angústias e as alegrias dos jovens na cidade, em meio ao que chamavam de “choque cultural”, podendo ser traduzido como a distância de suas famílias, a mudança no cotidiano de suas relações e a conquista de novos saberes e *status*.

CAPÍTULO IV – ASSOCIAÇÕES NAS TIs: AAIT, AIAT e ATITI

Neste tópico, irei expor a etnografia de três associações que atuam no espaço de duas aldeias: a Associação dos Agricultores Indígenas de Taunay (AAIT) e a Associação Indígena dos Apicultores Terena (AIAT), na aldeia Água Branca, TI Taunay/Ipegue, Mato Grosso do Sul; e a Associação dos Trabalhadores Indígenas Terena do Iriri (ATITI), na aldeia Kopenoty, TI Terena Gleba Iriri, no Mato Grosso.

Assim como ressaltei no tópico sobre as associações em Campo Grande, destacar as ações dessas associações em um local específico, não é descartar as conexões que essas associações têm com os demais espaços (físicos e simbólicos), o recorte espaço/ação se dá porque essas associações têm um foco maior de atividades centradas em um local, no caso, agora, as TIs.

Na descrição da AAIT, trarei os encadeamentos históricos que levaram a formação da Associação, que começou a ser germinada a partir de uma grande mobilização nos primeiros anos da década de 80 em torno de uma Cooperativa Indígena Terena no MS. Além disso, descrevo a estrutura burocrática, o estatuto, os principais objetivos da Associação, a descrição de um projeto aprovado e executado, bem como as tramas da política Terena em torno das disputas pelos cargos na diretoria. Já na etnografia da AIAT, destaco as novidades trazidas pela Associação a partir do debate de novos temas, como os ligados às questões mercado e conservação ambiental. Além da descrição da atividade principal da Associação, ou seja, a produção artesanal de mel; exponho, também, a construção de um projeto, que apesar de não ter sido aprovado foi produtivo em termos das novas possibilidades, alianças e aprendizados.

Já para a etnografia da ATITI, primeiro será feita uma descrição da trajetória do grupo até a conquista da TI Terena Gleba Iriri, haja vista ser uma história importante e que influi na forma como a Associação foi formada e as ações que ela vem engendrando. Também, com a descrição histórica do grupo, é possível observar as configurações das duas principais linhagens familiares que coordenam as atividades na aldeia e no espaço da Associação. Além da história do grupo e da fundação da ATITI, serão pontuados três projetos elaborados, sendo um deles desenvolvido e executado através de um convênio com um programa governamental.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES INDÍGENAS DE TAUNAY - AAIT

A Associação dos Agricultores Indígenas de Taunay foi formalmente registrada em cartório em maio de 1992, tendo, na época, 57 indígenas Terena associados. Os principais objetivos da Associação estavam, e ainda estão, centrados no desenvolvimento/incremento econômico no que se refere às plantações familiares.

Apesar do estatuto prever a participação de outras aldeias da TI Taunay/Ipegue, dividida através de “8 grupos agrícolas, a saber: aldeia Imbirussu, aldeia Lagoinha, aldeia Água Branca, aldeia Morrinho, aldeia Bananal, aldeia Jaraguá, aldeia Ipegue e aldeia Colônia Nova”, hoje, a atuação da Associação se restringe principalmente à aldeia Água Branca, o que não exclui a comunicação e a troca de experiência com as demais aldeias e suas associações.

A história da Associação, contudo, não começa no dia do seu registro em cartório, haja vista que a mesma já existia e atuava sem registro há alguns anos, assim como, tinha no início, objetivo ainda mais abrangente, qual seja, a de envolver, de fato, todas as aldeias da TI Taunay/Ipegue em uma espécie de uma grande Cooperativa, tornando-se um exemplo para as outras TIs no MS interessadas em se agregar ao projeto.

União para a Autonomia Econômica: a Mobilização por uma Cooperativa Regional e a Posterior Fundação de uma Associação Local

Desde os tempos do SPI e atual FUNAI, como já foi ressaltado nos capítulos I e II, os Terena tiveram que lidar com as novas formas de relacionamento com o Estado, que passou a intervir fortemente nas relações sociais e econômicas das aldeias. Dentro desse novo quadro de tutela e interferência, os Terena passaram a criar meios para dar continuidade, ainda que com restrições, aos seus modos próprios de produção e reprodução socioeconômicos.

A política econômica para as TIs aplicada pelo SPI e, posteriormente, FUNAI, era a de transformar os Terena em “pequenos produtores rurais”, através da introdução de técnicas empregadas pelos produtores regionais não-indígenas, como o uso do trator, a monocultura, outras formas de manejo do gado, horários fixos para o trabalho na roça, entre outras técnicas. A renda da produção agrícola Terena era destinada – além do consumo interno das famílias –, à sustentação do Posto Indígena e outras demandas gerais da aldeia. No entanto, não raras vezes, os recursos eram usurpados em benefício próprio (do Chefe de Posto ou do cacique). Além disso, e pelo rótulo que tinham desde os tempos da Colônia (“índios mansos”, “civilizados”, “bons

agricultores e comerciantes”), os Terena eram constantemente levados, em décadas passadas, para territórios de outras etnias (SP, MS, MT) para que pudessem “ensinar” as técnicas de plantio e de relacionamento com a sociedade nacional (a prática do comércio, o falar o português, etc.).

As formas Terena de diminuir esse controle estatal sobre suas vidas se refletia de diversas formas, desde a divisão das aldeias que não concordavam com os mandos do SPI e da FUNAI, à aliança com outros setores para garantir outras formas de subsistência menos dependentes do órgão tutor – como foi a aliança (já destacada na tese) com os missionários protestantes norte-americanos, que possibilitou, por exemplo, a compra da chácara que veio a se tornar a aldeia União.

Também, ao longo dos anos de relação com a FUNAI, e como formas de agir frente às políticas tutelares relacionadas à produção econômica, os Terena procuravam buscar outras fontes de financiamento para suas plantações – dado que a FUNAI constantemente atrasava o fornecimento dos insumos (sementes, óleo diesel, manutenção dos tratores), o que acarretava em perdas do tempo de plantação⁶¹. Esses empréstimos e financiamentos (nas décadas de 70/80), quando viabilizados, eram feitos em parceria com os bancos privados ou públicos, acompanhados, também, pelo órgão tutor. Com os empréstimos, a FUNAI desafogava financeiramente, não precisando arcar com todos os custos do ano agrícola, além de representar uma ação Terena na busca por saídas autônomas frente à política indigenista desenvolvida na época; autonomia aqui entendida como a busca por tomar todas as rédeas do processo e não como o corte das relações com o Estado.

Contudo, os empréstimos e financiamentos foram aos poucos caindo em desuso, conforme os Terena foram tendo dificuldades em arcar com os altos juros:

Segundo José Resina Fernandes Júnior, chefe da equipe agrícola da delegacia regional da FUNAI, 73 daqueles líderes indígenas [Terena] fizeram empréstimos para este ano agrícola (84/85) num total superior a Cr\$ 130 milhões e aplicaram o dinheiro no cultivo de 499 hectares de terras. Esse valor é bem menor, em termos de poder aquisitivo, que o contratado no ano passado (safra 83/84), quando receberam cerca de Cr\$ 100 milhões do Banco do Brasil para plantar 3.784 hectares. Para o ano agrícola 85/86 é aguardado redução ainda mais acentuada nas áreas financiadas, e um crescimento vertical das lavouras plantadas com recurso próprios ou da FUNAI. O funcionário explicou também que é uma tendência natural das tribos indígenas deixar os financiamentos agrícolas na medida em que vão se capitalizando. “Difícilmente – ainda conforme Resina – um índio paga a dívida do empréstimo

⁶¹ Apesar de ainda realizarem plantações na formas tradicionais de manejo (roças de toco, policulturas e queima), a recorrência aos insumos agrícolas já faz parte do cotidiano das aldeias Terena.

no BB no dia do vencimento. É no mínimo 60 dias antes - afirmou – porque o índio, quando deve, fica preocupado e deseja quitar logo a dívida com o credor” (CEDI, 85/86: 395.).

Open (mercado aberto), *over* (aplicação por um dia), CDB (Certificado de Depósito Bancário), RDB (Recibo de Depósito Bancário) e títulos de capitalização são alternativas de investimentos já familiares aos índios Terena habitantes da aldeia Limão Verde, no Mato Grosso do Sul. Eles passaram a conhecer essas aplicações financeiras depois de pesquisarem, nos bancos da cidade as melhores opções de investimento. Acabaram escolhendo a caderneta de poupança, onde depositam os lucros de suas lavouras de arroz, feijão e milho. “*Nosso objetivo é juntar bastante dinheiro para comprar todas as terras dos fazendeiros que estão ao nosso redor. Queremos de volta esta área, onde se encontram as marcas dos nossos ancestrais. Toda esta região, até onde a vista alcança, nos pertencia. Agora flechas e tacapes não servem para reconquistá-las. A única arma eficiente é o dinheiro*” – comenta Isac Pereira Dias, Cacique da aldeia Limão Verde (CEDI 87/90: 552, grifo meu).

Além disso, e sempre que era (e é) possível, como já foi ressaltado, os Terena procuravam fazer parte dos quadros de funcionários da FUNAI, utilizando-se, para tanto, dos conhecimentos adquiridos e das relações formadas no contato com sociedade nacional; soma-se a isso, a participação ativa na vida política partidária, tendo, os Terena, candidatos eleitos em algumas disputas eleitorais.

Os grupos indígenas do MS, muito antes que os de outras regiões do Brasil, vem se articulando com vistas à ocupação dos cargos no aparelho administrativo da FUNAI, bem como em relação a diversas câmaras municipais do Estado. Com efeito, se a ocupação de cargos administrativos de chefia da FUNAI por índios foi inaugurada durante a gestão de Jurandy Marcos da Fonseca em 1984 (com a posse de Megron Metuktire no Parque Nacional do Xingu, e de Koxiní Karajá no Parque do Araguaia), o primeiro índio a ocupar o cargo de delegado regional do órgão foi o Terena Joel de Oliveira, em 1978. E, desde 1967, seu irmão, Jair de Oliveira, era vereador na câmara municipal de Aquidauana. A participação dos grupos indígenas da região na FUNAI e na política municipal, no entanto, é bem diferenciada, segundo a realidade de cada um deles (CEDI, 85/86: 390, grifo meu).

Dessa forma, dentro da estrutura do poder estatal, os Terena podiam não só ter acesso aos bens necessários para o aumento do prestígio e poder junto à sua parentela e demais de suas linhas de relações, mas, também, podiam direcionar ou pressionar por mudanças nas políticas indigenistas e municipais, indo muito além da concepção de “índio funcionário”, cumpridor do seu dever, ou cuidador apenas da sua parentela.

Essas atitudes de enfretamento com o Estado, adentrando em sua estrutura ou a questionando, fazem parte também do *Ethos* Aruak de expansão de influências, de predação dos

conhecimentos do Outro, busca por prestígios e, em termos históricos, essas atitudes representam também a recuperação da influência que eles detinham amplamente na região antes da Guerra do Paraguai.

Dentro dessa configuração política e econômica – e após as mobilizações indígenas ocorridas a partir de 70, em que novos atores e instituições começaram a fazer parte do rol de possibilidades para se questionar a tutela e propor novas ações –, surgem, portanto, e como já destacado, as primeiras associações indígenas no MS, com focos de ação que iam das questões relativas às demarcações territoriais, às questões relativas à autonomia econômica nas TIs.

Com essa abertura, e já na década de 80, os indígenas de Taunay/Ipegue – juntamente com o então vereador Terena Lisio Lili – começaram a pensar na possibilidade de se criar uma cooperativa (utilizando o modelo das cooperativas não-indígenas já existentes), tendo como finalidade a potencialização da produção agrícola das TIs Terena no MS e a conquista de uma maior autonomia econômica frente ao Estado.

A aliança dos indígenas da Taunay/Ipegue com Lisio Lili não foi aleatória. Lisio, que nasceu na aldeia de Bananal, mas na época morava na cidade de Aquidauana – e como já foi apontado com relação a Eliseu – tem na sua história uma linhagem de lideranças importantes que despontaram na região de Bananal, assim como outras linhagens importantes na região, como a linhagem dos Marcos e dos Oliveira, das quais, inclusive, e a apesar das disputas constantes, têm ligações políticas e de parentesco com os Lili. Destaco, contudo, que as disputas que existiam (e existem) entre os grupos *naati* por influência dentro das aldeias da TI Taunay/Ipegue (que acabou motivando, também, a saída dos Lili de Bananal na década de 40), não foram empecilhos para a construção de alianças e apoios na questão da Cooperativa – como em outras mobilizações ou projetos –, visto que os considerados *naati*, mesmo quando adversários, estabelecem relações cordiais, de respeito mútuo e, quando é viável e de benefício à todas as partes, aliam forças com propósitos comuns. Foi nessa conjuntura política que os Terena se aliaram na busca por um espaço de junção de iniciativas que possibilitassem outros caminhos que não o da espera constante pelas sementes ou óleo para o trator.

Após algumas reuniões e articulações políticas, os Terena deram o ponta-pé inicial para que o processo da Cooperativa se concretizasse, quando conseguiram um encontro com o Ministro da Agricultura, que, na época (85/86), ouvindo e reconhecendo a iniciativa indígena,

resolveu apoiar a proposta, disponibilizando, para tanto, recursos para que o processo da Cooperativa fosse encaminhado.

A ida até o Ministro foi um ponto fundamental nessa história, dando fôlego e possibilitando ao grupo o vislumbrar de possíveis novos tempos; lembrando que nesse período, antes de 1988, as associações ou iniciativas indígenas mais autônomas, não eram vistas com bons olhos, quando não impedidas de atuar por força da lei, visto que na condição de tutelados, os indígenas ficavam restritos em algumas de suas ações e decisões como, por exemplo, na forma de pessoa jurídica.

Contudo, e apesar desse apoio financeiro inicial, a Cooperativa teve vida curta. A FUNAI, que até então estava um pouco afastada de todo esse processo inicial, acabou por interferir de forma mais direta no gerenciamento dos recursos, assim como modificou alguns dos projetos iniciais propostos pelos indígenas. Os argumentos dados pela FUNAI para as intervenções foram, além da tutela, a de que os indígenas da Cooperativa estariam beneficiando apenas algumas aldeias, e não todas as aldeias Terena como seria a proposta inicial. Enfim, os recursos vieram para a Cooperativa, mas acabou sendo tão fracionado que impossibilitou a instrumentalização e estruturação da Cooperativa na forma como os indígenas visualizavam, dando fim à meta de ser ela uma espécie de experiência piloto de novos projetos e metas econômicas para os indígenas no MS:

[...] pretendíamos criar um espaço de produção dos vários agricultores indígenas. Esse assunto tem importância porque os produtores há anos vêm buscando se organizar e há anos o Estado busca desorganizar as comunidades indígenas. Conseguimos a aquisição de três tratores se não me engano para Lagoinha, Água Branca e Ipegue, mesmo porque esses eram os equipamentos disponíveis para produção. Dentro dessa intenção fomos visitar o Ministro da Agricultura com os índios da região e aquela autoridade alegando que nunca fora visitado por índios e suas demandas ficou muito empolgado e disponibilizou um recurso bom para que essa intenção fosse sendo aos poucos colocada em prática. O Governo do Estado e a FUNAI local, vendo um recurso substancial e sem a participação deles, começou a questionar porque que aqueles recursos eram só para Água Branca e Lagoinha, e porque Ipegue, Bananal e Limão Verde não estavam incluídos. Foi só o que faltou para botar água no projeto. Resultado, os recursos que se destinavam a tocar uma Cooperativa foi fracionada e você devia perguntar, quem sabe até tirar foto dos espaçozinhos que ficaram instalados, quer dizer mal instalados, um em Bananal, outro em Ipegue, outro em Morrinho, outro em Lagoinha, chegaram até comprar um cavalo cego para o projeto. Um recurso que se destinava para criação de frangos ficou instalado em Campo Grande, na Empaer local, porque os índios e suas famílias iriam receber uma muda de pintinhos, tipo um galo e duas frangas, parece gozação, mas é assim que o governo trata as questões dos

índios (Informação oral, Liderança indígena que participou do processo inicial da Cooperativa).

A ligação estreita com o Estado era uma via de mão dupla: se, por um lado, compondo os quadros de poder (FUNAI, câmara e nas secretarias municipais), alguns Terena podiam ter acesso a caminhos na busca por autonomia e garantia de outros rendimentos para seus grupos, aldeias e parceiros, por outro lado, o mesmo Estado limitava as suas ações, resultando em dissidências, acusações, e rompimento de alianças entre indígenas e demais envolvidos; foi o que acabou ocorrendo no processo da Cooperativa.

Devido à desmobilização criada com a divisão dos recursos e com os conflitos que ocorreram entre as aldeias participantes iniciais do processo, a Cooperativa deixou de existir e, em seu lugar, – e com o impulso da aprovação da Constituição Federal de 1988 –, os Terena de Taunay/Ipegue resolveram fundar, em meados de 88/89, a Associação dos Agricultores Indígenas de Taunay – AAIT –, agora com pretensões e conexões políticas mais locais, mas sem perder o foco no melhoramento da produção agrícola nas TIs (melhoramento aqui entendido como mais autonomia frente aos recursos já escassos da FUNAI e possibilidades de novos projetos econômicos).

O registro em cartório da AAIT só saiu anos depois da sua fundação, em 21 de maio de 1992, além disso, as ações passaram a ficar mais restritas à aldeia Água Branca, dado que as outras aldeias da Taunay/Ipegue resolveram criar suas próprias associações locais, o que não representou, entretanto, um isolamento total das ações ou dos projetos entre eles.

O conhecimento sobre os acontecimentos e mudanças na lei possibilitadas pela Constituinte de 1988 não chegaram, evidente, de forma homogênea entre os Terena. Alguns deles participaram pessoalmente de todo o processo histórico que culminou na aprovação do Capítulo específico aos indígenas, como, também, das novas conquistas trazidas com o enfraquecimento da questão da tutela. Alguns representantes Terena estavam lá, como já foi destacado no Capítulo II, entre eles Marcos Terena da aldeia Bananal. Contudo, as aberturas possibilitadas pela Constituinte ainda eram (como ainda são) desconhecidas para muitos na TI, não sabiam se acionavam o Estatuto do Índio (Lei 6001/73), se acionavam a Constituição de 1988, que tipo de parcerias e ações poderiam agora engendrar, que tipos de projetos poderiam assumir de forma autônoma e plena, enfim, assuntos ainda hoje, passadas duas décadas, presentes nas pautas das

discussões entre eles. E foi nesse terreno, ainda do desconhecido, que os indígenas na Água Branca formalizaram a AAIT.

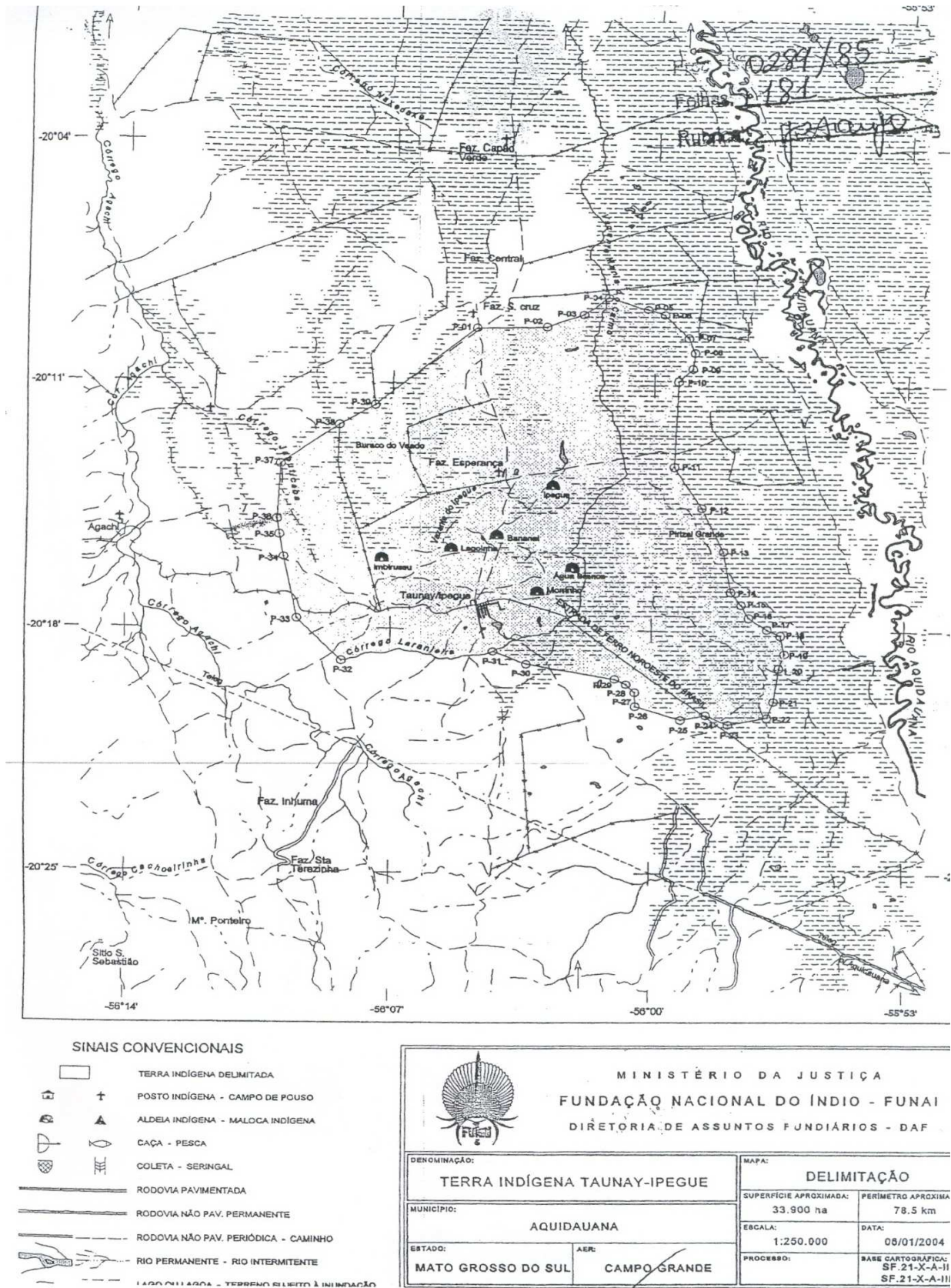
Na perseverança de continuar com o processo associativo, que culminou com o registro da Associação em 1992, destaco alguns pontos: algumas alianças foram refeitas ou desfeitas para a continuação do projeto de mais autonomia; o modelo de inspiração da Associação partiu, no seu início, dos modelos das Cooperativas não-indígenas já existentes no MS, adicionando os novos ares trazidos pela Constituinte; as parcerias e os canais de diálogo continuaram sendo com o Estado, contudo, com as mudanças constitucionais, os Terena vislumbravam a possibilidade de estabelecer relações mais simétricas junto ao governo, assim como com os produtores não-indígenas da região.

O foco na questão econômica é um outro ponto importante a ser ressaltado e que podemos apontar como sendo a peculiaridade do cenário Terena. Os estudos sobre o associativismo indígena no Brasil apontam que as ações/projetos das associações se deram, no início, mais no campo da política reivindicatória do que no campo dos projetos econômicos. Entretanto, o caso da Cooperativa e posterior Associação, apontam outras possibilidades nessa discussão, dado que, apesar de colocarem em seu Estatuto e debates a luta pela terra, cultura, etc., o foco sempre foi as demandas por projetos voltados à produção agrícola; essa foi a pauta de ações dessa e de outras iniciativas que surgiram nas aldeias Terena na década de 80.

As manifestações de cunho mais político reivindicatório (demarcações territoriais, por exemplo) sempre estiveram presentes entre os Terena na Taunay/Ipegue, mas debatidas e defendidas, preferencialmente, no campo das mobilizações indígenas não “institucionalizadas”. Tais ações reivindicatórias aconteciam, como ainda acontece, mais no nível das relações e mobilizações entre as lideranças e caciques das diferentes aldeias, em conexão com as lideranças indígenas nos espaços das cidades e aliados com outros atores e instituições; o que não exclui o apoio das associações indígenas como instrumentos políticos e legítimos nesses processos.

Portanto, antes que reivindicações políticas reivindicatórias, clássicas do período pós 70, as iniciativas associativas que surgiram nos espaços de algumas TIs Terena, como é o caso da AAIT, tinham como focos o campo econômico. É importante frisar, contudo, que quando falo em foco econômico, não quero dizer que ele é uma dimensão à parte das demais, pelo contrário, analisando o caso específico dos Terena percebe-se que um dos traços marcantes do seu *Ethos* é a

Figura 22: Mapa da TI Taunay/Ipegue (Azanha, 2004?)



agricultura, a reprodução da vida social através da lida com a terra e, nesse sentido, lidar com a questão da produção das suas plantações, maximizando-as, é lidar, também, com as lutas pela demarcação fundiária, com as relações de parentesco, com a busca por prestígios e pela expansão de seus domínios.

Relações e Conexões na Aldeia Água Branca

A aldeia Água Branca, TI Taunay/Ipegue, fica próxima ao município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, possui uma população de quase 700 pessoas, divididas em cerca de 170 famílias. Além da AAIT existem ainda, no espaço da aldeia, as associações: Associação das Mulheres Indígenas de Água Branca, Associação de Pais e Mestres (vinculada à escola), e a Associação Indígena dos Apicultores Terena. A atuação e o formato das associações na aldeia Água Branca trazem mais elementos para o campo de debate sobre as formas associativas, na medida em que se observa os motivos de suas fundações e os caminhos e metas que elas têm buscado. Alguns dos pontos nesse debate já destacados, são que as mobilizações para a constituição das associações aqui etnografadas (AAIT e AIAT), se deram a partir de suas demandas de reprodução da vida econômica, da busca de caminhos mais autônomos ante à tutela da FUNAI, da recuperação e aumento do prestígio que detinham na região antes da Guerra do Paraguai, entre outros. Portanto, problematizar o contexto de atuação das associações em Água Branca à luz da territorialidade, história, projetos almejados, conexões com os movimento indígena, atuação e disputa das lideranças será, também, o objetivo das próximas páginas.

Uma vez vinculados à AER/FUNAI de Campo Grande, é até lá que os líderes e caciques vão constantemente para resolver as questões relativas à produção na aldeia (insumos agrícolas, financiamentos), questões sobre a escola, posto de saúde, algumas de suas disputas políticas e sobre os processos judiciais de revisão dos limites de seus territórios. A AER de Campo Grande, nos últimos anos, esteve sob a coordenação de indígenas Terena, o que, de certa forma, e mesmo quando são de grupos opositores, facilita o trânsito e a comunicação entre eles. Ressalto que é o conjunto dos líderes e caciques indígenas, vinculados à administração de Campo Grande, que escolhem por votação, ou apoio, o Administrador Regional.

Além do vínculo com a FUNAI, a aldeia Água Branca ainda mantém fortes relações com a prefeitura de Aquidauana, participando de reuniões com o prefeito, articulando demandas junto com às secretarias municipais, colaborando e participando ativamente das campanhas eleitorais,

partidos políticos e buscando insumos para suas produções agrícolas. Não obstante, as igrejas também compõem o conjunto de instituições com os quais as associações, e a aldeia como um todo, buscam recursos e parcerias. No espaço da igreja é possível articular, além das demandas religiosas, reuniões, fechar votos, buscar auxílios e doações, bem como posições de poder. A igreja com maior poder político entre os Terena do Taunay/Ipegue é a igreja UNIEDAS, que tem sua sede na aldeia Bananal, sob a influência dos Oliveira, da família de Jair e Joel, ambos da Bananal; o primeiro já foi vereador e o segundo administrador da FUNAI de Campo Grande.

Juntamente com as relações estabelecidas com a FUNAI, igrejas, prefeituras e políticos da região⁶², as aldeias compõem com suas respectivas TIs, e como já foi destacado no capítulo I, uma teia de influências, alianças, relações econômicas e parentesco que, conectados com os indígenas nas cidades, formam uma teia de possibilidades múltiplas e conexas para o cotidiano de suas vidas, nas mais diversas ações e atividades, incluindo as desenvolvidas pelas associações indígenas.

É importante pontuar que na Água Branca as associações não possuem, ainda, o mesmo *status* de poder e prestígio que emanam de outras instâncias como a posição de cacique ou de líder religioso (*koixomuneti*, pastores); o que não faz das associações espaços inexpressivos, haja vista que os Terena têm se dado conta de que há uma tendência crescente, por parte do Estado, de utilizar as vias do associativismo para viabilizar as demandas nas TIs (financiamentos, doações, projetos). Além disso, os Terena vislumbram novos mercados, mais autonomia e relações mais simétricas com os órgãos estatais; querem “negociar” em bases mais favoráveis. Portanto, apesar de terem um *status* “menor” nas TIs do que na cidade por exemplo, as associações representam novas fontes de poder/prestígio e de diálogo com o Estado, por isso são buscadas pelos *naati*, principalmente quando estes se encontram fora de outras instâncias decisórias (do conselho da aldeia, do cacicado).

Estrutura da AAIT

A AAIT conta hoje com mais de 100 associados e, até 2007, pelo que me foi informado, só os homens participam como membros – mesmo não tendo nenhuma restrição no estatuto quanto à participação feminina; lembrando que elas também são responsáveis pelos cuidados

⁶² Políticos incluem aqueles que estão no poder (prefeito, vereadores, deputados e governador), bem como aqueles que no momento não estão no poder, ou seja, possíveis futuros candidatos (que já foram eleitos em outros pleitos).

com as plantações familiares (plantando as sementes, verificando o crescimento das plantações, recolhendo parte da produção e vendendo os produtos nas cidades quando há excedente).

No estatuto da Associação, estão expostos como objetivos da mesma: “a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados” (Art. 4). Para tanto, destacam alguns ações que a Associação poderá recorrer para alcançar suas metas:

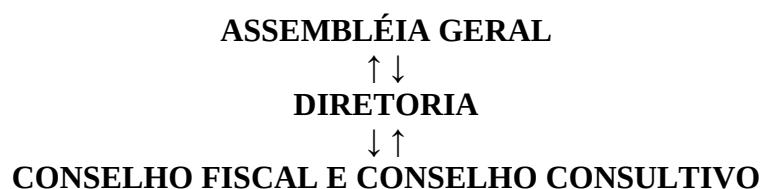
a) adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenagem e outras; b) promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento e classificação, a industrialização, à assistência técnica e outros serviços necessários à produção e servir de assessoria ou representante dos associados na comercialização de insumos e produção; c) Manter serviços próprios de assistência médica, dentária e recreativa e educacional, ou com este objetivo, celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada; d) Prestar serviços aos associados pertinentes à viabilização e execução dos projetos agrícolas; e) Para realização de seus objetivos a associação poderá filiar-se a outras entidades congêneres, a nível regional ou estadual, sem perder sua individualidade e poder de decisão (Art. 5).

O estatuto aponta, como se pode verificar acima, a possibilidade de construção de novos espaços através da Associação: como uma sede da AAIT (que já existe), espaços para armazenar materiais, além da necessidade ou possibilidade de alugar um espaço, nesse caso, fora da aldeia; uma extensão da Associação para o campo da cidade. As estruturas físicas hoje existentes na aldeia se tornaram também espaços de disputas, como são os espaços da escola, posto de saúde, posto indígena da FUNAI e as igrejas – estruturas disputadas pelos grupos que no comando devem proporcionar canais de acesso aos outros grupos. Esses espaços/poder, também servem como ponte para amenizar as disputas ou restabelecer relações. Por exemplo, quando grupos que se rivalizam na aldeia querem de alguma forma dialogar ou falar para outros grupos as suas demandas, trazer outras famílias para seus projetos, ou mesmo buscar amenizar suas diferenças com os rivais, procuram o espaço da escola para tal fim, mesmo o espaço não sendo neutro, dado que há disputa pelos cargos de diretor, diretor-adjunto, secretários, vigias, zeladoras, cozinheiras. O espaço da escola, mais precisamente o pátio, tem também tido a função de reunir, refazer as alianças e equilibrar as relações de poder entre as famílias na aldeia – ressalto que todas as crianças e jovens, de todas as famílias, têm acesso livre à escola para poderem estudar ou acessar suas dependências (como quadra, biblioteca e sala de computadores).

O posto de saúde também é um espaço de acesso a todos, no entanto, lá também é o lugar do poder de cura do médico do Estado, pela via dos remédios dos *purutuye*, o que representa uma rivalidade com os poderes dos *koixomuneti*, com os conhecimentos daqueles que lidam com as ervas, com as rezas, com as curas pelas reuniões nas igrejas.

Já os espaços físicos das associações são novos nessa dinâmica e quase inexistentes em Água Branca, a única que conta com uma estrutura física e específica é a AAIT, uma espécie de galpão onde são colocados materiais para o plantio, insumos agrícolas, entre outros. O espaço físico da AAIT é utilizado pelos membros da Associação e demais de suas linhas de relações, não sendo, portanto, acessado de forma “coletiva”. Contudo, através da mudança da diretoria pelas eleições, e com as articulações para a troca de grupos no comando, acaba por haver uma rotatividade daqueles que acessam os espaços e bens da Associação, tornando o espaço físico e simbólico da AAIT também em aberto para os diferentes grupos e famílias na aldeia; um mecanismo para equilibrar, de certa forma, as diferenças e disputas na aldeia. Apesar das demais associações ainda não terem uma estrutura física específica, que representa um simbolismo importante, ainda assim elas são espaços, no sentido metafórico, de onde emanam novos poderes, novas possibilidades de construção de autonomia e novos aprendizados.

A estrutura gerencial e administrativa da Associação pode ser definida da seguinte forma:



Assembléia Geral: definida pelo estatuto como o órgão máximo de tomada de decisão na Associação. É composto por todos os associados, que em assembléia têm plenos poderes para: propor, aprovar ou desaprovar projetos; analisar e dar vistas à prestação de contas; apontar planos e metas; modificar o estatuto; eleger ou destituir a diretoria e conselhos fiscal e consultivo; e admitir ou expulsar associados indicados pela diretoria. As reuniões da assembléia ocorrem “uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses após o encerramento do balanço e, extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente” (AAIT. Estatuto, 2005).

A diretoria é composta por: diretor presidente; vice-diretor presidente; 1º e 2º diretores secretários, e 1º e 2º diretores tesoureiros. Os eleitos têm mandato de três anos (podendo ser

reeleitos), e têm como principais funções: administrar e gerir os interesses da associação e seus associados, propor normas e regimentos internos, deliberar sobre novos associados e sobre a convocação da assembléia geral, apresentar relatórios e contas, entre outras funções. A diretoria deve se reunir uma vez por mês, ou mais vezes se necessário.

Conselhos fiscal e consultivo: o primeiro é composto por três membros com mandato de dois anos (com a possibilidade de reeleição), tendo como principais funções a fiscalização das contas da Associação, a verificação do cumprimento das normas e as propostas do estatuto e a convocação de assembléia geral. São realizadas reuniões mensais (uma vez ao mês) com os membros do conselho ou mais quando necessário. Já o conselho consultivo representa os grupos agrícolas participantes da Associação. Cada grupo agrícola elege um representante para ser o diretor de seu grupo e representante junto ao conselho consultivo. Sua função é representar os membros de seu grupo junto às reuniões da diretoria – levando as aspirações de seu grupo – como também realizar reuniões junto ao seu grupo agrícola. Os grupos agrícolas representavam as diferentes aldeias da TI Taunay/Ipegue que poderiam participar da AAIT; hoje esses grupos estão mais restritos às famílias da aldeia Água Branca.

Todas as reuniões decisórias, convocadas pela diretoria ou conselhos, têm de ser registradas em atas para que tenham validade legal junto à Associação. As reuniões podem acontecer na casa dos membros da diretoria, no galpão da Associação ou no espaço da escola.

As setas destacadas na figura da divisão administrativa da Associação indicam a influência que as diferentes instâncias têm entre si, ou seja, uma dependendo da outra para funcionar. Apesar da assembléia geral ter um poder decisório maior sobre as demais instâncias, as articulações empreendidas pela diretoria e conselho dão a tônica para os encaminhamentos e decisões da assembléia, o que não significa que ambos decidam o resultado final, mas direcionam. Pontuo, também, que a estrutura administrativa, tal qual é colocada no estatuto da Associação, segue a tendência e moldes de outras associações, o que sempre fazem questão de frisar: *“seguimos as leis, os registros”*.

Sobre as possibilidades e a dinâmica nas articulações para se chegar à diretoria, cito como exemplo a eleição da AAIT em 2005. Nos três anos anteriores à eleição da nova diretoria em 2005, o diretor era Mauro César Pacheco, irmão do então cacique Maurílio Pacheco, que foi eleito em 2001, com mandato até 2005. Os demais componentes da diretoria, também faziam parte do grupo dos irmãos Pacheco. Em 2005, com a eleição de um novo cacique, Waldomiro

Francisco, também foi realizada uma nova eleição para a diretoria da Associação, e quem foi eleito para o cargo foi o Terena José Francisco, aliado do grupo do então cacique eleito. Os demais membros da diretoria, também participavam da rede de alianças do cacique Waldomiro.

Entretanto, o processo não é tão automático como parece – com a presidência da AAIT acompanhando o grupo ligado ao cacique –, visto que a atual diretoria da Associação, eleita em 2008, está novamente sob a direção do grupo de Pacheco, com a aldeia ainda na gestão do cacique Waldomiro Francisco. É preciso, portanto, uma articulação minuciosa para se poder chegar a indicação e eleição, visto que é a assembléia geral que escolhe a diretoria, podendo então acontecer dos associados não estarem de acordo com o cacique da ocasião e rejeitarem a indicação de pessoas vinculadas a ele.

Como vimos no capítulo I, as articulações políticas dos Terena são fluídas, sendo reconstituídas constantemente, através de uma dinâmica em que ora se apóia, ora se está contra; dessa forma as diretorias das associações na aldeia vão sendo repassadas, mantidas, ou modificadas entre os *naati*. Desde minha primeira estada na aldeia, pude perceber muitas mudanças nas alianças políticas, como o caso das eleições dos caciques e diretores: no ano de 1999 o cacique era Antenor Augusto da Silva, já em seu segundo mandato consecutivo; em 2001, Antenor perdeu a disputa para Maurílio Pacheco, com o apoio, entre outros, de Pedro Gerônimo e seu grupo; em maio de 2005, na eleição para a diretoria da associação AAIT, Antenor Augusto da Silva apoiou Mauro César Paulino Pacheco para a reeleição, enquanto que Pedro Gerônimo apoiou José Francisco; em 2005, Antenor foi eleito presidente da associação dos apicultores com o apoio do grupo do cacique eleito em 2005, Waldomiro Francisco, adversário de Pacheco.

Tocando Projetos: a Horta Comunitária do Programa Vigisus

Em 2005, José Francisco assumiu a presidência da AAIT com o propósito de realizar projetos na aldeia, de *“tirar a associação do papel”* como dizia, haja vista que alguns membros verbalizavam que a Associação nunca tinha tido um “projeto de fato”, que até então ela só existia no “papel”, sem convênios significativos, apenas com pequenos acordos e ações com o governo do Estado, ou pequenas doações de empresas mistas como através da EMPAER (Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural S/A), de onde adquiriram cavalos, charrete, um moinho e outros materiais; essas aquisições para a AAIT não seriam, para alguns membros, classificadas como projetos, visto que independem de editais, formulários e propostas

escritas por eles, além de serem, tais ações, desenvolvidas também pelos caciques e líderes da aldeia, sem, necessariamente, estarem vinculados a uma associação.

Pontuavam, na época, que queriam diversificar suas atividades através de iniciativas como as que ouviam falar na Amazônia, queriam que sua Associação seguisse um padrão que acreditavam ser das associações indígenas que atuam na Amazônia Legal, com projetos voltados para a venda de seus produtos de diferentes formas (com valores agregados), novos parceiros, estrutura e articulação com outras associações. Ressaltavam, também, que desconheciam como acessar instituições para financiamentos que não fossem as estatais, visto que não tinham muitos contatos com outros setores/parceiros – como já foi apontado no capítulo II, os Biomas Pantanal e Cerrado não foram, nos últimos anos, focos de ações e atenção mais contundentes dos setores não-governamentais de peso na área socioambiental, o que, de certa forma, influenciou nas ações, agentes e atores com os quais os Terena têm tido contato para a viabilização de suas iniciativas.

Não é incomum escutar entre os membros, principalmente nas trocas de diretoria, acusações de que os que saíram “não fizeram nada”, deixaram à associação em débito; falas acusatórias semelhantes, também, quando da troca de caciques e diretores de escola. Apesar de não fazerem das acusações uma empreitada até a derrubada da diretoria – visto que sempre procuram respeitar os mandatos dos eleitos – as falas sobre a falta de projetos e/ou ações nas associações, fazem parte da dinâmica das disputas, nesse sentido, é necessário sempre problematizar os discursos.

Tendo como principal parceria, e fonte de recursos, as instituições estatais (prefeitura, FUNAI e Governo do Estado), a AAIT, com sua nova diretoria (a que eu pude acompanhar mais de perto), passou a procurar editais, ou outras possibilidades, para que algo “novo” pudesse ser por eles engendrado. Foi nessa busca que ficaram sabendo, através de conversas com outras associações indígenas e acessando o site da FUNASA, sobre o edital do Programa Vigisus, e por meio dele puderam concretizar um projeto para a AAIT – ressaltando, que mesmo sendo uma iniciativa financiada via órgão do Estado, os Terena consideram todo o processo que envolveu a aprovação do projeto, e a sua implementação, como uma iniciativa mais próxima do que acreditam ser o desenvolver de um projeto que conta com as parcerias não-governamentais.

O programa Vigisus, é uma iniciativa do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Saúde e com financiamento do Banco Mundial. É um programa que visa um Sistema Nacional de

Vigilância a Saúde, através de alguns focos e ações, sendo um desses focos voltados para as comunidades indígenas, com sua gerência sendo feita pela FUNASA.

O Projeto Vigisus é um acordo de empréstimo celebrado entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro, dividido em três fases e em dois componentes distintos. Atualmente o Vigisus encontra-se na sua segunda fase. O Componente II atua na Funasa e está voltado para ações de fortalecimento da saúde indígena e de saneamento em comunidades remanescentes de quilombos. O Projeto Vigisus II – Funasa está dividido em quatro subcomponentes e seu objetivo geral é o fortalecimento da atuação da Fundação Nacional de Saúde. Para realizá-lo, o Projeto visa: 1) aperfeiçoar os modelos de atenção, gestão, supervisão, financiamento e organizacional da Saúde Indígena (subcomponente I); 2) reforçar a capacidade institucional de atendimento à saúde dos povos indígenas com ações de infra-estrutura e capacitações de recursos humanos (subcomponente I); 3) realizar ações inovadoras de atenção à saúde indígena com intervenções estruturadas em Medicina Tradicional Indígena, Saúde Mental e a implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (subcomponente II); 4) apoiar projetos comunitários de saúde elaborados e apresentados por índios para a resolução de problemas locais e incorporar esse aprendizado inovador ao Subsistema de Saúde Indígena (subcomponente III); 5) implantar novas metodologias e tecnologias para as intervenções em saneamento ambiental em comunidades remanescentes de quilombos (subcomponente IV)⁶³.

Dentro desse objetivo, em 2005, o Vigisus II abriu um edital para iniciativas comunitárias com o “propósito de melhorar a saúde nas comunidades indígenas” (Brasil. FUNASA, 2005) através de projetos que focassem e indicassem estratégias dentro das sub-áreas financiadas pelo programa: projetos que proporcionassem uma redução da taxa de mortalidade infantil e das mães no parto; projetos que possibilitassem a segurança alimentar e nutricional das aldeias; iniciativas educacionais voltadas à proteção da saúde (prevenção de DSTs e HIV, por exemplo); projetos com focos nos conhecimentos tradicionais, como o uso medicinal de plantas; ações efetivas para prevenir ou eliminar o consumo de drogas ilícitas ou álcool; e projetos que tivessem o foco na valorização e participação das mulheres.

Nesse edital, o Vigisus II disponibilizava para cada projeto um valor máximo de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), dinheiro esse que deveria ser aplicado durante 18 meses de vigência do projeto, via associação indígena com registro em cartório, CNPJ e sem dívidas com a Receita Federal. Os projetos que fossem aprovados e desenvolvidos seriam avaliados periodicamente por meio da prestação de contas e relatórios elaborados pelas associações, além disso, a FUNASA ofereceria uma oficina de capacitação para que os indígenas pudessem ter

⁶³ Fonte: <http://www.funasa.gov.br/Web%20Funasa/vigisus/startVigisus/index.html>, acesso em 13 de abril de 2009.

orientações de como e onde poderiam aplicar os recursos e de que forma teriam que elaborar os relatórios e prestação de contas. O edital, e o programa Vigisus II como um todo, destacava a necessidade do projeto ter a presença e participação de todos os “segmentos” da comunidade, em especial, destacavam a importância de se ter as mulheres, e suas associações, nos projetos propostos.

Dentro da limitação das áreas temáticas propostas pelo edital, os associados escolheram a área “segurança alimentar”, pois consideravam uma área prioritária na aldeia, haja vista o espaço hoje restrito para suas plantações, o que significa a dependência externa dos produtos alimentícios adquiridos na cidade. Acrescente-se a isso, o crescente número de portadores de algumas doenças como pressão arterial, diabetes e obesidade que, segundo eles, são também advindas do consumo dos produtos enlatados, do açúcar presente nos refrigerantes, doces e massas, todos adquiridos nos mercados das cidades vizinhas.

Com o pouco recurso disponibilizado para a iniciativa, e dentro da temática segurança alimentar, os Terena optaram pela elaboração de um projeto de horta comunitária, onde seriam plantadas algumas espécies de verduras e legumes, com o intuito de serem consumidos e vendidos pelos associados, bem como consumidos pelas crianças através da escola e pelos demais moradores da aldeia que fossem trabalhar na horta, ou que quisessem adquirir os produtos através do sistema de trocas.

Com a idéia em mãos, os membros da Associação promoveram uma assembléia no galpão da AAIT, onde estiveram presentes, além de seus membros, o cacique, as lideranças, algumas mulheres, e alguns professores. Foi exposta a proposta da horta comunitária (o que plantariam, como viria o recurso, quem participaria), sendo a mesma aprovada pelos presentes, constando os nomes e assinaturas na ata. Passada essa etapa, os membros da diretoria nos procuraram em Campo Grande, solicitando o nosso auxílio na construção do projeto (levantamento de preços dos materiais que seriam utilizados, correção ortográfica do projeto, etc.).



Figura 23: Da esquerda para a direita: Estevinho Tiago, Teófilo, Florêncio, José Francisco, membros da AAIT, conversando com a pesquisadora.



Figura 24: Reunião em Campo Grande com membros da AAIT para formulação do projeto enviado ao Vigisus/FUNASA

Na época, argumentei sobre o fato de que as hortaliças não faziam parte do cotidiano de suas refeições – por algumas vezes os ouvi dizer que quem come folha (verdura) é “bicho” – e que isto poderia ser um empecilho na aprovação do projeto, haja vista que o Vigisus II estava apoiando, principalmente, as iniciativas ligadas ao que eles chamam de consumo tradicional (as formas tradicionais de manejo do solo, plantio de produtos da dieta do grupo). No entanto, eles pontuaram que as hortaliças já faziam parte da merenda escolar das crianças e que, portanto, aproveitariam essa mudança na alimentação dos mais jovens para também interferir na dieta alimentar dos adultos, principalmente entre aqueles com problemas de diabetes. Ressaltaram, também, que algumas poucas famílias já consumiam as hortaliças quando podiam em suas casas. Dentro dessa indicação, o projeto foi elaborado e enviado ao Vigisus II, apresentando as seguintes propostas e objetivos:

O presente projeto tem como objetivo principal reforçar a alimentação de toda a população da aldeia, sobretudo, de nossas crianças, bem como iniciar uma nova cultura de plantio que proporcionará, num futuro próximo, uma alternativa de alimentação aos produtos com poucas propriedades nutricionais (enlatados, bolachas, doces) que foram incorporados à mesa das nossas comunidades Terena após o contato com a sociedade envolvente. Nossa preocupação é a de que, sobretudo, as crianças tenham uma dieta rica em componentes benéficos para a saúde humana (rica em proteínas, vitaminas, fibras, etc.). Assistimos no primeiro semestre de 2005 a morte de dezenas de crianças Guarani e Kaiowá em razão da desnutrição, e a realidade econômica de nossa aldeia requer que medidas preventivas sejam tomadas para que nossas crianças não façam parte da estatística das crianças indígenas desnutridas em MS. Concomitantemente, vivemos um momento em que várias enfermidades, principalmente a diabetes, vêm assolando as comunidades indígenas de uma maneira geral. Estudos científicos comprovam que há uma íntima ligação entre o desenvolvimento da diabetes em comunidades indígenas e os novos gêneros alimentícios que foram absorvidos pelo paladar desses povos que estão cada vez mais padecendo desse mal. Em nossa comunidade a realidade não é diferente, por essa razão é uma prioridade a ser combatida. Diante dessas condições, concluímos que a realização de uma horta comunitária onde serão plantadas várias espécies de verduras e legumes seria uma medida fundamental para atingir objetivos com relação a uma boa saúde da comunidade de uma forma geral. Atualmente, as hortaliças e os legumes, que outrora não faziam parte da nossa dieta tradicional, compõem a mesa das refeições que fazemos, haja vista que fora uma dos gêneros alimentícios absorvidos após o contato. Entretanto, são adquiridas através da compra, despendendo certa quantia da receita financeira da comunidade, pois não há o hábito do cultivo desse tipo de cultura agrícola, como também faltam conhecimentos específicos para o plantio. Nesse sentido, propomos também, o desenvolvimento de um adubo orgânico, pois com isso haveria uma proteção maior do solo, não ficaríamos atrelados ao mercado para adquirir tal produto, bem como colheremos produtos orgânicos que são bem mais saudáveis. Um técnico agrícola da própria comunidade auxiliará nesses processos. Uma vez que as hortaliças e os legumes já foram incorporados pela

nossa dieta atual, e que são fontes importantes de nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo humano, além de prevenir moléstias como a diabetes, deve-se, nesse sentido, incentivar o cultivo de tais alimentos. Não obstante, a partir do momento em que o acesso às hortaliças e aos legumes se tornarem mais fáceis, eles se tornarão uma alternativa àqueles gêneros alimentícios que estão corrompendo a saúde de nossos parentes. Diante dessas condições, elaboramos tal projeto, pois: 1) devemos fortalecer alimentação de nossas crianças com o objetivo de prevenir a desnutrição; 2) devemos prevenir o avanço de doenças, como a diabetes, por exemplo, antes que se torne uma epidemia em nossa aldeia; 3) devemos iniciar uma nova cultura agrícola que traga benefícios para a nossa saúde e até possa gerar renda para a comunidade (AAIT. Projeto Vigisus ... 2005: 5).

Alguns pontos no projeto merecem destaque.

Primeiro, com a limitação orçamentária e o direcionamento de temas dados pelo Vigisus II (algo recorrente em outras convênios e financiamentos), aliado com o formato da Associação com o foco principal na produção agrícola (o que não convenceria os avaliadores caso propusessem algum projeto fora da temática da plantação agrícola ou com pretensões mais econômicas que sociais), acabou por limitar os indígenas na construção de outra proposta.

Segundo, a temática “segurança alimentar” está muito presente nos debates governamentais no Mato Grosso do Sul, dado os casos de desnutrição das crianças Kaiowá e Guarani noticiados pela mídia, o que vem motivando o governo a solucionar a questão através da doação periódica de cestas básicas, o conhecido “sacolão”. Ressalto, também, que naquela época, em 2005, os casos de desnutrição ganharam um grande espaço nos programas de tv e jornais, o que causou bastante espanto e comoção em todos na Água Branca que acompanhavam o que vinha sendo noticiado. Nesse sentido, isso veio a influenciar, também, na construção da proposta na linha temática segurança alimentar.

Terceiro, propor como uma das metas o incremento da merenda escolar foi, além de auxiliar na alimentação das crianças, uma forma de unir, buscar apoio e alianças dos diferentes grupos na aldeia e que pudessem ser contrários ao projeto ou à Associação (lê-se diretoria atual).

Quarto, o fato de indicarem as hortaliças para a solução da dieta dos diabéticos ou dos que sofrem de pressão alta é, também, fruto dos discursos dos agentes de saúde e dos Terena que cursam faculdades ou escolas técnicas na área da saúde. Não é consenso que sejam apenas os produtos da dieta alimentar os responsáveis pelas novas enfermidades entre eles, visto que existem outras versões que disputam o campo dos saberes para os males acometidos aos corpos, e que vão muito além daquilo que se coloca no prato, ou seja, dizem respeito ao mundo dos

kohipati, a quebra nos tabus, ou a “possessão por espíritos malignos”, respostas outras que não cabem nas justificativas ou nos quesitos dos formulários; pontuar essas outras dimensões da vida social, para a compreensão da formulação das propostas e projetos apresentados, não é excluir, por exemplo, a escassez nutricional ocasionada pela falta de comida ou o excesso de sal, mas antes, pontuar, que a explicação para essas demandas, ou a solução para essas questões, exigem outras respostas que nem sempre vêm à tona quando da construção dos projetos.

Como forma de desenvolver a horta, a AAIT indicou:

O Projeto “*Auto-Sustentabilidade Terena*”, prevê a construção de uma horta de 1 (um) hectare, para que seja desenvolvida a produção de hortaliças e legumes que componham a dieta da comunidade. Concomitantemente, será desenvolvida a produção de adubo orgânico, substituindo, assim, o uso do fertilizante adquirido no mercado do “branco” eliminando a dependência do mercado externo à aldeia, gerando uma produção totalmente auto-sustentável pela comunidade.

Uma vez que a característica do povo Terena é a produção de agricultura familiar, a horta comunitária prevista no projeto seria apenas um estágio de aprendizado da nova cultura agrícola, qual seja, a das hortaliças e leguminosas que não fazem parte do acervo dos conhecimentos tradicionais de nosso povo. O segundo momento, que será desenvolvido após os 18 meses do projeto ou durante seus últimos meses – o que dependerá do desenvolvimento do mesmo – deverá ser dedicado à tradição agrícola Terena que é a produção familiar, ou seja, com o aprendizado recebido durante o projeto os participantes poderão desenvolver suas próprias hortas familiares. As hortas familiares constituirão, portanto, tanto uma geradora de alimentos domésticos, como geradora de renda dos produtos que poderão ser vendidos nas feiras das cidades próximas, como já é feito com outras produções. Destaca-se, nesse sentido, a importância do processo produtivo ser realizado sem agrotóxicos ou fertilizantes, pois os chamados “produtos orgânicos” ganham cada vez mais espaço no mercado. Ressalta-se que está previsto, desde o início da colheita, a venda de 5% ou 10% da produção no mercado das cidades próximas (Taunay, Aquidauana e Campo Grande – esta em razão da existência da Feira do Índio que já é um marco cultural na Capital), visando constituir um fundo de capital para a manutenção do projeto quando finalizar o financiamento do Programa Iniciativas Comunitárias (AAIT. Projeto Vigisus... 2005: 5).

O programa Vigisus II ainda solicitava, como um dos critérios para a aprovação do projeto, a participação de todos os segmentos da comunidade, em todos os níveis do processo, principalmente a participação das mulheres, tanto na construção do projeto quanto na execução do mesmo. Diante disso, a AAIT apontou a participação da comunidade da seguinte forma:

Uma vez que o projeto prevê, além do bem estar da comunidade através da melhoria na alimentação, o aprendizado de novos conhecimentos agrícolas com relação aos conhecimentos tradicionais, assim como uma nova possibilidade de geração de renda, a participação da comunidade é fundamental, assim como o foi sua participação na escolha e elaboração do presente projeto. Nesse sentido,

está prevista a continuidade da participação de toda a comunidade, na medida em que: 1) Para as crianças, é de fundamental importância o aprendizado com relação às novas técnicas, pois elas serão às suas reprodutoras no futuro próximo; 2) As mulheres se situam de modo crucial, pois, uma vez que são elas as responsáveis pelo preparo dos alimentos, incentivarão ainda mais o consumo das verduras e das hortaliças através dos novos conhecimentos com relação ao preparo de novos pratos que serão feitos a partir de então; elas também participarão das aulas práticas ministradas pelo técnico agrícola, aumentando seu conhecimento com relação aos conhecimentos tradicionais; 3) Os homens, por sua vez, possuem sua importância na medida em que são eles que irão preparar o solo e construir os mecanismos de irrigação; serão referências a serem perseguidas pelos mais jovens; 4) Todos, homens e mulheres, serão os responsáveis pela ponte entre os conhecimentos agrícolas tradicionais e os novos adquiridos através da capacitação. Na medida em que o projeto prevê, entre outros, a constituição de conhecimentos próprios acerca do cultivo de hortaliças e leguminosas a participação de toda a comunidade se torna crucial. Não esperamos que tal conhecimento seja prontamente desenvolvido, mas esperamos, como sempre viemos mencionando, despertar novas possibilidades agrícolas de produção que seja, ao mesmo tempo, saudável, economicamente viável, dependa exclusivamente do esforço cognitivo e físico da comunidade, portanto auto-sustentável, e que possa ser uma nova possibilidade de geração de renda através da produção de produtos orgânicos que vem despertando gradativamente a atenção do mercado. Deve-se destacar que cada uma terá a liberdade de abandonar o projeto assim que desejar e não será coagido a participar, porém, será incentivado a permanecer através de conversas que mostrem os benefícios que poderão alcançar através de sua participação no projeto (AAIT. Projeto Vigisus....2005: 8).

Abro um parêntese para discutir esse ponto, o quesito “participação de toda a comunidade”, ou de todos os “segmentos da comunidade”, algo recorrente em quase todos os editais hoje disputados pelas associações indígenas. Interessante observar como virou lugar comum discutirmos e debatermos que “a toda comunidade” (como algo homogêneo e que trabalha em conjunto) não existe, sendo essa concepção (a “união comunitária”) um dos grandes entraves na relação das associações com os financiadores e outros segmentos de apoio, ou seja, o de não entenderem a lógica dos clãs ou a articulação das famílias em suas ações cotidianas (divisões do trabalho através de sexo, idade, parentesco; diferentes formas de acesso aos bens e recursos). Realmente, não existe esse todo homogêneo, como uma grande comunidade, entretanto, é importante especificar os outros lados dessa questão para também não incorrerem em outros erros. Dadas as relações atuais dos Terena na aldeia Água Branca (familiares, clônicas, lideranças), todos, de certa forma, são atingidos, por exemplo, pelo desenvolvimento de alguns projetos (de diferentes formas e em diferentes níveis), seja através da participação direta, seja através da rede de trocas, seja através de toda a teia de relações que há entre as famílias, os clãs e

as lideranças (como foi o caso da horta comunitária). Evidente que essa participação – que também não é explícita e clara no primeiro olhar ou análise – não é a ideal dentro dos quesitos exigidos pelos setores de apoio, onde o que se pede, muitas vezes, é a participação de “todos”, ou de representantes dos “segmentos sociais”, como se isso assegurasse a igualdade nas relações; pede-se um “espelho” da forma de participação que almejamos em nossa sociedade, em que, por exemplo, no caso da representação através de parcelas dos segmentos, já estaria efetivada a relação de igualdade na representação das diferenças. Pontuo, que tanto a chamada “participação de todos”, quanto a representação pela via dos “segmentos” (representantes da mulher, do idoso, do jovem, dos líderes), são hoje exigências dos editais ou de algumas parcerias empreendidas pelos indígenas.

Os Terena não estão alheios a esses debates, à essa nova forma de representação de seus “segmentos” ou de “toda comunidade unida”, sabem que cada vez mais a chamada “participação de todos” é exigida para aprovação de um projeto, e isso tem propiciado transformações, discussões e reflexões, não só sobre como podem dar “garantias” de “igualdade” nas representações, mas, também, sobre o que nós, os *purutuye*, entendemos sobre o que é a “participação de todos” – O que seria a incorporação da mulher? Do idoso? Do jovem? De todas as famílias?

Alguns parceiros no campo da cooperação já colocam como um *à priori* que os indígenas são divididos por “natureza” e que, por isso, teriam dificuldades e conflitos maiores em trabalhar em “conjunto”, haja vista que priorizariam os seus grupos ou as suas famílias. Por diversas vezes escutei declarações dessa natureza em órgãos governamentais e não-governamentais, como se a nossa sociedade também não tivesse os seus grupos, as suas formas de divisão, de acesso aos recursos, enfim. No movimento indígena no MS, não é incomum encontrar depoimentos de que estas colocações – sobre o de não trabalharem “coletivamente” – têm levado à falta de apoio de outros movimentos sociais, bem como vêm nessas pré noções, uma forma de desarticulá-los, principalmente em momentos de demarcações territoriais ou conflitos políticos; ressaltam que essa “marca” que carregam, é um dos fatores de não terem tido, até o momento, um indígena para presidência da FUNAI nacional.

Não discordo que há divisões entre as sociedades indígenas, como há em outras sociedades. Há divisões entre eles, nas tarefas desempenhadas, nos postos de comando, mas também há formas, por exemplo, de barrar o acúmulo de benefícios, ou também de impedir que

essa imposição do “toda comunidade” venha se imperar. Nas aldeias, os Terena que acabam por acumular bens (materiais, simbólicos, religiosos) a mais que os outros, de certa forma, são obrigados a serem mais generosos, a realizarem a distribuição, e quando não o fazem, têm seus bens “retirados” de alguma forma, ou são excluídos das relações sociais entre os grupos, ou perdem os prestígios que emanam com os bens, com as mercadorias, as titulações e os cargos de poder; há uma vigilância social sobre o acúmulo de poder econômico e político (Clastres, 1978).

De certa forma, os projetos que pedem a comunidade toda “unida”, ou seja, trabalhando em prol do mesmo projeto, tendem a não ter muito êxito. Certa vez um projeto comunitário, de plantação de mudas de côco-bahia, foi desenvolvido pelo Estado em uma aldeia Terena, sob a condição de que fosse um projeto de participação conjunta de toda a comunidade. Aconteceu que o projeto não foi adiante, haja vista que a forma de distribuição dos afazeres, a forma “coletiva” de plantar as mudas, de cuidar do plantio, não correspondia à dinâmica de plantação e distribuição feita pelas famílias; segundo relatos, as famílias da aldeia, no meio da noite, retiravam o que consideravam ser a parcela de mudas de côco que lhes cabia, e levavam embora para as suas casas, não permitindo assim a continuidade do projeto na forma como o governo visualizou.

Ressalto, entretanto, que a participação conjunta não é uma realidade distante, ela é apenas diferente, com instâncias e formas de participação também diferentes. Além disso, os indígenas não estão avessos aos debates sobre essa questão colocada pelas agências financiadoras e outros segmentos de apoio, o que possivelmente trará novas formas e rearranjos de suas relações, ou seja, na forma como as mulheres são incorporadas, na forma como as lideranças terão que dividir os espaços de poder, enfim, assuntos que estão na ordem do dia para eles.

Nossos mecanismos de participação democrática seriam os mais eficazes? Os indígenas têm se perguntado sobre isso, lembrando que falamos aqui de diálogos desiguais, ou seja, o pensar sobre as novas formas participativas, tem sido feito pelos indígenas num campo de diálogo não simétrico; estamos longe ainda da comunidade de comunicação no termos de Cohen (1974, *apud* Cardoso de Oliveira, 2006).

Retornando ao projeto da horta... feitas as devidas acomodações ao edital, e recolhidos os documentos necessários, a Associação encaminhou o projeto em setembro/2005. Tempos depois tiveram a notícia que o mesmo foi aprovado. Na sequência, alguns membros da diretoria viajaram

para participar do curso de capacitação do Vigisus II, juntamente com outras associações indígenas que tiveram seus projetos aprovados.

Em abril de 2006, estive na aldeia para a continuação do trabalho de campo, para participar das festividades da Semana do Dia do Índio e de um evento que aconteceria no mesmo período no espaço da escola. Na oportunidade, e entre os festejos, a diretoria da Associação expôs aos presentes (no pátio da escola) alguns informes sobre o andamento do projeto, visto que a primeira parcela do financiamento estava prestes a chegar e o projeto iria finalmente começar. Estavam presentes nesse dia: homens, mulheres, jovens, idosos, crianças, os associados da AAIT, o cacique e sua família, e as demais lideranças da aldeia, aliados ou não do grupo do cacique.

Como já foi dito anteriormente, os membros da Associação sempre fizeram questão de ressaltar (para mim e nas reuniões com os associados), que esse teria sido o primeiro projeto que eles conseguiram aprovar em todo o tempo de existência da Associação, visto que foi o primeiro por eles pensado, formulado e executado; o que se enquadraria no que eles chamam de projetos de associações. Ao que parece, todo o processo que envolveu o projeto da horta comunitária foi algo novo entre eles, visto que, mesmo sendo um trabalho realizado na relação com o Estado, a forma como foi desenvolvido – desde a iniciativa de se construir uma proposta nova, até colocá-la no papel, concorrer ao edital, aplicar os recursos, pensar sobre a participação dos segmentos – proporcionou-lhes uma nova dimensão sobre as possibilidades de atuação da AAIT, ou seja, novos campos e novos conhecimentos, nem maiores ou menores que as ações que já vinham sendo desenvolvidas pela Associação ao longo de sua história, mas diferentes, com novos elementos para o debate, novas burocracias, contatos e percepções de atuação.

Com o projeto da horta comunitária, a AAIT pôde adquirir alguns materiais permanentes como telas, um pequeno trator e utensílios e ferramentas para o trabalho na horta, o que proporcionaria, posteriormente, a possibilidade de continuidade do projeto depois da finalização da parceria com o Vigisus II.

A horta comunitária teve andamento durante o tempo de vigência do contrato com o programa, mas com alguns percalços no caminho, principalmente devido à escassez de chuvas em 2006. Durante a vigência do projeto, a produção da horta comunitária foi destinada aos membros associados que participaram ativamente do projeto, como também às demais famílias da aldeia, através do sistema de trocas ou doações. Pelo que fui informada, as mulheres



Figura 25: Projeto Horta Comunitária – Vigisus/FUNASA

participaram ajudando os homens no plantio das mudas e na colheita; os mais jovens e crianças puderam aprender as novas técnicas e auxiliar os seus pais; os mais velhos, conhecedores de técnicas antigas de plantio, colaboraram dando indicações sobre processos possíveis de plantio, além de aprenderem conjuntamente a lidar com outras espécies de plantas – os mais idosos, mesmo em idade avançada, costumam cuidar de suas roças sempre que possível.

A parcela que seria destinada à escola não chegou a se efetivar com a baixa produtividade da horta, haja vista a necessidade de uma grande quantidade para abastecer cotidianamente a merenda escolar. Uma parcela pequena da produção pôde ser revertida para a venda em outras aldeias, venda essa efetivada pelas famílias participantes diretamente do projeto. Destaco que os membros do outro grupo, que eram contrários a diretoria sob a gerência do presidente José Francisco, também participaram dos cuidados com a horta e tiveram acesso à sua produção.

Relatores do Projeto Vigisus II visitaram a aldeia em 2008 para avaliar a finalização do projeto, momento em que puderam conhecer a horta, tirar fotos e preencher formulários em conjunto com os indígenas. Um relatório geral sobre os impactos de todo o programa Vigisus e seus sub-componentes pelo Brasil, encontra-se disponível no site da FUNASA⁶⁴.

Uma nova diretoria da AAIT foi eleita em 2008, passando a diretoria para o grupo ligado a Pacheco. Um dos membros da antiga diretoria me informou, por e-mail, que a horta não teve continuidade, e disse que com a mudança dos membros diretores, os mesmo tiveram acesso a todos os materiais adquiridos pela Associação para realizar novas ações, mas, pontuou, que os projetos encontravam-se “parados”. Não pude verificar se a horta ou outros projetos estão sendo tocados pela nova diretoria da AAIT, haja vista que não retornei a Água Branca em 2008.

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DOS APICULTORES TERENA - AIAT

Outra associação que compõe o rol das associações em Água Branca é a Associação Indígena dos Apicultores Terena que, apesar do pequeno número de associados e de não ter o mesmo *status* entre os Terena que a AAIT, tem crescido gradativamente e com atividades regulares e constantes durante seus anos de existência.

⁶⁴ Disponível em: http://www.funasa.gov.br/Web%20Funasa/vigisus/Pdfs/revista_Vigisus.pdf. Acessado em 13 de abril de 2009.

A AIAT foi formalmente registrada em 2003 e, assim como a AIAT, ela já existia e atuava há algum tempo sem a formalização e o registro em cartório. A AIAT tem sua sede na aldeia Água Branca e conta com cerca de 15 (quinze) associados (todos homens).

A idéia sobre a constituição da Associação teve início com a capacitação e formação de alguns indígenas no manejo, extração e produção de mel de diversos tipos de abelha, com o objetivo de destinar uma parcela da produção ao comércio. O curso de formação foi dado pelo Governo do Estado através do FAT. Com a formação e certificados adquiridos no curso, os indígenas receberam doações dos materiais comumente utilizados na apicultura (luvas, roupas específicas para o manejo com as abelhas, caixas para a formação de mel e cera, potes para o armazenamento do produto, centrífuga para a retirada das impurezas do mel, decantador e cilindro para fabricação de cera aviolada). Com o curso, materiais, e a possibilidade de comercialização do mel, alguns Terena da Água Branca resolveram dar início ao processo de constituição da Associação. Para tanto, reuniram-se com os líderes da aldeia, fizeram pesquisas em órgãos públicos sobre como proceder para a legalização da Associação, procuraram parcerias em órgãos governamentais e, finalmente, em janeiro de 2003, registraram em cartório a AIAT.

As ações e os objetivos da Associação têm como foco a promoção de projetos de cunho econômico na aldeia, através da colaboração na “assistência e na formação da mão-de-obra indígena por meio de aproximação entre lideranças políticas, governos, organizações não-governamentais e comunidade, promovendo a integração ao poder público” (AIAT. Estatuto, 2003). Como objetivos específicos, a Associação aponta:

- a) Trabalhar a fim de que a mão-de-obra para administrar e gerenciar assistência educacional, econômica da aldeia, médicos, odontológicos e outras correlatas; b) organizar-se e reconhecer a autonomia dos povos indígenas no Brasil segundo o Estatuto do Índio; c) estimular seus sócios à prática da auto-sustentação, buscando o desenvolvimento e a independência sócio-econômica através de atividades apícolas no tocante a produção e comercialização dos seus produtos e sub-produtos; d) colaborar em todo e qualquer movimento que vise o bem-estar da comunidade; e) apoiar as comunidades indígenas providenciando-lhes cursos de aperfeiçoamento e capacitação necessários em diversas áreas; f) fazer cumprir as normas gerais (leis) dos direitos indígenas regidas pela Constituição Federal; g) administrar de acordo com as normas legais que regem a atuação da Associação dos Apicultores Indígenas Terena, os recursos provenientes das subvenções, convênios, doações, e arrecadações das organizações; h) estimular a assistência e formação de mão-de-obra indígenas através da qualificação em diversas áreas de interesses da associação (AIAT. Estatuto, 2003).

Os objetivos apontados pelo estatuto são bem amplos, envolvem desde as questões dos direitos específicos, até a busca por meios e práticas de sustentabilidade econômica. Apesar dessa amplitude, as atividades da Associação tem sido basicamente a produção e comercialização do mel.

O mel produzido pelos associados é vendido (ou entra como produto de troca) tanto na aldeia, para os não-associados e visitantes, como para fora da aldeia. Todo o processo de produção do mel (colocação das caixas na mata, recolhimento do mel, purificação, engarrafamento, vendas ou trocas) é feito pelos associados, assim como a distribuição e venda das garrafas pela produção de cada um.

O mel é um produto muito apreciado pelos Terena, muitos possuem conhecimentos e formas tradicionais de manejo de certas abelhas, o que impulsionou a participação no curso de formação e o andamento da Associação com a incorporação de novas técnicas às já conhecidas tradicionalmente. Ressalto que a produção feita pela AIAT, não exclui a extração e o processo de manejo feito pelas famílias da aldeia que não participam da Associação.

Apesar do foco da AIAT ser a produção do mel e seus derivados, os anseios e metas da Associação vão além do mesmo – e como o próprio estatuto indica –, haja vista que há muito desejam expandir suas atividades e projetos para outros ramos, de preferência, com maior lucratividade econômica e alcance mais amplo (em termos de participação) da comunidade. A partir da constituição e andamento de novos projetos, os associados pretendem construir uma sede própria e fixa, visto que constantemente estão mudando de local para o armazenamento dos materiais que possuem. Não há uma limitação para o número de associados, pede-se apenas que os mesmos tenham conhecimento na lida com as abelhas e que estejam dispostos a aprender novas técnicas. As mulheres, parentes dos associados, auxiliam na venda dos produtos do mel.

A estrutura administrativa da associação pode ser definida da seguinte forma:



À assembléia geral (representando todos os associados) compete: à escolha dos representantes da diretoria e conselho fiscal; o voto do orçamento; a aprovação ou desaprovação da prestação de contas; entre outras. Suas reuniões ocorrem anualmente, ou excepcionalmente quando convocados pela diretoria ou conselho.

A diretoria – composta por oito membros (diretor, vice-diretor, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros, 1 (um) relações públicas, e um suplente) – com mandato de três anos, fica responsável: por representar os membros da Associação junto aos órgãos públicos ou não-governamentais; por dirigir e administrar a Associação em prol do bem comum; por submeter à assembléia geral a prestação de contas; e cumprir o estatuto.

Ao conselho cabe a fiscalização constante das atividades da diretoria; a análise da prestação de contas; e a convocação de assembleias.

A Associação vem apresentando peculiaridades no tocante às novas linguagens e ações que estão buscando, procurando, assim, estabelecer o seu espaço dentro da Água Branca, já que a AAIT, por lidar com as questões agrícolas, fonte do *Ethos* Terena e de maiores recursos e prestígios, já tem o seu lugar estabelecido. Nesse sentido, ela precisa trazer algo que a torne, também, fonte de legitimidade e influência na aldeia. A atuação de uma pessoa em particular merece destaque nesse ponto, o atual diretor da Associação, Antenor Augusto. Antenor foi cacique da Água Branca, e desde que as atividades da venda do mel começaram (após os cursos do FAT), ele vem participando ativamente. Quando deixou o mandato de cacique em 2003, Antenor passou a se dedicar às atividades e projetos futuros da AIAT, além das suas outras atividades. Quando eu encontrava com Antenor na aldeia, observava que, constantemente, ele estava lendo materiais e editais sobre projetos e financiamentos que poderiam ser viabilizados através da Associação, comentava sempre sobre os contatos que estava empreendendo com órgãos governamentais, e as viagens para possíveis projetos. Antenor tem bom trânsito entre as famílias e lideranças da aldeia, como também aberturas em órgãos do Estado.

Em 2005, Antenor assumiu a diretoria no lugar de José Francisco Filho (atual presidente do Comitê Terena⁶⁵), sua posse ocorreu por indicação unânime de todos, não tendo chapa

⁶⁵ Segundo fui informada, o Comitê Terena foi outra iniciativa associativa surgida na década de 80, e que tinha como objetivos reunir todas as TIs Terena no MS, na mobilização envolvendo variadas temáticas. A diferença é que essa iniciativa, ao que parece, contou com o apoio do CIMI em todas as instâncias. Contudo, anos seguintes à sua fundação, já na década de 90, o Comitê Terena foi processado – juntamente com funcionários, militantes do CIMI e indígenas – por desvios de dinheiro que foram adquiridos através de ONGs estrangeiras ligadas à Igreja Católica. O escândalo causado na época motivou o fechamento do CIMI em Campo Grande por um certo período, e posterior

contrária. Com a ocupação do cargo de diretor, Antenor tem participado de encontros envolvendo as temáticas ambientais e de etnodesenvolvimento. Com as novas experiências adquiridas nesses encontros, ele tem levado ao conhecimento dos associados e lideranças da aldeia, as possibilidades e financiamentos que podem ser adquiridos com projetos que trabalhem com os temas: meio-ambiente, preservação e mercado. Esse é um ponto importante e que dá uma nova dimensão para as associações em Água Branca, dado que tem sido mais pela AIAT que o debate sobre as temáticas do etnodesenvolvimento tem se dado, e isso em função, também, da formação que Antenor tem tido em seu trânsito e contato com as novas linguagens e demandas presentes nos debates atuais sobre projetos de associações indígenas, aliadas às temáticas ambientais.

Foi numa dessas reuniões, junto ao MMA em 2007, que Antenor vislumbrou a possibilidade de efetivar uma idéia que já vinha sendo pensada pelos associados, e por ele defendida há tempos, a saber, um projeto de replantio de frutas nativas do Cerrado/Pantanal para a produção de polpas congeladas com vistas à comercialização fora da aldeia.

No retorno de sua viagem, Antenor expôs aos associados a possibilidade de concorrerem a um edital e realizarem o tão sonhado projeto. Nessa época, outubro de 2007, eu também estava na aldeia e fui chamada por eles para auxiliá-los no detalhamento que o edital exigia para apresentação da proposta. Nesse período, estávamos realizando um curso⁶⁶, solicitado por eles e aberto a todos da aldeia, sobre as temáticas: educação específica, meio-ambiente e direito indígena. Nesse curso, a participação de Antenor, principalmente nos debates que aconteceram sobre as temáticas ambientais, foi bastante interessante, além de oportuna, visto que ele pôde argumentar e expor para todos os presentes a importância do projeto sobre o replantio e polpas congeladas que a AIAT estava formulando.

Do Mel às Frutas: o Projeto das Polpas

Como ressaltai anteriormente, desde o seu início a AIAT pretendia ir além da produção e venda do mel, para tanto, o projeto de processamento de polpas congeladas das frutas nativas do Cerrado/Pantanal seria, para eles, um bom começo para as mudanças. O projeto previa o plantio das árvores frutíferas por eles já amplamente conhecidas e consumidas como, a guavira, o pequi,

troca do membros que lá atuavam, além do enfraquecimento do Comitê. Não tive acesso a dados maiores sobre o Comitê e a sua atual gestão.

⁶⁶ Curso oferecido pelo Museu Rondon da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso) em parceria com a Escola Indígena “Francisco Farias” da aldeia Água Branca. Curso ministrado por Aloir Pacini, Aislan Vieira de Melo e Graziella Reis de Sant’Ana. Período do curso: 04 a 06 de outubro de 2007.

o cumbaru, a água pomba e o bacuri, frutos esses que seriam colhidos e processados em uma máquina despolpadeira, embalados, congelados e comercializados. Para o plantio das árvores, seriam escolhidas algumas localidades, a partir da doação de partes de roças de famílias que participassem do projeto. Com essa forma de plantio, buscariam evitar a coleta direta dos frutos das árvores já existentes, evitando assim a escassez futura dos mesmos.

Os associados levaram a idéia do projeto ao conhecimento de outras pessoas da aldeia, através de reuniões familiares, bem como do curso realizado no espaço da escola. Nas reuniões, puderam debater com os demais indígenas (lideranças, cacique, membros do conselho, mulheres e jovens) os objetivos buscados com a proposta e a importância da participação de mais pessoas na empreitada. Ressalto que a idéia do projeto é fruto tanto da constatação dos associados e comunidade de que as frutas do Cerrado/Pantanal estão diminuindo, – devido ao crescente desmatamento do entorno das áreas da aldeia, ocupadas hoje por fazendas agropecuárias e do uso cada vez maior de áreas dentro da aldeia antes dedicadas apenas para o chamado “descanso da terra”, utilização essa que tem sido uma das únicas alternativas encontradas pelo grupo dado a escassez de terras versus crescimento populacional, além do enfraquecimento do solo das terras devido à utilização de técnicas como reviro da terra –, quanto dos debates sobre as temáticas ambientais (importância dos biomas brasileiros, com suas respectivas biodiversidades no cenário de proteção ambiental) que Antenor e outros da aldeia vêm participando.

Com a idéia formulada e discutida entre os membros da aldeia, os associados puderam, portanto, concorrer ao edital indicado pelo MMA, o edital do PPP-Ecos (Programa de Pequenos Projetos Ecosociais), programa vinculado e apoiado pelo *Small Grants Programme* (SGP) e pelo GEF⁶⁷, todos realizados através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que financiava, nesse edital, iniciativas de ONGs (indígenas e não indígenas) que tivessem propostas ligadas a um dos pontos focais do GEF e que resultassem “na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, [focalizando] as inter-relações entre comunidades carentes e o meio-ambiente, com ênfase na promoção de modos de vida sustentáveis que contribuam com benefícios ambientais globais, conforme os acordos internacionais para os quais o GEF é o mecanismo financeiro” (Edital PPP-Ecos, 2007: 1).

⁶⁷ Global Environment Facility.



Figura 26: Antenor (sentado e de camiseta branca e azul), logo após ter exposto o projeto das polpas de frutas no espaço da escola

Com essa abertura, e tendo um canal de financiamento como o PPP-Ecos (que também tem como prioridade a ação no bioma Cerrado), os associados ficaram animados com a possibilidade de terem aprovado um projeto por eles construído, além, é claro, de todos os benefícios que poderiam advir com a construção de um local para a sede da AIAT, além dos novos materiais de produção, novos ganhos econômicos, ganhos sociais e prestígio dentro da aldeia.

Para que o projeto fosse aprovado, era necessário que o mesmo atendesse ou proporcionasse alguns dos objetivos e condições colocados pelo PPP-Ecos: que o projeto potencializasse as capacidades locais através de modos sustentáveis; que incorporasse os diferentes segmentos da sociedade (homens, mulheres, idosos e jovens); que fosse viável economicamente (se fosse esse um dos objetivos); que tivesse possibilidades reais de continuidade com bons resultados; e que levasse em conta as normas ambientais e fiscais. Com as indicações e linhas apontadas pelo edital, a AIAT resolveu se inscrever na linha que consideravam a mais relacionada com o projeto das polpas, a linha da Agrobiodiversidade, categoria pequenos projetos, com financiamento de até US\$ 30 mil (trinta mil dólares), na época cerca de R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).

No projeto construído, apontaram os seguintes objetivos:

Promover o bem estar da comunidade a partir do replantio de frutas nativas que vêm desaparecendo; do melhor aproveitamento das frutas que existem em maior número e que uma vez transformadas em polpas e comercializadas gerarão recursos para a comunidade. Além disso, temos em foco a questão ambiental, dado que o replantio de plantas nativas é fundamental para a conservação da biodiversidade. Especificamente, objetivamos: a valorização das frutas nativas em contraposição à monocultura; a destinação da produção para a escola; o aumento da participação das mulheres na Associação através da mão-de-obra na produção da polpa das frutas e a valorização dos conhecimentos dos idosos sobre o plantio e cuidado com as plantas nativas (AIAT. Projeto... 2007: 3).

A justificativa para a formulação de tal proposta era, principalmente, além das questões propriamente ambientais, as de promoção de novas formas de geração de renda para a aldeia, alcançando, dessa forma, mais autonomia frente aos mercados regionais, bem como estariam menos expostos aos trabalhos temporários externos à aldeia.

Novamente repetimos a importância ambiental do incentivo no replantio das plantas nativas, aliando essa ação ambiental com a sustentabilidade econômica da comunidade. Atualmente novas “necessidades” (consumo de produtos industrializados, roupas, energia elétrica, etc.) já fazem parte do cotidiano de

nossas aldeias, a produção econômica das roças familiares já não suprem todas as necessidades das famílias, razão pela qual a maior parte dos chefes de família combina trabalhos na roça e trabalhos externos à aldeia, também o território exíguo onde vivemos aproximadamente 5.400 pessoas organizadas em 978 famílias, em 6.461 hectares (Dados da Reserva Indígena Taunay/Ipegue, dividida em 6 aldeias, dentre as quais Água Branca). Nesse contexto, sempre procuramos pensar em opções de sustentabilidade financeira para que nossos homens não fiquem muito tempo fora da aldeia, pois essa lacuna prejudica a continuidade de nossa cultura. Assim, atualmente percebemos e estamos preocupados com o desaparecimento de algumas das frutas nativas de nosso território e que nossa consciência ambiental nos revela que quem perde é a biodiversidade do planeta, e todos nós conseqüentemente. Esse projeto é importante para tornar os Terena produtores e não apenas mão-de-obra barata para o mercado regional, como vem sendo a história de nossa relação com a sociedade não indígena que vive no entorno da Reserva. Assim, unir essas duas pontas, isto é, questões ambientais e econômicas, é importante porque podemos, ao mesmo tempo, mostrar nosso conhecimento de forma valorizada para as gerações mais novas, auxiliar na preservação da biodiversidade e constituir nosso próprio meio de sustentabilidade financeira (AIAT. Projeto...2007: 4).

Na proposta apresentada, estava prevista a participação ampla da aldeia: dos homens (associados ou não), através do plantio das árvores frutíferas e processamento dos frutos; das mulheres, no cuidado com as árvores e também no processamento dos frutos; dos idosos, através dos conhecimentos sobre o manejo das árvores nativas; e dos mais jovens, através da colheita dos frutos. A AIAT previa uma parcela da produção sendo destinada à merenda escolar das crianças da aldeia, e outra destinada à venda nos mercados locais, com os rendimentos sendo revertidos para os participantes do projeto, além da destinação de uma pequena parcela da renda para o custeio dos gastos da Associação, como impostos, luz e materiais de escritório.

Apesar de já conhecerem o mercado regional, haja vista que há tempos comercializam partes de suas produções agrícolas *in natura*, os associados chegaram a conclusão de que seriam necessárias novas estratégias para a inserção de seus novos produtos no mercado, haja vista que começariam a trabalhar com produtos já embalados, transformados e com selo da Associação, uma novidade na aldeia. Para tanto, pensaram como estratégias e mercados de alcance:

O mercado a ser atingido será o de Aquidauana e possivelmente o mercado de Campo Grande. Após a aprovação do projeto, procuraremos parcerias com o Fundo de Atendimento ao Trabalhador – FAT – (que já deu vários cursos de capacitação na aldeia) para a execução de cursos de capacitação em técnicas de mercado (marketing, apresentação do produto, melhor escoamento, agregação de valores, etc.) para termos melhor rendimento de nosso produto. Por outro lado, nossa idéia atual de apresentação do produto é irmos pessoalmente até os mercados oferecendo nossos produtos a partir de catálogos, explicando o diferencial que nossos produtos possuem com relação aos similares já existentes no mercado. Depois da produção já realizada, a procura de novos compradores

será realizada mediante visitas com amostras das polpas. O escoamento será realizado através de caminhões de câmaras frias dos próprios mercados. Com relação aos valores estimados das polpas, pensamos que como será um produto orgânico, sem uso de agrotóxicos, e com selo de aldeia indígena, nossos produtos terão uma boa aceitação no mercado, e, numa estimativa, pensamos que poderemos produzir cada polpa à R\$0,20 (vinte centavos), podendo vendê-las a R\$0,40 (quarenta centavos), alcançando um resultado de 100%, ou seja, de R\$0,20 (vinte centavos). Seguiremos a Portaria nº 326 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de 30 de julho de 1997, que instituiu O Regulamento Técnico sobre Condições Higiênico-Sanitárias e Boas Práticas de Fabricação Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Demais, informações serão obtidas através do curso com o FAT (AIAT, Projeto...2007).

No desenho do projeto, estava previsto o acompanhamento e fiscalização não só dos membros da AIAT, mas, também, do cacique e dos membros do conselho da aldeia, além disso, contariam com o apoio e acompanhamento técnico da prefeitura de Aquidauana, no fornecimento de engenheiros e arquitetos para auxiliar na construção da sede e na retirada dos registros sanitários para a produção semi-industrial das polpas.

Com o projeto em mãos, os associados também procuraram órgãos do Estado para verificar se a proposta era viável, além, creio eu, de buscar parcerias futuras. Nos lugares percorridos, o projeto teve boa aceitação, consideravam a proposta interessante e com possibilidades de dar certo, segundo declarações de Antenor. Contudo, e mesmo com todas as especificações e enquadramentos na linha, o projeto da AIAT não foi escolhido pelo PPP-Ecos. Ao que parece, também, teve boa aceitação junto ao programa (que entrou em contato com eles), mas, na concorrência, e diante de outras propostas, a iniciativa da Associação foi preterida e, por enquanto, engavetada.

Todo o processo que envolveu a construção do projeto foi bastante produtivo para os associados, principalmente para a diretoria que esteve mais diretamente envolvida. Apesar da negativa, e da frustração momentânea, todo o percurso percorrido até a entrega do projeto, proporcionou, não só a abertura de novos canais de diálogos, como, por exemplo, com os financiadores ligados as temáticas do etnodesenvolvimento (MMA, GEF, etc), mas, também, a possibilidade potencial de que novas ações possam vir a ser construídas e engedradas pela AIAT. E, para essa tese, descrever um projeto, ainda que não “desenvolvido”, nos proporciona observar de que forma uma associação idealiza e viabiliza um projeto, além, é claro, de tornar mais evidente as exigências burocráticas dos editais. Enfim, um projeto não selecionado por um edital,

por outro lado, pode ser um projeto realizado, ainda que em outros termos, ou seja, na construção de saberes, no traçar novos caminhos, na potencialização das relações e na troca de experiências.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES INDÍGENAS TERENA DO IRIRI -ATITI

Fundada em 2004, a Associação dos Trabalhadores Indígenas Terena do Iriri (ATITI) é uma Associação constituída por indígenas Terena que saíram do Mato Grosso do Sul a partir da década de 80 e que hoje estão estabelecidos na aldeia Kopenoty, TI Terena Gleba Iriri, no norte de Mato Grosso. A ATITI suscita reflexões interessantes, dado que ela foi construída por um grupo que possui uma história singular em termos de territorialização recente.

Autodenominado “Terena do Mato Grosso”, este grupo é constituído, atualmente, por cerca de 300 pessoas divididas em, basicamente, dois grandes grupos políticos que disputam o poder: o grupo dos Rondon e o grupo dos Reginaldo. Rondon e Reginaldo, como veremos a seguir, diz respeito à duas grandes linhagens familiares. O grupo dos Rondon, atualmente liderada por Milton Rondon, possui uma história cuja origem remonta a um casamento entre um Tapirapé e uma Terena, e foi desta linhagem que partiram as primeiras famílias da TI Buriti/MS rumo ao MT na década de 80. A linhagem dos Reginaldo, por sua vez, representa a origem de algumas lideranças entre os Terena da TI Buriti/MS, sendo o principal líder em Kopenoty/MT, Cirênio Reginaldo. A história dos Terena do MT, assim como as relações entre as duas linhagens, influencia a dinâmica das ações, relações e configurações da ATITI, no que tange aos projetos e as disputas por chefias. Por outro lado, a Associação também alinha as demandas mais coletivas como a afirmação étnica e a melhoria das condições econômicas do grupo, sendo um dos fatores que aglutinam o grupo em prol de objetivos comuns, ultrapassando alguns dos conflitos internos.

Na medida em que se trata de uma Associação constituída por um grupo com uma história recente e singular dentro da sociedade Terena, antes de entrar nas características da ATITI, apresentarei, resumidamente, a história dos Terena do MT, trazendo, através da trajetória do grupo, as dinâmicas da territorialidade, as disputas e as alianças, assim como a formação e as ações de uma primeira associação fundada em Rondonópolis/MT.

Trajetórias, Reivindicações, Associativismo e a Conquista de uma Nova Terra

A história dos Terena do Mato Grosso tem início com a saída de Elio Turi Rondon da TI Buriti/MS na década de 80 rumo aos territórios Tapirapé no Mato Grosso. Elio, indígena

Tapirapé, foi resgatado por Marechal Cândido Rondon no período dos ataques Kaiapó aos territórios Tapirapé nas primeiras décadas do século XX, haja vista que com os conflitos e dispersão dos grupos, Elio acabou perdendo seus pais. Marechal Rondon levou Elio para ser criado na TI Buriti aos cuidados de uma família Terena; em homenagem ao Marechal, Elio recebeu o seu sobrenome. Entre os Terena, Elio aprendeu o idioma, tornou-se adulto, casou-se com uma Terena e teve filhos, sendo o mais velho Milton Rondon.

No ano de 1982, Elio Turi Rondon e sua família saíram da TI Buriti rumo ao Mato Grosso. Segundo Paulo Isaac (2004: 75), a saída da família Rondon da TI Buriti teria sido motivada por questões econômicas, embora mencione, também, a perda de dois de seus filhos como um fator importante na sua decisão, concluindo, o autor, que a saída fora também por conta da assistência à saúde precária que colaborou para o falecimento de seus filhos: “Assim, os sentimentos de dor, de perda e de falta de perspectiva no lugar, juntaram-se a outros fatores políticos e econômicos”.

Durante o trabalho de campo entre os Terena do MT, fui informada de que a morte dos filhos de Elio, em um espaço curto de tempo, teria decorrido de feitiçaria, e que “*ele* [Elio Turi Rondon] *desgostou dali e decidiu sair de Buriti*” (Milton Rondon, informação oral) indo em busca de seus parentes Tapirapé. Além disso, como apontei no capítulo I, na sociedade Terena, a linhagem e a pertença clânica é patrilinear, sendo que a relação dos filhos de mulheres Terena com homens não Terena são, em certos momentos, relações complicadas, principalmente nos momentos de conflitos, chegando, inclusive, a pairar certa desconfiança com relação ao caráter e as atitudes dos mesmos. Nessa configuração, pode-se considerar que Elio e seus filhos tenham enfrentado situações difíceis em Buriti, o que torna compreensível os fatores que levaram a saída da família, reforçado pelo fato de que, acrescenta Milton Rondon, seu pai tinha em mente retornar aos territórios Tapirapé, de onde saiu e onde sabia (ou acreditava) que havia parentes vivendo por lá, além, é claro, das condições materiais desfavoráveis na Buriti, diante de um número crescente de famílias Terena *versus* a diminuta extensão territorial da TI, na época ainda sem a revisão de seus limites.

Na época, meu pai, da tribo Tapirapé que casou com uma Terena, que é minha mãe, falou: “Vamos procurar o meu povo, vamos para o lado do meu povo. Nós temos uma terra na Ilha do Bananal, que é lá onde estão os Tapirapé, então quem sabe a gente chega lá e descobre meus familiares, meus irmãos, minhas tias. Lá tem rio, tem peixe pintado, surubim, um monte de peixe” (Milton Rondon, informação oral).

No entanto, a jornada até os territórios Tapirapé, que ficam no nordeste de Mato Grosso, foi abortada pelos funcionários das regionais da FUNAI de Rondonópolis e Cuiabá, que convenceram os Rondon a permanecerem temporariamente numa aldeia Bororo, utilizando, para tanto, o argumento de que entre os Bororo de Tadarimana havia uma família protestante (os Rondon também se declaravam protestantes), conforme conta Milton Rondon:

Chegou meu pai em Cuiabá e falou pro delegado: “Olha delegado, nós estamos vindo da aldeia Buriti e queremos ir para a Ilha do Bananal, estamos aqui em Cuiabá, mas a gente queria ver se nessa capital do norte se tem alguma área indígena para a gente poder plantar, porque nós já plantamos e nós colhemos, nós já temos meio de sobrevivência e que facilita pra gente estar morando”. E na época, ele [Elio Turi Rondon] era evangélico e eles disseram: “O senhor é evangélico, seu Elio, então vou te mostrar aqui no mapa. Aqui tem Barra do Bugre, tem mais outras aldeias e aqui tem uma aldeia em Rondonópolis, aí vocês teriam que voltar pra Rondonópolis e tem uma família que é evangélica lá, quem sabe se o senhor quiser dar uma ida lá...”

Assim, Elio visitou a aldeia Pobore na TI Tadarimana, conversou com uma família Bororo evangélica e obteve a autorização do cacique, Hermes Aijako Bororo, para permanecer na aldeia. Essa primeira leva migratória de Buriti fora constituída por 18 pessoas de 4 grupos familiares, todos da família extensa de Elio: ele e sua esposa, seus filhos e filhas solteiros, filhas casadas, e seus genros e netos. Durante os anos que se seguiram, mais famílias Terena foram chegando para se aliarem aos Rondon, haja vista que os mesmos não cortaram os vínculos com a TI Buriti e constantemente retornavam a ela contando sobre as “novas terras”.

Após oito anos morando com os Bororo, foi solicitado ao Terena, através da intervenção da FUNAI, que se retirassem da TI, dada a preocupação dos Bororo diante do aumento populacional Terena e da ocupação das terras para o plantio, bem como a expansão da influência de alguns Terena dentro da aldeia Pobore. Diante dessa situação, algumas famílias decidiram voltar para Buriti, enquanto outras optaram por permanecer no MT, mais precisamente na periferia da cidade de Rondonópolis, onde passaram a viver “*em barraco de lona, de sapé, de palha, era um terreno, nós acampamos ali*” (Milton Rondon, informação oral).

Em Rondonópolis, os Terena passaram a viver da pesca, de trabalhos esporádicos nas fazendas da região e trabalhos domésticos em casas da cidade. Com relação à assistência da FUNAI, os indígenas relatam que o órgão não os reconhecia enquanto um grupo etnicamente diferenciado e organizado em Rondonópolis, eram tidos apenas como “índios destribalizados”, fora de suas terras tradicionais, por isso o não atendimento de suas demandas. Com a falta de

amparo da FUNAI, buscaram apoio junto à ONGs e algumas Secretarias do Estado. Foi através desses contatos que ficaram sabendo do Prodeagro – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio – que tinha recursos para financiar projetos agrícolas.

Assim, no início de 1998, fundaram a Associação dos Trabalhadores Indígenas Recanto Pontal – Povo Indígena Terena, com objetivos: de solucionar algumas de suas demandas econômicas junto aos órgãos do governo de assistência social e agrícola (focando o Prodeagro); buscar o reconhecimento étnico diante do órgão tutor e dos não indígenas; e conquistar uma área na qual pudessem fixar as famílias.

O primeiro passo da Associação foi a busca pelo reconhecimento étnico, o que aconteceu quando a FUNAI enviou até Rondonópolis, por reivindicações da Associação, um representante do órgão para “constatar” a etnicidade do grupo. Marcos Terena, trabalhando na FUNAI de Brasília, foi até Rondonópolis e confirmou a organização étnica do grupo, legitimando assim as reivindicações dos Terena; depois do reconhecimento étnico, o contato e a assistência da FUNAI foram facilitados. O passo seguinte seria a realização de projetos de agricultura, mas, para tanto, seria necessário a existência de uma área na qual pudessem ser instaladas as famílias. Nesse ponto, especificamente, o “movimento dos sem-terra” teria até proposto ações conjuntas, mas, *“não podia ocupar a área com outros tipos de pessoas não índio, tinha que ser índio. Ai nós ficamos esperando juntar mais pessoas índios pra ocupar”* (Milton Rondon, informação oral).

Assim, segundo Milton Rondon, *“como na época estava mais favorável para a questão da terra, quem comandava o INCRA era o PMDB, então a gente sempre estava por ali para poder sondar, aí a gente tinha uns contatos com eles”*. Dessas articulações partidárias – próprias dos Terena –, surgiu a promessa do INCRA de disponibilizar uma área, mas faltava ainda um número de famílias que justificasse/legitimasse politicamente esta questão.

Milton teria feito duas visitas à Água Azul (TI Buriti) para conversar com seus parentes e buscar apoio de outros para o movimento de um território Terena no MT. Nas visitas, estreitou laços com os Reginaldo, em específico com o grupo de Cirênio Reginaldo, linhagem politicamente mais forte em Água azul. Tal contato, portanto, não foi aleatório, pois Milton conhecia a linhagem e apostava na capacidade e força da articulação dos Reginaldo. Algumas visitas e conversas depois, Cirênio Reginaldo começaria a fazer parte da história dos Terena do MT:

Então, quando eu tava em Buriti, Água Azul no MS, em outubro de 98, as famílias que já estavam em MT e que já vinham lutando por uma área moraram

em outras tribos, Bororo, moraram na periferia de Rondonópolis, sempre lutando por uma área do governo, FUNAI, INCRA, né? Então, como eram poucas as famílias, não tinha como fazer processo [de reivindicação de área], então eles entraram em contato com alguém em [TI] Buriti, então a gente [eu] era diretor [de escola] lá na época e eu me interessei quando falou questão de área, questão fundiária, então me interessei pela questão e procurei entrar em contato com as famílias que estavam em MT, procurei me informar e vim procurar saber como era. Fiz duas visitas em Rondonópolis, conheci como era, então voltei para Buriti, reuni algumas lideranças que apoiaram a questão, então como já tinha vindo e o próprio pessoal de Buriti falou: “Você que se interessa vai e quem quiser ir vai com você”. Mas teve muita gente, Caciques, que criticaram na época dizendo que nós tava manipulando pessoas, trazendo pessoas pra cá sem rumo e objetivo, mas nós viemos em 100 pessoas, em 98, então começou o movimento a partir daquela época e nós juntamos com seis famílias que já estavam em Rondonópolis, umas 30 e poucas pessoas, somando em tudo depois dava umas 134 pessoas Terena (Cirênio Reginaldo, informação oral).

A articulação de Cirênio se concentrou nas pessoas do grupo político do qual fazia parte em Água Azul, e apesar de ser ainda muito jovem gozava de certo respeito diante da comunidade, mesmo dos mais velhos, dado que conheciam sua linhagem, trajetória de vida, formação educacional e capacidade potencial de liderança. Antônio Jorge, hoje cacique da aldeia Kuxoneti Poke’e na TI Terena Gleba Iriri (conquista de todo esse movimento), conta que Cirênio foi convidando as pessoas, tentando convencê-las de que era possível conseguirem uma nova terra:

“Olha, nós vamos para lá ajudar o Milton”, ele explicou: “Nós vamos trancar a estrada”, que ele falou na época, “para nós entrarmos na terra”. Para que isso? Era para conquistar alguma coisa pra ajudar lá na área. Então, eu falei “Então tá”. Não teve problema nenhum, eu não pensei quase nada no momento porque a gente não sabia como é que seria o protesto, trancar a estrada, a BR...(Antônio Jorge, informação oral).

A Associação dos Trabalhadores Indígenas Recanto Pontal – Povo Indígena Terena, foi fundamental para esta articulação da luta por um território Terena no MT, principalmente pela possibilidade de angariar recursos para a mobilização dos indígenas, aliás, na percepção de Cirênio, o objetivo principal da criação dessa primeira Associação foi mesmo a possibilidade de financiar as articulações dos Terena no MT:

O Milton e mais um rapaz de nome César, purutuye, que já morreu, eles pensaram em abrir uma Associação: “Vamos abrir um Associação, vamos abrir conta da Associação e vamos conseguir cheque para conseguir recursos”. Então eles fizeram aquela Associação para começar o movimento, compraram viaturas, compraram telefones para que pudesse ter acesso e contato para o movimento.

(...) O Milton Rondon começou um movimento aqui, na raça mesmo, ele conseguiu abrir conta no banco, tirar cheque e foi soltando cheque para as

empresa pra buscar o pessoal lá em Buriti. Então foi assim, nós viemos e no mesmo dia em que nós chegamos, nós já começamos o protesto na BR, foi dia 17 de dezembro de 98. Então, qual era a intenção nossa? Era passar o dia 25, e se não tivesse a resposta, passar dia 26 com a rodovia bloqueada, mas dia 17, dia 18, logo já teve uma resposta da FUNAI de Brasília (Cirênio Reginaldo, informação oral).

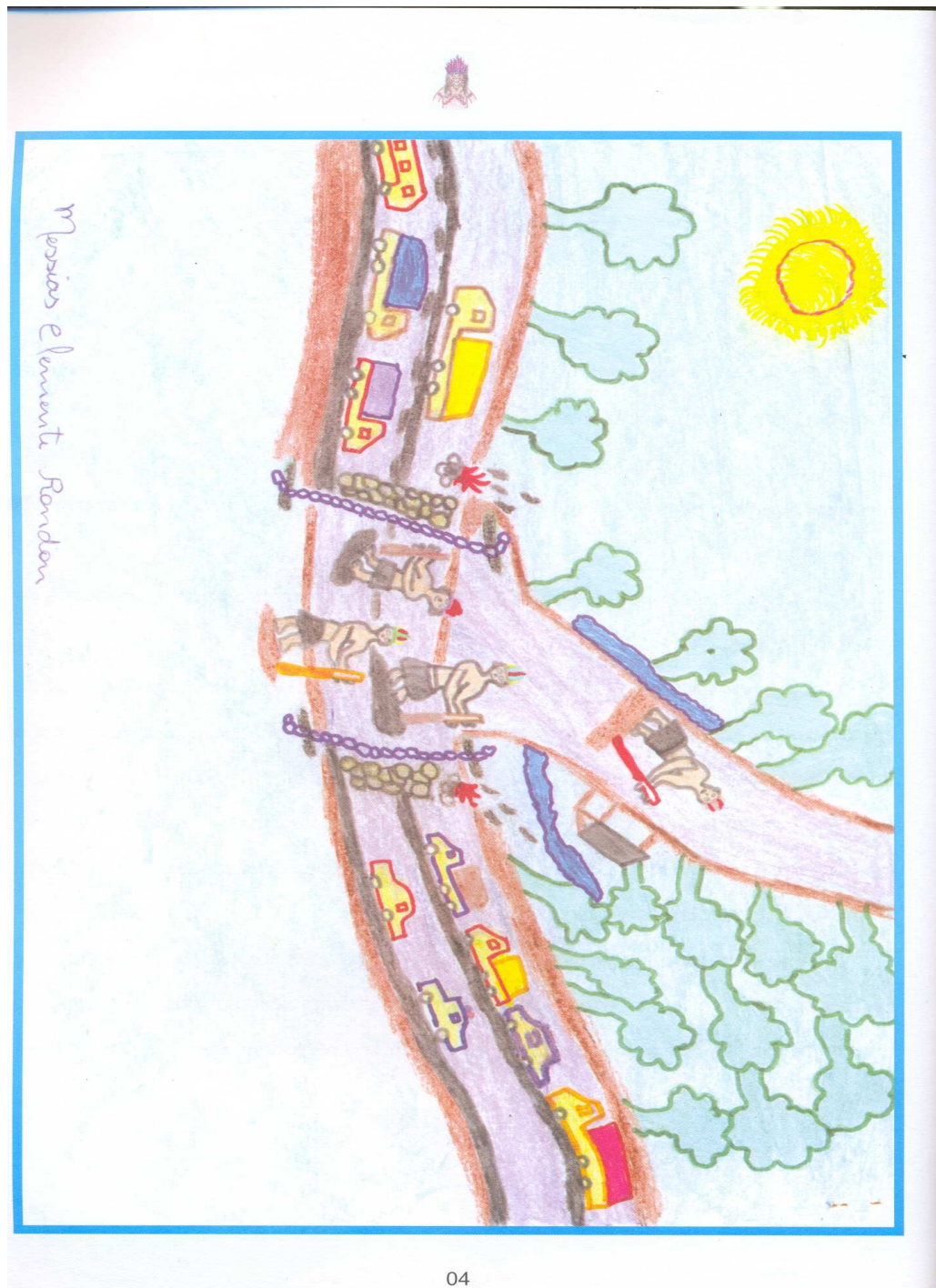
Em nome da Associação Recanto Pontal, foram distribuídos alguns cheques para garantir o aluguel dos ônibus para o transporte das famílias Terena da TI Buriti, que viriam até os protestos em Rondonópolis, bem como para a compra de alimentos e materiais para montar os barracos para o acampamento.

Com o objetivo de serem atendidos em suas demandas por uma área, neste protesto, iniciado no dia 17 de dezembro de 1998, conseguiram fechar a BR 364 (que liga MS ao MT) por quatro dias, não deixando passar ninguém. Foi um período de muita discussão com os policiais federais, os caminhoneiros, motoristas de carros de passeio e os funcionários da FUNAI de Rondonópolis e Cuiabá que, inclusive, ficaram retidos pelo grupo por uns dias, até que o presidente da FUNAI ligou na base da polícia federal, conversou com Milton e prometeu uma solução para a questão territorial, o que acabou não se efetivando como prometido.

Apesar de não terem atingido com o primeiro bloqueio da BR 364 o objetivo de uma área para as famílias, a vinda de mais Terena (antes eram 34 pessoas, passando para quase 200 pessoas) deu novo fôlego ao grupo que já estava em MT, além de estímulo para a Associação recém formada, motivando o crescimento do movimento de reivindicação territorial através de mais protestos/bloqueios nas BRs:

Já não era mais só as famílias que estavam em Rondonópolis, já tinha umas 200 pessoas que tava sempre aqui, direto. E algumas pessoas voltaram pra Buriti depois do movimento, outros já eram alunos, outros eram professores que vieram como nós, aí voltaram pra Buriti. E começou a luta, aí nós começamos a viver em acampamento na rodovia de Rondonópolis. Então, aí nós ia pro acampamento na beira da rodovia, nós ia pra chácara, que arrumava pra nós, mas, terra mesmo, nunca foi resolvida. Então durante todo esses anos, durante 4 anos, 5 anos, nós bloqueamos a rodovia pelo menos umas 30 vezes, até que surgiu em 2000, 2001, a proposta do Estado de mostrar uma área pra nós no Norte do Estado, já na divisa com Pará. E nós viemos ver por duas vezes essa área (Cirênio Reginaldo, informação oral).

Figura 27: Desenho do movimento de protestos nas BRs realizado pelos Terena do MT (Fonte: Povos Terena em um pouco de sua história. SEDUC/MT, s.d. (Vários autores))



Nos anos que se seguiram ao primeiro bloqueio da BR 364, na medida em que a Associação Indígena Recanto Pontal ficou em débito com os credores e a Receita Federal, dado que os cheques retornaram, a mesma ficou sem atividades. Diante, portanto, da paralisação das atividades da Associação – que os representava no diálogo externo –, o grupo criou um regulamento interno para organizar social e politicamente a comunidade, durante o período em que permaneceram nas periferias ou chácaras temporárias cedidas pelo INCRA. Abaixo reproduzo essa organização, a partir de Isaac (2004: 93).

Quadro 5: Organograma da Estrutura Administrativa da Comunidade Terena-MT – Jan 2002

CONSELHO TERENA	COMISSÃO DAS LIDERANÇAS PRIMITIVAS
COMANDO POLÍTICO	Primeiro administrador geral (Cacique)
	Segundo administrador geral (vice-cacique)
	Primeiro secretário
	Assessor pra assuntos externos
ÓRGÃOS	a) Comissão do delegado da segurança comunitária
ADMINISTRATIVOS	b) Chefe de segurança florestal da reserva
	c) Chefe de transporte
	d) Chefe do departamento de artesanato
	e) Chefe do departamento de cultura e turismo
	f) Chefe financeiro
	g) Departamento de compra e venda
	h) Técnico agrícola
	i) Chefe do campo
	j) Departamento de pesca
	k) Chefe da seção de eletricidade
	l) Diretor do departamento de saúde
	m) Departamento de mecânica motorizada
	n) Diretor do Departamento de educação
	o) Almoxarifado
	p) Armazém de mantimentos
	q) Departamento de esportes
	r) Construção civil
	s) Açougueiro
	t) Departamento de religioso
	u) Departamento de relações públicas, divulgação e propaganda
	v) Chefe da cantina
COMISSÕES ESPECIAIS	Comissão de regimentos e legislações
	Comissão de estratégia de guerra
	Departamento de planejamento de projetos e execução
	Captação de recursos interno e externo
	Sociedade das mulheres

Fonte: Eliel Jorge Rondon, coordenador da Comissão dos Regimentos e Legislação Interna

É interessante observar, que num contexto de acampamento, portanto, visto como transitório, com um fluxo intenso de pessoas de MS para MT, e vice-versa, foi preciso organizar as relações internas e coordenar as relações externas através de um organograma que lembra a divisão burocrática de algumas associações e cooperativas. Ressalto que o contato com os órgãos governamentais, não-governamentais, movimentos sociais e políticos locais, também foi preponderante para a construção dessa divisão de tarefas e “postos”. Tais divisões e funções, algumas nunca acionadas, também foram utilizadas para incorporar componentes de ambos os grupos políticos, os Rondon e os Reginaldo, equilibrando ou minimizando, dessa forma, os conflitos políticos internos, como fica evidente na configuração do Comando Político constituído por dois membros de cada grupo, a saber: do grupo Rondon, ficando: Milton, cacique, e Fernando, assessor de assuntos externos; e do grupo dos Reginaldo: Cirênio, vice-cacique, e Antônio Jorge, primeiro secretário.

Foi através da organização interna da Comunidade Terena do MT, apresentada, também – e, principalmente, no diálogo/embate externo –, como algo organizado “burocraticamente”, que as articulações para se conseguir a área foram sendo articuladas, lembro, não mais através de uma Associação formalmente constituída, dado os débitos com a Receita e o descrédito que adquiriram com os cheques devolvidos.

Nesse processo, alguns anos se passaram, até que em 2002 finalmente os Terena do MT conquistaram uma terra devoluta da União, onde foram assentados, sendo demarcados pela FUNAI cerca de 30.000 hectares (o acordo primeiro teria sido de 50.000 hectares), uma área em plena floresta amazônica, próxima ao rio Iriri Novo, fazendo fronteira com a TI Panará ao norte, e ao nordeste com a TI Menkragnoti, formando, assim, uma linha contínua de TIs, que inclui também o Parque Indígena do Xingu e outras TIs Kaiapó no estado do Pará; a nova TI Terena ganhou o nome de “Terra Indígena Terena Gleba Iriri”.

Já em fevereiro de 2003, o grupo foi transferido para a região, porém, como era época de chuvas, a cheia dos rios e córregos impossibilitou chegarem até à área, com isso foram obrigados a ficar no meio do caminho numa área cedida pelo INCRA de 30 hectares, a 180 quilômetros da TI Iriri, a 80 quilômetros da cidade de Peixoto de Azevedo e a 3 quilômetros do distrito de União do Norte, onde formaram a aldeia Kopenoty.

Ressalta-se, pois, que o grupo foi formado por pessoas oriundas de cinco levadas: 1) pessoas que estiveram desde o início dos fluxos em 1982; 2) aquelas que vieram a partir de 1998 para o

protesto na BR e permaneceram residindo em MT; 3) um grupo que chegou por volta do ano 2000 e ficou no trânsito ou definitivamente em MT; 4) aqueles que chegaram somente no final da luta pela terra, com a área já assegurada, vindo a residir na aldeia Kopenoty, como também aqueles que já foram direto para as aldeias Kuxoneti Poke'e e Turi Puku que ficam dentro dos limites da TI Iriri; e, 5) aqueles que nasceram já em terras de MT, na cidade de Rondonópolis e agora nas aldeias no MT.

Na seqüência, aponto a formação da associação ATITI, já em uma nova situação territorial, na aldeia Kopenoty.

A Construção de uma Nova Associação: a ATITI e seus Projetos

Já assegurada a tão sonhada terra, restava-lhes territorializar a área, ou seja, usá-la ao modo Terena, o que em pouco tempo ocorreu com a aldeia Kopenoty: construíram casas, cultivaram pequenas plantações, construíram uma escola indígena “Elio Turi Rondon”, que hoje oferece até o Ensino Médio, levantaram uma igreja vinculada à missão UNIEDAS, um posto de saúde, elegeram o cacique, os membros do conselho, enfim, reorganizaram as relações econômicas, familiares e políticas no novo território. Já a TI Terena Gleba Iriri foi sendo aos poucos ocupada, estando, atualmente, dividida em duas aldeias: a Turi Puku vinculada ao grupo dos Rondon e a aldeia Kuxoneti Poke'e vinculada ao grupo dos Reginaldo. A aldeia Kopenoty representa, hoje, uma espécie de aldeia base para as duas aldeias da TI, na medida em que lá se encontram os serviços de atendimento à saúde, além de estar mais próxima da cidade. Nem todos da aldeia Kopenoty foram morar no Iriri, mas todos do Iriri utilizam os serviços e estão constantemente em Kopenoty, assim como os moradores da Kopenoty se beneficiam das plantações no Iriri.

No meio dos processos de reconhecimento e organização territorial, entre 2003 e 2004, os Terena em Kopenoty decidiram fundar uma nova associação, a Associação dos Trabalhadores Indígenas Terena do Iriri – ATITI:

[...] faz 2 anos nós criamos outra Associação, aquela [Associação dos Trabalhadores Indígenas Recanto Pontal – Povo Indígena Terena] ficou devendo aí não teve como continuar. Aí o Samuel é o presidente, inclusive nós temos projeto de costura, projetos de horta, tudo pela Associação, nós reunimos aqui e pensamos a fundação da Associação dos Terena do Iriri, já do Iriri, da nova terra (Cirênio Reginaldo, informação oral).



Figura 28: Mapa da TI Terena Gleba Iriri

A ATITI surgiu com objetivos de captar recursos para melhorar a vida do grupo, “*eles pensaram em criar uma Associação para financiar os projetos nas aldeias*” (Samuel, informação oral, 2006). Por ter começado a atuar no espaço da Kopenoty, a Associação engloba integrantes das duas grandes linhagens na aldeia, tanto na diretoria, quanto nos membros associados. Não tive acesso ao estatuto ou atas da Associação, as informações que tenho provêm dos diálogos com os membros de ambos os grupos, e das informações de Samuel, que na época, 2006, era o presidente da Associação, e de Cirênio Reginaldo, na época cacique da Kopenoty.

Pelo que pude constatar, a Associação está organizada a partir de uma diretoria, com presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros e um conselho fiscal. Não possui uma sede específica para as reuniões, mas possui alguns materiais e estruturas físicas construídas e adquiridas a partir de convênios, financiamentos e doações, como uma pequena granja, uma estrutura (pequeno galpão) para atividades de marcenaria e um espaço (uma pequena casa) para a confecção de camisetas. A ATITI também possui um espaço (terreno) separado pela comunidade para que futuramente possa ser construída uma estrutura que abrigue a sede da Associação.

À princípio, todos que queiram se associar são convidados a participar das atividades. Segundo Samuel, incluir os dois grupos na diretoria e nas atividades da ATITI auxilia a equilibrar ou minimizar os conflitos políticos internos, advindos desde a época dos acampamentos, haja vista que os Rondon se consideram os precursores do início do movimento, enquanto que os Reginaldo se consideram os responsáveis pelo fortalecimento do movimento e pela conquista do território no Iriri.

Segundo informações, foi Samuel um dos principais articuladores para a junção dos membros dos dois grupos no espaço da ATITI. Samuel costumava passar nas casas das pessoas para conversar com os jovens, as mulheres e os anciões para buscar apoio para a Associação, pois “*o pessoal ainda está meio desconfiado com esse negócio de Associação, por causa da [experiência] anterior*” (Samuel, informação oral).

O aprendizado que muitos Terena do MT tiveram junto às ONGs durante o período do movimento até a conquista do território, os capacitaram nas temáticas que envolvem as associações, ou seja, a burocracia, as formas de acessar alguns financiamentos, a importância desse tipo de “estrutura” para o diálogo com o Estado, enfim, tudo isso explica a rapidez com que constituíram uma Associação tão logo puderam se estabelecer em Kopenoty.



Figura 29: Homens limpando campo de futebol na Kopenoty



Figura 30: Escola Elio Turi Rondon na Kopenoty

Entretanto, os Terena também temiam as questões relacionadas aos débitos com a Receita e com as dívidas, como indica ser o caso da Associação Indígena Recanto Pontal criada no movimento, assim como, tinham na memória outras experiências similares (no tocante aos débitos ou conflitos) de associações indígenas no MS; era preciso, portanto, um trabalho e envolvimento constante dos membros da diretoria para que a ATITI fosse, aos poucos, ganhando legitimidade entre as famílias, o que acabou ocorrendo com a aprovação e desenvolvimento de alguns projetos, dentre eles o projeto “Ouro Azul”.

“Ouro Azul”, refere-se a um projeto elaborado pela ATITI de construção de uma pequena granja para produção de ovos (categoria “azul”, coloração da casca), tanto para o consumo interno, quanto para a comercialização nos mercados da região. O projeto foi aprovado e financiado pelo “Carteira Indígena”, programa implementado pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a finalidade de:

Realizar ações de fomento e apoio a projetos de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas, no território nacional, com foco na produção de alimentos, agroextrativismo, artesanato e revitalização de práticas e saberes tradicionais associados a estas atividades, de acordo com as demandas das sociedades indígenas, respeitando suas identidades culturais e sua autonomia, e preservando ou recuperando o ambiente (Brasil. MMA...2004/2005: 5).

Através da aprovação do projeto, foi possível à ATITI construir uma pequena granja com toda a infra-estrutura necessária, assim como adquirir remédios e ração para 800 galinhas e alguns galos para serem criados na estrutura da granja. Além disso, foram adquiridos e distribuídos cerca de 10 galinhas e 1 galo para cada família da aldeia, para que pudessem produzir ovos para o consumo interno. A granja foi construída próxima ao terreno da ATITI e quem tomava conta das atividades diárias era Samuel. Na construção da estrutura física quase todos os associados participaram.

Com a construção da granja, a ATITI pôde articular a venda dos ovos, garantindo que alguns mercados de União do Norte e a FUNASA adquirissem a produção. Com relação à distribuição dos recursos financeiros adquiridos com a venda, não pude verificar se os mesmos foram distribuídos para todos da aldeia, ou apenas para os que participaram de forma mais direta nas atividades do projeto enquanto membros da Associação (cuidados com a granja, elaboração



Figura 31: Granja da ATITI na Kopenoty

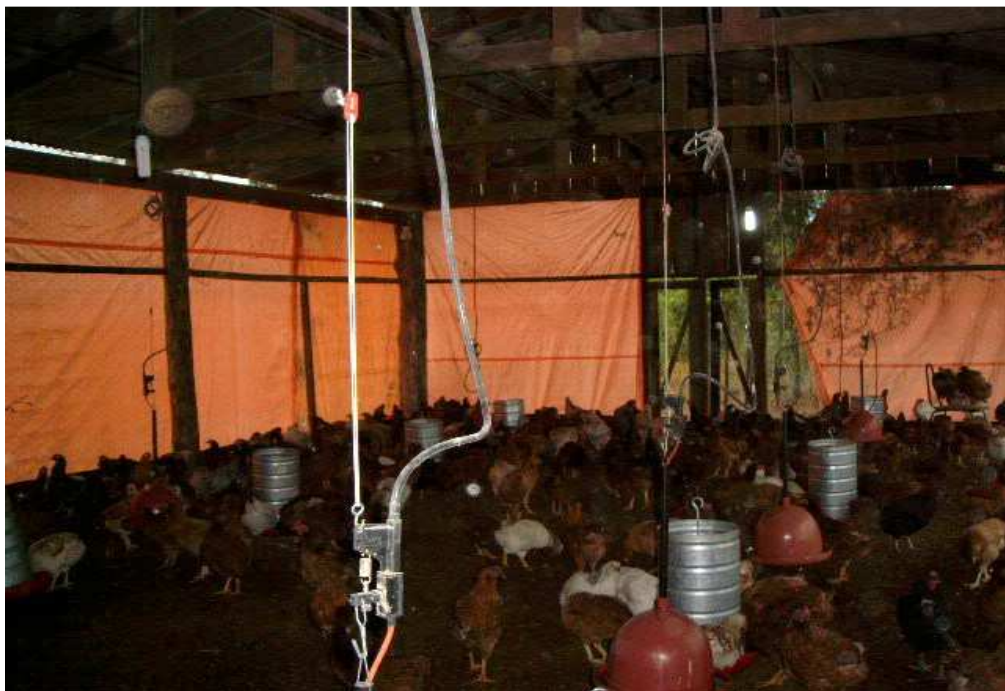


Figura 32: Interior da granja da ATITI



Figura 33: Apresentação da *Kohixoti Kipaé* pelos Terena do MT, em uma das cidades da região

de relatórios, participação nos cursos e encontros promovidos pelo Carteira); mas, de certa forma, as famílias da aldeia puderam usufruir dos demais recursos advindos da granja, seja na forma do recebimento de frangos, seja no recebimento do dinheiro ou nas relações de troca entre as famílias.

Ressalto que, à semelhança de outros editais, a proposta do Programa Carteira Indígena era a da participação do maior número possível de membros da aldeia, nesse sentido, a articulação da ATITI para a construção do projeto foi fundamental. Samuel relatou, que tiveram que fazer um trabalho gradual, indo de casa em casa para apresentar o Carteira e as possibilidades de projetos que poderiam ser implementados em Kopenoty a partir das linhas temáticas de financiamento do programa, para, em seguida, realizarem uma reunião em que decidiriam, em conjunto, não somente qual projeto seria enviado, mas, também, como seria a participação de cada um na construção e aplicação do projeto.

O projeto, ao que parece, teve boa aceitação entre as famílias de Kopenoty, contudo, o mesmo teve alguns percalços no caminho, principalmente no tocante à prestação de contas, haja vista que o engenheiro agrônomo que fornecia assessoria técnica ao projeto não realizou a contabilidade que lhe cabia, bloqueando, assim, o recebimento de outras parcelas dos recursos para a continuidade do projeto. A última informação que tive, foi que um técnico do Carteira Indígena foi visitar o projeto para ver as possibilidades de resolução desse impasse relacionado a prestação de contas, e dar continuidade ao andamento das atividades, o que parece ter sido realizado.

Este foi um importante projeto executado pela ATITI, o que lhe garantiu maior legitimidade junto aos grupos na aldeia, bem como deu certa visibilidade para a Associação dentro do contexto da Amazônia Legal, dado que alguns membros da Associação (principalmente Samuel) participaram de oficinas e reuniões com outras etnias, servindo, o projeto, como mais um meio de inserção dos Terena na política indígena da região.

Como indica o projeto acima, o diálogo da ATITI para a conquista de parcerias e financiamentos, tem se dado, principalmente, com os setores governamentais, leia-se FUNAI, FUNASA, governo federal, estadual e municipais, o que não difere muito das parcerias já engendradas pelos Terena no Sul, com a diferença de que no MT o número de ONGs que atuam nas temáticas indígenas e ambientais é muito maior, ou seja, seria viável e possível que no MT os

Terena pudessem acionar outras fontes para os projetos da Associação, o que ainda não vem ocorrendo.

A ausência ou pequena participação de ONGs indigenistas ou ambientais junto à Associação se deve, em partes, pelo fato dos Terena do MT ainda estarem “territorializando” o local, construindo alianças e diminuindo os conflitos. Explico. Desde os tempos de Rondonópolis, aliás, desde os tempos em que o grupo dos Rondon chegou até os Bororo, os Terena têm se deparado com recusas de alguns setores que questionam a legitimidade do grupo em território matogrossense. Tal questionamento já partiu da FUNAI, de ONGs, de outras etnias e da imprensa.

Tão logo conquistaram a demarcação de uma terra entre os Panará e os Kaiapó, teve início uma série de relatos (inclusive de ONGs indigenistas) declarando que os Terena seriam “invasores” de terras de outras etnias, ou de que os mesmos estariam retirando madeira ilegalmente da área do Iriri⁶⁸. Além disso, várias declarações davam conta de que os Terena do MT não seriam “tão índios assim”. Essas informações nos foram dadas por vários informantes Terena, assim como tive acesso a depoimentos de não-indígenas apontando essa linha de pensamento. Tais declarações e posicionamentos de alguns setores (governamentais e não-governamentais) provocaram situações limites entre os Terena e seus vizinhos Panará e Kaiapó, motivando alguns conflitos, como expulsões da área, seqüestros de bens e pessoas, entre outros.

O processo de questionamento com relação à “veracidade” étnica e legitimidade territorial dos Terena do MT, levou a ATITI e os moradores da Kopenoty e Iriri a buscar, a exemplo dos Terena em Campo Grande, ações e projetos voltados também à afirmação étnica. Começaram a realizar apresentações da *Kohixoti Kipaé* nas cidades vizinhas e a participar de mobilizações reivindicatórias junto com os Kaiapó, Panará e outras etnias da região, estando, nesses momentos, sempre paramentados com cocares, colares e pintados, numa forma de serem identificados, também pelos *purutuye*, a partir de sinais simbólicos que os remetesse aos demais indígenas, “o modo ‘branco’ de ser índio” (Vilaça, 2000). Soma-se a essas mobilizações da ATITI, os convites dos Terena para recepcionar os vizinhos Panará e Kaiapó em suas aldeias, e vice-versa. Nesses encontros, jogam futebol, comem, trocam informações, mercadorias, conhecem as diferentes histórias e criam laços. Desses contatos, surgiu a possibilidade de cinco jovens, dentre Panará e

⁶⁸ Ver, por exemplo, reportagem no ISA: “Índios Terena invadem terras dos Panará e Kaiapó em MT e deflagram conflito”, reportagem dia 06/10/2005, site: <https://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2115>.

Kaiapó, estarem residindo hoje no Iriri, onde estão estudando na escola da aldeia e estreitando relações com os Terena:

Nós fomos jogar futebol lá na aldeia deles [Panará], e depois eles viram a gente comendo mandioca, dormindo lá, ficando lá, aí eles falaram: “Nossa! Mas vocês são índios mesmo, de verdade, falaram que vocês não eram, mas são igual a gente, diferente, mas igual” (Antônio Jorge, informação oral. grifo meu).

Hoje [2009] nós temos aqui 5 meninos que estão morando com a gente, é Kaiapó e Panará, estão na escola da aldeia, as famílias deixaram eles aqui com a gente, está sendo muito bom, aprendemos juntos, acho que eles querem saber como são os Terena, porque são tão políticos, e a gente precisa aprender com eles como conhecer essa mata (Cícera Reginaldo, informação oral).

Nesse contexto de afirmação da etnicidade e construção da legitimidade em um novo território, a ATITI, por meio da articulação de Cirênio, idealizou dois projetos importantes, dos quais fui convidada para auxiliar na elaboração das propostas. O primeiro projeto seria a criação de emas, com o objetivo de ter as penas do animal para a confecção das roupas para a realização da *Kohixoti Kipaé*, visto que sentiam a necessidade de realizar a dança “aos moldes tradicionais”, conforme seguem partes do projeto:

Dada a importância de kipê [ema] para nossa cultura Terena, o presente projeto tem como objetivo conseguir financiamento para a compra de uma família de emas para iniciarmos nossa criação de ema na Terra Indígena Terena Gleba Iriri, no município de Peixoto de Azevedo/MT. O objetivo é o de criar emas para a auto-sustentabilidade simbólico-cultural Terena, na medida em que a ema faz parte da mitologia e rituais Terena, como demonstraram os nossos parentes que estiveram entre nós. Em termos mais concretos, a pena da ema serviria para a confecção das vestimentas dos guerreiros no *kohixoti kipê* [dança da ema] e para a confecção pelo *koixomuneti* do penacho, pois sem penacho de ema o processo terapêutico é prejudicado, não tem a mesma eficácia. Também, alguns ovos de ema poderão servir de alimento, mas ressalta-se que os Terena não comem ema nascida (Projeto de Criação de Ema, 2007: s.p.).

O projeto não tinha uma instituição em específico a qual pudesse ser enviado, porém, a ATITI já foi pensando na contrapartida oferecida por ela, apontando, para tanto, a mão-de-obra e a madeira para construção de um viveiro, “bem como toda a manutenção das emas e o acompanhamento na constituição da pequena criação”. É possível encontrar nas aldeias de MS emas sendo criadas livremente, mas como “*estamos na floresta amazônica, é mata fechada, pode atrair onça, então a gente tem que criar elas fechadas num lugar só*” (Cirênio Reginaldo, informação oral). O projeto não chegou a ser enviado porque, na época (2007), a ATITI estava em débito junto à Receita Federal por conta do projeto financiado pelo Carteira Indígena; não tive

informações atuais se com a resolução do débito da ATITI com a Receita Federal o projeto foi encaminhado para alguma instituição.

Já a segunda proposta/projeto era a de um vídeo/documentário contando a história do grupo: a razão de terem saído da TI Buriti; como viveram nos acampamentos em Rondonópolis e na região; os protestos nas BRs; a discriminação que enfrentaram por não serem reconhecidos como indígenas; os agentes que os apoiaram; a escolha da área; a consolidação de Kopenoty; a entrada na TI e a formação das aldeias. Com o documentário objetivavam – através da distribuição dos vídeos para as escolas indígenas no MS e MT –, publicizar a identidade étnica Terena no MT para as demais etnias do Estado, bem como objetivavam mostrar a forma como conseguiram se organizar nos últimos 20 anos, principalmente para os parentes Terena no MS, a despeito do descrédito de muitas lideranças Terena com relação ao movimento engendrado por eles.

Na época em que idealizaram o documentário em 2008, estava aberto um edital do Ministério da Cultura voltado para o financiamento de documentários vinculados a movimentos sociais, com isso, entramos em contato com o pessoal da *Kopenoty* e os mesmos acharam que seria uma ótima oportunidade de enviar o projeto que almejavam há tempos. O edital não previa a possibilidade de uma associação enviar o projeto, mas sim o cineasta que fosse o responsável pela produção do vídeo. Dessa forma, indicamos a eles a Terena Naine, com experiência na área da produção áudio-visual para ser a proponente do projeto, enquanto que a ATITI entraria como articuladora dos grupos para a realização do filme. O projeto foi elaborado e enviado, chegando a ser um dos 3 finalistas selecionados da região Centro-Oeste, dentre várias propostas analisadas, mas acabou sendo preterido.

O interessante na construção desse projeto é que, na época da discussão sobre o desejo e possibilidades de um documentário, bem antes até da divulgação do edital, estive na aldeia para ver a viabilidade do mesmo, o apoio e o envolvimento das famílias, além de colher alguns depoimentos que serviriam de base para o projeto inicial. Nesse processo, tive contatos com ambos os grupos que formaram a *Kopenoty* e com eles busquei relatos históricos de todo o movimento. Pude constatar que, apesar de terem uma mesma forma cronológica de contar a história, a tônica para a importância dos atores e das lideranças em toda a trajetória é, evidente, bem diferente. Milton e os familiares de seu grupo, relatam a forma pioneira com que os Rondon vieram para o MT, a vontade que sentiam em encontrar os Tapirapé, a persistência que tiveram

durante todos os anos e que sem eles nada teria ocorrido, além disso, sempre fazem questão de frisar que são indígenas Terena, apesar do “parentesco” Tapirapé e de alguns deles terem, inclusive, alcançado os territórios de seus “parentes distantes”. Já do lado dos Reginaldo, a história ganha força e ênfase com a chegada do grupo para auxiliar os Rondon em Rondonópolis, e que sem essa participação a conquista do território seria impossível.

Ponto que apesar das diferenças e rivalidades entre os dois grupos, que implicou também na divisão da TI Terena Gleba Iriri em duas aldeias, a ATITI e suas ações/projetos, têm sido acessados por ambos os grupos em Kopenoty, dado que nas aldeias da TI Iriri novas associações parecem que serão criadas e, a princípio, separadas das ações da ATITI. Na aldeia Kopenoty – por ser a aldeia base –, a ATITI parece ter ainda um terreno favorável para unificar as linhagens em algumas de suas demandas, mesmo diante de um terreno bastante instável nas relações políticas.

Portanto, a ATITI, a partir de seus projetos realizados ou apenas idealizados, tende sempre a incorporar as duas linhagens, como apontam também outros projetos realizados pela ATITI, como uma horta comunitária e o projeto de corte e costura que, segundo informaram, são projetos que incorporam todos os moradores da Kopenoty, interessados em contribuir e atuar no projeto, independentemente das vinculações familiares, políticas ou religiosas. Tal postura da ATITI, de congregar membros de ambos os grupos, não deve ser interpretada como uma relação harmoniosa ou utilitarista para se conseguir financiamentos que priorizam a participação de “todos”. Deve ser analisada, por outro lado, como uma configuração política advinda de uma história muito particular, história essa permeada de desafios, alianças, questionamentos e barreiras, de um grupo que teve a capacidade de “congregar” inúmeras famílias em torno de um ideal comum, com pouco respaldo político, territorial e econômico.

Nesse sentido, é compreensível observar que apesar das dissidências, desafetos e conflitos entre as linhagens, há um reconhecimento de que “juntos”, embora “separados”, podem mais facilmente agilizar suas demandas, conquistar mais espaço e ampliar suas influências. Entretanto, não é possível afirmar que essa configuração atual da ATITI perdure, principalmente com o crescimento e fortalecimento das aldeias na TI Iriri e as novas associações que possivelmente serão fundadas. De qualquer forma, acredito que a ATITI continuará por um bom tempo suas atividades, a despeito de incorporar ou não as principais linhagens da aldeia, haja vista que Kopenoty é ainda o pólo base de onde as famílias do Iriri acessam bens, serviços e compõem

relações conjuntas, local onde a história de um novo território Terena começou a ser desenhada, por Rondons e Reginaldos.

Em suma, o associativismo dos Terena do MT tem suas particularidades, dadas não só pelo espaço de atuação, mas também pela história do grupo. Como se pôde verificar, a primeira Associação (Recanto Pontal) criada no contexto de intenso trânsito entre aldeias, chácaras e periferias da cidade, teve como meta principal a luta territorial, aliada aos movimentos de afirmações étnicas, dado todo o contexto já descrito. Tão logo conquistaram o território para as famílias, uma nova associação foi fundada, a ATITI, indicando a busca por novas ações, dentro de uma nova perspectiva socioterritorial. Entretanto, passados alguns anos, a bandeira da afirmação étnica ainda faz parte da agenda da Associação, ainda que cada vez menos, haja vista todas as barreiras que enfrentaram para a conquista da legitimidade junto aos grupos indígenas da região e instituições públicas locais. Aliados aos projetos/ações de reconhecimento étnico, estão os projetos de incremento econômico, como o projeto da granja e da confecção de camisetas.

O fato dos Terena do MT estarem em plena floresta amazônica, foco de grande parte da cooperação nacional e internacional, não credencia a ATITI, automaticamente, a fazer parte desse campo, a entrar no “mercado de projetos”, pois, é preciso, para além das condições ambientais, possuir influências, contatos, prestígio e legitimidade junto a esses setores, o que indica ser o desejo atual da ATITI e, principalmente, das novas associações a serem criadas dentro da TI Iriri. Dentro dessa perspectiva, e para os próximos anos, é bem provável que as ações/projetos atuais dêem espaço para outros – e com o fortalecimento das aldeias na TI Iriri e desenvolvimento de suas futuras associações – dado que com o passar do tempo de territorialização na TI Iriri é possível um aumento da legitimidade, territorial e étnica, na região, com isso, projetos que, por exemplo, tenham como objetivos publicizar a etnicidade podem não ser mais tão buscados como são hoje, sendo passíveis de serem colocados em segundo plano. Nesse sentido, e diante também da “concorrência” das outras associações já no espaço do Iriri, é provável que a ATITI passe a focar projetos nas áreas educacionais ou de formação profissional, deixando os projetos de agricultura e etnodesenvolvimento para as futuras associações no Iriri. Inclusive, membros do grupo dos Reginaldo já demonstraram o desejo de realizarem um projeto junto à ATITI, ou através de uma nova associação, voltado para o conhecimento “ecológico” da Amazônia, com o intuito de melhor ocuparem a aldeia Kuxoneti Poke’e: nas formas do plantio, no conhecimento

sobre plantas medicinais e animais da região, e no domínio (conhecimento) sobre os diferentes ciclos das cheias e secas; reconhecem que a ocupação ao “modo Terena” precisa também passar pela aquisição de novos saberes.

Enfim, novos projetos e caminhos de ações parecem estar sendo delineados, diante das transformações históricas e das novas configurações vivenciadas, o que faz do campo do associativismo Terena no MT um campo instigante e de novidades, tanto para comparações atuais quanto para as análises futuras.

CAPÍTULO V ENTRE TIs E CIDADES: O ASSOCIATIVISMO DAS MULHERES TERENA E A ARPIPAN

Neste tópico, trago para a discussão a etnografia de duas associações indígenas com participação majoritariamente Terena, e que possuem um campo de ação e membros que conectam, de forma mais contínua, ações e atores nas TIs e cidades, além de trazer à baila novos temas para o debate, como a presença/ação das mulheres nas associações e a participação mais ativa dos Terena no campo dos debates e políticas relacionadas as temáticas ambientais.

Primeiro, farei uma discussão específica sobre o associativismo empreendido pelas mulheres Terena, através da exposição sobre o seu modo de estar no mundo, as especificidades no universo Terena e a participação no campo da etnopolítica, para, então, descrever, resumidamente, duas associações: a Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande, a AFIC, e a Associação dos Artesãos Indígenas, a AAI. Das duas associações, a AFIC, com sede em Campo Grande, é a Associação que envolve, de forma mais presente, as mulheres e demandas tanto das TIs, quanto das cidades. Já a AAI, com sede também em Campo Grande, tem, no seu conjunto de membros e demandas, um foco mais sobre o espaço urbano, entretanto, para este tópico, ela será descrita com o intuito de ampliar a compreensão sobre a atuação e participação das mulheres, haja vista ser um campo ainda incipiente de dados, inclusive para a presente tese.

Após a exposição da atuação das mulheres, trago a etnografia de uma recente Associação, fundada oficialmente em 2008, a associação ARPIPAN – Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal – uma associação multiétnica, com predomínio dos Terena, com sede em Campo Grande e que tem trazido importantes e novas contribuições ao campo dos debates e políticas no associativismo engendrado pelos Terena, principalmente com o seu carro chefe: a gestão ambiental nas TIs.

Para a etnografia da ARPIPAN, trago o histórico das articulações que precederam a sua fundação; a atuação de importantes líderes em todo o processo; a estrutura burocrática da associação, com suas metas e objetivos; as novas e velhas alianças empreendidas com os setores governamentais e ONGs; o contato com os temas meio-ambiente e mercado; e a aliança com

importantes associações indígenas como a COIAB, a APOINME e a ARPIN-SUL⁶⁹ na formação de uma aliança nacional através da associação APIB. Também descrevo um dos mais importantes momentos para a articulação e formação da ARPIPAN, que foi a entrada nos debates e a participação na construção de um grande projeto nacional para o GEF, projeto esse que ficou conhecido como o “Projeto GEF Indígena”.

INCORPORANDO O “COMPONENTE MULHER:” O ASSOCIATIVISMO DAS MULHERES TERENA

A participação do “componente mulher”, como costumam dizer os homens Terena que atuam no campo das associações, tem sido uma exigência cada vez mais crescente, tanto no campo da aprovação de projetos financiados por agências governamentais e não governamentais, quanto nos fóruns de debates envolvendo o movimento indígena. A presença agora física e constante da mulher Terena em espaços antes majoritariamente masculinos, tem sido fator de algumas reformulações nos discursos e papéis sociais, como, também, fonte de reflexões, conquistas e conflitos entre homens e mulheres.

No Mato Grosso do Sul, é significativo observar o número⁷⁰ de associações (registradas ou não) de mulheres Terena atuando em diferentes áreas como da educação, do desenvolvimento econômico e das temáticas específicas do gênero feminino. Algumas delas não desempenham atividades contínuas ou ativas nas TIs ou cidades; outras desenvolvem suas atividades através de projetos que contam com a colaboração e financiamento de ONGs, Igrejas ou Estado.

A presença das mulheres indígenas no campo do associativismo tem sido maior no cenário amazônico, onde, de uma forma geral, estão concentradas, como já foi ressaltado, a maior parte das associações indígenas no Brasil. Ângela Sacchi (2003) aponta que mesmo sendo recente (anos 90) a participação das mulheres em associações na Amazônia, elas, há muito, participam dos movimentos indígenas em diversas instâncias, trazendo, também, outras agendas para os debates:

As demandas reivindicadas pelas mulheres indígenas demonstraram que elas têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional, por um lado, mas também desenvolvendo um discurso e uma prática política a partir de uma

⁶⁹ COIAB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; APOINME: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais, e Espírito Santo; ARPIN-SUL: Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul.

⁷⁰ Algumas dessas Associações: Associação de Mulheres Indígenas Terena Urbana (AMINTU), Associação das Mulheres Indígenas de Água Branca, União das Mulheres Indígenas de Bananal, entre outras.

perspectiva de gênero. Explicitam igualmente um conjunto de restrições ao processo organizativo: as dificuldades em participar de processos de decisão e dos encontros, que são advindas da resistência das próprias comunidades, das lideranças masculinas, do Estado e da sociedade não indígena, e também da falta de recursos, capacitação e experiência organizativa. (Sacchi, 2003: 101).

Ricardo Verdun (2008) e outros autores (Sacchi, 2003; Roberto de Paula, 2008) ressaltam a participação das mulheres no movimento indígena no Brasil desde a década 70, mas, apontam que a institucionalização do movimento das mulheres só veio a ocorrer a partir da década de 90, com exceção de duas associações criadas da década de 80: a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracúá, rio Aupés e Tiquié (AMITRUT). Pontuo que no MS, e também na década de 80, foi criada uma associação indígena de mulheres que, apesar de ter homens participando, era composta (e ainda é) majoritariamente por mulheres – no associativismo das mulheres Terena é possível encontrar a participação dos homens de alguma forma. Presumo que a realização de mais etnografias revele a existência de outras associações de mulheres indígenas criadas ainda na década de 80.

As indígenas Terena (e de outras etnias no Estado) vêm, há tempos, participando ativamente do movimento indígena local e nacional e de associações, principalmente aquelas que moram e/ou transitam com maior frequência nos espaços urbanos. Temos alguns exemplos importantes (já destacados na tese) dessa ativa participação no MS: a atuação de algumas mulheres na associação KAGUATECA, fundada nos primeiros anos da década de 80 e que tinha na figura da indígena Marta Guarani a sua grande expoente; Enir Bezerra, uma indígena Terena com uma longa trajetória dentro do movimento indígena na cidade, articuladora de vários grupos de mulheres dentro do movimento de ocupação e fundação da Marçal de Souza; e as indígenas Terena da AFIC, importantes agentes nos debates sobre as questões indígenas no Estado. No âmbito das TIs, temos importantes mobilizações de mulheres e associações que articulam demandas ligadas à educação e desenvolvimento local como: a Associação das Mulheres de Água Branca, a União das Mulheres de Bananal e as inúmeras associações de professores nas várias TIs Terena, que contam com a participação expressiva de professoras. Já na esfera de atuação/impacto nacional, temos a atuação da indígena Terena Miriam Marcos Tsibodowapré, presidente do CONAMI (Conselho Nacional de Mulheres Indígenas) associação que articula, entre outros debates, a participação mais ativa e presente das mulheres no movimento indígena em todos os seus níveis: articulação, mobilização, decisão e construção de estratégias.

As reivindicações das mulheres tendem a focar tanto o campo das ações do Estado, no tocante a possibilidade de políticas públicas específicas para o gênero, quanto no campo dos assuntos mais “intraétnicos”, como a participação maior nas decisões do grupo, a violência doméstica, etc. No quesito diálogo/embate com o Estado, e mesmo diante dessas mobilizações, observa-se que ainda é recente e incipiente as políticas para as mulheres, haja vista que para o indigenismo estatal as mulheres são “quase invisíveis” (Verdun, 2008). Exemplos disso é que somente em 2006 foi incluído no plano plurianual (PPA) uma ação específica para as mulheres na FUNAI, e só em 2007 foi criado um departamento específico para elas no referido órgão. Já nos assuntos intraétnicos, é possível constatar algumas transformações significativas, por exemplo, as que colocam as mulheres em lugares antes não acessados diretamente (como caciques, diretoras de escolas, agentes de saúde, etc.).

É importante frisar, que as reivindicações das mulheres são amplas e estão inseridas num campo extremamente complexo, no sentido de que realizar um recorte de gênero, dentro de um movimento social com demandas também amplas e importantes, tende a ser, muitas vezes, um fator limitante nas ações/reivindicações específicas das mulheres, o que vem configurando grandes desafios, como aponta Rita Segato (apud Verdun, 2008: 13):

O direito das mulheres dos povos indígenas é, portanto, uma área de dificuldades múltiplas. Depois de iniciado o período de contato intenso com a sociedade nacional, a mulher indígena padece de todos os problemas e desvantagens da mulher brasileira, mais um: o mandato inapelável e inegociável de lealdade ao povo a que pertence, pelo caráter vulnerável desse povo. Se elas reclamam seus direitos baseados na ordem individualista, elas parecem ameaçar a permanência dos direitos coletivos nos quais se assenta o direito comunitário: a terra e a divisão do trabalho tradicional na unidade doméstica como base da sobrevivência. Isso torna frágil a sua vontade e legitimidade na reclamação dos direitos individuais que são, por definição e natureza, “universais”, e cujos pleitos dirigem-se aos foros de direito estatal e de direito internacional, ultrapassando a jurisprudência tradicional do grupo étnico”.

Enfim, as mulheres Terena, em conjunto também com outros movimentos sociais, femininos e indígenas de uma forma geral, têm tomado a frente em diversas ações/transformações nos mais diferentes espaços (geográficos, políticos, culturais e sociais), agora, também, pela via do associativismo.

Para os tópicos seguintes, farei uma exposição geral sobre “o modo de estar no mundo” (Lasmar, 2002) da mulher Terena, bem como a história, estrutura e projetos de duas iniciativas

associativas: a AFIC e a AAI, sendo a primeira uma associação que conecta mulheres nas TIs e cidade, e a segunda com foco e atores mais no espaço urbano.

Alguns Apontamentos sobre as Mulheres Terena

Durante os meus primeiros anos de pesquisa entre os Terena, sempre me chamou a atenção o fato das mulheres serem tão pouco estudadas na literatura antropológica disponível. De uma forma geral, é claro, existem poucos trabalhos de expressão sobre essa etnia, sendo apenas em períodos recentes produzidas algumas importantes dissertações e teses. Contudo, ainda não é possível encontrar muitas referências aprofundadas sobre as mulheres Terena, com exceção apenas de duas dissertações de Mestrado defendidas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo⁷¹ e algumas monografias de Universidades em Campo Grande. As descrições resumidas que farei aqui, são frutos de fragmentos recolhidos nos trabalhos consultados e na minha pesquisa de campo.

Adentrar o espaço das mulheres Terena é sempre um grande desafio para o antropólogo. Dificilmente elas se abrem às pesquisas, deixando para os homens o papel de interlocutores com aqueles que querem conhecer um pouco sobre os seus costumes. A observação e a construção de amizades é o passaporte para o acesso a esse universo, que se mostra, à primeira vista, mais fechado aos outros. Passada a primeira impressão, pode-se observar que as mulheres não estão retidas apenas na esfera do interior (os cuidados com os assuntos internos da sua família e/ou aldeia), pelo contrário, as Terena são uma das grandes responsáveis pelo expansionismo e pelas relações exteriores.

Como já foi apontado no capítulo I, o expansionismo Aruak é uma das características fundamentais dos Terena, expansionismo aqui entendido também como uma forma de difundir as influências, os costumes, adquirir bens, incorporar novos símbolos, pessoas, mercadorias, fazer alianças, etc. No caso das mulheres, observa-se que elas participam como protagonistas importantes nesse processo, seja através do matrimônio com outras etnias e com os *purutuye* (brancos); seja das idas e/ou mudanças constantes para outros territórios; seja no ingresso no movimento indígena; entre outros.

O expansionismo da mulher Terena cria novos espaços para as ações de seus parentes e afins (principalmente quando se casa com um *purutuye* e vai morar na cidade), proporcionando o acesso a outros bens e serviços que passam a fazer parte das trocas e das relações dentro e fora das

⁷¹ Ver Souza, S.C. (2000); Galan, M. (1994).

TIs. Lembrando que a mulher que casa e sai da aldeia, ou mesmo a mulher que vai morar fora para trabalhar ou estudar, retorna sempre que pode a sua TI de origem, seja no período das festas tradicionais, seja no período de suas férias do trabalho, ou no retorno mais definitivo, compondo assim uma grande rede de fluxos, de idas e vindas.

As ações empreendidas pelo expansionismo das mulheres, também abrem múltiplos campos para a Alteridade, no processo de busca e incorporação dos recursos/relações proporcionadas pelos encontros/predações com os “Outros”. Esses encontros, frutos do expansionismo, representam também momentos de riscos, não se consome as alteridades infinitamente e sem que isso acarrete transformações. No trânsito, nos deslocamentos, por exemplo, as pessoas não “vão” ou “voltam” da mesma maneira; sempre há que se negociar alguns símbolos e relações trazidas dessas viagens, desses encontros.

No âmbito das TIs, as mulheres desempenham também as tarefas e as decisões consideradas do âmbito doméstico (família nuclear), cabendo aos homens as decisões mais gerais da TI – decisões essas tomadas em reuniões com o cacique e os membros do Conselho Tribal. Raramente as mulheres participam das reuniões políticas/decisórias nas TIs. Segundo depoimentos colhidos no campo, os homens consideram que as decisões políticas e econômicas são competências exclusivamente masculinas, justificam tal postura dizendo: *“o certo é a mulher ficar cuidando da casa, dos filhos, esse negócio de mulher participar de política, de decisão importante, não pode. Não é assim entre os Terena”* (Informante Terena, informação oral).

O fato da mulher não fazer parte do conselho tribal, ou de não tomar as decisões gerais da aldeia, não significa uma postura de submissão, de não influência ou de não respeitabilidade por parte dos homens. Numa das esferas de sua influência, a parentela agnática, a mulher direciona e congrega várias decisões, assim como o homem, tomando posições pertinentes a toda a sua parentela, agregada em geral a um casal idoso de referência e importância; essas decisões, tomadas no âmbito da parentela, refletem nas decisões gerais da aldeia.



Figura 34: Desenho sobre a mulher Terena elaborado por uma criança Terena

As mulheres também participam de outros espaços importantes nas TIs, como professoras, diretoras de escolas, enfermeiras nos postos, secretárias auxiliares dos caciques e presidentes de associações; essas novas posições sociais têm conferido prestígios e possibilidades de argumentação em campos onde anteriormente não atuavam diretamente. Além disso, destaca-se a existência e atuação de mulheres *koixomuneti* nas TIs e cidades – algo não tão recorrente entre os indígenas sul-americanos. Tal posição, dentro da sociedade Terena, fornece prestígio e poder para as xamãs e seus familiares.

Nas cidades, muitas mulheres têm assumido a posição de “chefes” de suas famílias, cuidando dos afazeres domésticos, criando os filhos, mantendo economicamente suas famílias, o que tem refletido na forma como a mulher na cidade está se inserindo no campo das políticas do movimento e associativismo indígenas, com muitas fundando importantes associações, ou colaborando, através de mobilizações, debates e reflexões, para importantes transformações no campo das relações entre os Terena, como, por exemplo, a possibilidade de uma mulher ser eleita cacique, como foi o caso da Terena Enir.

Pontuo que no movimento indígena, o discurso, a oratória, a fala em público, é muito valorizada entre indígenas e não indígenas e, em geral, tal atributo é próprio do universo masculino. Entre as mulheres Terena, por outro lado, existe uma habilidade de igual valor e importância à oratória, a saber, o canto e o choro ritualizados. Tais atributos são utilizados em momentos especiais, como nos funerais, nas chegadas de visitas distantes, nas festas, nos casamentos, nas reuniões públicas, nas formaturas e nos rituais das xamãs; são sempre cantos e choros improvisados, com base no que estão vivenciando no momento. Pude acompanhar algumas dessas situações em que os cantos e choros se fizeram presentes, acompanhados, também, de pequenos passos de danças, perfazendo momentos de grande comoção e respeito entre aqueles que observam.

Vanessa Lea (1994: 112) também menciona que o “gênero de fala feminina Mebengokre correspondente à oratória masculina é o choro ritualizado”. Com isso, a autora procura demonstrar que as noções relativas à submissão/dominação não dão conta da complexidade e especificidade que envolve esses processos, visto que tanto o choro quanto os discursos são equivalentes em termos de conhecimentos e saberes:

A velha noção hierárquica estática, do tipo gangorra (dominação/subordinação), obscurece mais do que ilumina. O conceito de englobamento permite uma visão mais nuançada; ora a mulher engloba, por exemplo, quando o seu choro é ouvido pela aldeia inteira; ora é englobada, por exemplo, quando os homens tomam decisões relativas ao mundo dos brancos. Em termos de *agency*, espero ter

mostrado que a mulher Mebengokre é muito mais do que aquele rosto tímido e submisso que contempla o forasteiro iniciante (Lea, 1994: 113).

Dizer que o discurso é um recurso dos homens, não exclui que as mulheres estejam hoje incorporando essa forma de expressão e influência. Nas TIs, as mulheres, em geral, têm usado da oratória quando dos encontros e eventos nas escolas (principalmente as professoras), ou nas reuniões conjuntas das associações indígenas. Já nas cidades, onde as mulheres participam de várias reuniões e eventos em conjunto com os homens, não é incomum ouvir os seus discursos públicos, expressando, assim, as novas facetas da oratória indígena; nesses eventos, os depoimentos dados são sempre pautados na importância da mulher e na necessidade dela estar mais presente nos momentos políticos/decisórios.

Com diferentes formas de influência e ação, atuando ou não em conjunto com os homens, propondo novas agendas e transformando as relações, conclui-se que “o modo de estar no mundo” feminino, vai muito além da complementaridade nas funções sociais entre homens e mulheres, ou em alguma cristalização de pólos de oposição, pois os papéis que ambos os sexos desempenham podem ser mesmo excludentes, ou “englobantes”, ou contraditórios, trazendo para os espaços familiares, clânicos, ou dos movimentos sociais, novos elementos e dinâmicas.



Figura 35: Lindomar Lili – professora, antiga diretora da escola na Água Branca e ex-secretária do cacique Valdomiro – discursando no pátio da escola ao lado do cacique.

Associações das Mulheres Terena

O acesso que tive ao universo de dados sobre as associações das mulheres Terena foi muito fragmentado, de algumas não tive acesso ao estatuto ou projetos, de outras não consegui acompanhar o cotidiano de suas associações. De uma forma geral, observa-se que as atividades empreendidas pelas mesmas ainda são bem menores, e sem uma constância maior, se comparadas com as associações constituídas por homens, nesse sentido, a atuação política das mulheres ainda se dá, com maior destaque, nas mobilizações ainda não “institucionalizadas”.

Farei uma breve exposição sobre duas associações constituídas majoritariamente por mulheres: a Associação dos Feirantes Indígenas – AFIC, e a Associação dos Artesãos Indígenas – AAI, ambas com sede em Campo Grande, sendo que a primeira é formada, em sua maioria, por mulheres das TIs que se deslocam quinzenalmente para a cidade com o intuito de vender os produtos da agricultura; e a segunda sendo constituída por famílias indígenas residentes no bairro Jardim Noroeste.

A ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES INDÍGENAS DE CAMPO GRANDE – AFIC

A AFIC foi fundada em 1988, a partir de reivindicações das Terena de algumas TIs no MS por melhores condições na venda de seus produtos trazidos para a cidade. A prática do comércio nas cidades é bem antiga entre as Terena, desde os primeiros agrupamentos citadinos já se encontram registros da presença das mesmas. Na história mais recente dos Terena em Campo Grande, e mais especificamente no espaço em que hoje se encontra a AFIC, os relatos dão conta da presença das mulheres desde a década de 60, comercializando os produtos da agricultura familiar, cultura material e coleta.

Hoje, tal espaço de venda, conquista das mobilizações das mulheres Terena, é conhecido como a “Feira Indígena”, localiza-se na praça Oshiro Takimori, ao lado do Mercado Municipal, no centro da capital. A estrutura da feira é constituída por três quiosques feitos de madeira e tijolos e coberto com telhas, com banheiro para as feirantes e uma guarita policial. O trabalho da feira é feito pelas mulheres, sendo que a maior parte delas reside nas TIs Cachoeirinha, Limão Verde e Taunay/Ipegue; nesse sentido, precisam realizar viagens quinzenais para buscar os produtos comercializados, permanecendo, no retorno das TIs, por vários dias na cidade.

A feira indígena se configura como um ponto de referência e encontro para os Terena de Campo Grande, tanto os residentes na cidade, quanto os que estão só de passagem. Lá é possível

buscar informações sobre associações indígenas existentes na capital, bem como sobre as famílias que residem na cidade. No espaço da feira, as mulheres articulam e dinamizam uma extensa rede de contatos com parentes e afins na cidade, além disso, a feira se configura como um ponto turístico para aqueles que visitam a capital.

Mas, até chegar a essa configuração atual, com a estrutura física, tornando-se um ponto de referência para os indígenas e a possibilidade de comercialização, foi necessária uma grande mobilização das mulheres Terena, mobilização essa que acabou resultando não só na estrutura física da feira, mas também na fundação da Associação AFIC.

Apesar de já ter apontado no tópico sobre do Grupo Te um pouco do histórico da Feira e da formação da AFIC, retomarei alguns pontos da história.

Muito antes da fundação da Associação na década de 80, quase 20 anos antes, as mulheres já circulavam por todo o centro da capital, e no espaço atual da feira, vendendo os seus produtos. Contam os mais velhos que era muito comum vê-las (como ainda é) com grandes bacias na cabeça cheias de pequi, milho ou feijão, ou mesmo carregando latas ou sacos repletos de maxixe ou guavira. Quando não estavam batendo de porta em porta vendendo tais produtos, procuravam deixá-los expostos na calçada da praça Oshiro, acompanhadas, sempre que possível, de seus filhos pequenos ou adolescentes. A situação enfrentada por elas era extremamente difícil, pois tinham que lidar não só com a discriminação por serem indígenas, mas, também, com as péssimas condições do local: falta de banheiro, chuva, sol, roubos de seus produtos, falta de um lugar de pouso e assédio de homens que passavam no local a noite.

Com o passar dos anos, lá pelos idos de 1986/87, e com o aumento no número de indígenas comercializando na praça, as Terena começaram a se organizar com o intuito de pressionar FUNAI e a prefeitura para oficializar o local como Feira Indígena e para que fosse construída uma estrutura que pudesse abrigá-las com segurança. Alguns jornais da época descreveram a mobilização empreendida por elas:

Marginalizados socialmente por alguns comerciantes, e discriminados pelas autoridades, segundo os próprios comentários, os índios que utilizam os arredores do Mercado Municipal para comercializarem suas mercadorias, vêm sofrendo há muito tempo o problema da falta de um espaço físico adequado que lhes garanta maior tranquilidade e segurança. Na noite de terça-feira passada, durante reunião da Câmara de Vereadores de Campo Grande, os parlamentares tiveram a visita de alguns representantes da comunidade indígena, inclusive a presidente Marta da Silva Vitor, que ressaltou a importância do apoio por parte dos “*edis causa*” (Jornal Independente, abril de 1988, *apud* Fernandes Junior, 2002: 40).

Diante das reivindicações, alguns políticos se mostraram contrários à instalação das mulheres na praça, alegando que a mesma não seria destinada para tal fim. Mesmo com as posturas contrárias de alguns vereadores, a mobilização das mulheres foi crescendo e ganhando apoio de lideranças indígenas e de alguns setores da sociedade civil. Ressalto que a mobilização das feirantes sempre contou com a participação, ainda que em menor número, dos homens: maridos, lideranças, alguns funcionários da FUNAI (como Eliseu Lili), enfim, e à semelhança de outras mobilizações, as mulheres não excluíram os homens, haja vista que o apoio deles era também decisivo para a conquista e legitimidade de suas demandas.

A AFIC surgiu em 1988, em meio às reivindicações para a estruturação da feira e melhores condições de trabalho, além disso, era o período da aprovação da Constituição Federal de 88, com toda a visibilidade e abertura de novas possibilidades de ação para os indígenas, o que, de certa forma, facilitou e contribuiu para a fundação da Associação.

Dentre vários objetivos buscados pela AFIC, as feirantes colocaram no estatuto:

- a) Estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras dos feirantes indígenas, assim como seus problemas, recursos e aspirações;
- b) Promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária dos feirantes indígenas;
- c) Representar os feirantes indígenas em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;
- d) Promover e contribuir para o desenvolvimento humano, social e econômico de seus associados;
- e) Receber e distribuir recursos de qualquer espécie ou natureza;
- f) Colaborar com os poderes públicos, conselhos e outras entidades congêneres, dando-lhes conhecimento dos problemas da entidade e pleitear as respectivas soluções (AFIC. Estatuto, *apud* Fernandes Júnior, 2002: 48).

A estrutura organizacional da AFIC é composta por assembléia geral, diretoria e associados, sendo que a diretoria é formada por: presidente, vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiros e primeiro e segundo secretários.

O primeiro presidente da AFIC foi Eliseu Lili que, na época, realizava várias articulações políticas com as mulheres da feira, aliás, foi no espaço da feira, e com o apoio das mulheres, que Eliseu conseguiu fundar a associação Grupo Te, como já foi apontado. A escolha de Eliseu se mostrava, naquele momento, bastante profícua, dado que as mulheres necessitavam de apoio e legitimidade entre as lideranças indígenas que, apesar de apoiarem as demandas das mulheres, olhavam com cuidado e receio a atuação das mesmas no gerenciamento de ações/projetos; ressalto que tão logo conquistaram legitimidade política, foi possível, as associadas, elegerem mulheres

como presidentes da Associação, deixando para os poucos homens associados, os cargos de secretários ou vice-presidentes.

As atividades da AFIC, nos últimos anos, ficaram concentradas nas questões cotidianas do comércio da feira e na representatividade das mulheres frente ao movimento de mulheres indígenas dentro e fora do Estado, reivindicando desde a possibilidade ampla de afirmação étnica e direitos femininos, à melhorias em termos de estrutura física da feira, como a ampliação das suas instalações e a construção de um alojamento para as mulheres que viajam.

A AFIC não conta com muitos projetos financiados (convênios e contratos), mas, apesar disso, a associação, e a Feira de uma forma geral, é um dos espaços mais importantes para os indígenas em Campo Grande: pelo seu histórico de luta e conquista de um espaço importante; pela ligação simbólica e física entre TIs e cidade; por ter sediado pela primeira vez na cidade a *Kohixoti-Kipahé* e a Ciputrena; por ter recepcionado manifestações da *Koixomunietí* (xamã) Vovó Dinízia; e por representar, ainda que na forma do comércio, um dos elementos mais importantes do *ethos* Terena, a agricultura.

Mas, a AFIC tem buscado aumentar seu campo de ação para além das manifestações políticas/reivindicatórias, a partir do empenho em outras atividades que proporcionem às mulheres e suas famílias formas novas de geração de renda e aumento no lucro da venda de seus produtos. Nesse aspecto, destaco a participação da Associação no projeto “Programa de Sustentabilidade das Etnias Indígenas do MS” iniciado em 2001 pela Fundação Biótica e coordenado pela articulação da associação Parlamento Indígena do Pantanal e da Coordenação das Organizações Indígenas, presididas por Lisio Lili, já mencionado anteriormente.

O projeto desenvolvido pela Fundação Biótica, abrangia a formação e a capacitação das associações indígenas participantes (cerca de 20 associações, que atuavam nas cidades e TIs) nas temáticas do direito indígena, cidadania, autonomia, incremento econômico das atividades desenvolvidas e gerenciamento burocrático das associações indígenas. Acompanhei várias reuniões da Fundação com essas associações indígenas, entre elas as mulheres da AFIC, que sempre buscavam estar presentes apesar de não terem uma participação tão expressiva.

O projeto que a AFIC delineou, participando das reuniões e cursos junto a Fundação, foi o da potencialização da Feira Indígena através de formas diversas que pudessem agregar mais valor (econômico e cultural) aos produtos comercializados, para tanto, indicaram como ações/projetos possíveis: a instalação de uma “cozinha indígena” na feira; a construção de um espaço para

abrigar atividades culturais (danças, cantos); e a ampliação de produtos de outras etnias, haja vista o predomínio dos produtos Terena.

A idéia básica da Diretoria da Feira Indígena e da Gerência de Assuntos Indígenas da Biótica é fazer com que a Feira Indígena de Campo Grande seja um referencial econômico das aldeias indígenas localizadas no interior do Estado, de forma a ordenar a demanda da produção, contribuindo para a transformação dos produtos “in natura”, de formas a agregar-lhes valor econômico visando um mercado garantido (Fernandes Junior, 2002: 50).

Era objetivo, também, dentro desse projeto, tornar o espaço da Feira ainda mais importante no contexto da comercialização dos produtos da agricultura Terena, com a criação de entrepostos nas TIs que pudessem potencializar a produção nas mesmas, concentrando a venda dessa produção no espaço da feira. Nas palavras do coordenador do programa na Fundação:

O objetivo junto à feira é constituí-la como um sistema econômico dos índios, uma forma maior de gerar renda do que hoje é feito. A feira é um pólo de venda dos índios, é o shopping dos índios, mas é preciso ampliar o que se tem hoje, é preciso trabalhar o produto da comunidade, agregar valor nele, fazendo também bom uso dos conhecimentos indígenas, temos que saber associar a causa indígena aos negócios também. Os índios precisam de dinheiro para pagar suas contas, adquirir as coisas, não dá para trocar um tatu por outros produtos aqui na cidade (Lisio Lili, informação oral).

Esse projeto foi construído, portanto, numa parceria entre as mulheres da AFIC e alguns homens (maridos, lideranças e caciques que participaram das reuniões na Fundação) que, de certa forma, iriam usufruir dos benefícios dos projetos, dada a rede de relações, parentesco, trocas e interesses. Pontuo que as idéias construídas para o projeto da AFIC não seriam, de antemão, financiadas por algum convênio com a Biótica, dado que a Fundação era apenas a capacitadora das associações nas temáticas que envolvem os projetos, cabendo a elas buscar parceiras para a concretização de suas iniciativas, que até poderiam contar com a intermediação da Fundação.

Passado algum tempo das capacitações, algumas associações desistiram de continuar participando do programa, algumas por entenderem que necessitavam de financiamentos para seus projetos e não de formação, além de outras questões já pontuadas no tópico sobre a associação Grupo Te. Até onde pude apurar, os projetos delineados pela AFIC não foram ainda concretizados, entretanto, acredito que os cursos oferecidos foram importantes na época, mas, a agilidade com que desejavam concretizar os projetos foi um desestímulo a continuidade nos cursos de capacitação: “os índios tem pressa, querem ver logo o projeto pronto” (Mulher Terena, informação oral).



Figura 36: Quiosques da Feira Indígena em Campo Grande



Figura 37: Interior de um dos quiosques da Feira Indígena

De qualquer forma, a participação da AFIC no programa da Fundação Biótica, em que estavam presentes várias associações indígenas importantes, foi fundamental, haja vista que a relevância da Feira, para a vida de muitas famílias indígenas, foi bastante destacada nas reuniões, indicando, dessa forma, a importância das mulheres na produção e reprodução da vida indígena nas TIs e cidades. Tudo isso contribuiu, mais uma vez, para que as mulheres tivessem o reconhecimento do trabalho que desempenham, além das potencialidades futuras que ainda podem desenvolver através da AFIC.

A ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS INDÍGENAS – AAI

Com a sua sede no bairro Jardim Noroeste, a AAI existe desde 2003, com o antigo nome de Centro de Produção da Cerâmica Terena. Apesar do tempo de existência, a Associação só foi formalmente registrada em cartório no ano de 2007, e já com a denominação Associação dos Artesãos Indígenas – AAI. A maior parte dos 26 associados são mulheres Terena, mas também existem mulheres das etnias: Guarani e Kadiwéu, e um pequeno número de homens artesãos associados.

A atividade principal da AAI é a produção e venda da cerâmica Terena, já bem conhecida da população campograndenese, sendo a mesma comercializada em estabelecimentos de artesanato, shopping, na Feira Indígena e no Memorial da Cultura Indígena na Marçal de Souza. A atividade da cerâmica é uma das mais valorizada entre as mulheres Terena, o ofício é passado de mães para filhas, ou avós para netas. O conhecimento sobre o fazer a cerâmica foi dado pelo herói mítico *Yurikoyuavakai*, o mesmo responsável pela existência dos clãs Sukirikionó e Xumonó. A matéria-prima para a fabricação da cerâmica é muito escassa hoje nas TIs, sendo a TI Cachoeirinha aquela que mais consegue disponibilizar o material, local onde as associadas vão de tempos em tempos adquiri-lo. Além da cerâmica, outros produtos da cultura material são comercializados na sede da AAI, como faixas de tecido, colares, brincos e abanicos feitos com palha de buriti.

A presidente da Associação é a Terena Elida Fátima, que também já foi presidente da AFIC. Conheci Elida ainda no espaço da Feira Indígena e pude observar que sua atuação, assim como de outras mulheres, é bastante ampla: faz e vende a cerâmica, coordena as atividades da Associação, participa de eventos dentro e fora do Estado levando não só a temática específica das mulheres artesãs, mas dos indígenas na cidade de uma forma geral. Foi por meio da atuação de

Elida que a Associação foi fundada, dado sua experiência e a sua influência junto aos grupos de mulheres na cidade.

O fato da AAI ter sido fundada no bairro Jardim Noroeste não foi por acaso, o bairro abriga hoje cerca de 75 famílias indígenas, dessas, 65 são famílias Terena e 10 famílias Guarani, segundo levantamento feito pela própria Associação. O número expressivo de mulheres artesãs, nessas famílias, foi o que também motivou Elida e outras a estarem reunindo mais mulheres em torno de um pequeno núcleo de produção de cerâmica em 2003, construindo o que viria a se tornar depois a sede da AAI.

Há cerca de 4 anos, vários artesãos indígenas de Campo Grande que eram parentes e amigos, e que conheciam a realidade vivida por cada um e os desejos em comum, uniram-se e pensaram em criar uma organização para lhes representar e que pudessem buscar auxílios para colocarem em prática os seus sonhos da continuidade e valorização da prática cultural e da valorização da auto-estima indígena na cidade através das práticas culturais. Assim, foi sendo germinada a Associação de Artesãos Indígenas que teve atividades mais de 3 anos sem estar legalizada por uma série de razões, sendo a principal, a falta de recursos para o pagamento do registro. No entanto, as atividades não dependiam da legalização da Associação para acontecerem, pois elas já existiam e começaram, a partir de então, a serem desenvolvidas em grupo (AAI. Projeto Prêmio Culturas..., 2007).

A primeira conquista das associadas, ainda como Núcleo de Produção de Cerâmica Terena, foi a inauguração de um pequeno espaço para a exposição e venda dos produtos feitos pelas mulheres, espaço esse construído com o apoio financeiro da prefeitura, por intermédio de ofícios e reivindicações feitas por Elida ao prefeito da época. Nesse espaço, as associadas realizam, também, seus encontros e reuniões, além de representar, estruturalmente, a presença simbólica/cultural dos indígenas no Jardim Noroeste.

A participação dos homens na Associação é bem reduzida (em termos de associados), restringindo à atuação dos mesmos mais à esfera familiar das esposas associadas; o que também influencia, de certa forma, as decisões tomadas nas reuniões, principalmente as relativas ao comércio das peças. Evidente que tal constatação é extensiva às influências nas associações majoritariamente masculinas, quando as mulheres, no espaço doméstico, influenciam, indiretamente, as decisões tomadas no campo das associações de seus maridos, filhos ou irmãos.



Figura 38: Núcleo de Produção de Cerâmica Terena, hoje espaço da AAI



Figura 39: Interior da AAI

Entretanto, diferente de muitas associações masculinas, nas de presença maciça de mulheres, como é o caso da AAI, os homens não são excluídos de participar das decisões ou reuniões, e mais, nas falas e discursos dessas mulheres não é recorrente as posições defensivas e exclusivistas de um local apenas de mulheres, como é comum encontrar em muitos depoimentos de homens que acreditam que mulher na política acaba por “esfacelar” a família, além de não ser da “tradição indígena”.

Em 2007, as artesãs formalizaram o registro em cartório da Associação, agora como Associação dos Artesãos Indígenas, mas até o referido ano não tinham retirado o CNPJ.

No registro do estatuto da AAI, foram definidos vários objetivos, destaco alguns:

A Associação de Artesãos Indígenas tem por objetivo a defesa de todos os direitos dos Povos Indígenas e terá especificamente como finalidades precípuas:

- promover o desenvolvimento sócio-econômico e o combate à pobreza dos povos e comunidades indígenas, observando suas naturezas sócio-culturais;
- promover a defesa dos direitos humanos, o patrimônio cultural e os conhecimentos tradicionais, nas inovações e práticas dos povos indígenas;
- promover, apoiar, realizar e incentivar pesquisas e estudos, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que promovam a proteção dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais;
- assessorar tecnicamente os índios, comunidades, povos e organizações indígenas que necessitarem e/ou solicitarem;
- promover a qualificação e formação dos profissionais indígenas dentro do preceito consuetudinário, mantendo os bens e serviços da biodiversidade para o bem estar humano;
- promover e apoiar curso, seminários, palestras e outras formas de ensino, junto as comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, como o intuito de criar uma consciência sobre o modo de vida diferenciada dos povos e comunidade indígenas, bem como de seu meio ambiente;
- receber, administrar e repassar recursos para organizações civis sem fins lucrativos para implementação de projetos ou ações que contribuam para a consecução da finalidade desta associação;
- realizar e implementar programas e projetos, promovendo parcerias entre organizações da sociedade civil com órgãos públicos e organismos de cooperação técnica e financeira nacionais e internacionais e instituições privadas;
- restabelecer perspectiva própria dos povos indígenas através da valorização das tradições, conhecimentos, inovações e tecnologias transmitidas pela memória cultural dos antepassados (AAI. Estatuto, 2007).

A prática do comércio de peças da cultura material, com o argumento de que a prática proporciona melhores condições sócio-econômicas para as famílias, é bastante comum entre os Terena da cidade, principalmente entre as mulheres, as grandes conhecedoras do fazer a cerâmica, as faixas, os adornos. Aliado a esse argumento, está o fato de que a produção e ressignificação da

cultura material no espaço urbano é uma forma de afirmação étnica, de mostrar aos demais, indígenas e não-indígenas, que apesar dos fluxos e das transformações, continuam produzindo/reproduzindo a tradição na cidade, em vistas, também, das hostilidades e preconceitos que enfrentam em Campo Grande. As mulheres vêem, no investimento simbólico e econômico do fazer e vender a cerâmica, uma forma de dar visibilidade afirmativa à história de vida de cada uma, bem como a do grupo étnico como um todo.

O argumento da valorização cultural como mote para a prática da cerâmica, foi o impulsionador e fio condutor na construção de um projeto para o “Prêmio Culturas Indígenas” de 2007. As mulheres eram maioria nas reuniões, mas os poucos homens presentes puderam expor suas opiniões sobre o que consideravam importante de se buscar com um possível financiamento pelo Ministério da Cultura. Ao fim de algumas reuniões, e com o título de “Núcleo de Produção de Cerâmica Terena”, a iniciativa (proposta/projeto) foi fechada, indicando alguns pontos importantes, como o histórico da AAI – com foco especial na atuação das mulheres – e o que gostariam de realizar caso fossem premiados em sua iniciativa, conforme segue:

A iniciativa apresentada que denominamos de Núcleo de Cerâmica Terena, é uma iniciativa que existe muito antes do surgimento da Associação de Artesãos Indígenas, que surgiu do desejo de vários artesãos em se associar e unir forças e auxiliar uns aos outros no fortalecimento cultural dos povos indígenas que residem no bairro Jardim Noroeste, com o fortalecimento e valorização da cultura indígena na cidade. Os artesãos da Associação há muito tempo já realizam suas práticas individualmente, cada um com sua história procurou unir a prática cultural com a sua produção econômica.

[...] Cada membro da Associação possui sua história de como chegou até a cidade, mas todas as histórias possuem em comum o desejo de que as culturas Guarani, Kadiwéu ou Terena não se perdessem com o tempo. Essas iniciativas culturais devem ser valorizadas porque fizeram com que a cultura indígena fosse valorizada, primeiro pelos próprios indígenas, e depois pelos não indígenas. Isso porque na cidade de Campo Grande, há 30 anos havia muito preconceito com relação à cultura indígena, o que fazia com que os indígenas não manifestassem suas práticas culturais em público, fazendo com que muitas quase se perdessem porque os pais não ensinavam seus filhos com receio de que eles sofressem preconceito. [...] É nesse contexto que as iniciativas dos membros da Associação ganham em importância, pois sem essas iniciativas individuais que foram, cada uma a seu modo, exemplos para o resgate cultural no meio urbano, nossa cultura estaria fragilizada e muitas práticas estariam perdidas, como já estavam.

Essas iniciativas que há 4 anos estão sendo realizadas coletivamente na Associação, mostram que a cultura indígena pode ser praticada fora da aldeia e que os indígenas que não moram mais nas aldeias continuam sendo indígena onde quer que estejam. Por essas razões é que selecionamos essa iniciativa para concorrer ao prêmio 2007, pois temos sonhos de continuar e ampliar nossos projetos com um local onde podemos ministrar oficinas de cultura indígena

(cerâmica, artesanato (brincos, cocares, colares, etc.), tecelagem, culinária, dança, música, histórias, idioma escrito e falado, etc.) para as nossas crianças e as crianças de nossos parentes que moram na cidade, e com o dinheiro do prêmio esse sonho pode se tornar realidade (AAI. Projeto Prêmio Culturas..., 2007).

Um dos objetivos principais do projeto era a construção de uma espécie de Casa de Cultura, onde os membros da Associação poderiam ampliar o campo de ação da AAI, incorporando outras atividades como danças, culinária, cursos profissionalizantes, entre outros, trazendo para o Jardim Noroeste mais indígenas, assim como demais moradores de Campo Grande interessados em conhecer um pouco da diversidade étnica no Estado.

A AAI não conseguiu conquistar o Prêmio, mas o desejo de realizar as atividades propostas ao edital ainda faz parte do ideário das associadas.

Ressalto, por fim, que a exemplo da AAI, existem também outros núcleos de mulheres indígenas, reunidas ou não em torno de associações, e em diversos outros bairros, que utilizam a prática da cerâmica, e demais atividades ligadas à cultura material, como forma de expressão do “modo de estar” mulher Terena na cidade, o que expressa sua singularidade dentro da sociedade Terena, assim como no campo do associativismo.

Entre Mistérios, Temores e Novidades

Conta o mito, que um *koixomuneti* com medo da figura misteriosa da “mãe d’água” (*Hihiai-uné*) foge para longe e perde a oportunidade de conhecer com ela mais sobre os mistérios da produção e reprodução da vida, das chuvas, das matas... a mãe d’água, por outro lado, lamenta o ocorrido, ou seja, o medo do xamã pela sua presença e ação. Com isso, desabafa: “*Ah! Se você tivesse falado comigo, lá na floresta, eualaria contigo, e lhe contaria tudo, e lhe revelaria o mistério*”⁷².

Alguns personagens míticos Terena que representam o feminino como, *Hihiai-uné*, *Livechechevena* e a transformação da *Kipaé* em mulher, ligam a figura do gênero feminino a mistérios, criações e perigos. A mulher personifica, através desses mitos, o surgimento das plantas, das chuvas, da vida, mas, também, representa a morte e o engano por aqueles que se deixam seduzir. Os mitos que envolvem esses personagens retratam um pouco da complexidade

⁷² Jair de Oliveira (2003: 65).

que envolve as mulheres, a sua especificidade, a sua diferença, representada nos tabus que envolvem a menstruação ou a criação da vida.

Dentro do espaço das associações, as mulheres representam o desconhecido, o novo, uma forma outra de fazer política. Sua influência se amplia, cresce, seu expansionismo a faz questionar, transformar, mexer com as bases dos costumes, das tradições. Mas, também, no espaço da associação, a mulher reforça seus laços com a parentela, com a sua história, com a sua aldeia, com o seu bairro, reforça as alianças com os homens, é lá que ela propõe, por exemplo, uma forma de ser e estar na cidade que não signifique um rompimento com a sua origem, afinal, ela sabe como lidar com o trânsito, sabe como participar da rede de fluxos e permanecer Terena, como costumam enfatizar nos seus depoimentos.

Para os homens, essas armas invisíveis são ainda consideradas um problema, um mistério, um campo movediço para as suas ações, como é o terreno desconhecido das novidades. Certa vez, um cacique Terena me disse: *“as mulheres tem armas que a gente não vê”*, e desses mistérios e novidades surgem alguns conflitos e temores.

Cito um exemplo bem recente desse impasse produzido pelos novos espaços ocupados pelas mulheres, fruto também da atuação no campo do movimento e associativismo indígena: a eleição de Enir Bezerra para o cargo de cacique da aldeia urbana Marçal de Souza.

Enir, como já pontuado, foi uma das grandes articuladoras, se não a maior, do movimento de ocupação do espaço que é hoje a Marçal de Souza. Ela reuniu as famílias, os homens, e as mulheres na mobilização e formação da primeira aldeia urbana da capital e, apesar de sempre destacar que a conquista só foi possível pela atuação das mulheres, sempre buscou incorporar as lideranças masculinas na construção da legitimidade do bairro, tanto que sempre foram os homens que ocuparam os cargos de caciques e líderes do bairro; somente 13 anos depois que uma mulher foi eleita:

É muito novo tudo isso na cultura indígena [a eleição de uma mulher Terena cacique]. Mas acho que a tecnologia está bastante avançada, estamos no Século XXI, temos hoje advogados indígenas, médicos, a internet está predominando, então acho que há necessidade que os índios avancem também”, afirmou. “Acho que a comunidade tomou consciência de que as mulheres têm a mesma capacidade de tomar decisões que os homens, e vemos nisso uma grande mudança. (Enir, 2008⁷³)

⁷³ <http://www.uniedas.com.br/enir-india-vence-e-sera-1-mulher-cacique-em-ms.html>. Acesso: 25/06/2009.

A posse de Enir causou um mal estar entre as lideranças masculinas, ouvi algumas declarações de homens preocupados com a conquista de Enir, pois não seria “da cultura” a mulher ocupar tais funções, muitos disseram que ela provavelmente terá inúmeros problemas para ser aceita e levar o mandato até o fim. Enir tem uma boa base de aliança além do círculo do movimento indígena, inclusive político partidário, tem também o apoio de muitas mulheres do bairro e de associações de mulheres indígenas na cidade. Creio que Enir terá um grande desafio pela frente, mas, também, uma oportunidade ímpar de mostrar que a sua história a capacita para exercer, com muita propriedade, espaços antes exclusivos aos homens Terena.

Enfim, as mulheres no campo dos movimentos reivindicatórios e associativismo, como as mulheres no espaço da AFIC e AAI, vêm trazendo ao debate, que as novidades, para além das desconfiças, movimentam e impulsionam a vida social, dinamizam as relações, potencializam os ganhos de todos, melhoram as condições econômicas de suas famílias, proporcionam a formação escolar de seus filhos. As mulheres, nas mais diferentes mobilizações, criam e recriam novas fontes simbólicas, novos caminhos de se produzir e fazer política, tornando os espaços ricos em suas possibilidades e potencialidades. Aos homens, não é preciso temer o novo e dar espaço nas novas posições sociais, frutos das inúmeras mobilizações e conquistas, empreendidas tanto por homens quanto por mulheres.



Figura 40: Posse de Enir como cacique da Marçal de Souza (fonte; <http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?em=3&n=422653&p=2>)

“SOMOS TODOS PARENTES”: A CONSTRUÇÃO DA ARPIPAN

A ARPIPAN – Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal – é uma associação que almeja agregar as várias etnias presentes no MS – Kadiwéu, Guató, Terena, Kinikinau, Kaiowá, Guarani, Ofayé e Kamba. Fundada oficialmente em 2008, tem como objetivos buscar soluções para algumas demandas dessas sociedades, com um foco especial na Gestão Ambiental das Terras Indígenas.

O desejo de constituir associações que unifiquem diferentes etnias em torno de demandas comuns não é uma novidade, como já indiquei, desde os levantes indígenas da década de 70, várias foram as iniciativas nessa direção em quase todo o país – a região Norte tem vários exemplos consolidados –, o que nos leva a problematizar os estudos que apontam ou enfatizam o processo de atomização do movimento e associativismo que vêm ocorrendo nos últimos anos. No Mato Grosso do Sul, a constituição de associações multiétnicas – algumas com expressão também na arena nacional – nunca saiu da pauta dos desejos, discursos e mobilizações indígenas, como indicam os exemplos já citados⁷⁴.

Entretanto, no contexto do Mato Grosso do Sul, a ARPIPAN também traz novidades, principalmente pelo seu foco e aprofundamento nas questões e temáticas ambientais (gestão ambiental nas TIs; Agenda 21; Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB; proteção do Aquífero Guarani; entre outras), campos ainda novos para os indígenas no Estado. O foco de ação da Associação na área ambiental se deve, também, às recentes políticas e apoios nacionais e internacionais (GEF Indígena, SIGATI⁷⁵) para as TIs presentes nos biomas Pantanal e Cerrado, o que tem proporcionado novos campos de atuação para o associativismo até então empreendidos pelos indígenas (principalmente os Terena), haja vista a abertura de outros canais de diálogo e financiamentos multilaterais para seus projetos, antes pouco alcançados pela via de suas inúmeras associações locais.

Passarei a discutir, na sequência, o histórico da recente formação da ARPIPAN, expondo e analisando: os acontecimentos cruciais para a fundação da Associação; as alianças que foram sendo construídas e empreendidas com os mais diferentes atores e instituições – associações e lideranças indígenas regionais/nacionais, setores governamentais e não-governamentais –; os

⁷⁴ As associações: Centro Social de Cultura Nativa, KAGUATECA, Conselho Intertribal –, entre outras iniciativas associativas.

⁷⁵ Sistema Integrado de Gestão Ambiental de Terras Indígenas da FUNAI.

principais objetivos e os projetos buscados; a conexão e articulação entre os grupos nas cidades e nas TIs; além das novas contribuições para o debate no campo do associativismo étnico.

Acontecimentos, Atores e Instituições: Construindo uma nova Aliança Regional/Nacional

Conforme venho apontando, a formação de associações e movimentos multiétnicos sempre fizeram parte das mobilizações e discursos dos indígenas no MS – de diferentes formas e em diferentes momentos da história –, e foi com base nessas experiências e articulações anteriores – que proporcionaram contatos e alianças – que os indígenas puderam idealizar e instaurar a ARPIPAN, uma iniciativa com novos temas e possibilidades de ação. Assim como outras associações indígenas, o início da ARPIPAN não pode ser datado apenas a partir do dia da ata de sua fundação, 9 de abril de 2008, dado que foram as alianças, contatos e histórias anteriores que propiciaram a base da mesma e a sua conseqüente fundação.

A descrição e análise da ARPIPAN, aqui neste tópico, têm como foco étnico a atuação dos Terena. Primeiro, por serem a etnia foco da tese; segundo, por terem iniciado e tomado à frente no processo de reunir e articular as demais etnias em torno da ARPIPAN e; terceiro, por serem maioria na associação – o que não diminui, ou exclui a importância e a *agency* das demais etnias que participaram de toda a história, dado que sem o conjunto, sem o apoio e a participação multiétnica, não haveria a formação da ARPIPAN, tal qual se configura hoje.

Dentro dessa discussão, pontuo que as alianças étnicas – acima das disputas e dissidências que há entre as etnias, bem como dentro dos seus próprios grupos – têm se mostrado, ao longo da história das mobilizações indígenas, um caminho fértil, de variadas possibilidades, principalmente no diálogo/embate com o Estado, em vista de cenários como o atual, em que os políticos e produtores rurais têm se articulado com campanhas diárias em jornais impressos e programas de televisão contra a demarcação das Terras Indígenas Terena, Guarani e Kaiowá, um momento extremamente tenso para os indígenas, mas que se mostra propício para as ações conjuntas. Além disso, o alcance e a legitimidade da Associação estão ligados às possibilidades de participação das várias etnias presentes no Estado (através de suas associações locais e de suas lideranças), o que tem demandado muito esforço, em meio, também, a conflitos com algumas associações indígenas e indigenistas que questionam a legitimidade ou representatividade da ARPIPAN; a representação coletiva de etnias é também um campo que se mostra complexo, permeado de disputas por espaços de poder/ação, entretanto, revela as formas como os grupos

vão construindo ou desconstruindo suas alianças, deixando ou abarcando novos interesses, processos que, apesar de já conhecidos por eles, sempre trazem novidades, seja dos novos temas, dos novos atores ou da perda de antigos parceiros.

Para a compreensão e descrição do histórico da ARPIPAN, destaco e analiso alguns acontecimentos e pessoas-chaves:

1) A construção do Projeto GEF Indígena (*“Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros”*) e a participação dos Terena nesse processo.

2) O trabalho, a articulação e a influência do importante *naati* Jorge Miles, mais conhecido como Jorge Terena, por meio de sua atuação profissional em associações como a COIAB, o TNC e a FEPI⁷⁶. Jorge Terena sempre idealizou a fundação de uma associação no MS com inspirações claras no cenário associativo na Amazônia, e via na ARPIPAN uma possibilidade real disso se efetivar. Contudo, Jorge faleceu em 2007 sem ver a concretização do seu sonho. Sua morte teve um significado simbólico e político importante para a continuidade da formação da ARPIPAN, tornou-se uma espécie de marco histórico, uma bandeira, que uniu várias lideranças indígenas, até mesmo adversárias, ajudando a impulsionar a fundação da Associação;

3) As articulações, contatos e apoio da COIAB e TNC nas pessoas de Lúcio Flores e Jorge Terena;

4) O apoio e influência do Comitê Intertribal (ITC) através de Marcos Terena;

5) A atuação de Lisio Lili a frente do Parlamento Indígena do Pantanal e da Coordenação das Organizações Indígenas do MS;

6) A parceria estabelecida com a ATY-GUASSÚ, através do intermédio das lideranças Kaiowá: Eduardo Pereira e Nito Nelson;

7) E a influência do movimento “Acampamento Mãe Terra” da TI Cachoeirinha, na pessoa de Ramão Vieira, hoje coordenador da ARPIPAN e antigo cacique da aldeia Lagoinha/TI Cachoeirinha.

Apresento, resumidamente, o desmembrar desses acontecimentos, atores e instituições, elementos importantes para a compreensão da formação da ARPIPAN.

⁷⁶TNC: *The Nature Conservancy*. “The leading conservation organization working around the world to protect ecologically important lands and waters for nature and people”. Fonte: <http://www.nature.org/aboutus>. Acessado em 13/05/2009. FEPI: Fundação Estadual dos Povos Indígenas/AM.

O Projeto GEF Indígena

O GEF (Fundo Global para o Meio-Ambiente) é o maior financiador no mundo de projetos ambientais, atua como “um mecanismo de cooperação internacional com a finalidade de prover recursos adicionais a fundos concessionais para cobrir custos incrementais em projetos que beneficiem o meio ambiente global⁷⁷”. No Brasil, o GEF já vem atuando há algum tempo em programas e projetos ambientais e, mais recentemente, vem sendo elaborado para atuar, também, entre os indígenas, com o projeto “*Catalisando a contribuição das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros*” mais conhecido como o “Projeto GEF Indígena”, projeto esse que visa consolidar – a partir de projetos e ações nas TIs presentes nos biomas brasileiros – a contribuição que os indígenas, com suas diferentes formas de manejo de seus territórios, têm dado para a conservação das florestas no Brasil:

[visto que] as práticas de [etno]-gestão ambiental têm muito êxito no trabalho de conservação e manutenção dos recursos [ambientais], mas são pouco conhecidas e valorizadas. Para tanto, pretende-se fortalecer as formas étnicas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nesses territórios, e a promoção da inclusão social dessas comunidades, fomentando assim uma política de gestão ambiental em territórios indígenas (Folder GEF Indígena, *apud* Sant’Ana, 2008: 2).

O Projeto GEF Indígena se constitui, no Brasil, em meio a um contexto de debates e de algumas experiências de projetos ambientais nas TIs, como o PPTAL, o PDPI e o FNMA (Fundo Nacional de Meio Ambiente), programas com focos na Amazônia Legal. Conjuntamente a essas experiências, ocorreram mudanças governamentais que auxiliaram no processo de construção do GEF Indígena, como as reformulações no MMA, que possibilitaram ao órgão a realização de pequenas ações de gestão ambiental em algumas TIs, surgindo a proposta, inclusive, de uma “Gerência Indígena no Departamento de Extrativismo (DEX) da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), reunindo o PDPI e o Carteira Indígena, tornando-se o local de referência da política indigenista de gestão ambiental nesse Ministério” (PRODOC/GEF INDÍGENA, 2008, s.p.).

Soma-se a esses processos, a consolidação gradativa da aliança entre a FUNAI, Ministério da Justiça (MJ) e o MMA, o que proporcionou a criação da “Política Nacional de Gestão

⁷⁷ “Custos incrementais referem-se à diferença entre os custos do programa-projetos, que visam atingir objetivos do meio ambiente global, e os custos das metas e prioridades nacionais” (Cartilha GEF – Apresentação de Propostas de Projeto para o Programa do Fundo Global para o Meio Ambiente – Ministério de Ciência e Tecnologia, Brasília – 2005).

Ambiental em Terras Indígenas, a partir da Portaria Interministerial Nº 276/2008, que institui um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI” (PRODOC/GEF INDÍGENA, 2009, s.p) para desenvolver esse processo. O GTI é o responsável pela aplicação da nova política indigenista/ambiental (o SIGATI), e é composto por representantes indígenas (e suas associações), e representantes do governo. O GEF Indígena pretende somar, e potencializar, as atuais políticas governamentais relacionadas às temáticas meio ambiente e TIs.

A proposta do Projeto GEF Indígena surge como um dos mecanismos, a somar com outras experiências de projetos no âmbito governamental da CGPIMA/FUNAI, CGDC/FUNAI, PPTAL/FUNAI, PDPI/ MMA e Carteira Indígena (MMA), para apoiar o GTI e o Governo Brasileiro na construção, implementação e consolidação dessa política de gestão ambiental nas terras indígenas. Mesmo sendo um projeto temporário, tem entre seus objetivos criar condições para a internalização dos processos e das ações iniciadas, a partir do estabelecimento de vários mecanismos de interação entre programas governamentais e projetos da sociedade civil organizada indígena e indigenista, de forma a exercer um efeito positivo e sinérgico, fazendo jus ao seu título: Catalisando a contribuição das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros (PRODOC/GEF Indígena, 2008: s.p).

Traçando um breve percurso histórico, aponto que a possibilidade do GEF junto às TIs no Brasil, começou a ser debatida no âmbito governamental em 2004, a partir da criação do GTI, cujo objetivo era o de elaborar uma proposta a ser submetida à sede mundial do GEF. Essa atitude do governo, foi fruto das pressões indígenas conduzidas pela articulação da COIAB, que reivindicava do governo uma ação mais efetiva no tocante à criação de políticas de proteção e gestão ambiental nas TIs. Dentre os que participaram ativamente dessas mobilizações estava Jorge Terena, através de sua atuação na COIAB, TNC e FEPI.

Soma-se às reivindicações indígenas, o crescente apelo e pressão mundial à conservação ambiental, nos mais diversos territórios/biomas, bem como a busca por alternativas consideradas mais “sustentáveis”, advindas, entre outros, dos conhecimentos dos chamados “povos tradicionais”⁷⁸ e seus territórios, que se mostram, cada vez mais, importantes no campo da proteção ambiental:

A atual crise ecológica que agride o planeta em múltiplas vertentes – perda de biodiversidade, desertificação, mudanças climáticas, esgotamento dos estoques de recursos não renováveis, contaminação do ar e da água – mostra claramente que a ciência ocidental, tal como aplicada na atualidade, também precisa de renovação e de novos insumos e, como mencionado, os conhecimentos e

⁷⁸ No discurso ambientalista “povos tradicionais” englobam, no caso do Brasil, os indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas, seringueiros e comunidades pesqueiras.

tecnologias indígenas oferecem pistas para enfrentar essa crise (Little, 2002: 43).

[...] Estudos recentes indicam que Parques Nacionais desabitados e TIs na Amazônia apresentam os mesmos índices de prevenção ao desmatamento, mesmo naqueles casos em que as TIs estão localizadas na fronteira agrícola (Nepstad, 2006), confirmando que as TIs brasileiras protegem os ecossistemas florestais (vide Vieira, Silva e Toledo, 2005; Klink e Machado, 2005). Do ponto de vista de estratégias globais de conservação, as TIs estão situadas em áreas prioritárias para a conservação na mesma proporção que as UCs [Unidades de Conservação] e poderão agregar uma dimensão significativa à proteção destas áreas (vide Gonçalves, 2007). Contudo, as TIs representam entidades com uma realidade e um marco legal distinto quanto à conservação [em relação às UCs] da biodiversidade florestal, necessitando de investimentos diferenciados para ações em prol do uso sustentável (PRODOC/GEF Indígena, 2008: s.p.).

Através da criação do GTI, foi possível articular algumas reuniões e encontros com representantes de associações indígenas de várias regiões do país, com o objetivo de construir, em conjunto, as metas para o GEF Indígena. Dentre essas reuniões, destaca-se a COP 8 (A oitava “Conferência das Partes”, órgão supremo decisório no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, da qual o Brasil é signatário) que aconteceu em Curitiba/PR em março de 2006, momento em que as mais diversas etnias, representadas por suas associações, puderam pressionar e buscar o comprometimento do Governo com o projeto GEF Indígena. Na COP 8, estiveram participando nas plenárias, nas mesas de debates e outras instâncias, várias lideranças Terena, como Marcos, Lisio, Jorge, Miriam, Lúcio, todos por intermédio de algumas associações como o ITC, a CONAMI, o Parlamento Indígena do Pantanal e a COIAB. Por intermédio da atuação dessas lideranças Terena, vários outros indígenas e associações do MS puderam também participar da COP 8.

Além das reuniões maiores como a COP 8 – destaco que outras COPs também ocorreram em anos anteriores, e em outros países, onde o GEF pôde ser conhecido pelas lideranças indígenas brasileiras, entre elas alguns dos Terena acima citados – e do “Seminário Nacional do



Figura 41: Reunião COP 8



Figura 42: Indígenas na plenária da COP 8, entre eles Marcos Terena de camiseta branca

Projeto GEF Indígena”, realizado em junho de 2006, ocorreram algumas reuniões preparatórias com os membros do GTI, com o intuito de fechar as metas para o projeto. Uma dessas reuniões aconteceu em Brasília, em setembro de 2006, onde foram levantados alguns pontos para a construção do projeto (necessidade de consultas por regiões/biomas, participação ampla dos indígenas em todo o processo), além de definirem um Comitê Gestor Temporário. O Comitê foi composto da seguinte forma: MMA com 2 titulares e dois suplentes, FUNAI, Ministério da Justiça, Ibama e Organizações Indígenas com 1 titular e 1 suplente cada. As associações e participantes indígenas da reunião, e que foram indicados para o Comitê foram:

Amazônia:

Marcos Apurinã – COIAB

Eliete Xerente – OIT

Centro-Oeste:

Lisio Lili – Comitê Intertribal (ITC) (titular)

Hioaridi Xavante – Warã (suplente)

Sul:

Maurício Guarani – CT Guarani (titular)

Romancil Kretã – Arpin Sul (suplente)

Nordeste-Leste:

Uilton Tuxá – APOIME (titular)

Paulo Tupinikim – APOIME (suplente)

Sudeste:

Marcos Tupã – Instituto Teko Arandu – Guarani (titular)

Chicão Terena (suplente)

As reuniões preparatórias para o GEF Indígena foram momentos importantes e propícios, não só para o conhecimento do Projeto em si, mas, também, para o conhecimento amplo das temáticas ambientais debatidas mundialmente.

Além disso, tais encontros proporcionaram uma teia de alianças entre os indígenas e suas experiências associativas, o que, por sua vez, veio a colaborar, localmente, na construção da ARPIPAN, haja vista a participação de Lisio Lili como membro titular do Comitê Provisório, e da participação de outros Terena por meio de suas associações, como Lúcio (pela TNC, que

participa desde o início como observadora do projeto), de Jorge (pela COIAB e também TNC) e Marcos, que na época presidia o ITC, organização da qual Lisio estava vinculado.

Dentro da perspectiva do movimento indígena a nível nacional, é interessante realçar que as reuniões preparatórias para elaborar o GEF Indígena, em anos anteriores, tiveram importância para a articulação dos povos indígenas e para criar um espaço de reflexão sobre a importância do reconhecimento de suas práticas no contexto da conservação da diversidade biológica. Este processo também criou um espaço de diálogo entre o Estado e as organizações em prol de uma política de gestão ambiental das TIs. Dessa forma, a responsabilidade do Projeto está ampliada em razão dos desafios que precisam ser enfrentados para que a política seja estabelecida (PRODOC/GEF Indígena, 2008: s.p.).

Após os encontros de 2006, outras tantas reuniões e articulações entre o governo, as associações e lideranças indígenas aconteceram, fortalecendo, assim, tanto o Projeto, quanto as mobilizações indígenas. No meio desse processo, os Terena puderam se mobilizar e fundar a ARPIPAN, com propósitos e metas inspiradas, também, nos debates para a construção do projeto GEF Indígena, projeto que está sendo finalizado agora em 2009, com perspectivas de que comece a ser desenvolvido ainda este ano.

É importante frisar que de 2006 para cá, foram feitos vários ajustes no Projeto e modificações no Comitê, agora não mais provisório. Essas mudanças fazem parte dos ajustes próprios do Projeto, ou seja, adequações à realidade de cada bioma, bem como dos ajustes políticos no tocante ao rearranjo das associações que irão gerir o projeto, a partir, agora, de um Comitê Deliberativo Paritário – CDP⁷⁹ –, tendo como representantes alguns órgãos governamentais (FUNAI e MMA) e algumas associações indígenas de âmbito regional, como a APOINME, ARPIN-SUL, COIAB e a ARPIPAN. Além do CDP, foram definidas outras instâncias que acompanharão todo o processo e aplicação do GEF Indígena, como: conselhos regionais deliberativos, conselhos científicos por cada região e uma coordenação nacional.

Sobre as 4 associações indígenas responsáveis diretas pelo projeto destaco que

⁷⁹ “O Comitê Deliberativo Paritário (CDP) é a instância máxima deliberativa do Projeto [GEF Indígena] e terá a função de discutir e aprovar os Planos Operacionais Anuais (POAs) do Projeto, incluindo a aplicação dos recursos e avaliação das atividades executadas e em andamento. O CDP proverá apoio político e estratégico ao projeto e será constituído por um conselho paritário, composto por 6 membros de organizações indígenas (ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME E COIAB), 3 membros do MMA e 3 membros da FUNAI; o PNUD e a TNC participarão como observadores. O CDP se reunirá semestralmente para revisar o planejamento das atividades do Projeto e analisar os processos e os resultados da implementação, orientando assim a execução das ações definidas nesse Prodoc. O CDP irá também identificar e monitorar as medidas adaptativas necessárias para corrigir problemas identificados durante a fase de implementação do projeto e apoiar a incorporação de experiências e lições aprendidas durante o projeto em políticas públicas nacionais” (PRODOC/GEF Indígena, 2009: s.p.).

[...] As quatro organizações indígenas proponentes [do GEF] possuem áreas de atuação, que perpassam as divisões por biomas. A COIAB é a articulação responsável por toda a região norte, que inclui áreas de Cerrado. A APOINME articula lideranças em toda a região nordeste e nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo assim áreas de Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado. A ARPIPAN é responsável pela região Centro-Oeste, nos Biomas Cerrado e Pantanal. A ARPIN-Sul articula lideranças em toda a região sul e nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (PRODOC/ GEF Indígena, 2008).

A escolha dessas associações representativas dos biomas e TIs, foi feita nas reuniões preparatórias para a construção do GEF Indígena e em outras reuniões regionais e locais realizadas pelos indígenas, com os nomes das mesmas sendo indicados e endossados por lideranças e associações indígenas, além dos órgãos governamentais que participaram do processo. Evidente que muitas associações ficaram de fora e contrariadas por não participarem, contudo, apesar das 4 citadas serem as gerenciadoras e responsáveis pelo Projeto, as mesmas terão que articular e trabalhar com outras associações indígenas, mais locais, para que os projetos (que farão parte das ações do Projeto GEF Indígena) sejam aplicados nas TIs. Mais detalhes sobre o Projeto GEF Indígena e suas ações no MS discutirei no tópico sobre os projetos da ARPIPAN.

Destaco, aqui, o ineditismo do GEF Indígena, principalmente por atingir todos os biomas brasileiros e por reunir várias instâncias numa política de gestão ambiental nas TIs, dado que as mesmas, em seus respectivos biomas como Cerrado, Caatinga e até mesmo o Pantanal, foram muito pouco focadas pelas políticas públicas ambientais, ou projetos de organizações não-governamentais. Essas novas ações/políticas que vêm sendo pensadas nacionalmente, possivelmente trarão transformações em todo país, como vêm trazendo para o cenário das associações indígenas no MS.

Como mostrarei nas páginas seguintes, o GEF Indígena, portanto, tornou-se um fator importante na formação e consolidação da ARPIPAN, na medida em que, tanto simbólica, quanto concretamente, impulsionou o direcionamento da articulação já em curso das etnias, haja vista que perceberam, com o debate sobre o GEF, o apoio de outros setores (em novos temas e ações) estatais e não-governamentais que, ressentiam-se, ainda não havia ocorrido no MS.

O resultado da formação da ARPIPAN pode ser compreendido a partir do: nível (ou contexto) atual de articulação multiétnica (que historicamente vem sendo construída); o contexto atual de processamento, acesso das informações e algumas políticas acerca das discussões sobre as temáticas étnicas e ambientais – com indígenas Terena ocupando espaços que lhes possibilitam

ter contato com informações mundializadas –; e a valorização necessária advinda dos apoios externos.

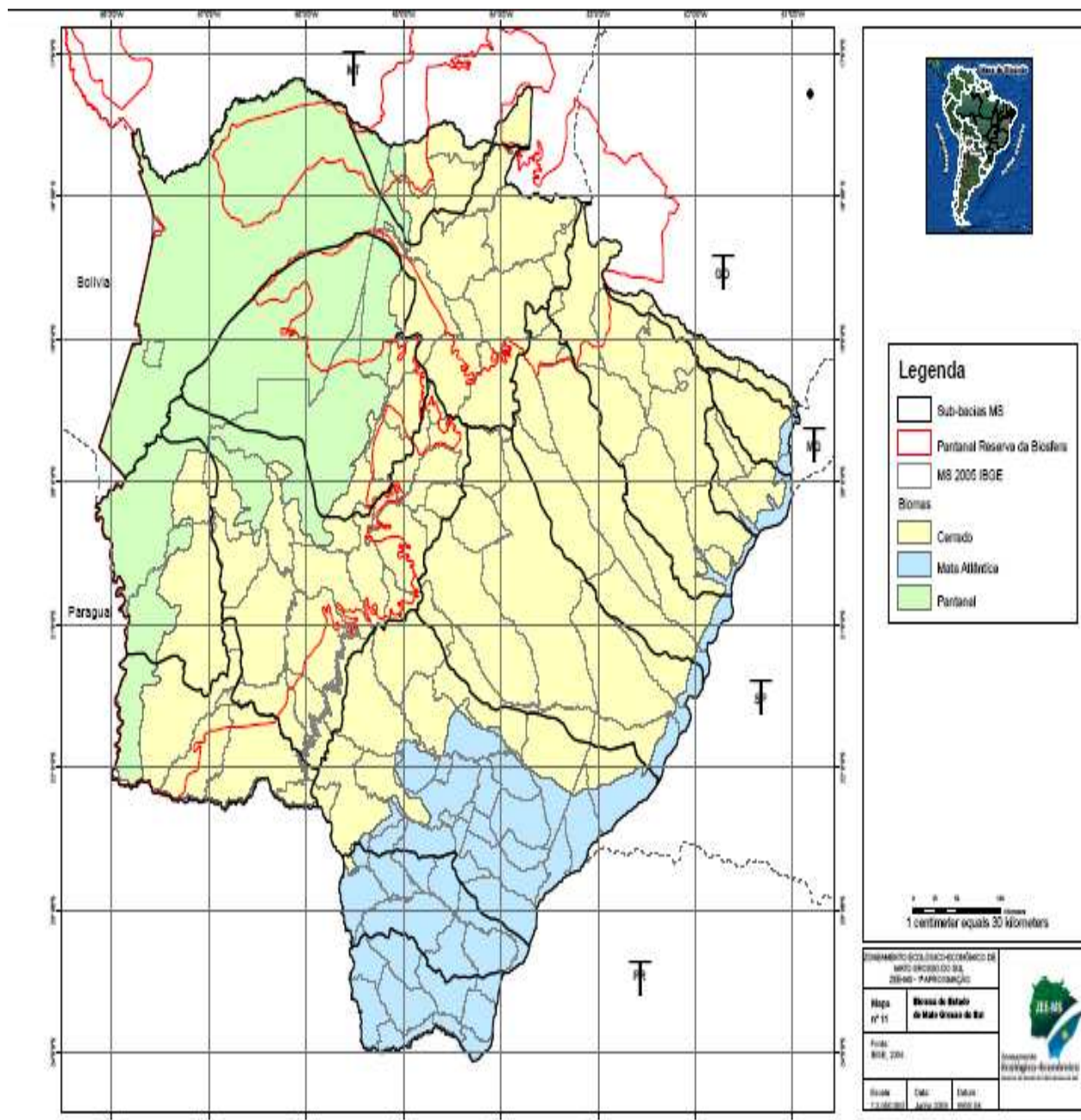


Figura 43: Mapa dos Biomas presentes no Mato Grosso do Sul

Atores e Associações: a Base Idealizadora e Articuladora da ARPIPAN

Todo o processo que envolveu o GEF Indígena (as reuniões preparatórias, a definição das associações representativas dos biomas, os contatos, o acesso a meios de financiamento) foi crucial para a fundação, formato e definição do foco privilegiado da ARPIPAN, dado que alguns dos indígenas que hoje compõem, ou que foram a base idealizadora da Associação, participaram da construção do GEF Indígena, sendo influenciados pelos debates, alianças e políticas propostas. Além disso, abriu possibilidades da entrada do MS no campo dos projetos ambientais nas TIs, que comporta não só a preservação, mas a valorização dos saberes e conhecimentos tradicionais, bem como as alternativas viáveis para o etnodesenvolvimento.

Entretanto, a fundação da Associação, não foi motivada apenas pela construção do GEF Indígena, visto que a idéia de uma associação aos moldes da ARPIPAN já vinha sendo germinada e desejada por alguns indígenas, principalmente pelas experiências adquiridas no movimento e associativismo indígenas, e dos debates nacionais e internacionais (sobre as temáticas dos direitos humanos e ambientais), que lhes proporcionaram um *know-how* importante para a idealização da ARPIPAN; faltava, mesmo, o momento e a abertura ideal oportunizada pelo GEF Indígena.

Dentre os participantes dessa base idealizadora e articuladora, destaco: a atuação de Lísio Lili (através da associação Parlamento Indígena do Pantanal e da Coordenação das Organizações Indígenas do MS); a aliança dos Terena com algumas lideranças da ATY-GUASSÚ; a influência e importância do movimento indígena “Mãe Terra” para a participação de Ramão como coordenador da Associação; o apoio e a articulação de Marcos Terena à frente do ITC; a atuação de Jorge através da COIAB, FEPI e TNC; e o empenho de Lúcio através do TNC. Vejamos.

A atuação de Lísio, tanto à frente do Parlamento Indígena do Pantanal, quanto da Coordenação das Organizações Indígenas do MS, foram cruciais para a articulação dos indígenas no Mato Grosso do Sul, sua experiência e influência junto aos diversos grupos, aliado ao conhecimento que ele possui sobre as temáticas preservação e mercado – conhecimentos que foram sendo construídos ao longo dos últimos anos em diversos fóruns nacionais e internacionais



Figura 44: Lisio Lili discursando em evento no Paraná (Fonte: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/xccgal/displayimage.php?pid=39554&album=8082&pos=0>)

(como as reuniões das COPs), e na formação em cursos promovidos pela ONU, pelo ITC e pelo IEB⁸⁰, momentos em que pôde ampliar e fechar parcerias mais sólidas com o ITC e com algumas ONGs ambientalistas – deram as bases necessárias para que ele pudesse, juntamente com seu grupo de apoio, construir as alianças, regionalmente, para a fundação da ARPIPAN. Nesse processo, destaco, também, a realização do já citado “Fórum Social Indígena do Pantanal” em 2005, que foi um momento significativo das mobilizações indígenas, ao focarem, entre outras questões no evento, a importância e a especificidade do Pantanal para as sociedades indígenas.

Já a aliança dos Terena com os Kaiowá e Guarani – que propiciou o início da base multiétnica da ARPIPAN – foi feita através da ATY-GUASSÚ, instância que reúne representantes das TIs Kaiowá e Guarani em uma espécie de grande assembléia que mobiliza os grupos em ações importantes e decisivas no Estado. Dentre os membros da ATY-GUASSÚ que efetivaram o apoio à construção da ARPIPAN, destaco as lideranças indígenas Eduardo Pereira e Nito Nelson, representantes da mesma em Campo Grande.

Eduardo, já citado no tópico sobre a associação dos acadêmicos, mora em Campo Grande e é presidente do Centro Social de Cultura Nativa. Nito Nelson, por sua vez, é um xamã Kaiowá com importante circulação entre os indígenas do Estado e bastante conhecido pelos rituais que pratica na abertura dos eventos promovidos em conjunto com os Terena em Campo Grande. Nito mora e é liderança na aldeia urbana Água Bonita, tendo nascido na TI Amambaí, no sul do Estado, onde seu pai é cacique e tem significativa atuação na ATY-GUASSÚ. Tanto Eduardo quanto Nito, há tempos articulam alianças e ações conjuntas com Lisio Lili, o que facilitou na construção da base para a ARPIPAN.

Destaco que a aliança com os Kaiowá e Guarani tem sido fundamental para o fortalecimento do movimento indígena Terena dentro e fora do Estado. Apesar de terem sido, por diversas vezes, adversários históricos no campo das disputas por recursos da FUNAI – possibilitando, inclusive, a abertura de outras regionais da FUNAI para além de Campo Grande, dado que a mesma está sob a influência e domínio dos Terena – eles têm estabelecido

⁸⁰ “O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma organização civil, sem fins lucrativos, criada em 1998 *voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental*.” [...] “O IEB atuou como instituição líder da Aliança para a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica (Consórcio Alfa), que foi um dos três consórcios selecionados pelo programa de meio-ambiente da USAID-BRASIL para serem financiados por um período de quatro anos (2004 a 2007)”. Fonte: http://www.iieb.org.br/site_index.php/pagina/oieb. Acessado em 13/05/2009.

articulações e mobilizações conjuntas, como já ressaltai antes, o que não exclui os questionamentos, desconfianças, acusações e conflitos que possam surgir.

Já a aliança com Ramão, que se tornou o coordenador da ARPIPAN, foi bastante profícua. Ramão foi uma das lideranças que conduziu o “Acampamento Mãe Terra”, processo de retomada de parte dos territórios tradicionais da TI Cachoeirinha em novembro de 2005, na fazenda Santa Vitória (processo que ainda estava em curso em 2008). O movimento teve apoio do CIMI e CTI, e se tornou bastante conhecido entre os Terena. Ramão, com sua história e experiência adquirida no movimento (com o estabelecimento de contatos e alianças dentro e fora do Estado, com indígenas, setores governamentais e não-governamentais), tornou-se um ator fundamental no processo da ARPIPAN, unindo duas grandes TIs influentes e importantes entre os Terena, a saber, a TI de Taunay/Ipegue (origem de Jorge, Lisio e Marcos) e a TI Cachoeirinha. Pelo que pude constatar, ele também é bem visto entre as associações indígenas nacionais, visto que a divulgação de sua luta no “Acampamento Mãe Terra” o tornou conhecido, além disso, sua aliança com o CIMI e CTI representa tanto novas possibilidades para a ARPIPAN (visto que elas possuem amplo diálogo e experiências com o movimento indígena no Brasil, e na atuação junto à TI Cachoeirinha), quanto à formação de Ramão em temáticas diversas: direitos, territórios e “projetos”. Ter a parceria de Ramão, com experiência e influência nas mobilizações e TIs Terena, foi fundamental também para a legitimidade da Associação.

Nacionalmente, para o histórico da base da ARPIPAN, aponto a atuação do ITC, do TNC e da COIAB, com destaque para Marcos Terena, Jorge Terena e Lúcio Flores.

O ITC (Comitê Intertribal), como já foi destacado no capítulo II, é uma Associação multiétnica, que atua desde 1992 em várias frentes – entre elas na Coordenação dos Jogos Indígenas Nacionais e Regionais – e fóruns nacionais e internacionais (sobre as temáticas dos direitos humanos e ambientais), principalmente através de um dos seus mais conhecidos representantes, Marcos Terena. O ITC articulou, entre outras tantas questões, a ida de várias lideranças indígenas e representantes de associações no MS e MT nas COPs (e na COP8 em Curitiba), entre outras tantas reuniões que ocorreram dentro e fora do país. Para essas reuniões, o ITC pôde levar lideranças indígenas ligadas ao Parlamento Indígena do Pantanal, indígenas da ATY-GUASSÚ, entre outros.

Com a abertura possibilitada pelo ITC – tendo Marcos Terena à frente das ações – algumas lideranças e associações indígenas no MS, puderam acessar novos temas e construir

novas bases de apoio para suas mobilizações, além de iniciarem as discussões sobre a formação de uma associação nos moldes da ARPIPAN. Pontuo que o trânsito e a influência de Marcos Terena (como membro do ITC, aviador da FUNAI, representante indígena na ONU, professor da Cátedra Indígena, coordenador do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília) em órgãos governamentais e a sua participação em diversos fóruns internacionais, proporcionou-lhe o conhecimento sobre as atividades do GEF Indígena, e a importância de incluir os indígenas do MS nesse novo processo. Além disso, Marcos almejava a possibilidade de voltar a atuar de forma mais cotidiana no cenário do MS, e via na formação da ARPIPAN uma oportunidade importante disso se efetivar.

Juntamente com a atuação de Marcos e do ITC, cito a participação fundamental dos Terena Jorge e Lúcio Flores, que atuaram (e atuam, no caso de Lúcio) no campo das associações indígenas na Amazônia, principalmente junto à COIAB, à FEPI e o TNC. Jorge e Lúcio sempre procuraram divulgar para os indígenas (que compõem o rol de alianças) no MS, as agendas governamentais e de ONGs que pudessem ser do interesse para a realidade local, contudo, constantemente se deparavam com a resistência ou desinteresse das agências financiadoras em atuar com projetos nas TIs do Pantanal ou Cerrado sul-matogrossense, o que acabava por limitar suas ações à divulgação dos debates dos quais participavam e a atuação empreendida por eles no campo amazonino.

Quando surgiu a oportunidade do GEF Indígena, puderam vislumbrar a possibilidade real de ter no MS projetos ou ações próximas das que eles já conheciam, como o PPTAL e o PDPI que, apesar de serem programas específicos para a realidade amazônica, e terem os seus problemas e percalços, ainda assim se mostravam a eles como iniciativas interessantes e que poderiam servir de base para o GEF no MS. Jorge e Lúcio passaram, também, através do apoio da TNC e COIAB, a articular reuniões com algumas lideranças indígenas no Mato Grosso do Sul, reuniões essas realizadas em Campo Grande e Brasília, momentos em que puderam articular novos rumos para o associativismo no MS. Tanto Jorge como Lúcio tinham o desejo, assim como Marcos, de participar de forma mais cotidiana no movimento indígena no MS.

Os encontros e alianças com Marcos, Jorge e Lúcio, foram fundamentais para a concretização da ARPIPAN, foi através da influência e do apoio logístico que possuíam (e possuem) que outras lideranças Terena, mais atuantes regionalmente, puderam ter contatos com temas e políticas até então pouco acessadas, como também de estreitarem relações com

associações importantes como a COIAB e o TNC, além de setores governamentais. Essa articulação, de âmbito mais nacional, possibilitou, localmente, a mobilização dos Terena no MS, juntamente com outras etnias do Estado, instaurando um novo momento, fruto de novos temas, atores e instituições.

Com a rede formada entre os indígenas Terena Lísio, Ramão, Lúcio, Jorge e Marcos, e com alguns Kaiowá e Guarani da ATY-GUASSÚ, foi possível, portanto, debater e articular a construção da ARPIPAN por meio de viagens e encontros em algumas TIs e nas cidades de Brasília, Campo Grande e Manaus. Dessa forma, e com as primeiras articulações, a base idealizadora pôde difundir a idéia da ARPIPAN para outras etnias, como os Kadiwéu, os Guató e os Kinikinau, ampliando, assim, o alcance e a aliança para que a Associação pudesse finalmente ser registrada em abril de 2008 com o formato multiétnico, e tendo como metas as ações de etnodesenvolvimento.

Ressalto que as pessoas-chave e as instituições que foram a base idealizadora e articuladora da ARPIPAN nem sempre foram aliadas – como algumas até hoje não são, mesmo compartilhando hoje da mesma Associação. Contudo, e apesar das rivalidades, das disputas e de algumas terem sido (e são) adversárias em momentos de suas histórias, foi possível a articulação e metas comuns entre eles, o que demonstra, também, a diversidade na forma das associações, apontando que o caminho do “meu grupo” não é o único e exclusivo caminho seguido.

O Falecimento de Jorge Terena

Tanto nas reuniões que antecederam a formação da ARPIPAN, quanto as posteriores à sua fundação, o nome de Jorge sempre foi citado e lembrado como o grande sonhador e idealizador da ARPIPAN. No dia da consulta regional do GEF Indígena em Campo Grande (outubro de 2008), coordenada pela ARPIPAN – na qual atuei como consultora do PNUD na construção dos projetos locais do GEF Indígena – uma bonita homenagem foi feita a Jorge, com um vídeo elaborado pelos membros da ARPIN-SUL.

Jorge Terena nasceu na aldeia Água Branca, TI Taunay/Ipegue, e já adulto se mudou para os Estados Unidos – através da relação de sua família com os missionários norte-americanos – onde se formou em Sociologia (bacharelado e mestrado). Após se formar, morou no Equador e Venezuela. De volta ao Brasil, e com domínios de outros idiomas e conhecimentos adquiridos, Jorge trabalhou, alguns anos, como funcionário da FUNAI em Brasília, tendo, posteriormente,

sido convidado para trabalhar na COIAB, com a responsabilidade de coordenar o departamento etnoambiental. Jorge participou da Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas (a FEPI), tendo, por fim, encerrado a sua carreira como consultor do TNC.

Jorge atuou, através da ONU, nos processos que consolidaram a Convenção nº 169 da OIT. Na Amazônia também se casou e constituiu família, e lá construiu também sua história dentro do campo do associativismo e movimentos indígena. Mesmo com essa atuação na Amazônia, Jorge não cortou os vínculos com os Terena no Mato Grosso do Sul, tanto pelos seus parentes que ficaram, quanto pelas mobilizações conjuntas mais nacionais; e foram dessas conexões, e do desejo de atuar mais cotidianamente no MS, que Jorge idealizou, juntamente com outros, a construção da ARPIPAN.

Jorge morreu em novembro de 2007, em Manaus, seu corpo foi velado na sede da COIAB e, posteriormente, foi enterrado em território Terena, na aldeia Aldeinha, cidade de Anastácio/MS, onde passou pelos rituais, sendo enterrado junto aos seus parentes.

O Movimento Indígena está de luto pela morte inesperada de uma de suas maiores lideranças, Jorge Miles da Silva, conhecido no meio indígena como Jorge Terena, que faleceu na tarde do dia 09 de novembro de 2007, por volta das 16:00 horas, na UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) do Hospital Santa Júlia, na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Jorge Terena, homem simples, de fala ponderada e precisa, com seu sotaque destoadado e seu espírito guerreiro, escolheu, em vida, a defesa intransigente dos direitos mais elementares da gente indígena. Sempre lutando contra as injustiças cometidas contra o seu povo. Tendo sido um dos fundadores do Movimento Indígena Nacional, posicionou-se sempre a favor dos interesses mais nobres – das causas mais elevadas, prestando, nos últimos tempos, importantes serviços aos Povos Indígenas da Amazônia. Como sociólogo, defendeu uma participação mais ativa da juventude indígena nos movimentos de lutas sociais. Incentivou as práticas desportivas como um dos instrumentos de inclusão e enfrentamento das problemáticas indígenas. Porém, agora, Jorge Terena atendeu ao chamado para morar na Casa do Grande YURIKOYUVAKÁI (DEUS), deixando para todos nós, Povos Indígenas do Brasil, uma rica herança de relevantes trabalhos. Para sua família enlutada, fica a lembrança de um Pai carinhoso e de um marido sempre presente. Para seus amigos, deixa a saudade de vários momentos de luta e resistência à dianteira dos memoráveis embates do Movimento Indígena. Para as gerações futuras, o exemplo e a lição de um indígena guerreiro, inteligente e ilustre, que não era nem maior e nem menor que a causa que carregou no peito, mas dela fazia parte sentindo na pele as angústias e sofrimentos da população indígena brasileira. Neste momento de dor, a COIAB convida todos os amigos de Jorge Terena e aliados da Causa Indígena a confortarem sua família entristecida e a prestarem sua gratidão àquele que estará sempre presente na memória coletiva dos Povos Indígenas. Seu corpo será velado na sede da COIAB. (Nota da COIAB⁸¹).

⁸¹ <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30506>. Acessado em 03/05/2009.

[...] Não existiu outro líder como Jorge Terena. Além de embaixador de seu povo e de todos os índios brasileiros, era um ambientalista com visão estratégica. Pessoalmente, tenho tido nele um grande parceiro e amigo desde os anos 80. Viajamos juntos a inúmeros países, e sua fala mansa, mas direta, inclusive em inglês, surpreendia diplomatas e jornalistas. Na simplicidade de sua casa, ele gostava de receber amigos para longos almoços com a família dele. Uma figura única e excepcional (Roberto Smeraldi, 2007⁸²).



Figura 45: Homenagem à Jorge Terena (Fonte: arquivo Marcos Terena)

⁸² <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30506>. Acessado em 03/05/2009.

A morte de Jorge causou grande comoção entre algumas lideranças indígenas Terena no MS e outros Estados também, e por ser ele um grande motivador para a construção de uma associação multiétnica no MS, aos moldes da COIAB, e a sua importância no movimento indígena, foi significativo levantar a bandeira de uma nova associação indígena através de sua figura e história⁸³.

A Oficialização e a Estrutura Burocrática da ARPIPAN

Para dar início aos trâmites para a legalização formal da ARPIPAN, os Terena se reuniram na TI Cachoeirinha – mais especificamente no “Acampamento Mãe Terra” –, momento em que indicaram alguns indígenas que formariam a Comissão Provisória de Articulação para a criação da associação. As pessoas indicadas foram: Ramão Vieira, Genilson Roberto Flores, Deir Souza, Lisio Lili, Lúcio Flores e Sebastião Coelho, todos indígenas Terena. O objetivo dessa Comissão Provisória, era o de divulgar para as TIs e cidades que a Associação seria oficialmente fundada, além, é claro, de buscar adesão dos indígenas e de outros interessados em somar com os seus objetivos.

Na reunião, foram expostos em documento as primeiras metas e objetivos que seriam buscados pela ARPIPAN, quais sejam:

Objetivo Geral: Promoção e fortalecimento da articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Pantanal para a defesa de seus direitos, dos seus territórios e da biodiversidade de todo o Pantanal.

Objetivos Específicos: Ampliação da união, mobilização e articulação dos povos indígenas do Pantanal para a defesa de direitos, Terra Tradicionais e interesses comuns; desenvolvimento de ações coordenadas para a proteção de seus territórios, o acesso aos recursos naturais e a valorização de suas culturas; buscar e apoiar a promoção de políticas públicas para os povos indígenas e o Pantanal; proteção, conservação, recuperação e uso sustentável do Pantanal (ARPIPAN, 2007: s.p).

Nas primeiras articulações e reuniões, e entre aqueles que conduziram o processo de formação da Associação, já se delineava que os objetivos buscados estariam centrados nas temáticas do etnodesenvolvimento (que implicam também as temáticas ambientais), sendo o “carro chefe” a proteção do Pantanal e sua biodiversidade, a partir das TIs e das formas de manejo utilizadas ou almejadas pelos indígenas. Aliás, o próprio nome escolhido para a

⁸³ Está em análise, pelo TNC, um projeto elaborado pela aldeia Água Branca, juntamente com a esposa de Jorge, para a construção de um espaço/memória na aldeia que levará o nome de Jorge.

Associação, “*Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal*”, tem como propósito vincular a “questão indígena” à “questão ambiental do Pantanal”, bioma com maior destaque quando se divulga o Mato Grosso do Sul – lembrando que muitas TIs no Estado estão, também, nos biomas Cerrado e Mata Atlântica, sendo muitas destas participantes da Associação, ou seja, o nome ARPIPAN é antes um chamativo, um símbolo, do que, exclusivamente, uma referência territorial/ambiental *strictu sensu*.

Os membros da Comissão tomaram o cuidado de colocar como meta de articulação, além das etnias presentes no MS, os indígenas habitantes no Pantanal matogrossense como os Bororo e os Umutina, dado que muitos projetos e políticas, quando aplicadas a um bioma, ultrapassam as fronteiras geopolíticas dos Estados, como ocorre no caso dos projetos da Amazônia Legal (AM e MT, por exemplo).

Além das etnias apontadas para a articulação, a Comissão já indicava as associações que poderiam, ou que já seriam parceiras da ARPIPAN, como: AITECA (Associação Indígena Terena de Cachoeirinha), ATY-GUASSÚ, ASIRK (Associação Indígena da Reserva Kadiwéu), APIC (Associação dos Produtores Indígenas da Campina), AFIC, UNIEDAS, AAIMS e a Mãos Unidas. Destaco que algumas dessas articulações ainda estão sendo estabelecidas e firmadas, através da participação dessas associações com os seus respectivos representantes, tanto nas reuniões ocasionais da ARPIPAN, quanto na atuação mais cotidiana dentro da diretoria da Associação; lembrando que muitas dessas associações indígenas irão desenvolver localmente os projetos do GEF Indígena.

Ainda no documento apresentado pela Comissão, estão indicadas as primeiras estratégias ou projetos que seriam desenvolvidos pela ARPIPAN, a saber:

- Preparar a primeira versão do “Mapa Indígena do Pantanal”, identificando as áreas prioritárias de proteção do Pantanal e os principais vetores de oportunidades e ameaças aos Territórios Indígenas Tradicionais e aos recursos naturais do Pantanal.
- Preparar a primeira versão do “Programa Indígena do Pantanal” que será constituído por diretrizes estratégicas e projetos para as políticas públicas federais, estaduais e municipais para os Povos Indígenas e para o desenvolvimento sustentado do Pantanal.
- Desenvolver uma proposta de funcionamento da articulação (proposta de arranjo institucional, propostas de estatuto e regimento, etc.).
- Realização de uma Oficina de Capacitação da Comissão Provisória para aprofundar temas prioritários para a articulação do Pantanal.
- Planejamento e Organização do Primeiro Encontro da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Pantanal, com objetivo de consolidar a União dos

Povos Indígenas em defesa do Pantanal, dando continuidade ao sonho e trabalho do *naati* (Grande Líder) Jorge Terena, de saudosa memória.

- Informar e buscar alianças e parcerias com outras organizações indígenas, organizações governamentais e não-governamentais de apoio (ARPIPAN, 2007: s.p. grifo meu).

A idéia de elaborar um Mapa articulando as TIs e a situação socioambiental do Pantanal, sempre foi uma das principais propostas discutidas desde as primeiras reuniões para a formação e articulação da ARPIPAN, haja vista que as informações que relacionam Terras Indígenas e biomas são ainda ínfimas no MS (como em outros Estados também), como pudemos constatar junto ao PNUD – acessando o MMA, FUNAI, Secretarias Ambientais Estaduais e o IBGE, quando cada consultor dos biomas brasileiros fez os cruzamentos das informações entres TIs e biomas. Pontuo que os dados mais precisos e acessíveis hoje (excluindo o cenário amazônico), provém das teses antropológicas ou relatórios de demarcação territorial, nesse sentido, a idéia de um mapeamento geral sobre a situação sócio-ambiental das TIs no Pantanal (leia-se, também, as TIs que estão no Cerrado e Mata Atlântica no MS), representa um passo fundamental para os projetos futuros da Associação, conhecer, documentar, para depois agir.

Além das já citadas associações indígenas no MS, os membros da Comissão indicaram outros parceiros e organizações como potenciais aliadas nas ações da ARPIPAN como: Associações Indígenas: ARPIN-SUL, APOINME, MOPIC⁸⁴, COIAB e ITC. Órgãos Governamentais: Ministério Público Federal, FUNAI, MMA, FUNASA, Memorial GDF, Governos Estaduais e Ministério da Cultura. ONGs: CTI, CIMI, TNC, OAB/MS, WWF, ECOA⁸⁵ e Fundação Biótica. Dessas articulações, algumas já faziam parte da base de alianças dos idealizadores da ARPIPAN (como é o caso do ITC, CIMI, COIAB, OAB/MS, FUNAI, Fundação Biótica, Ministério da Cultura e TNC), as demais passaram a compor o rol das relações, articulações e desejos de parcerias da ARPIPAN.

Na reunião realizada na TI Cachoeirinha (“Acampamento Mãe Terra”), os indígenas também elaboraram um plano, de curto prazo, em que previam reuniões em algumas TIs e cidades, essas reuniões teriam como foco e público as lideranças e associações das etnias no MS. Para a articulação desses encontros, foram indicados Lisio, Lúcio, Ramão e Sebastião.

Pude participar de uma das reuniões realizadas em Campo Grande, em janeiro de 2008, momento em que foram apresentados os informes do encontro realizado na TI Cachoeirinha, e o

⁸⁴ MOPIC: Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado.

⁸⁵ ECOA: Ecologia e Ação.

documento elaborado com as metas e objetivos da ARPIPAN. Nesse encontro, alguns novos parceiros (indígenas e não indígenas) se agregaram à Associação, sendo incluídos (mesmo que não presentes no dia, mas indicados por outros) como membros da Comissão, além disso, foi estabelecida uma primeira equipe técnica. As pessoas indicadas para a nova composição da Comissão provisória foram: Lindomar Lili Sebastião (Terena de Água Branca, professora), Joãozinho (Terena da aldeia Bananal, atualmente Administrador Interino da Regional da FUNAI de Campo Grande), Nito Nelson (Kaiowá, representando a ATY-GUASSÚ), Silvana Souza (Terena, representando a COMINT), Getulio Oliveira (Kaiowá, também da ATY-GUASSÚ), Adolfinho Nelson (Kaiowá, ATY-GUASSÚ), Reinaldo Marcelino (Kadiwéu, representando a ASIRK), Dorália Barbosa, (Terena, acadêmica), Sander Barbosa, (Kaiowá, representando o Centro Social de Cultura Nativa), Severo e Dalva Guató (cacique Guató e sua esposa), Wilson Capistrano (Guató, advogado, representante do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas). Além dos novos componentes, permaneceram na Comissão: Ramão, Genilson e Deir. Para a composição da equipe técnica foram indicados: Miriam Terena (Presidente da CONAMI), Lisio Lili, Lúcio Flores, Hércio (não indígena representando a TNC), Sebastião Terena, Graziella Sant'Ana (antropóloga) e Tatiana Azambuja (advogada não-indígena).

Os articuladores iniciais da base da ARPIPAN puderam, portanto, estabelecer também as alianças no campo da cidade, expondo, para os presentes (entre novos e velhos parceiros), que a ARPIPAN, apesar de focar de forma contundente as questões etnoambientais das TIs no Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica no MS, não irá excluir as ações que serão desenvolvidas nas cidades, principalmente Campo Grande e Brasília, visto que as mesmas representarão sedes ou pólos base para a viabilização de muitos projetos, pontos centrais que conectarão as TIs. Vale destacar, que os primeiros idealizadores da Associação (com exceção de Ramão) moram nas cidades há anos (Campo Grande, Brasília e Manaus), nelas possuindo uma ampla rede de apoio, alianças e compromissos, que os condicionam, também, a desenvolverem ações importantes para seus grupos de influência.

Através das reuniões empreendidas pela Comissão, e das articulações individuais de cada um dos participantes, foi possível divulgar a ARPIPAN e ampliar os campos de ação da mesma, viabilizando assim a fundação oficial no dia 9 de abril de 2008, em Campo Grande, na sede da AGRAER.

Foram eleitos, na ocasião, como membros da diretoria e membros das coordenações temáticas, os indígenas:

Diretoria:

Coordenador: Ramão Vieira;

Vice-Coordenador: Nito Nelson;

Secretário Geral: Joel de Oliveira;

Conselho Fiscal: Valdomiro Francisco, Eduardo Pereira Barbosa, Adilson Antonio, Deir Souza Alves e Oswaldo Reginaldo;

Conselho Deliberativo: Sebastião de Souza Coelho, Vilson Francisco e Lisio Lili.

Coordenações Temáticas:

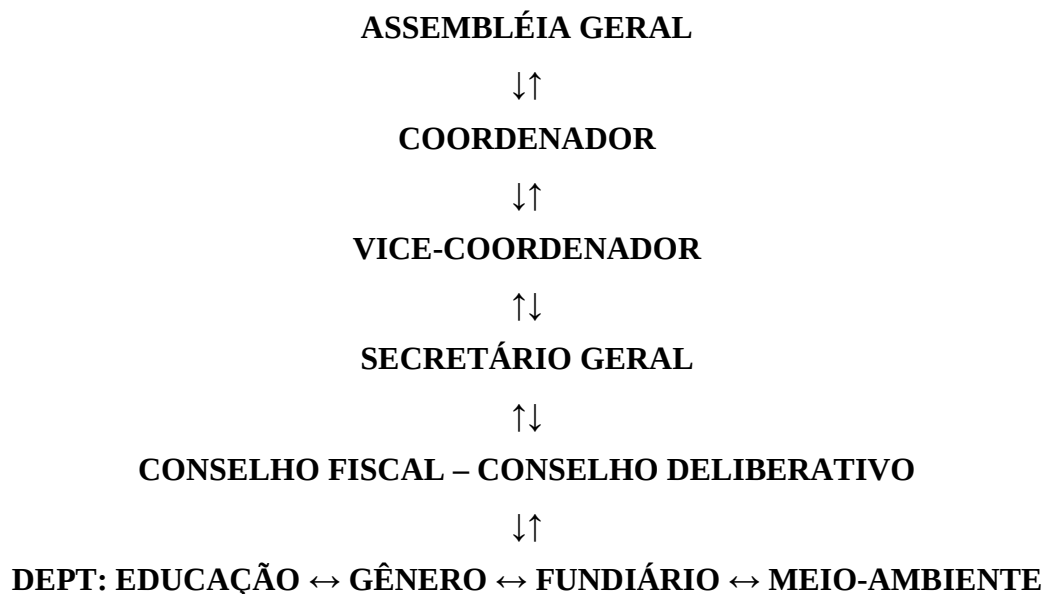
Departamento de Educação: Lindomar Lili Sebastião, Tatiana Dias da Silva e Genilson Roberto Kinikinau;

Departamento de Gênero: Silvana Dias de Souza Albuquerque e Evaniza Mariano da Silva;

Departamento de Meio-Ambiente: Lisio Lili e Joaozinho da Silva;

Departamento Fundiário e Território: Vinício Jorge, Lindomar Ferreira e Rodolfo Ricartes.

A estrutura pode ser desenhada da seguinte forma:



Alguns dos demais membros da comissão provisória e da base idealizadora da ARPIPAN, como Marcos Terena, Lúcio Flores, Miriam Terena, Sander e Wilson, entre outros, ficaram como membros fundadores da ARPIPAN.

Da formação da diretoria destaco: primeiro, a presença de novos membros importantes para a legitimação e influência da Associação, entre eles, Joel de Oliveira, liderança Terena (já citada na tese) bastante conhecida pelo seu trabalho na UNIEDAS e como administrador da FUNAI. Joel também tem uma história marcada pelos acordos e rivalidades com os grupos que idealizaram a ARPIPAN – aliás, a abertura para várias lideranças, proporcionada pelos membros da comissão na época da oficialização da ARPIPAN, possibilitou que grupos e pessoas, antes rivais, pudessem agora dividir o mesmo espaço, o que significa não só uma maneira de buscar aliados entre os rivais, e que sejam importantes para a legitimação da ARPIPAN, mas, também, uma das formas Terena de fazer política, para além de seus já conhecidos grupos; exemplo semelhante ao da já citada AAIT.

Segundo, apesar da sede da ARPIPAN ter sido definida no estatuto como a cidade de Campo Grande, os membros procuraram equilibrar na composição da diretoria o número de moradores das TIs e das cidades (5/5), uma forma, não sei se proposital (visto que não estava no dia da oficialização), que proporciona um canal de acesso aos diversos aliados e seus campos de ação/poder, bem como, estabelece na representação, as conexões, alianças e trânsitos dos indígenas entre os diversos territórios: cidades e TIs.

Terceiro, a concentração na coordenação e departamentos das etnias Terena e Kaiowá, o que já era esperado, não só por serem as maiores etnias no Estado em termos de população e TIs, mas, também, por serem maioria em Campo Grande (os Terena), além, evidente, de deterem grande parte da influência nas mobilizações indígenas no Estado. O desafio será, nesse sentido, a incorporação das demais etnias que também são focos de ações da ARPIPAN, e que por motivos diversos (dificuldades de acesso às informações, rivalidades, e dificuldade de chegar até as reuniões nas cidades, visto que ainda essas mobilizações têm sido feitas localmente por cada associação ou aldeia) ainda estão participando timidamente do processo.

Quarto, as coordenações temáticas como importantes instâncias nesse processo, principalmente o departamento de gênero, fruto do diálogo com os movimentos sociais, bem como da cobrança pelas agências da presença do “componente mulher”, como já destacado na tese. A ARPIPAN, sendo uma associação com o peso, atuação e coordenação política dos

homens, passa a incorporar e garantir, a partir do estatuto, a atuação no campo das políticas para as mulheres, conforme segue:

Art. 42. Compete ao Departamento de Gênero:

I – A promoção do potencial humano de cada mulher;

II – A atenção e ações para o desenvolvimento pessoal e profissional da mulher indígena;

III – Desenvolver programa estratégico para a promoção da defesa e do cumprimento dos direitos conquistados pela mulher, fortalecendo a importância do núcleo familiar para o enfrentamento da exclusão social e comunitária;

IV – Desenvolver o plano de trabalho e metas do exercício;

V – Buscar e apoiar a promoção de políticas públicas da mulher. (ARPIPAN, Estatuto, 2008)

Nos objetivos colocados no estatuto da ARPIPAN, os membros puderam destacar pontos importantes que serão por eles buscados, ampliando, dessa forma, as frentes de ação para outros campos além do ambiental, como os direitos humanos, as pesquisas científicas e a formação técnica educacional. São eles:

I – Promover o desenvolvimento sócio-econômico e o combate à pobreza dos povos e comunidades indígenas, observando suas naturezas sócio-culturais;

II – a defesa dos direitos humanos, o patrimônio cultural e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;

III – bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio-ambiente dos índios, em especial com o Pantanal, território tradicional desses povos que sofrem sérias ameaças de degradação, através de ações que promovam a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável do Bioma;

IV – promover, apoiar, realizar e incentivar pesquisas e estudos, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo;

V – assessorar tecnicamente os índios, comunidades, povos e organizações indígenas que necessitem e/ou solicitarem;

VI – promover a qualificação de profissionais indígenas e sua formação para construir através do Protagonismo, do Direito Consuetudinário ou Direito Indígena;

VII – Garantir acesso e plena aplicabilidade dos direitos conquistados pelos Povos Indígenas na Constituição Federal de 1988, na Convenção 169, na Convenção sobre a Diversidade Biológica, na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas e em outros tratados correlatos a Direitos Indígenas;

VIII – Promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos sociais, coletivos ou difusos, especialmente relativos ao meio-ambiente e patrimônio cultural indígena;

IX – Prestar serviços jurídicos para orientar e defender os direitos humanos, culturais, sociais e o meio-ambiente das comunidades, povos e organizações indígenas;

X – Promover e apoiar cursos, seminários, palestras e outras formas de ensino junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras

organizações com o intuito de criar uma consciência sobre o modo de vida diferenciada dos povos e comunidades indígenas, bem como de seu meio ambiente;

XI – Receber, administrar e repassar recursos para organizações civis sem fins lucrativos para a implementação de projetos e ações que contribuam para a consecução da finalidade desta associação;

XII – Promover o intercâmbio com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio cultural, ambiental e dos direitos humanos dos povos indígenas para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativa às suas atividades;

XIII – Realizar e implementar programas e projetos, promovendo parcerias entre organizações da sociedade civil com órgãos públicos e organismos de cooperação técnica e financeiras nacionais e internacionais e instituições privadas;

XIV – Assessorar e prestar serviços de consultoria em planejamento, avaliação e execução de projetos a organizações públicas e privadas;

XV – Restabelecer a perspectiva própria dos povos indígenas através da valorização das tradições, conhecimentos, inovações e tecnologias transmitidas pela memória cultural dos antepassados (ARPIPAN, Estatuto, 2008).

Interessante notar que foi destacado como parágrafo único dos objetivos, que a ARPIPAN não pode participar e se envolver com questões religiosas ou político-partidárias, o que, subentende-se, principalmente, o vínculo profundo que os Terena têm com as instituições evangélicas (principalmente com a UNIEDAS que, aliás, compõe a base de alianças da ARPIPAN) e com a vida partidária. Creio que essa ressalva no estatuto, foi uma forma utilizada pelos próprios Terena para diminuir a influência desses setores no campo decisório da ARPIPAN, haja vista que reconhecem os questionamentos que sempre enfrentaram ao longo da trajetória de suas mobilizações políticas, por serem aliados dos “inimigos” para muitos segmentos indigenistas. Dessa forma, a ARPIPAN ganha um *status* mais “laico”, menos “partidário”, portanto, mais “independente”, uma forma diferente de iniciativas associativas por eles conhecidas ou coordenadas, o que não significa, evidente, que as relações ou interesses mais particulares dos membros (com as instituições religiosas ou partidos políticos) sejam interrompidas.

Outro aspecto interessante trazido pela ARPIPAN é a participação de não indígenas como membros da associação (previsto no estatuto), aqueles reconhecidos como “comprometidos com a questão indígena” (ARPIPAN, Estatuto, 2008), uma novidade em vista das associações locais Terena, que apenas admitem os não indígenas como assessores pontuais para seus projetos, vetando a possibilidade de filiação e conseqüente participação na diretoria. Essa junção de indígenas e não indígenas é fruto de experiências de outras associações, regionais/nacionais, que

contam com a participação dos Terena, como é o caso do ITC e do Centro Social de Cultura Nativa.

Após a sua fundação, a ARPIPAN já conquistou alguns espaços importantes, como uma “cadeira” no GTI, o diálogo com a FUNAI e o MMA na condução do SIGATI no MS e a participação na articulação indígena nacional através da associação APIB, juntamente com as associações APOINME, ARPIN-SUL, ATY-GUASSÚ, ARPINSUDESTE e COIAB⁸⁶, articulação esta que vem contando com o apoio logístico e financeiro da NORAD (Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento).

Na seqüência, exponho a etnografia de uma reunião da ARPIPAN em Campo Grande, apontando os discursos, alianças e jogos políticos, bem como descrevo a construção das futuras ações/projetos da ARPIPAN junto ao GEF.

Fechando Alianças e Construindo os Projetos/Ações da ARPIPAN na Consulta Regional do GEF Indígena

Entre os dias 24, 25 e 26 de setembro de 2008, foi realizada em Campo Grande a “Consulta Regional do GEF para os Biomas Pantanal e Cerrado - Região Centro-Oeste”, com o propósito de fechar as metas e os projetos que serão desenvolvidos pela ARPIPAN junto ao Projeto GEF Indígena. Assim como em Campo Grande, foram realizadas outras consultas regionais em outros Estados/Biomas e coordenadas pelas outras três associações participantes do Projeto.

As consultas regionais representaram um dos momentos principais da construção do Projeto GEF Indígena, visto que foi a partir das considerações dos participantes que o Projeto ganhou a forma específica das realidades étnicas/espaciais. As consultas simbolizaram a passagem dos dados, textos e mapas, para a fala e realidade dos sujeitos que vivenciam as diferentes realidades sócioambientais. Nesse sentido, e especificando, a consulta regional buscou proporcionar:

Ao movimento indígena regional, um momento de reflexão sobre a situação ambiental de seus territórios e qual seria a contribuição do Projeto para conservação da diversidade biológica e o uso sustentável dos recursos naturais nessas TIs. [E objetivou], em conjunto com os indígenas, delinear o melhor caminho a ser trilhado pelo Projeto naquele bioma, a forma de articulação das

⁸⁶Fonte: <http://blogapib.blogspot.com>. Acessado em 07/06/2009.

organizações indígenas com o Projeto e as temáticas que devem ser enfrentadas pelo projeto para discussão de uma política de Gestão Ambiental em TI. [Além disso, a consulta proporcionou, juntamente com os técnicos e indígenas presentes], a seleção e definição de áreas dentro das Terras Indígenas que possam ser consolidadas como Áreas de Referência para a conservação de recursos naturais, uso sustentável desses recursos, alternativas para processos produtivos e sistemas de comercialização. (Folder GEF Indígena, 2008).

Para a consulta, a ARPIPAN precisava articular – com o apoio logístico do CGPIMA/FUNAI e FUNAI de Campo Grande – a ida de representantes das várias TIs dos Estados do MS, GO e TIs do MT que estão nos Biomas Pantanal e Cerrado. Contudo, as TIs do MT, que estariam também sendo articuladas pela associação MOPIC, não participaram da consulta em Campo Grande, justamente porque os membros da MOPIC declararam a opção, em reuniões anteriores junto ao GEF, pela vinculação do Cerrado/MT com a região Norte (nos estudos e consultas regionais). Já os participantes das TIs de Goiás não participaram da Consulta pois, segundo informou a ARPIPAN, a regional da FUNAI de Goiânia não respondeu aos comunicados e convites feitos por eles para que os indígenas de Goiás pudessem participar da consulta. É importante frisar que, apesar de não obterem resposta quanto aos convites feitos, a ARPIPAN manifestou o desejo de realizar uma consulta regional em Goiânia, se assim fosse possível, o que acabou não ocorrendo, devido ao prazo exíguo de entrega do PRODOC final em novembro de 2008.

A mobilização para a realização de reuniões/consultas, que exigem a participação de indígenas de diferentes localidades e etnias, é algo que demanda tempo, recursos financeiros, contatos, articulações, disponibilidade das pessoas em participar, entre outras questões. Nesse sentido, a ARPIPAN destacou o pouco tempo que lhes foi dado para a articulação de todo esse processo (menos de um mês), o que acarretou na não participação de alguns indígenas. Contudo, e apesar desses entraves, declararam que conseguiram um razoável número de representantes, como também acreditam que poderão articular, posteriormente, com os demais que não puderam estar presentes.

Ainda com relação à não participação de algumas etnias, os membros da ARPIPAN recordaram (a partir de experiências anteriores) que nem sempre é possível, em reuniões conjuntas, a presença de “todos”, e que mesmo assim os processos devem ter continuidade, como ressaltou Lisio Lili (em resposta a uma representante do governo estadual que questionou a falta de algumas etnias no evento):

Convidamos a todos, mandamos os convites, tentamos contatos, mas nem sempre fomos bem sucedidos, muitos não podiam vir, outros não conseguimos falar, o que pesa às vezes é a falta de contato telefônico em algumas aldeias, por isso precisamos de tempo para fazer tudo isso, mas também temos que tocar o barco, pois se formos esperar todo mundo participar a gente nunca resolve nada. Nós aqui temos legitimidade junto aos indígenas do MS, junto ao GEF, para desenvolver o processo, fomos indicados para isso, as pessoas confiam no nosso trabalho, podemos conectar com os não presentes, colocá-los nas demandas também (Lisio Lili, apud Sant'Ana, 2008: 4).

Além dos representantes indígenas e dos consultores do PNUD para o projeto, estiveram presentes funcionários da FUNAI de Campo Grande, da AGRAER, do Governo do Estado, do ITC, da CONAMI, do Carteira Indígena, do MMA, estudantes universitários e jornalistas.

A partir da minha participação como consultora do PNUD para os Biomas Pantanal e Cerrado, região Centro-Oeste – e do relatório elaborado sobre essa consulta –, apresento, na sequência, uma etnografia da reunião, apontando, para tanto, as articulações entre os grupos, as propostas e projetos indicados, o relato dos participantes, as escolhas das TIs áreas de referência e as problemáticas levantadas.

A etnografia da consulta tem o intuito de desvelar, a partir de um evento (um recorte no tempo/espaço), um pouco da dinâmica etnopolítica da ARPIPAN (as alianças, os conflitos e a dinâmica de uma reunião), além de trazer mais um exemplo, para a tese, da construção ou desenho de um potencial projeto ou ações de uma associação.

Etnografia da Consulta Regional

As consultas regionais do GEF Indígena, em 2008, tinham propósitos e agendas pré-definidas, sendo, necessário, o fechamento de metas e propostas a serem apresentadas até o final do ano aos financiadores do Projeto, o prazo era curto. Nas consultas, os indígenas tinham que definir as ações a serem desenvolvidas, bem como as TIs que seriam, inicialmente, atingidas pelos projetos. Para tanto, essas TIs deviam atender a alguns quesitos colocados pelo GEF, que as credenciariam como “Áreas de Referência” para o Projeto, algo, sem dúvida, bastante complexo para ser resolvido rapidamente. No entanto, os indígenas conseguiram, dentro do prazo que lhes foi estabelecido, fechar as exigências solicitadas para a construção do Projeto, apontando metas e modificando algumas das propostas iniciais.

Na preparação das consultas, foi necessário, como já apontei, o trabalho das associações para o contato, articulação e viabilização de vários indígenas, de diferentes etnias e segmentos

(homens, mulheres, acadêmicos, dirigentes de associações), para que os mesmos pudessem participar, e em conjunto definir os primeiros passos para a construção do Projeto. A ARPIPAN contou com o auxílio da FUNAI de Campo Grande, do CGPIMA e MMA para a logística da Consulta (contato com os indígenas, hospedagem, locação do espaço da reunião, alimentação). O tempo dado para o preparo da consulta foi bem pequeno, além disso, tiveram que contar com imprevistos que motivaram a não participação de todas as etnias do Estado, como: a dificuldade de contato com algumas aldeias em pouco tempo (problemas com telefone, deslocamento de pessoal para o contato); lideranças que não podiam se ausentar de suas aldeias no período da reunião; aqueles que resolveram não participar por questões políticas, ou seja, por serem de grupos rivais aos que conduziam o processo; entre outros. Mesmo com todos os percalços, a Consulta teve uma participação bastante intensa e positiva dos indígenas presentes de várias localidades do Estado, o que proporcionou momentos ricos no campo dos diálogos e do fortalecimento das alianças em ações conjuntas⁸⁷.

A presença dos não indígenas foi pequena, e não teve expressão participativa e efetiva na Consulta – a não ser a participação pontual, no fornecimento de dados sobre os Biomas/TIs, dos consultores (eu e David Fleischer) e da Socióloga Iara Vasco do CGPIMA/FUNAI – o que foi fundamental para a liberdade dos indígenas em conduzir todo o processo (desde a hora de iniciar a reunião, a liberdade em falar de outros temas além do GEF e a possibilidade de todos se expressarem inclusive na língua materna).

Já estive presente em várias reuniões no MS entre indígenas e não indígenas, e em muitas delas ficava evidente o descompasso, haja vista que muitas dessas, mesmo sendo sobre temáticas indígenas, eram, na maioria, delas “coordenadas” (mesmo que não oficialmente) pelos não indígenas que, por diversas vezes, valiam-se da retórica técnica numa tentativa de intimidação (simbólica), o que acabava por excluir boa parte do público pela falta de possibilidade de se estabelecer um diálogo simétrico, esclarecedor e participativo.

Na Consulta, os indígenas da ARPIPAN, acostumados com os debates em diversas áreas de conhecimento, tiveram o cuidado de sempre explicar (de diversas formas) o que os técnicos ou consultores apresentavam – utilizando exemplos práticos e cotidianos, falando na língua materna quando necessário, estendendo e voltando sobre alguns assuntos. Essa participação ativa e

⁸⁷ Os indígenas que estiveram presentes na reunião são das etnias: Kaiowá, Guarani, Terena, Kinikinau e indígenas das associações ARPIN-SUL, ITC e CONAMI. As reuniões tiveram uma média de 40 indígenas por dia.

experiente dos membros da ARPIPAN foi fundamental, dado que muitos dos presentes não participaram das reuniões preparatórias para a construção do GEF Indígena, ou outras reuniões com o MMA e COPs, sendo, portanto, por vezes necessária a intermediação dos atores já habituados aos temas que foram debatidos na Consulta.

De uma forma geral, a participação dos indígenas, membros ou não da ARPIPAN, foi ampla, havia uma programação a ser seguida, mas que foi ajustada conforme o andamento da reunião. O microfone ficava aberto a todos, e foram vários os indígenas que tomaram a palavra: lideranças antigas e conhecidas, mulheres professoras ou dirigentes de associações, jovens acadêmicos, líderes religiosos, todos expressando o que compreendiam sobre o projeto, além de levantarem outras temáticas como as das demarcações territoriais, a participação ainda pequena das mulheres, os problemas com a FUNAI, com o Governo do Estado, etc.

Primeiro dia da consulta

No primeiro dia da reunião estava previsto o início para a parte da manhã, entretanto, os indígenas resolveram esperar o período da tarde para a abertura oficial, dado que alguns indígenas ainda não haviam chegado de suas aldeias. O espaço escolhido para a reunião, um hotel, foi bem estratégico, fica próximo da rodoviária aonde os indígenas desembarcam quando chegam de suas TIs, e onde alguns também ficaram hospedados durante os dias da Consulta.

Aproveitando o período da manhã, já com alguns presentes, o coordenador da ARPIPAN, Ramão, pôde falar das atividades desenvolvidas pela ARPIPAN e como foram indicados para o projeto GEF Indígena. Ramão ressaltou a organização atual dos indígenas no tocante à “questão fundiária” e a pressão que muitos vêm sofrendo, dada à mobilização atual dos fazendeiros. Ele salientou que assim como o setor agropecuário tem seus setores/parceiros para suas demandas, os indígenas também os têm através agora da ARPIPAN, ou seja, podem conceber a Associação como parceira para as lutas indígenas, visto que *“ela foi pensada e construída para dar suporte para os índios, e que todas as etnias podem participar, é só ter força de vontade e se juntar à ARPIPAN”*.

Lísio tomou a palavra, e também falou sobre a ARPIPAN, o histórico de sua fundação, quem são os membros, quem compõe a diretoria, o endereço provisório, os campos de atuação e a necessidade de se ter um escritório e representantes em Brasília – foco e fonte de inúmeros financiamentos necessários para viabilizar demandas. Destacou, também, as associações

indígenas das demais regiões e Biomas. Explicou sobre as questões relativas à conservação ambiental e a importância das TIs nesse processo, apontando de que forma o GEF Indígena irá potencializar essa relação. Descreveu sobre o histórico do GEF pela participação indígena (quando foram chamados, quando começaram a participar das reuniões) e o que o programa pretende no futuro. Falou também sobre os gastos do evento, apontando a origem dos recursos e como foram distribuídos para a organização da Consulta regional, fazendo questão de esclarecer que os recursos não foram repassados diretamente para a ARPIPAN, mas sim para a FUNAI/Campo Grande. Aliás, o assunto do repasse de recursos financeiros é muito importante para os indígenas, visto que sempre questionam sobre a forma como vêm e como são repassados e, nesse sentido, a ARPIPAN procurou, de antemão, deixar o processo às claras, vide as possíveis (e sempre freqüentes) acusações de que o dinheiro foi desviado, mal gasto, etc.



Figura 46: Ramão Vieira, coordenador da ARPIPAN, na consulta regional do GEF Indígena em Campo Grande/MS

Pontuo que as falas de Ramão e Lisio, tanto sobre o histórico da ARPIPAN quanto sobre a mobilização atual dos fazendeiros contra as demarcações, ou até mesmo sobre os gastos do evento (ao lado, também, de outros assuntos tratados em reuniões paralelas por grupos variados), apesar de não terem o foco especificamente no GEF Indígena, constituem a dinâmica da etnopolítica das reuniões, e são importantes de serem levantadas em lugares/momentos onde se encontram importantes lideranças indígenas, dado às poucas oportunidades de encontros como o proporcionado pela Consulta regional.

A palavra foi dada, também, aos demais presentes para que pudessem se apresentar e expor suas colocações. O Guarani Celso, estudante de Direito, por exemplo, falou da importância da união e apoio entre os indígenas em projetos como o GEF Indígena, e sobre a forma como o governo vem desmobilizando os indígenas em várias frentes. A Terena Tatiana, professora da aldeia Limão Verde, discursou sobre a importância da mulher indígena atuando em reuniões decisivas, e ressaltou que é preciso mobilizá-las mais. A Terena Miriam, presidente da CONAMI, também ressaltou a importância da mulher em debates e decisões, e de como é preciso e necessário um número maior de mulheres em momentos e instâncias como as do GEF Indígena. Mauro de Barros, indígena da aldeia Limão Verde, falou do seu afastamento das mobilizações indígenas por conta dos estudos, mas que hoje, depois de alguns anos, ele retorna para ajudar o seu povo, agora como advogado. Mauro apontou o momento histórico em que vivem hoje as sociedades indígenas, com muitos tendo diploma universitário, portanto aptos à tomarem e assumirem postos de trabalho com mais autonomia. Lamentou sobre os projetos de associações que não têm continuidade dentro das aldeias, e que é preciso ter uma mudança, uma nova política e forma de trabalhar os projetos, “*é preciso uma direção e continuidade*”. Sua preocupação atual é com relação a forma como os projetos do GEF Indígena serão trabalhados nas aldeias.

Já o Kaiowá Tunico discursou sobre os saberes tradicionais e a forma como os Kaiowá preservam a natureza a partir de sua cultura, dos conhecimentos que passam de geração em geração. Ele falou sobre a eficiência desses saberes para a conservação do meio-ambiente, dizendo que esses saberes independem dos técnicos acadêmicos. Ele lembrou do desmatamento que vem sendo empreendido pelo setor agropecuário, o que tem, segundo ele, acabado com as matas e a vida ritual dos indígenas, lembrou que a demarcação das TIs é uma forma de garantir a proteção ambiental do Brasil, de recuperação das florestas.

Outros indígenas presentes falaram sobre os projetos que “fracassaram” em suas aldeias, como os projetos ligados ao “Projeto Pantanal” (um Programa iniciado anos atrás pelo Estado do MS que objetivava, entre outras coisas, aplicar políticas ambientais para o Pantanal, incluindo as TIs; tal Programa, ao que informam os indígenas, não teve continuidade com sucesso). Destacaram, também, a importância do governo se aliar a eles. Discursaram sobre a possibilidade de reflorestamento nas TIs a partir de uma lei municipal. Salientaram que a TI Francisco Horta, no município de Dourados – aldeias Jaguapirú e Bororó, onde ocorreram o maior número de crianças mortas por desnutrição, entre outras mazelas que ali se destacam –, hoje muito degradada, há vinte anos era mata “virgem”. Lembraram dos recursos do gasoduto (empreendimento que atravessou muitas TIs e que, em contrapartida, foram repassados recursos financeiros para as aldeias) e a forma como foram mal aplicados os recursos, visto que eles não tiveram uma política para tanto: compraram ônibus, construíram escolas, *“sendo que tudo isso era um dever do Estado e não dos índios, deveria ter sido feita uma aplicação em políticas dos índios”* (Depoimento de um indígena) – esses debates e temas levantados pelos indígenas representam momentos de reflexão sobre as ações do passado e o que eles não querem para o futuro, para os projetos como o GEF Indígena, desejam e almejam mudanças.

Interessante observar que, apesar das críticas constantes aos governos municipais, estaduais ou federais, em nenhum momento eles solicitaram a desvinculação com o governo, ou uma aliança maior com as ONGs. Os parceiros prioritários de suas ações ainda são os órgãos governamentais, mesmo entre a base articuladora da ARPIPAN que já possui um trânsito amplo com os setores não-governamentais. Além do histórico de relações que já possuem há tempos com o Estado, o que possibilita facilidades no entendimento desse campo, eles creditam ao governo um poder “maior” do que das ONGs, não que desconsiderem as possibilidades múltiplas de apoio possíveis advindas dos convênios com os setores não-governamentais, mas, e apesar de soar contraditório, é na relação com as instâncias governamentais que eles vislumbram a possibilidade de conquista da autonomia econômica e política, principalmente os Terena. São nas alianças, parcerias, embates e encontros com o Estado, que os Terena almejam uma relação, se não totalmente autônoma, mas, mais equilibrada em termos de poder/ação.

No período da tarde, a abertura oficial da Consulta foi feita pelo vice-coordenador da ARPIPAN, Nito Nelson. Nito falou sobre a formação e histórico da ARPIPAN, destacando que já existem questionamentos de indígenas quanto à sua legitimidade e que é preciso a aliança entre

todos os indígenas, entre todas as associações, ao invés do embate ou a desconfiança: “*é isto que os opositores da causa indígena querem*”. Lembrou do nome do indígena Jorge Terena, dizendo que o projeto deve ser respeitado em nome do Jorge também, ressaltou que, espiritualmente, Jorge estaria presente, “*pois tem a vida, a alma do Jorge no projeto GEF, nesse sonho*”. Nito cobrou uma maior participação dos indígenas e suas comunidades, falou que é fácil “*falar, cobrar, mas ninguém quer participar, fazer, resolver*”. Falou que os Kaiowá também estão defendendo os direitos junto com os demais, Terena, Guato, Kiquinau, Kadiwéu...

Lisio apontou a importância da fala de Nito dizendo que são essas as dificuldades que o movimento indígena passa. Destacou que o GEF Indígena é importante, não somente pelo dinheiro, mas pela articulação e pela construção de um projeto indígena, “*Nosso projeto*”. Ressaltou que a Constituição Federal de 1988 fala de outro modelo, de autonomia, de autodeterminação, “*e isso é preciso fazer acontecer, um modelo diferente, um modelo indígena*”.

Joel de Oliveira, secretário-executivo da ARPIPAN, ressaltou a responsabilidade de elaboração de uma proposta para a instalação da sede da ARPIPAN em Campo Grande. Indicou os focos de atuação da associação como: a defesa dos direitos indígenas, dos territórios, da biodiversidade, a capacitação de indígenas em diversas áreas (acadêmica, política, cultural e nas temáticas ambientais).

Outros indígenas discursaram sobre a importância do Pantanal e do Cerrado, e dos problemas que estão acontecendo com o meio-ambiente e com os “espíritos da floresta”. Falaram da necessidade de se obterem parcerias e apoios para a implementação do Projeto e para a articulação das TIs no Estado. Apontaram a importância de um convênio com a FUNAI de Brasília e a necessidade de um plano de trabalho, recursos e a necessidade de prestação de contas. Por fim, pediram a elaboração de uma moção de repúdio em relação ao preconceito atual da mídia contra os índios, e uma bandeira “*pela demarcação já!*” – como afirmei há pouco, devido ao conflito territorial, as imprensas televisiva e digital passaram a veicular reportagens contrárias às demandas territoriais indígenas, numa atitude de influenciar a opinião pública em favor dos fazendeiros, por isso a questão estava na ordem do dia.

O primeiro dia foi o momento das apresentações, do esclarecimento de algumas questões, do estabelecimento de alianças, da conquista de confiança, enfim, elementos presentes em encontros e mobilizações multiétnicas.

Segundo Dia da Consulta

O segundo dia da Consulta teve início com uma manifestação xamanística dos Kaiowá e Guarani. Após a apresentação ritualística, vários dos presentes puderam expressar o contentamento pelo momento importante em que estavam vivenciando. Romancil Kretã, membro da ARPIN-SUL, falou da importância dos debates do GEF Indígena com a ampliação do foco para outros biomas além da Amazônia, destacou, também, a importância de se focar as políticas do sul/sudeste e do centro oeste.

Várias lideranças indígenas estiveram presentes no segundo dia, e muitos falaram da importância da reunião, aliás, afirmação constante de quase todos que tomaram a palavra. Foram destacados o papel dos acadêmicos, a urgência no processo das demarcações territoriais e as temáticas relativas à conservação ambiental, com muitos dando exemplos de como eram seus territórios antes da expansão agropecuária no Estado. Colocaram novamente suas expectativas e apreensões com relação às demarcações territoriais, ressaltando sobre a questão dos invasores e toda a espoliação territorial que vêm sofrendo: *“Como enfrentar o poder agropecuário? Como o movimento indígena deve estar articulado e unido para poder vencer o mal-estar que se instaurou pelo Estado com a retomada das demarcações?”* (Eduardo Kaiowá). Apontaram que é preciso deixar de lado as diferenças e disputas na busca pela união em prol de uma questão maior, seja do GEF Indígena ou as questões fundiárias.

A técnica Iara Vasco, apresentou o histórico do GEF Indígena e a importância do grupo de trabalho interministerial para a Gestão Territorial em TIs (o GTI/SIGATI), uma novidade em termos de política ambiental e indigenista. Falou sobre a recuperação das áreas degradadas e do conjunto de ações que compõem a conservação como um todo. Iara falou da necessidade de se fazer o recorte e escolher uma área de referência do Projeto GEF Indígena, visto ser uma exigência apontar uma TI como modelo para centralizar as primeiras ações. Pontuou que é preciso uma forma de selecionar ações para as outras TIs que não serão área de referência, mas que caminharão juntas: *“vamos construir uma política nacional que seja regionalizada, diferenciada regionalmente”*.

Lisio retomou a fala da Iara, numa forma de “traduzir” para os indígenas (como ele mesmo ressaltou) o que foi dito por ela. Explicitou os termos utilizados pelo GEF Indígena, pelos técnicos, chamou a atenção dos indígenas para que assumam o processo, *“assumam o GEF Indígena, assumam a responsabilidade de tocar o Projeto”*. Ressaltou que chegou o momento

dos caciques assumirem também esse papel, de divulgar as informações que estão ouvindo e não apenas os dirigentes de associações. Fez uma defesa firme sobre a escolha das alianças, das parcerias, *“de fazer a coisa certa, de realizarem a gestão das próprias vidas”*. Mostrou que é importante valorizar o conhecimento indígena e a capacitação para assuntos específicos dos índios. Falou sobre *“o direito indígena que tem como pressuposto a vida, que ele tem origem, por isso o branco não o entende”*. Destacou o protagonismo indígena como a mola propulsora do movimento indígena e que para tanto é preciso conhecer a história, a origem, para poder ocupar os espaços. Ressaltou a importância da questão ambiental para os indígenas, para o Brasil, para o mundo, dizendo que 70% por cento da riqueza do Brasil *“vem do mato”*, uma alusão aos estudos da CDB.

Lisio apontou os problemas enfrentados por algumas TIs como, por exemplo, a TI Kadiwéu, com a exploração via arrendamento das terras, fruto de políticas empreendidas desde os tempos do SPI. Destacou a importância da escolha do território como área de referência. Lembrou que um *“território recuperado é um território que não passa fome, não dá miséria”*. Falou sobre os programas que podem ser articulados via GEF Indígena, como o ICMS-Ecológico. Por fim, finalizou afirmando que *“é preciso desconstruir o modelo de desenvolvimento que lhes foi incutido pelos brancos, e que tem se mostrado um modelo potencialmente destruidor da natureza, da vida”*, uma referência à mecanização das lavouras, ao uso de insumos agrícolas, à monocultura e à necessidade de potencializar o etnodesenvolvimento.

Lisio e Ramão concluíram o dia, ressaltando que os indígenas do Cerrado de MT estão com o pessoal da região Norte, como foi acertado em reuniões anteriores junto ao GEF, assim como também algumas TIs dos Guarani e Kaiowá do Estado do MS, que estão no Bioma Mata Atlântica, ficarão com a articulação e estudos dos Biomas Pantanal/Cerrado, Estado MS.

O Terceiro e Último dia da Consulta: A Construção das Ações/Projetos

Como nos dois primeiros dias não foram definidas as áreas de referência, ficou acordado que o último dia seria voltado para essa questão, como também para a construção das ações a serem desenvolvidas. A indicação da TI área de referência era o ponto mais preocupante e difícil de ser definido, principalmente pela preocupação que tinham em centralizar os recursos e projetos em uma só TI, fazendo da escolhida uma espécie de *“ilha de sucesso”*, receptora de bens e ações que não seriam vistas em outras. Estava claro, para os indígenas, que não haveria,

portanto, a escolha de apenas uma área como receptora, isso seria inviável em termos de sustentação política para a ARPIPAN, bem como de relacionamento dos indígenas “escolhidos” com os demais “preteridos”.

A indicação dada pelo GEF Indígena, era a de que houvesse conexões ou ações para as outras TIs, mas não estava muito claro se essas outras TIs receberiam recursos ou se só participariam de cursos de capacitação a partir das experiências da área de referência. Uma das preocupações dos financiadores do Projeto GEF Indígena é que com a ampliação de várias áreas de referência, em um mesmo bioma/região, poderia não haver experiências bem sucedidas com o projeto, dado o fracionamento dos recursos. A idéia era a de que a área escolhida como referência pudesse, posteriormente, ampliar suas experiências e ações para outras TIs, colaborando para que todos pudessem alcançar, de alguma forma, os benefícios do projeto; também temiam pelas “ilhas de sucesso”.

Para ajudar a colaborar nesse aspecto, Romancil Kretã, trazendo a sua experiência da consulta da regional Sul, expôs que a escolha da área foi a parte mais difícil da consulta para a ARPIN-SUL, a mais polêmica, a problemática foi: *“Como definir uma área de referência, com tantas áreas importantes?”* Ele apontou a importância de utilizar os requisitos apontados pelo GEF Indígena para auxiliar na definição da área de referência.

Os indígenas da regional Sul definiram por uma área central, como uma possível área de referência, e várias outras a ela articuladas. Já sobre as ações/projeto, optaram por trabalhar com a recuperação e a preservação ambiental, a partir de uma área como guarda-chuva, que potencializaria e capacitaria outras TIs no que elas estão precisando. Uma parcela dos recursos ficaria com a área central e os demais recursos seriam destinados para a capacitação de outras TIs nas temáticas da política ambiental. Romancil ressaltou que os indígenas precisam ser os multiplicadores das experiências que acontecerão em suas TIs, e que o GEF Indígena é apenas um catalisador, que o recurso é pouco, que é preciso empenho de todos para montar o programa, prestar contas, etc. Por fim, apontou que cada região é uma região, cada realidade deveria se adequar ao que considera melhor e viável.

Os indígenas presentes acharam interessante a idéia de áreas de conexão, já que a indicação de uma área de referência não poderia ser retirada do projeto, pois era uma exigência para a aprovação pelos financiadores. Com isso, decidiram apontar duas TIs como áreas de referência e, junto a elas, a conexão com outras TIs, tanto na capacitação e participação das

experiências, como no recebimento de parcelas dos recursos, visto que se comprometeram (no caso a ARPIPAN), junto ao MMA, que buscariam outras fontes de recursos para complementar os recursos advindos do GEF Indígena, despreocupando, dessa forma, os financiadores.

Para definir duas TIs como área de referência, primeiramente, os presentes utilizaram critérios de exclusão, ou seja, foram tirando da relação as TIs que menos se encaixavam nos quesitos colocados pelo Projeto. Os quesitos solicitados pelo GEF Indígena eram:

- Existência de biodiversidade na Terra Indígena que a torne mais significativa em termos de conservação dentre as outras Terras Indígenas da região.
- O povo indígena estar organizado para proteger seu território e os recursos nele existentes, e para gerir as ações a serem executadas nas Áreas de Referência.
- Existência de possíveis ameaças aos recursos naturais da Terra Indígena, que não seja um impedimento a atividades de conservação, mas que possam ser minimizadas por elas.
- Existência de iniciativa indígena de defesa do território, de gestão de recursos naturais dentro da TI, ou outra atividade que coloque a TI em evidência em relação às outras.
- Existência de experiências exitosas de gestão etno-ambiental dentro e ao redor da TI e que possam servir de linha de base para futuras ações do projeto (iniciativas podem ser tanto institucionais quanto do povo indígena). (PRODOC/GEF Indígena, 2008: s.p.)

Os critérios mais utilizados pelos indígenas para a exclusão de áreas foram os ambientais, optaram por áreas onde existe uma extensão maior de matas nativas e rios, além disso, as áreas teriam que ser pelo menos demarcadas, e com conflitos políticos (internos e externos) menores do que outras TIs, dado que era preciso, minimamente, garantir que os projetos não fossem impedidos, no futuro, por conta de processos judiciais ainda em curso. Apontar esses quesitos, e excluir TIs, foi algo tenso na reunião, questionaram, por exemplo, que se o projeto era para a área ambiental, por que não priorizar, então, as que estão mais degradadas e ameaçadas por fazendeiros, como o caso das aldeias em Dourados e tantas outras. Mas, como ressaltou David Fleischer, o GEF não financia recuperação, reflorestamento e nem demarcações (como o PPTAL), essas ações deveriam, no caso, ser engendradas por outros órgãos, como o MMA e a FUNAI; a ação do GEF tem como foco áreas de grande importância ambiental e que de alguma forma sofram ameaças que venham a prejudicar as riquezas ambientais.

Para auxiliar nas indicações, foram apresentados dados sobre a biodiversidade e condições ambientais nas TIs dos biomas Pantanal e Cerrado (a partir de mapas do zoneamento dos Estados e outras fontes de pesquisa). Foram ressaltados pontos como: as áreas prioritárias para o MMA,

ou seja, que apresentem alto grau de importância para a biodiversidade e para a manutenção de serviços ambientais (clima, rios, aquífero, fauna, etc.); áreas importantes para as sociedades indígenas na manutenção de seus conhecimentos tradicionais; os corredores de biodiversidade; as reservas da biosfera, entre outros.

Não obstante os indicativos ambientais, havia também as articulações e as viabilidades políticas para a indicação das áreas, ou seja, era preciso legitimar o processo através, também, das escolhas dos indígenas, equilibrando com os dados ambientais.

Aliando, portanto, dados ambientais e alianças políticas, os presentes apontaram duas TIs como áreas de referência, e mais 10 TIs para participarem de uma rede de conexão e experiências com o projeto GEF Indígena, a saber:

	TI Ofaié
	TI Guassuti
<u>TI Pirakuá</u>	TI Jaguapiré
	TI Sassoró
	TI Panambizinho
	TI Guató
	TI Limão Verde
<u>TI Lalima</u>	TI Kadiwéu
	TI Taunay/Ipegue
	TI Cachoeirinha

As TIs Pirakuá e Lalima foram indicadas por terem uma boa reserva de matas nativas e biodiversidade, além de sofreram algumas ameaças relativas a questão ambiental.

A TI Pirakuá, por exemplo, é apontada como umas das áreas prioritárias do MMA no tocante à conservação, conhecimento e uso sustentável da biodiversidade. Na avaliação do MMA, a TI Pirakuá, situada no Cerrado, é a área Kaiowá-Guarani mais preservada dentre as outras áreas dessas etnias no MS. O grau de importância da TI, na avaliação, é alta, como também é alta a prioridade da área. Os dados do MMA apontam, também, algumas ameaças à TI e as formas de solucionar os problemas. Entre as ameaças estão: “assoreamento de rios; processos erosivos

severos; queimadas sem manejo adequado, falta de aceiros; nascentes não incorporadas na delimitação da área, entre outras” (BRASIL. MMA. Áreas prioritárias..., 2007, p.266). Como soluções/ações, os dados do Ministério ressaltam: a “recuperação de nascentes; recuperação de área degradada; recuperação de espécies; criação de mosaicos/corredores; estudos socioantropológicos; fomento à atividades econômicas sustentáveis; inventário ambiental, entre outras” (BRASIL, MMA. Áreas prioritárias..., 2007, p.266). A TI Pirakuá é contornada, em um de seus lados, por uma APA (área de proteção ambiental) a APA Municipal nascente do Rio Apa. As áreas de proteção ambiental são classificadas como áreas protegidas e subclassificadas como UCs (Unidades de Conservação) de uso sustentável. As áreas protegidas expressam:

A dimensão e distribuição dos espaços territoriais que estão sob estatuto especial de proteção. Estes espaços são destinados à proteção do meio-ambiente, onde a exploração dos recursos naturais é proibida ou controlada por legislação específica (IBGE, 2008: 148).

Já a TI Lalima, habitada pelos Terena, também apontada pelo MMA como área de alta prioridade e importância na conservação e conhecimento da biodiversidade, é caracterizada como uma área de Cerrado, que contém, dentro de seus limites, remanescentes de Mata Atlântica. As planilhas do MMA indicam que dentre as oportunidades ambientais e econômicas manejadas pelos indígenas da área encontram-se: “plantas medicinais; área de grande beleza cênica; frutos do cerrado; produção de mandioca e recurso pesqueiro” (BRASIL. MMA. Áreas prioritárias..., 2007, p.278). Contudo, é ressaltado, que a TI necessita de ações voltadas “à recuperação das nascentes, riachos e córregos”, e, como sugestões para potencializar e melhorar a sócio-biodiversidade da TI Lalima são apontadas: “recuperação de áreas degradadas; recuperação de espécies; criação de mosaicos/corredores; estudos socioantropológicos; fomento às atividades econômicas sustentáveis e inventário ambiental” (Brasil. MMA. Áreas prioritárias..., 2007: 278).

Corredores de biodiversidade passam pela TI Lalima. Os corredores de biodiversidade conectam e fazem a ligação entre faixas de florestas importantes de serem preservadas, visto que há um trânsito fundamental e importante nessas faixas para a circulação/conservação da biodiversidade (fauna, flora):

O Corredor de Biodiversidade é uma unidade de planejamento regional voltada para assegurar a conservação da fauna e da flora nativas em paisagens sustentáveis. Um corredor é formado por uma rede de parques, de reservas privadas e de outras áreas de uso menos intensivo, na qual um planejamento

integrado das ações de conservação pode garantir a sobrevivência das espécies selvagens e a manutenção dos processos ecológicos⁸⁸.

Mas, como aponte, não foram apenas esses critérios ambientais que definiram as duas TIs como áreas de referência, haja vista que também existem outras TIs importantes e fundamentais para o meio-ambiente no Estado. Nesse sentido, pesaram também questões políticas na escolha como: a organização dos indígenas (em associações e internamente na proteção territorial); a garantia de comprometimento com os projetos do GEF Indígena; o fato das duas, por exemplo, representarem as etnias com maior número populacional no Estado, o que possibilita um impacto maior das ações e legitimidade; enfim, dentro das limitações colocadas pelo GEF Indígena, os indígenas tiveram um “espaço” para apontar aquelas TIs consideradas importantes, segundo eles, na difusão e início dos projetos.

Apesar dos representantes diretos (caciques, lideranças) de algumas das TIs (como Lalima, Pirakuá, Kadiwéu, Ofayé) não estarem presentes na reunião, os indígenas optaram por indicá-las, dado que consideraram que elas preenchiam os requisitos pedidos pelo GEF Indígena e os anseios dos indígenas presentes. A ausência dos representantes das duas principais TIs, Lalima e Pirakuá, acabou sendo positivo na reunião, visto que não foram escolhidas as TIs dos presentes e, principalmente, as TIs de origem dos membros da ARPIPAN, o que possibilitou um acordo menos conflituoso, um consenso maior, sem retirar, evidente, a importância dessas TIs dentro dos critérios exigidos pelo Projeto GEF Indígena.

Outro fato importante, é que com a indicação de duas áreas como referência, e não apenas uma como seria a indicação primeira, os indígenas terão que dividir os recursos do GEF Indígena, por isso se comprometeram na consulta (no caso a ARPIPAN) a buscar outras fontes de recursos complementares para os projetos que serão desenvolvidos. O custo financeiro da divisão de recursos pode vir a influenciar o andamento do projeto, contudo, os custos políticos da exclusão de algumas TIs nesse processo – em um momento novo e importante para as associações no MS – seriam ainda maiores para a ARPIPAN e todos os envolvidos na Consulta. Dessa forma, a ARPIPAN conseguiu articular os requisitos burocráticos e as alianças políticas.

Após a escolha das áreas de referência, os indígenas se dividiram em grupos onde debateram os pontos do projeto GEF Indígena, ou seja, as indicações das ações e projetos que serão desenvolvidos nas TIs a partir de alguns referenciais de ação.

⁸⁸ <http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=319>

Foram formados 3 grupos, de 8 a 9 indígenas, cada grupo ficou responsável por um dos pontos do projeto:

1. Mecanismos e ferramentas que permitam reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs à conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e dos serviços ambientais desenvolvidos
2. Uma rede de experiências destinadas à conservação em TIs que está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos indígenas (PIs)
3. Áreas de Referência com atividades de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementadas em TIs selecionadas em diferentes biomas florestais

Os grupos debateram todos os três referenciais acima – a partir também da experiência feita na regional Sul pela ARPIN-SUL – chegando à definição de algumas políticas e metas a serem buscadas com o projeto GEF Indígena, a saber⁸⁹:

Grupo Tópico I: Mecanismos e ferramentas que permitam reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs à conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e dos serviços ambientais desenvolvidos

Ações e Projetos:

- Curso de capacitação de lideranças e indígenas (dentro do tema sustentabilidade, para dar suporte para as ações nas áreas de referência).
- Instrumentos, ferramentas para a capacitação, propagação de informações e o intercâmbio entre as áreas de referência e a rede de experiências: rádio amador, internet, *banners*, *folders*, cartilhas sobre o tema ambiental e o que tem sido feito nas áreas através do programa GEF.

Mecanismos de ação:

- Parcerias com os governos municipal, estadual e federal e com a iniciativa privada (ONGs nacionais e internacionais).
- Captação de recursos extras (recurso de parcerias).

⁸⁹Transcrevo, de forma literal, os apontamentos escritos e apresentados pelos grupos de indígenas participantes.

- Orientação nas informações sobre o repasse e a aplicação do ICMS ecológico para a etnogestão (capacitação para saber sobre o ICMS ecológico para a sustentabilidade nas aldeias indígenas).
- Restabelecimento do espaço físico indígena, participação e controle das lideranças e organizações indígenas no desenvolvimento da política regional da gestão ambiental (é preciso o espaço para que os indígenas tenham seu espaço para construir suas políticas, para ter autonomia).
- Identificação das áreas sagradas que estejam fora das terras indígenas (para que também se possa trabalhar nelas, é preciso olhar os recursos do entorno para que se tenha uma interlocução entre os fazendeiros e os indígenas, para que se tenha um diálogo para que se desenvolvam ações conjuntas na conservação).
- Fortalecer as articulações com as organizações indígenas do MS, com intercâmbios também com outros povos indígenas em outros estados, mas é preciso começar dentro do nosso estado, depois iremos para as outras realidades no restante do país.
- Inclusão do tema ambiental nas escolas indígenas como meio de propagação com ênfase no ensino bilíngüe. A escola indígena hoje é um aliado nessa propagação do tema ambiental. Naturalmente nós indígenas somos praticantes da conservação. Ressaltando a importância de fazer as informações nos idiomas maternos e no português.
- Apoiar o reflorestamento de plantas nativas e medicinais e a conscientização da preservação de animais (ema, arara, tucano). Como a ema é fundamental para os Terena, por exemplo, tem que conservar os animais. O que acontece hoje é a degradação do pantanal, por exemplo, destilarias que não respeitam o meio-ambiente, ou seja, estudos são feitos sobre o impacto ambiental, mas não se preocupam com os índios, nós não somos ouvidos, consultados.



Figuras 47 e 48: Grupos debatendo tópicos do projeto a ser enviado ao GEF



- Projeto de auto-sustentabilidade adequando-o a cada etnia e suas respectivas culturas para não se ter um impacto negativo dentro do projeto.
- Aproveitamento da mão-de-obra indígena e suas técnicas. Hoje existem muitos indígenas formados, mas que não estão atuando nas aldeias, pois não tem tido espaços, ou não se tem oportunidades. Uma proposta seria uma articulação, uma parceria entre universidades e aldeias, estágios dos alunos indígenas nas aldeias.
- Apoio as roças e hortas das comunidades para ajudar na alimentação diária.
- Apoiar iniciativas de recuperação de solo; utilização de adubos orgânicos (não – químicos).
- Plantios de vegetação - cultura, fortalecer a capacidade do solo. Estudar o que se pode plantar, fazer um levantamento sobre o que é endêmico, o que é da cultura local.
- Recuperação dos rios, articular com as áreas do entorno das TIs, pois muitas nascentes estão fora. Recuperar o que está dentro e fora. Conservar e preservar.
- Desenvolver as atividades para prevenir os incêndios em TIs (monitoramento das comunidades nas suas divisas).
- Corredores ecológicos, criação de cercos para fogo. Projetos para “o hoje” e para “o amanhã”; pensamos não só em nós, mas nos nossos filhos, netos, nossa futura geração.
- Na Amazônia existe um monitoramento para as queimadas, pensar para o MS uma política de monitoramento como o SIVAM.
- Registrar a fauna a flora em bilíngüe.
- Valorizar o conhecimento indígena, o conhecimento tradicional colocar esse conhecimento em simetria com o conhecimento acadêmico. Fazer um intercâmbio de experiências. A capacitação, o intercâmbio com as universidades seria na verdade uma troca de experiências entre indígenas e não indígenas e não uma imposição de um conhecimento ao outro.

Grupo Tópico II: Uma rede de experiências destinadas à conservação em TIs que está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos indígenas (PIs)

- Reuniões com lideranças e comunidades tradicionais para identificação e definição das áreas, não somente as lideranças, mas a comunidade em geral, principalmente os anciões.

- Etno-zoneamento das áreas tradicionais reconhecidas pelas comunidades, além das que estão já demarcadas e homologadas.
- Mecanismo de construção de redes estabelecidas para os povos indígenas e áreas piloto destinadas a conservação.
- Buscar parcerias e fortalecer a articulação das organizações indígenas da região do MS.
- Compartilhar experiências através das organizações e encontros que são frequentes entre as comunidades.
- Capacitação para a gestão de áreas de referências destinadas a conservação.
- Buscar parcerias com as escolas indígenas.
- Formação de professores indígenas na pós-graduação e outras graduações que possibilitem os professores darem aulas em todas as séries. Essa formação deve contemplar no currículo o direito e políticas indígenas.
- Firmar parcerias com as universidades.
- Capacitação de professores e lideranças indígenas, principalmente na confecção de materiais didáticos na língua materna e portuguesa, contemplando o desenvolvimento e construção de mapas de etno-zoneamento, sem deixar de lado a participação da comunidade.
- Conscientização quanto ao impacto do extrativismo sobre os serviços das áreas destinadas a conservação. Propomos: oficinas sobre bons resultados obtidos anualmente e correção dos resultados negativos.
- Produção de jornais sobre os resultados nas áreas de conservação.

Grupo Tópico III: Áreas de Referência com atividades de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementadas em TIs selecionadas em diferentes biomas florestais.

- Flora e fauna: Apoiar o reflorestamento com espécies nativas típicas da região, ex: atikum, jatoba, erva-mate, guavira, pyta, cedro, jaboticaba, pakuri, sapé, palmeira'pind', entre outras medicinais. Apoiar a reprodução, proliferação e recomposição de animais

típicos da região, exemplo: anta, paca, tatu, kutia, quexada, arara, papagaio, jacu, nambu, criação de peixes, entre outros.

- Valorizar e revitalizar a prática de lavoura tradicional indígena, exemplos: produção de policultura, plantando mandioca, milho de diversas espécies tradicionais, batatas, caras, feijão (kumanda), entre outros.
- Apoiar a criação de corredores para evitar a propagação de fogo; envolver os membros das comunidades e líderes indígenas. Evitar o vínculo empregatício nos projetos para evitar a dependência por salários. É importante que todos trabalhem nos projetos independentemente dos salários, pois se os mesmos vierem a faltar (os salários), os indígenas podem deixar de atuar nos projetos.
- Apoiar todas as iniciativas políticas indígenas que atuam em defesa dos interesses das comunidades, exemplos: associações, movimento indígenas, associações com formatos próprios e específicos, apoio as associações de mulheres, jovens e adultos.
- O projeto não pode beneficiar só um grupo dentro da aldeia, é preciso evitar as divisões, ou seja, formatar políticas e projetos que envolvam toda a comunidade. O projeto GEF precisa articular os diferentes grupos políticos que existem na aldeia (facções, clãs, mulheres, homens, famílias), todos precisam ser beneficiados.

Todos os grupos apresentaram suas propostas para os demais, momento em que debateram cada um dos itens para a aprovação ou reprovação. O debate foi enriquecedor e esclarecedor das expectativas de todos, bem como da viabilidade de algumas demandas pelo GEF Indígena, como, por exemplo, as propostas de replantio ou reflorestamento, que devem ser feitas por outros órgãos. O projeto GEF Indígena contará com parcerias de órgãos governamentais e não-governamentais, que entrarão com recursos financeiros e pessoal, assim como as associações indígenas devem fornecer uma contrapartida ao Projeto (como pessoal, equipamentos ou recursos financeiros, se tiverem).

As indicações dadas na Consulta foram importantes na construção do Projeto a ser enviado à sede mundial do GEF. Entretanto, a aplicação dessas ações dependerá de estudos, levantamentos, pesquisas e consultas em todas as TIs a serem atingidas, o que significa que essas

ações acima descritas são os princípios norteadores de algumas ações/projetos, uma base primeira para a construção de iniciativas que serão esmiuçadas a partir de cada realidade.

Fechando o Debate da ARPIPAN: Transformações para Além das Associações Terena

A partir da descrição do histórico, ações, pessoas-chave e metas que envolveram a formação da ARPIPAN, ressalto, novamente, alguns aspectos importantes.

Primeiro, o novo momento vivenciado no MS, quiçá em outros Estados também, através, tanto do projeto GEF Indígena, quanto da nova política empreendida pela FUNAI e MMA (através do GTI e com a política do SIGATI). Esses processos, principalmente o GTI/SIGATI, vêm possibilitar, entre outras questões já debatidas, uma recuperação, potencial, do *status* que a FUNAI veio perdendo nos últimos anos – devido não só às divisões de suas atribuições para outros órgãos como os Ministérios da Saúde e da Educação, mas, também, devido ao seu enfraquecimento diante das associações indígenas e não-indígenas, dos escândalos e da política por ela empreendida – o que, sem dúvida, trará novidades para os grupos envolvidos.

Ressalto que esse momento da FUNAI se dá em outras bases, em outro momento histórico, em que os indígenas (lideranças, comunidades e associações) também estão participando na gerência e execução dessas novas políticas. Além disso, tal política ocorre num contexto de pressões ambientais, externas/internas, para o cumprimento de acordos internacionais ratificados pelo governo brasileiro (CDB, Convenção n.169 da OIT e Fóruns ambientais), que passaram a exigir políticas mais amplas e efetivas para os biomas brasileiros. Esses processos ainda estão no início, sendo necessárias avaliações, acompanhamentos e comparações com outras experiências, tanto as de gestão compartilhada (como foi o caso FUNASA com as associações indígenas), quanto de projetos e ações de etnodesenvolvimento.

Segundo, destaco a utilização do modelo amazônico para as demais realidades étnico-ambientais. Como apontei no início, o projeto GEF Indígena foi sendo construído no Brasil a partir de experiências e programas desenvolvidos para as TIs na Amazônia, com isso, muitos dos processos que envolveram a construção do GEF Indígena (questionários, critérios de avaliação/seleção, ações/projetos, etc.) tinham como norte tais experiências, o que acarretou em algumas longas discussões, debates, mudanças de foco, mas, também, de exposição e aprendizado sobre a diversidade étnico-ambiental do país, principalmente devido à participação dos indígenas nas reuniões, nas consultas e na formulação do projeto final.

O predomínio dos projetos/ações na Amazônia Legal, como já foi pontuado, deriva do fato de, nas últimas duas décadas, o bioma ter sido palco de grande parte dos movimentos ambientalistas, tais debates influenciaram as políticas brasileiras e a direção dos financiamentos multilaterais vindos do exterior, propiciando uma generalidade na forma de tratar a questão ambiental e as sociedades, “em detrimento da pluralidade de situações indígenas e ecológicas existentes no Brasil” (Souza Lima & Barroso-Hoffman, 2002: 15). O projeto GEF Indígena, e a política do GTI, poderá trazer subsídios interessantes para a reflexão e trocas de experiências entre as sociedades indígenas, como também para o campo dos estudos em “etnoecologia” (Little, 2002).

As iniciativas associativas na Amazônia são fontes, também, de inspiração e desejo para outras experiências em outros territórios, como se pode ver pela história da ARPIPAN, principalmente de sua base fundadora. No entanto, tal desejo, tal imagem, tem sido construída (principalmente para aqueles que não vivenciaram a realidade da região Norte), imaginada, num cenário “hiper-real”, parafraseando aqui o termo cunhado por Ramos (1995) para exemplificar a imagem que muitas ONGs fazem do indígena “de carne e osso”. Muitos Terena constroem um simulacro do cenário associativo na Amazônia: algo sem contradições, conflitos, repleto de financiamentos e projetos, o que acaba por acarretar em frustrações (quando se deparam com suas experiências), ou acusações de que suas associações não “funcionam”, não geram “projetos”. No caso específico da ARPIPAN, principalmente da sua base fundadora, creio que a experiência que possuem, através dos contatos com outras iniciativas associativas, propiciará um questionamento dessa imagem essencializada, ainda que desejem uma proximidade de estrutura e ações semelhantes à realidade das associações na Amazônia.

Terceiro, a participação da base da ARPIPAN no campo dos debates internacionais, representando um diferencial da associação para o MS, visto que os conhecimentos e contatos adquiridos foram fundamentais para a legitimação e alcance que a Associação vem tendo, assim como o domínio do discurso, até técnico, com os demais atores e instituições que compõem o campo de atuação das associações indígenas no Brasil, o que faltava, para eles, era a junção dos interesses e o momento oportuno. Renato Athias (2002) aponta que apesar da importância política e simbólica da participação de vários indígenas em instâncias internacionais⁹⁰, são poucas as reflexões e sistematizações dessas participações, e que se houvessem poderiam trazer novos

⁹⁰ Encontros na OEA (Organização dos Estados Americanos), ONU, COPs, etc.

indícios para a compreensão do movimentos e associativismo indígenas no Brasil. Além disso, o movimento indígena, segundo o autor, não têm tido acesso amplo ao teor dos debates internacionais, haja vista que não são muitos os indígenas que participam e, nesse sentido, os informes acabam ficando mais restritos ao grupo de referência daquele que participou.

Quarto, a exclusão das TIs não aptas para o projeto GEF Indígena, principalmente em termos ambientais. Esse tipo de recorte/exclusão não é novo, tal critério também foi utilizado, de certa forma, para as TIs que foram beneficiadas pelo PPTAL, por exemplo, no tocante aos projetos de demarcação, como aponta Rinaldo Arruda (2002: 149):

[...] O PPTAL foi criado no interior do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil e as decisões sobre a prioridade de áreas a serem demarcadas [foram] em grande parte influenciadas pelo grau de “pureza” da cobertura vegetal, pela proximidade das Unidades de Conservação e pela baixa densidade de invasores não índios, visando criar “corredores ecológicos” de proteção da biodiversidade”.

Essa questão deve ser problematizada pelo atores nesse processo, pois não se pode imputar uma “punição” para as TIs que historicamente tiveram caminhos diversos de territorialização, e que culminaram na configuração territorial/ambiental em que se encontram. A forma de articular as TIs em redes de experiências durante a Consulta coordenada pela ARPIPAN, foi um aspecto importante para ampliar o foco de ação⁹¹. De qualquer forma, estar atento a essa questão se faz necessário em vista do crescente apelo ambiental e seu foco nas áreas consideradas “prioritárias” à conservação.

Quinto, e último, o GEF Indígena foi o impulso simbólico e material que os indígenas no MS precisavam para efetivar a articulação multiétnica que vinham historicamente empreendendo, assim como a entrada em um novo campo de debates e recursos. A valorização diante das demais associações indígenas nacionais, sobretudo amazônicas, e o sentimento de serem reconhecidos e apoiados pelo Estado brasileiro e pela comunidade internacional, através também de seus conhecimentos tradicionais relacionados ao meio-ambiente, possibilitaram o vislumbrar de um novo momento associativo.

Nesse contexto, ressalto que o projeto GEF Indígena se configura como uma mola propulsora, cuja riqueza reside em ser um projeto oriundo da mais importante agência mundial de fomento ao meio ambiente, ao passo em que consegue condensar variadas demandas indígenas

⁹¹ Destaco que a política da FUNAI com o SIGATI, ao que parece, será aplicada, à princípio, sem distinção de áreas mais ou menos degradadas.

atualmente vigentes no MS, a saber, aquelas relacionadas à proteção ambiental junto à valorização dos manejos tradicionais. Contudo, o GEF Indígena, não deve ser visto como o ponto responsável pela articulação multiétnica no MS que, volto a afirmar, já estava num momento historicamente favorável para tanto, constatado pela forma como a inclusão das variadas etnias em seus respectivos espaços (TIs e cidades), e seus respectivos interesses, foram sistematizados na estrutura organizacional e nos objetivos regulamentados pelo estatuto da ARPIPAN – que se diferencia das demais associações Terena aqui destacadas –, e também no projeto durante a consulta. No entanto, é inegável a sua influência na formação da ARPIPAN e nos planejamentos e ações futuras.

Por fim, a ARPIPAN representa a abertura de caminhos para as associações Terena, com novas possibilidades nas articulações multiétnicas, nos embates/alianças com o Estado, e na possibilidade de novas parcerias com a cooperação internacional. Também, a ARPIPAN faz uma conexão mais “institucionalizada” (ou seja, balizada no estatuto, na representação da diretoria, nas ações e metas almejadas) entre TIs e cidades, numa teia de relações e experiências (históricas e territoriais) que propiciará – se continuar crescendo, propondo e gerenciando ações –, possíveis transformações nas demais experiências associativas no Estado, para além até dos Terena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as associações indígenas à luz do conjunto que as compõe, ou seja, suas alianças, história, conexões, espaço, objetivos, projetos, tempo de atuação e o modo de ser do grupo que as direcionam, mostra-se como caminho fértil para a compreensão dos processos que envolvem o campo do associativismo étnico, proporcionando a abertura para outras constatações teóricas à luz da etnografia das mesmas; e as associações Terena descritas apontam as inúmeras faces desse campo.

Foi possível observar, ao longo do texto, que as associações Terena têm diversas formas de funcionamento, dinâmica e impacto, que são dados pelos temas que engendram, pelos locais de atuação e/ou maior influência, pelos contatos e relações que possuem, pela presença ou ausência de financiamentos, pelas pessoas que participam, enfim, uma vasta gama de elementos que fazem das associações Terena um fenômeno no plural.

Entretanto, as especificidades das associações Terena são construídas a partir da articulação e influência de pautas culturais e históricas comuns, como a importância e a política dos *naati*, as relações históricas de alianças e embates com o Estado, o *ethos* expansionista, o trânsito e as conexões entre TIs e cidades, a predação dos recursos e regulamentos dos *purutuye*, entre tantos outros, que demonstram que a dinâmica da produção/reprodução da diferença no campo de suas associações se dá por meio de elementos comuns que as conectam.

As etnografias das associações Terena também apontam para as diferenças e as semelhanças/conexões com outras realidades étnicas associativas no país. Semelhanças, quando se observa o panorama favorável à formação das associações – com a abertura proporcionada pelos movimentos afirmativos pós 70 –, nos debates que se seguiram, na aprovação da Constituinte de 88, nos acordos internacionais ratificados pelo Brasil, na criação de laços e troca de experiências entre diversas associações étnicas, nos impactos e participação advindos dos debates/ações nacionais e internacionais sobre as temáticas: cidadania, direitos, e meio-ambiente. Já as diferenças, estão na forma como cada grupo foi perpassado, atingido e (re)agiu diante dessas situações e fluxos compartilhados, o que desembocou em diferentes formas de estruturas das associações, no acesso às novas políticas públicas (ou não) formuladas com os processos advindos da abertura política, nos atores e instituições que passaram a compor o rol de relações

das sociedades e, somam-se a isso, os diferentes espaços geográficos (territórios) em que se encontram, bem como as especificidades dadas pela história e organização social de cada etnia.

Percorrer as diferentes histórias e formas de atuação das associações Terena nos leva a problematizar algumas temáticas quando se discute o tema associativismo étnico como, por exemplo, ao classificarmos as associações enquanto espaços institucionalizados/burocratizados do movimento indígena. No caso de algumas das associações Terena, é possível constatar que elas possuem formas de agir para além das definições clássicas de ONGs, ou seja, suas formas associativas, apesar de não estarem alheias à essas estruturas, são geridas e legitimadas não, necessariamente, e somente, pelas normas “oficiais” (registro em cartório, retirada do CNPJ, formação de diretoria, seguir o estatuto, etc.) e isso pelos mais diversos fatores, que vão desde as dificuldades de se ativar essas burocratizações (restrições financeiras, falta de conhecimento, pessoal para gerir, entre outros), até como uma forma de se ter maior liberdade de ação. O fato de algumas não serem geridas de forma estritamente burocratizada, não lhes retira o fato de serem reconhecidas enquanto espaços “institucionalizados” do movimento indígena à maneira Terena, o que implica em ser espaços onde possivelmente se tem conhecimentos técnicos diferenciados, onde se trabalha por algumas demandas específicas, onde se idealizam e/ou realizam projetos/ações financiados ou não, onde se busca alianças com setores governamentais, onde as mulheres buscam novas formas de inserção na política, onde os líderes buscam projeção e influência; contudo, tudo isso não exclui as acusações entre eles – principalmente em momentos de conflitos – sobre a “falta de legitimidade” das associações não “registradas” em vistas das que seguem as normas dos *purutuye*.

Além das normas burocráticas, outras temáticas podem ser levantadas, como os debates que envolvem as questões ambientais e os setores de apoio (governamentais e não governamentais), principalmente, comparando-se o cenário de MS ao da Amazônia Legal, tendo-se em conta que o bioma teve destaque mundialmente nas últimas décadas, com as sociedades indígenas sendo vistas como alternativas às formas predatórias de desenvolvimento, o que resultou em inúmeros investimentos: técnicos, financeiros, políticos, simbólicos, para muitas das iniciativas associativas que foram sendo construídas. Além disso, criou-se uma concentração de pesquisas e conceitos formados a partir dessa realidade particular, bem como a utilização do campo associativo amazonino como espelho/modelo, tanto para a própria reflexão dos atores

indígenas em suas associações, quanto na desvalorização ou descrédito através de comparações inevitáveis por meio dos setores de apoio. Todo esse cenário trouxe impactos para as associações Terena, principalmente na exclusão de muitas no acesso às diferentes formas de convênios, financiamentos e espaços políticos de participação que, juntos, poderiam fornecer possibilidades maiores de escolhas e instrumental para o fortalecimento de suas iniciativas, além da inserção mais ampla nos debates que envolvem as atuais temáticas transnacionais; a criação da ARPIPAN e as novas políticas públicas sobre gestão ambiental nas TIs parecem sinalizar mudanças no cenário.

Por fim, retomo a questão que norteou também a tese, a saber, a divisão das associações a partir do campo de atuação: TIs e cidades. O ponto de partida seriam as diferenças, semelhanças e conexões que teriam entre as associações nos diferentes territórios, um terreno, sem dúvida, espinhoso, visto que é sempre possível cair na armadilha de tornar os processos que envolvem os diferentes espaços como algo estanque, sem dinamicidade, como realidades distintas e absolutas. Nesse sentido, os depoimentos, as diferentes formas de vivências, territorialidades, e de ações das associações verificados durante a pesquisa, foram fundamentais para a construção dessa divisão que também os conecta. Nas cidades, palco da atuação e peso cotidiano dos *purutuye*, as associações Terena se tornam espaços de sociabilidade e reflexão, de interlocução direta com os setores governamentais (principalmente em termos de reivindicações e busca por novos espaços políticos de intervenção), são espaços de busca por reconhecimento, prestígio e poder dentro da sociedade Terena, são as principais articuladoras dos movimentos afirmativos e, às vezes, são percebidas como a luta “solitária” de uma liderança. Nas TIs, as associações dinamizam as relações, criam novos espaços de participação, estão, aos poucos, ganhando *status* e sendo as interlocutoras com o Estado para algumas novas demandas, possuem mais canais (financiamentos potenciais) de aberturas do que nas cidades, articulam ações/projetos voltados ao etnodesenvolvimento.

Contudo, as diferentes agendas, formas e valores diferenciados das associações Terena, frutos, também, dos diferentes espaços em que atuam e influenciam com mais veemência, não representa um isolamento das mesmas, pelo contrário, a estruturação dessas diferenças implica no diálogo e relação constantes, visto que, por exemplo, no caso das TIs, é pela via da articulação e diálogo com as associações e grupos na cidades, juntamente com suas articulações entre os líderes e caciques, que eles têm também suas reivindicações apoiadas e acompanhadas de perto na AER/FUNAI de Campo Grande ou no governo do Estado, assim como, é na conexão com as

cidades que buscam apoios técnicos e educacionais para o andamento de suas associações. No caso das associações na cidade, é com o apoio dos grupos nas TIs que muitas adquirem respaldo no campo das afirmações étnicas, na construção da legitimidade política, ou na reflexão sobre a forma de ser e estar na cidade. Além disso, existem aquelas associações que conectam de forma cotidiana e burocrática (nos membros participantes, nos projetos e convênios buscados, nas temáticas defendidas) os dois espaços, como é o caso da AFIC e da ARPIPAN.

As associações Terena, em seus diferentes espaços/tempo, querem tomar as rédeas desses novos processos, elas buscam, em meio às especificidades, diferenças e conexões, possibilidades com os novos instrumentos advindos desse campo, querem os tão falados projetos, querem ir além das relações que hoje empreendem para o atendimento de suas demandas. Todas, à sua maneira, enfrentam dificuldades nesse percurso: falta de apoio, complicações com o excesso de burocracia, o desconhecimento dos caminhos para onde buscar apoio, enfim, e mesmo com as situações difíceis, os Terena têm persistido e com desejos de constituírem mais e mais associações.

Ressalto que para além dos espaços, e como foi apontado na tese, existem outros elementos que diferenciam ou conectam as associações Terena, como as inúmeras questões (políticas, sociais, culturais) relacionadas ao gênero feminino no espaço das associações, ou as ligadas à história dos grupos, como é o caso do ATITI que, mesmo estando em TI, tem a necessidade de levantar as bandeiras afirmativas, assim como, mesmo em solo amazonino, tem tido, ainda, pouquíssimo acesso aos setores de apoio ambientalistas e indigenistas.

Em suma, todos esses fatores nos levam a refletir que não existe um único modelo de associativismo Terena, mas sim formas diversas e/ou semelhantes de agir enquanto associação, ditadas pelos mais variados fatores, tendo, portanto, formas múltiplas de impacto, envolvimento e demandas. Todo esse conjunto, que aqui foram apresentados alguns elementos, faz das associações Terena importantes instrumentos de reflexão/ação, que estão possibilitando novos espaços de presente e futuro, com oportunidades de aprendizados, disputas e alianças.

REFERÊNCIAS

- AAI – Associação dos Artesãos Indígenas. 2007. *Projeto “Núcleo de Produção de Cerâmica Terena”*. Enviado ao Prêmio Culturas Indígenas 2007 – Edição Xicão Xucuru.
- AAI – Associação dos Artesãos Indígenas. 2003. *Estatuto*.
- AAIMS – Associação dos Acadêmicos Indígenas de MS. 2005. *Proposta apresentada à FUNAI como projeto para elaboração do evento: I Encontro dos Acadêmicos Indígenas de Mato Grosso do Sul*.
- AAIMS – Associação dos Acadêmicos Indígenas de MS. 2005. *Estatuto*.
- AAIT – Associação Indígena dos Agricultores Indígenas de Taunay. 2005. *Projeto “Auto-Sustentabilidade Terena”*, apresentado ao Vigisus II, FUNASA.
- _____. 1992. *Estatuto*.
- AIAT – Associação dos Apicultores Indígenas Terena. 2007. *Projeto “Polpas de frutas do Cerrado”*. Projeto enviado ao PPP-ECOS.
- _____. 2003. *Estatuto*.
- Acçolini, Grazielle. 2004. *Protestantismo à moda Terena*. Tese de Doutorado em Sociologia, Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP.
- Albert, Bruce. 2000. “Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira”. In: *ISA – Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*.
- Albert, Bruce & Ramos, Alcida (orgs.). 2002. *Pacificando o Branco: cosmologia do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP.
- Almeida, Fábio Vaz Ribeiro. 2003. Um Balanço dos projetos indígenas enviados ao PDPI. *Revista Antropológicas*, ano 7, v. 14 (1 e 2): 73-82.
- Almeida, Mauro William Barbosa. 1992. “Desenvolvimento e responsabilidade dos antropólogos. In: Arantes, A.; Ruben, G.; Debert, G. (orgs.). *Desenvolvimentos e direitos humanos. A responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Altenfelder Silva, Fernando. 1949. Mudança Cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista São Paulo*, n.s.,v.3.
- _____. “Religião Terena”. 1976. In: Schaden, E. (org.). *Leitura de Etnografia Brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

- Alvarez, Gabriel Omar. 2004. Sateré-Mawé: do movimento social à política local. *Série Antropologia* (366), DAN/UnB.
- Anderson, Benedict. 1989. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática.
- Andrade, Álvaro Pereira; Silva, Maria das Dores.; Kahn, Marina. (orgs.). 2002. *Manual para administração de organizações indígenas*. São Paulo: ISA, Recife: AFINCO.
- Andrello, Geraldo. 2004. *Iauaretê: transformações sociais e cotidiano no Rio Uaupés (Alto Rio Negro, Amazônia)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP.
- _____. 2006. *Cidade do índio – transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo: UNESP/NuTI.
- ARPIPAN – Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal. 2007. *Estatuto*.
- _____. 2007. *Documento elaborado em reunião de 2007*.
- Arruda, Rinaldo. 2002. “Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais”. In: Souza Lima, Antonio Carlos & Barroso-Hoffman, Maria (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED.
- _____. 2003. Representação e participação indígena nos processos de gestão do “campo indigenista”: Que democracia? *Revista Anthropológicas*, ano 7, v. 14 (1 e 2): 35-45.
- Arruti, José. Maurício Paiva Andion. 1996. *O Reencantamento do Mundo. Trama histórica e arranjos territoriais Pankararu*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- Athias, Renato. 2002. “Temas, problemas, perspectivas em etnodesenvolvimento: uma leitura a partir dos projetos apoiados pela OXFAM 1972-1992”. In: Souza Lima, Antonio Carlos & Barroso-Hoffman, Maria (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED.
- ATITI – Associação dos Trabalhadores Terena do Iriri. 2007? *Projeto de Criação de Ema*.
- Assunção, Leilah Landim. 1993. *A invenção das ONGs. Do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: MN/UFRJ.
- Augé, Marc. 1978. *Os Domínios do Parentesco*. Lisboa: Edições 70.
- Auzias, Jean. 1976. *A antropologia contemporânea*. São Paulo: Cultrix.
- Azambuja, Janete Lili; Cabral, Cimara; Waldir, João. 2001. *Dicionário da língua Terena. Vivávakapa Ra Vemó’u*. Anastácio, MS: SEMED.

- Azanha, Gilberto. s.d. *Verbetes sobre os Terena*. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/terena/terena.shtm>> Acesso em: 02/10/2004.
- _____. 2001. *Relatório antropológico para definição dos limites da Terra Indígena Buriti – portaria 1155/Pres/Funai*. Brasília.
- _____. 2004? *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taunay-Ipegue*. GT PP 1.155/PRES/2000.
- _____. 2002. “Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento. Possibilidades do desenvolvimento sustentado para sociedades indígenas no Brasil”. In: Souza Lima, Antonio Carlos & Barroso-Hoffman, Maria (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED.
- Azanha, Gilberto & Novaes, Silvia Caiuby. 1982. O CTI e a antropologia ou o antropólogo como “agente”. *Reunião da ANPOCS, Teresópolis*.
- Azevedo, Marta Maria & Matos, Maria Helena Ortolan. 1982. O jogo de referências na dinâmica das organizações indígenas. *ABA, Belo Horizonte, n.18, UFMG*.
- Bach, Johann. 1916. Dados sobre os índios Terena de Miranda. *Anales de la Sociedad Científica Argentina*, Buenos Aires, v.82.
- Baines, Stephen. 2008. Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da constituição de 1988. *Série Antropologia (418)*, DAN/UnB.
- _____. 2004. Antropologia do desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. *Revista Antropológicas, ano 8, v. 15(2)*, pp.29-46.
- Baldus, Herbert. 1950. Lendas dos Índios Tereno. *Revista do Museu Paulista, São Paulo, n.s. v.4*, p. 217-232.
- _____. 1990. Textos Terena. *Terra Indígena*, Publicações do CEI FCL/UNESP-Araraquara, ano VII n.55.
- Barbieri, Samia Roges Jordy. *Os Direitos Constitucionais dos Índios e o Direito a Diferença, Face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- Barroso-Hofmann, Maria. 2005. Do “Brasil sem índio” aos “índios sem Brasil”: algumas questões em torno da cooperação internacional junto aos povos indígenas. *Revista Antropológicas, ano 9, v. 16(2)*, pp.153-186.
- Barth, Fredrik. 1969. “Introduction”. In: Barth, Fredrik.. *Ethnic groups and boundaries*. Ithaca: Waveland Press.

- Bartolomé, Miguel Alberto. 2006. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana* 12 (1), pp.39-68.
- Bhabha, Homi. 2001. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Bourdieu, Pierre. 1974. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Brandão, Carlos Rodrigues. 1986 *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 2000. Os guarani: índios do sul – religião, resistência e adaptação. *Estudos Avançados*, São Paulo, 4, (10).
- Brasil – Câmara dos Deputados. 1984. *Comissão do Índio. Décima Quarta Reunião realizada a 24 de maio de 1984. Presidente: Deputado Mário Juruna*. Brasília/DF.
- Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- Brasil – Ministério da Cultura. 2007. *Prêmio Culturas Indígenas – Edição “Xicão Xucuru”*.
- Brasil – Ministério de Ciência e Tecnologia. 2005. *Cartilha GEF – Apresentação de Propostas de Projeto para o Programa do Fundo Global para o Meio Ambiente*. Brasília.
- Brasil – Ministério do Meio Ambiente. 2004. *Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica – Brasil*. Brasília.
- _____. 2007. *Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira Cerrado*, Brasília.
- Brasil – Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2004/2005. *Diretrizes Gerais de Funcionamento e Acesso aos Recursos para Projetos. Carteira Indígena*. Brasília/DF.
- Brasil. 2002. *Política Nacional da Biodiversidade, Decreto 4.339, de 22 de agosto de 2002*.
- Canevacci, Massimo. 1996. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel.
- Cardoso, Wanderlei Dias. 2001. *A História dos Terena: Limão Verde*. Monografia de Bacharelado em História, Campo Grande: UCDB.
- Cardoso de Oliveira, Roberto. 1968. *Urbanização e Tribalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1972. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, São Paulo: Edusp.

- _____. 1976a. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos índios Terena*. Rio de Janeiro: Alves. 2ª edição.
- _____. 1976b. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.
- _____. 1988. *A crise do indigenismo*. Campinas: Ed. Unicamp.
- _____. 2000a. Os (Des)Caminhos da Identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. XV, São Paulo, nº 42.
- _____. 2000b. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. *Estudos Avançados*, 4 (10).
- _____. 2002. *Os Diários e as Suas Margens*. Brasília: Editora UNB.
- _____. 2006. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Ed.UNESP, Brasília: Paralelo 15.
- Carneiro da Cunha, Manuela Carneiro. 1985a *Negros Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1985b. “Definições de índio e comunidades indígenas”. In: Santos, Silvio Coelho, et. al.(orgs.) *Sociedades indígenas e o direito*. Florianópolis: Ed.UFSC/CNPq.
- _____. 1986. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1993. O Futuro da Questão Indígena. *Coleção Documentos, Série História Cultural, IEA/USP*.
- _____. (org.). 1992. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. “Política indigenista no século XIX”. 1992. In: _____. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 1998b. Saberes locais, tramas identitárias e o sistema mundial na antropologia de Manuela Carneiro da Cunha. *Revista Sexta-Feira – Antropologia, Artes e Humanidades*, São Paulo, Pletora Ltda, n.13, out/1998. p. 80-92.
- Carvalho, Edgar Assis. 1979. *As Alternativas dos vencidos – índios Terena no estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- _____. 1985. “Identidade étnico-cultural e questão nacional”. In: Santos, Silvio Coelho, et. al. (orgs.) *Sociedades indígenas e o direito*. Florianópolis: Ed. UFSC/CNPq.
- Carvalho, Fernanda. *Koixomuneti e outros curandeiros: xamanismo e prática de cura entre os Terena*. 1996. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo: FFLCH/USP.

- Carvalho, Priscila. 2007. Índios na cidade. *Agência Carta Maior. Jornal eletrônico*. disponível em:
<http://www.agenciartamajor.com.br/templates/index.cfm?home_id=78&alterarHomeAtual=1> Acesso em: 20/05/2007.
- Carvalho, Silvia Maria Schmuziger. 1998. “Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense”. In. Carneiro da Cunha, Manuela (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2ª edição.
- Castelnau, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul (tomo II)*. São Paulo: Nacional, 1949. (Coleção Brasileira, v.266-A).
- CEDI – Centro Ecumênico e Documentação e Informação. *Povos Indígenas no Brasil – 85/86*. (Aconteceu Especial 17).
- _____. *Povos Indígenas no Brasil – 87/90* (Aconteceu Especial 18).
- Chambers, Iain. 1994. *Migración, cultura, identidad*. Buenos Aires: Amarrortu Editores.
- Clastres, P. 1979. *A sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política*. Porto: Afrontamento.
- Clifford, James. 1988. *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 1998. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ.
- _____. 1999. *Itinerários transculturales*. Barcelona: Gedisa.
- Cohn, Clarice. 2001. Culturas em transformação: os índios e a civilização. *Revista São Paulo em Perspectiva*.
- Convenção sobre Diversidade Biológica*, 1992.
- Dávalos, Pablo. 2005. “Movimientos indígenas em America Latina: el derecho a La palabra”. In: Dávalos, Pablo (org.). *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. Buenos Aires: CLACSO.
- Davis, Shelton. 2008. Diversidade cultural e direitos dos povos indígenas. *Mana* 14 (2): 571-585.
- Delgado, Ana Carolina Teixeira & Anciães, Silvia Lemgruber Julianete. 2006. Os movimentos indígenas e suas implicações para o processo político na Bolívia e no Peru. *Observador On-line*, v. 1, n.4, jun 2006 (Observatório Político Sul-Americano/IUPERJ/UCAM – <http://observatorio.iuperj.br>).

- Diniz, Edson. 1978. Uma reserva indígena no centro-oeste paulista – Aspectos das relações interétnicas e intertribais. *Coleção Museu Paulista, Série de Etnologia*, v.3, Universidade de São Paulo.
- Dutra, Israel Fontes. 2007. Reflexão sobre as parcerias da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e as Universidades frente os desafios da sustentabilidade indígena. *II Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas na Universidade*, 2007, Campo Grande. Rede de Saberes.
- Editais PPP-ECOS – Programa de Pequenos projetos Eco-sociais*. 2007. (Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN).
- Eremites de Oliveira & Pereira, Levi Marques. 2003. *Perícia antropológica, histórica e arqueológica da área reivindicada pelos Terena para ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Dourados.
- Fernandes Júnior, José Resina. *Da Aldeia do Campo para a Aldeia da Cidade: implicações sócio-econômicas e educacionais no êxodo dos índios Terena para Campo Grande/MS*. 1997. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local, Campo Grande: UCDB.
- _____. 2002. *Feira Indígena de Campo Grande: a conquista de um ideal*. Texto mimeografado.
- Ferreira, Andrey Cordeiro. *Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. 2007. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ/MN.
- Foucault, Michel. 1972. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes.
- Francisco, Célio dos Santos & Francisco, Marta Alexandre. 1997. *Pequeno dicionário da língua Terena Vemó'U: dicionário aruak-português para I e II graus*. Campo Grande: Ed. Ruy Barbosa.
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio. 2006. *Conferência nacional dos Povos Indígenas, em 12 a 19 de abril de 2006 em Brasília-DF*. Documento Final. Brasília: FUNAI/CGDTI.
- Gagliardi, José. Mauro. 1989. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- Galan, Maria Cristina da Silveira. 1994. *As Terena*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo: PUC-SP.
- Gallois, Dominique & Carelli, Vincent. 1998. Índios “eletrônicos”: uma rede comunicação indígena. *Revista Sexta-Feira – Antropologia, Artes e Humanidades*, São Paulo, v.2, 04/1998.

- Gallois, Dominique. 2002. “‘Nossas falas duras’”. Discurso político e auto-representação Waiãpi”. In: Albert, Bruce & Ramos, Alcida (orgs.). *Pacificando o Branco: cosmologia do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. 2000. Sociedades indígenas em novo perfil: alguns desafios. *Revista Migrante – Travessia*, ano XIII/36, pp. 5-10.
- Gambini, Roberto. 1988. *O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Gomes, Luciana Scanoni. 2006. *Da lua ao pote: uma etnografia da cerâmica Terena*. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, Campo Grande: UFMS.
- Gomes, Mércio Pereira. 1991. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Gohn, Maria da Glória. 2000. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Gordon, César. 2006. *Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: Editora UNESP, ISA; Rio de Janeiro: NUTI.
- Gramkow, Márcia Maria, et al. 2007. “Antropologia, povos indígenas, cooperação internacional e políticas públicas no Brasil”. In: Souza, Cassio Noronha Inglez, et al. (org.). *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Grupo Te. 2007. *Projeto “Kipaé Pitivókoke (Dança da Ema na cidade)”*. Projeto enviado ao Prêmio Culturas Indígenas Edição Xicão Xucuru.
- Grünewald, Rodrigo Azeredo. 2003. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. *Revista AntHropológicas*, ano 7, v. 14 (1 e 2): 47-71.
- Guimaraes Rosa, João. 1985. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: Nova fronteira. 3ª edição.
- Hall, Stuart. 2001. “Quem precisa da identidade”. In: Silva, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes.
- Hannerz, Ulf. 1997. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*. [online]. abr. 1997, vol.3, no.1 [acessado 22 Outubro 2003], p.7-39. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100001&lng=pt&nrm=iso> ISSN 0104-9313. Acesso em: 05/10/1999.
- Heckenberger, Michael. 2002. Rethinking the Arawakan Diaspora: hierarchy, regionality, and the Amazonian formative. In: Hill, Jonathan & Santos-Granero, Fernando (orgs.). *Comparative Arawakan Histories*. Illinois: University of Illinois Press.

- _____. 1999. “O enigma das grandes cidades. corpo privado e Estado na Amazônia”. In: Novaes, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras.
- Hill, Jonathan. 2002. “Shamanism, colonialism, and de Wild Woman: fertility cultism and historical dynamics in the upper Rio Negro Region”. In: Hill, Jonathan & Santos-Granero, Fernando (orgs.). *Comparative Arawakan Histories*. Illinois: University of Illinois Press.
- Hill, Jonathan & Santos-Granero, Fernando (orgs.). 2002. *Comparative Arawakan Histories*. Illinois: University of Illinois Press.
- Hobsbawn, Eric & Ranger, Terence. 1997. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Howard, Catherine Vaughan. 2002. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: Albert, Bruce & Ramos, Alcida (orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato norte amazônico*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Brasil*.
- _____. 2005. *Tendências Demográficas. Uma análise dos indígenas com base nos resultados da Amostra dos Censos Demográficos de 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. 2005b. *Mapa de Biomas Brasileiros*.
- Iglesias, Marcelo & Aquino, Terri Vale. 1996. “Regularização das terras e organização política dos índios no Acre (1975/94)”. In: ISA. *Povos Indígenas no Brasil 1991/95*. São Paulo: ISA.
- ISA – Instituto Socioambiental. 2006. *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: ISA.
- Isaac, Paulo Mário. 2004. *Modo de existir Terena na comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC-São Paulo.
- Jackson, Jean. 1995. Culture, genuine and spurious: the politics of indianness in the Vaupés, Colombia. *American Ethnologist*, vol. 22, n. 1, feb/1995. pp.3-27.
- Labourthe-Tolra, Philippe & Warnier, Jean-Pierre. 1997. *Etnologia – Antropologia*. Petrópolis: Vozes.
- Ladeira, Maria Elisa. 2001. *Língua e história: análise sociolinguística de um grupo Terena*. Tese de Doutorado em Linguística, São Paulo: USP.
- Ladeira, Maria Elisa & Bittencourt, Circe. 2000. *A História do Povo Terena*. Brasília: MEC-SEF-USP/CTI.

- Laraia, Roque Barros. 1985 "O índio e o Estado". In: Santos, Silvio Coelho, et. al. (orgs.) *Sociedades indígenas e o direito*. Florianópolis: Ed. UFSC/CNPq.
- _____. Lideranças indígenas acima e abaixo do Equador. *Anuário Antropológico* n. 80, Fortaleza: Ed.UFC/, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Lasmar, Cristiane. 2002. *De volta ao lago de leite: a experiência da alteridade em São Gabriel da Cachoeira (Alto Rio Negro)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.
- Lea, Vanessa Rosemary. 1994. Gênero feminino Mebengokrê (Kayapó): desvelando representações desgastadas. *Cadernos Pagu* (3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas.
- Leonel, Mauro de Mello. 2000. Bio-sociodiversidade: preservação e mercado. *Estudos Avançados*, 14 (38), São Paulo.
- Lévi-Strauss, Claude. 1976. O pensamento selvagem. São Paulo: Ed. Nacional. 2ª edição.
- _____. 1993. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Little, Paul. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia* 322, DAN/UnB.
- Magalhães, Edvard Dias (org.). 2003. *Legislação indigenista brasileira e normas correlatas*. Brasília: FUNAI/CGDOC. 2ª edição.
- Mangolim, Olívio. 1993. *Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: CIMI/MS.
- _____. 1993. *Da escola que o branco faz à escola que o índio necessita e quer: uma educação indígena de qualidade*. Dissertação de Mestrado em Formação de Professores, Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande,.
- Marcos. Domingos Veríssimo. A filosofia do pensamento dos povos indígenas. *Terra Indígena*, ano V, n. 46.
- Marcos, Márcio Justino. 2004. Entrevista. Administrador da FUNAI para a região de Campo Grande mostra preocupação com o clima instaurado entre produtores rurais e indígenas no Estado. Campo Grande, *Metrópole*, Maio/2004.
- Marcus, George. 1991. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisito para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, São Paulo. Vol. 34.
- Martins, Gilson. 1992. *Breve Painel Etno-Histórico do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, Universidade Federal de MS-FNDE.

- Matos, Maria Helena Ortolan. 1997. *O processo de criação e consolidação do movimento Pan-Indígena no Brasil (1970-1980)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Brasília: DAN, UnB.
- _____. 2006. *Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas: IFCH/UNICAMP.
- Mead, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, 2ª edição.
- Meira, Márcio. 1996. “Finalmente eles entenderam que nós existimos”. In: ISA. *Povos indígenas no Brasil, 1991-1995*. ISA – Instituto Socioambiental.
- Monteiro, Jonh Manuel. 1999. “Armas e armadilhas”. In: Novaes, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das letras.
- Morales, Lúcia Arrais. 1993. *A feira de São Cristóvão: um estudo de identidade regional*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN, UFRJ.
- Moura, Noêmia Santos Pereira. *O Processo de Terenização do Cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no século XX*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas: IFCH/UNICAMP.
- _____. 2004. “Os Terena e a UNIEDAS”. In: Wright, Robin (org.). *Transformando os deuses (VOL.II)*. Campinas: UNICAMP.
- _____. 2001. *UNIEDAS: o processo de apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)*. Dissertação de Mestrado em História, Dourados: UFMS.
- Mussi, Vanderléia. 2008. Tronco velho ou ponta da rama? A mulher indígena terena nos entrelugares da fronteira urbana. *Patrimônio e Memória (UNESP. Online)*, v. 4, p. 1-18.
- _____. 2006. *As Estratégias de Inserção dos Índios Terena: da Aldeia ao Espaço Urbano (1990-2005)*. Tese de Doutorado em História, Assis: FCL/UNESP.
- _____. 2000. *A dinâmica de organização social dos Terena da aldeia ao espaço urbano de Campo Grande-MS*. Dissertação de Mestrado em História, Assis: FCL/UNESP.
- Naciones Unidas (ONU). 2007. *Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas*, 12 de septiembre de 2007.
- Nakamura, R.Y.S. 2001. *Realidade econômica dos índios da aldeia urbana Marçal e Souza em Campo Grande*. Monografia de Bacharelado), Campo Grande: UCDB.

- Neves, Lino João. 2003. “Os olhos mágicos do sul: iniciativas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil”. In: Sousa Santos, Boaventura (org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. São Paulo: Record.
- Novaes, Adauto (org.). 1999. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Novaes, Silvia Caiuby. 1993. *Jogos de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: EDUSP.
- Novaes, Washington. 2008. O drama no Cerrado. *National Geographic*, outubro de 2008.
- Oberg, Kalervo. 1990 [1949]. A economia Terena no Chaco. *Terra Indígena, Publicações do C.E.I., FCL/UNESP- Araraquara, ano VII n.55..*
- _____. 1990 [1948] Organização social e lei Terena. *Terra Indígena, Publicações do CEI., FCL/UNESP-Araraquara*.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. 2005. *Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas*. Brasília: OIT. 2ª edição.
- Oliveira Filho, João Pacheco. 1985a. “Projeto Tucuna”. In: *Política e Ação Indigenista Brasileira*. Brasília: FUNAI.
- _____. 1985b. “Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o estatuto do índio”. In: Santos, Silvio Coelho, et. al. (orgs.) *Sociedades indígenas e o direito*. Florianópolis: Ed. UFSC/CNPq.
- _____. 1988. *Nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero.
- _____. 1996. “Fronteiras étnicas e identidades emergentes”. In: ISA – Instituto Socioambiental. *Povos Indígenas no Brasil, 1991-1995*.
- _____. 1998. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. [online]. abr. 1998, vol.4, no.1 [acessado 22 Outubro 2003], p.47-77. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=pt&nrm=iso >. ISSN 0104-9313.
- _____. 1999. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- _____. 1998. *Indigenismo e territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Ossami, M.C. 1985. *O papel das Assembléias de líderes indígenas na organização dos povos indígenas no Brasil*. Monografia de Especialização em Antropologia e Recursos Áudio Visuais em Etnologia, Goiás; Universidade Católica de Goiás.

- Pace, David. 1992. *Claude Lévi-Strauss: o guardião das cinzas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Peirano, Mariza. 1992. *Uma Antropologia no Plural. Três Experiências Contemporâneas*. Brasília: Editora da UnB.
- Penteado, Yara. 1980. *A condição urbana: estudo e dois casos de inserção do índio na vida citadina*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Brasília: ICS/DAN, UnB.
- Pereira, Nilza Oliveira Martins & Azevedo, Marta Maria. 2004. Os povos indígenas e os Censos do IBGE: uma experiência brasileira. *I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP*, Caxambu, 18-20 de setembro de 2004.
- Pereira, Ricardo Neves Romcy. 2007. *Comunidade Canafé: história indígena e etnogênese no Médio Rio Negro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Brasília: ICS/DAN, UnB.
- Peres, Sidnei Clemente. 2003. *Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas: PPGCS/IFCH/UNICAMP.
- Perrone-Moisés, Beatriz. 1992. “Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial”. In: Carneiro da Cunha, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP. p. 115-132.
- Povos Indígenas Brasileiros, Sociedades Autônomas e Independentes*. Resposta à matéria publicada pela Revista Veja, em sua edição 1949 de 29 de março de 2006. Fórum dos Povos Indígenas do Brasil sobre Biodiversidade (FIBB Brasil), ocorrido durante à 8 Conferências das Partes (COP-8). Pinhais, Região metropolitana de Curitiba, 28 de março de 2006.
- Pozzobon, Jorge. 1996. “Índios por opção”. In: ISA – Instituto Socioambiental. *Povos Indígenas no Brasil, 1991-1995*.
- PRODOC/GEF Indígena – Catalização das Contribuições das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros*. 2008.
- Projeto de Criação de Ema*. 2007. Projeto elaborado pela comunidade Terena da Terra Indígena Terena Gleba Irii.
- Ramos, Alcida Rita. 1987. Voz indígena: contato vivido e contado. *Anuário Antropológico n. 87*, Brasília/ Rio de Janeiro, UnB/Tempo Brasileiro.
- _____. 2007. Do engajamento ao desprendimento. *Série Antropologia (414)*, DAN/UnB.
- _____. 1995. O índio hiper-real. *RBCS, São Paulo: ANPOCS, n.28, ano 10, junho, 1995*.

- _____. 1997. The indigenous movement in Brazil: A quarter century of ups and downs. *Cultural Survival Quarterly*, Summer, vol. 21, n.2, p.50-53.
- _____. Reavaliando o indigenismo de resultados. *Seminário Internacional: As Minorias e o Direito*. Os povos tradicionais e as sociedades nacionais conflitos de normas e superação: UnB/ Comissão Pró-Yanomami, 2001. Disponível em www.cjf.gov.br/Pages/Sen/eventos/minorias/Alcida%20Rita%20Ramos.doc. Acesso em 27 de junho de 2002.
- _____. 1991. Os direitos do índio no Brasil. Na encruzilhada da cidadania. *Série Antropologia* (116), DAN/UnB.
- Real, Ivete Rossana Vallejo. 2003. Políticas étnicas y ciudadanía: trayectorias comparativas de las Organizaciones Indígenas Amazónicas en Ecuador y Brasil. *Revista Antropológicas*, ano 7, v. 14 (1 e 2).
- Relatório de Tabulação do censo da População de Índios Desaldeados em Campo Grande-MS*. 1999. CIMI, CNBB, UCDB, CEPACE, Prefeitura Campo Grande.
- Ribeiro, Darcy. 1970. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Ribeiro, Ednaldo Aparecido. 1999. As identidades culturais na contemporaneidade. Dilemas e perspectivas em uma conjuntura pós-moderna. *Revista Mediações*, Publicação do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Letras e Ciências Humanas, UEL - v.4 n.1 jan-jun.1999.
- Ricardo, Alberto. 2004. "Povos Indígenas e Desenvolvimento Sustentável". In: Ricardo, Fany (org). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Roberto de Paula, Luís. 2000. *A dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais*. Dissertação de Mestrado e Antropologia, Brasília: ICS/DAN, UnB.
- _____. 2008. "A organização institucional do movimento das mulheres indígenas no Brasil atual: notas para começar a pensar". In: Verdum, Ricardo (org.). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc.
- Rocha, Ana Luzia Carvalho & Eckert, Cornélia. 1998. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. *Revista de Antropologia (USP)*, v.41, n.2.
- Rohde, Richard. 1990. Algumas notícias sobre a tribo indígena dos Terenos. *Terra Indígena, Publicações do CEI, FCL/UNESP- Araraquara*, ano VII n.55.
- Sacchi, Ângela. 2003. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas

organizações de mulheres indígenas. *Revista AntHropológicas*, n.7 vol. 14(1 e 2), 95-110.

Sahlins, Marshall. 1991. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1997. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana*. [online]. abr. 1997, vol.3, no.1 [acessado 22 Outubro 2003], p.41-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-9313 .

_____. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). *Mana*. [online]. out. 1997, vol.3, no.2 [acessado 22 Outubro 2003], p.103-150. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-9313.

_____. 1998. Cosmologias do capitalismo: setor transpacífico do sistema mundial. *XVI Reunião Brasileira de Antropologia*, ABA.

_____. 1978. "Sociedade da afluência". In: Carvalho, Edgar Assis (org.). *Antropologia econômica*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.

Sant'Ana, Graziella Reis. 2004a. *Mobilização e Organização: a dinâmica do associativismo entre os Terena*. Projeto de Doutorado apresentado ao PDCS/UNICAMP, 2004.

_____. 2004b. *A Dinâmica do Associativismo Terena no Espaço Urbano*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Marília: PPGCS/FFC/UNESP.

_____. 2006. *A dinâmica do associativismo entre os Terena*. Texto de Qualificação de Tese de Doutorado, Campinas: PDCS/IFCH/UNICAMP.

_____. 2008. Incorporando o "componente mulher:" o associativismo da mulher Terena. 26º *Reunião Brasileira de Antropologia*, ABA, Porto Seguro/BA, junho/2008.

_____. 2008. As mulheres "tomam a fala". O associativismo das Terena. *Empreendedorismo nas Américas/Fostering Indigenous Business and Entrepreneurship in the Américas – FIBEA*, Manaus, 2008. (Tópico IV – Desafios e Oportunidades Enfrentadas por Empreendedores Indígenas).

_____. 2001. *Um estudo sobre as migrações Terena das aldeias para a cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul*. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, Marília: FFC/UNESP.

_____. 2008. *Produto 1 – Caracterização das Terras Indígenas. Áreas de Referência Biomas Cerrado e Pantanal, Mato Grosso do Sul e Goiás*. Relatório de Consultoria do projeto GEF

Indígena “Catalisando a contribuição das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros”.

_____. 2008. *Produto 2 – Memória da Reunião Centro Oeste (Mato Grosso do Sul e Goiás)*. Relatório da Consulta Regional Biomas Pantanal e Cerrado, projeto GEF Indígena “Catalisando a contribuição das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros”.

Santos-Granero, Fernando. 2002. “The Arawakan matrix: ethos, language, and History in native South América”. In: Hill, Jonathan & Santos-Granero, Fernando (orgs.). *Comparative Arawakan Histories*. Illinois: University of Illinois Press.

Saramago, José. 2002. “Chiapas, nome de dor e de esperança”. In: Arellano, Alejandro Buenrostro & Oliveira, Ariovaldo Umbelino (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra.

Scaffi, Nazira. 2003. Rompendo o silêncio: os desafios para a participação das mulheres indígenas no MS. *I Encontro Estadual de Mulheres Indígenas do MS*.

Schmidt, Max. s/d. *Os Aruaques. Uma contribuição ao estudo da difusão cultural*. Brasília: Ministério da Agricultura, mimeo.

Schröder, Peter. 2004. Antropologia do desenvolvimento: uma bibliografia introdutória. *Revista Antropológicas*, ano 8, v. 15(2), pp.199-226.

Sierra, María Teresa. 1993. *La lucha por los derechos indígenas en el Brasil actual*. Tlalpan: CIESAS (Colección Miguel Othón de Mendizábal).

Silva, Tomaz Tadeu (org). 2001. *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

Silva, Verone. 2001. *Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819 – 1901)*. Dissertação de Mestrado em História, Cuiabá: PPGH/UFMT.

Siqueira, Jaime. 2007. *Wyty-Catê: cultura e política de um movimento pan-Timbira. Contribuição ao entendimento das organizações indígenas e novas expressões da política indígena*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Brasília: ICS/DAN, UnB.

Souza, Cássio Noronha Inglez. et al. (orgs.). 2007. *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

_____. Projetos indígenas focados em atividades econômicas: panorama geral da experiência do PDPI. Souza, Cássio Noronha Inglez et al. (org.). *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

Souza, L.G. 1973. *História de uma Região: Pantanal e Corumbá*. São Paulo: Resenha Tributária.

- Souza, Solange Bertozzi. 2002. *Cultura e memória entre os índios Terena: conflitos, preservações e preservação*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, São Paulo: USP.
- Souza Lima, Antonio Carlos. 1998. “A identificação como categoria histórica”. In: Oliveira Filho, João Pacheco (org.). *Indigenismo e territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda.
- _____. 1992a. *Um Grande Cerco da Paz*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- _____. 1992b. “O Governo dos Índios Sob A Gestão do Serviço Nacional de Proteção Aos Índios”. In: Carneiro da Cunha, Manuela. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP.
- Souza Lima, Antonio Carlos & Barroso-Hoffman, Maria (orgs.). 2002. *Etnodesenvolvimento e políticas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Cintra Capa/LACED.
- Strathern, Marylin. 2006. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed.UNICAMP.
- Terena, Marcos. 1990. Vôo de índio. *Terra Indígena, Publicações do CEI, FCL/UNESP-Araraquara, anoVII n.55*.
- _____. 2000. Entrevista dos 500 Anos. *Revista Caros Amigos, Abril*.
- _____. 2008. Resistências dos Povos Indígenas e os Desafios da Globalização. *FIBEA – Conferência sobre Empreendedorismo Indígena nas Américas*, Manaus, 22 a 25 de julho de 2008.
- _____. 2000. Entrevista. A saga dos verdadeiros donos do Brasil. *Informativo do Centro Cultural de Brasília, n.5 abril/2000*.
- _____. 2000. “Abertura: ‘Idéias Sustentáveis’”. In: Morin, Edgar (org.). *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Turner, Terence. 1991. “Representing, resisting, rethinking. Historical transformations os Kayapo culture and anthropological consciouness”. In: *Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnografic Knowledge. History os Anthropology*, v. 7. Madison, Wisconsin: The University os Wisconsin Press.
- _____. 1993. Anthropology and Multiculturalism: What is anthropology tha multiculturalism should be mindful so it. *Cultural Anthropology. American Anthropological Associations*. Nov.
- Turner, Victor. 1992. *From ritual to theatre: the human serioness of play*. New York: PAJ.

- Urquidí, Vivian, Teixeira, Vanessa, Lana, Eliana. 2008. Questão indígena na América Latina: Direito Internacional, Novo Constitucionalismo e organização dos movimentos indígenas. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 8, v. 1.
- Vaca, Cabeza de. Naufrágios & Comentários. Porto Alegre: L&PM Editores, 1999.
- Vargas, Vera Lucia. 2003. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dissertação de Mestrado em História, Dourados: UFMS.
- Verdum, Ricardo. 2006. *A gestão ambiental no Brasil Indígena: estratégias, mecanismos e desafios no âmbito do MMA/SDS/DADS*. Brasília/DF, julho de 2006.
- _____. 2002. “Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)”. In: Souza Lima, Antonio Carlos & Barroso-Hoffman, Maria (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Cintra Capa/LACED..
- _____. 2006. “Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas”. In: Verdum, Ricardo (org.). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc.
- Vidal, Silvia. 2002a. “Secret religious cults and political leadership: multiethnic confederacies from Northwestern Amazônia”. In: Hill, Jonathan & Santos-Granero, Fernando (orgs.). *Comparative Arawakan Histories*. Illinois: University of Illinois Press.
- _____. 2002b. El chamanismo de los Arawakos de Rio Negro: su influencia en la politica local y regional en el Amazonas de Venezuela. *Série Antropologia* (313), DAN/UnB.
- Vilaça, Aparecida. 2000. O que significa tornar-se outro? Xamanismo e contato na Amazônia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2000 v.15 n 44, out.
- Villas Bôas, André. “Associações indígenas no PIX”. In: ISA – Instituto Socioambiental. *Povos indígenas no Brasil 1996/2000*. ISA.
- Weber, Max. 2002. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: LTC.
- Woodward, Kathrein. 2001. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: Silva, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença*. Petrópolis, Vozes.
- Wright, Robin. 1998. “História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas”. In: Carneiro da Cunha, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2002a. “Ialanawinai. O branco na história e mito Baniwa”. In: Albert, Bruce & Ramos, Alcida (orgs.). *Pacificando o Branco: cosmologia do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP.

- _____. 2002b. "Prophetic traditions among the Baniwa and other Arawakan peoples of the Northwest Amazon". In: Hill, Jonathan & Santos-Granero, Fernando (orgs.). *Comparative Arawakan Histories*. Illinois: University of Illinois Press.
- Zucchi, Alberta. 2002. "A new model of the Northern Arawakan Expasion". In: Hill, Jonathan & Santos-Granero, Fernando (orgs.). *Comparative Arawakan Histories*. Illinois: University of Illinois Press.